

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

“RIO DO PORTO MARAVILHA”, RIO DE SENTIDOS
Lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global

VANIA OLIVEIRA FORTUNA

Niterói
2016

VANIA OLIVEIRA FORTUNA

“RIO DO PORTO MARAVILHA”, RIO DE SENTIDOS
Lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

ORIENTAÇÃO: PROF.DR. KLEBER SANTOS DE MENDONÇA

Niterói
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

F745 Fortuna, Vania Oliveira.

"Rio do Porto Maravilha", Rio de sentidos: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global / Vania Oliveira Fortuna. – 2016. 205 f. ; il.

Orientador: Kleber Santos de Mendonça.

Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2016.

Bibliografia: f. 199-205.

1. Porto Maravilha. 2. Megaevento. 3. Parceria público-privada. 4. Imprensa. 5. Rio de Janeiro, RJ. I. Mendonça, Kleber Santos de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

VANIA OLIVEIRA FORTUNA

“RIO DO PORTO MARAVILHA”, RIO DE SENTIDOS
Lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

Banca examinadora

Professor Doutor Kleber Santos de Mendonça
Orientador - UFF

Professor Doutor Ricardo Ferreira Freitas – UERJ

Professor Doutor João Luiz de Araújo Maia - UERJ

Professora Doutora Ana Lúcia Silva Enne – UFF

Professor Doutor Fernando Resende - UFF

Aos meus pais Theresinha e Jair,
que dedicaram suas vidas a mim, e
aos meus filhos Érica e Gabriel,
cujas vidas são a minha força.

AGRADECIMENTOS

Aos que contribuíram na árdua jornada de produção desta tese, seja pela troca de ideias, sugestão de livros e caminhos ou simplesmente pela palavra amiga que estimula o prosseguir.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Aos professores Ana Lúcia Enne, Fernando Resende, Ricardo Ferreira Freitas e João Luiz de Araújo Maia, membros da banca, que aceitaram prontamente o convite para a leitura crítica deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Kleber Santos de Mendonça, cuja sabedoria e palavras certas nas horas mais incertas foram determinantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada pelo compartilhamento de tanto conhecimento, pelas longas horas de orientação e pelo olhar crítico, sempre oferecido com muita doçura e liberdade de escolha.

A todos os professores da UFF pelas aulas que qualificam sobremaneira aqueles que as assistem.

Especial agradecimento ao professor Fernando Resende pelas aulas fundamentais à produção do meu projeto de doutorado, e à professora Ana Lúcia Enne pelas aulas instigantes e esclarecedoras que iluminaram o início do meu percurso.

Ao professor e amigo Ricardo Ferreira Freitas pelas aulas e pelo companheirismo. Sou eternamente grata pela forma generosa como você me recebeu como ouvinte na sua disciplina de mestrado. Foi ali que tudo começou. Exemplo de professor competente e ético, você é uma inspiração na minha vida.

Ao professor João Maia pelas aulas e pela generosidade das conversas informais sobre o meu objeto. Sua presença também foi determinante no meu mestrado.

Aos amigos Mônica Sousa e Nelson Toledo, presentes que o mestrado e o doutorado me deram. Impossível imaginar a minha vida de doutoranda sem o sorriso largo e o grande apoio de vocês.

Aos amigos e familiares que, apesar da minha ausência nos últimos anos, não desistiram de mim.

RESUMO

O objetivo desta tese é investigar a produção de sentidos do Porto Maravilha na cobertura jornalística do jornal *O Globo*. Utilizando como metodologia a Análise de Discurso, nos moldes propostos por Eni Orlandi (1999) e Kleber Mendonça (2007), concentramos nossa análise nas reportagens veiculadas entre 2010 e 2015. Analisamos a construção discursiva de consenso sobre um projeto neoliberal de cidade que “promete” transformar o Rio em cidade global. O estudo parte da hipótese de que a forma de pautar o jornalismo do *O Globo*, quando o assunto é Porto Maravilha, é decorrência das determinações das estratégias de comunicação da parceria público-privada que viabilizou o projeto. A problematização da materialização discursiva da parceria público-privada dá a ver a cidade atuando como empresa e “vendida” como uma mercadoria. Os discursos do Porto Maravilha se entrelaçam aos dos megaeventos esportivos, notadamente os Jogos Olímpicos, visto que a legitimação do projeto se apoia, em grande medida, na preparação da cidade para as Olimpíadas. Todo esse processo simbólico deixa como rastro um alto custo social, como as remoções de favelas e indícios de um processo de gentrificação na zona portuária. Ao descortinar a orquestração de vozes, sentidos, silêncios e memória no discurso do *O Globo*, evidenciamos as aproximações discursivas entre o jornal e a comunicação institucional do Porto Maravilha. Dessa forma, as análises aqui desenvolvidas permitem concluir que há uma complementaridade entre as ações governamentais e os modos como o projeto de cidade é representado pelo *O Globo*, que apesar de se afirmar como jornalismo que veicula objetivamente a verdade, se mostra um dos principais atores do *branding* urbano que trabalha a imagem do Rio como marca, num amplo processo de espetacularização da cidade que favorece a especulação imobiliária.

Palavras-chave:

1. Porto Maravilha
2. Megaeventos
3. Parceria público-privada
4. Jornalismo impresso
5. Rio de Janeiro

ABSTRACT

The thesis suggests investigate the discourses of Porto Maravilha in the newspaper O Globo. Using methodology as Discourse Analysis, as proposed by Eni Orlandi (1999) and Kleber Mendonça (2007), we focus our analysis on the news for five years - 2010 to 2015. We have analyzed the discursive consensus transaction on a city neoliberal project "promises "transform Rio into global city. The study is based on the assumption that the form of guided journalism from O Globo, when it comes to Porto Maravilha, is a result of the determinations of the communication strategies of public-private partnership that enabled the project. The problematics of discursive materialization of public-private partnership gives see the city acting as a company and "sold" as a commodity. The speeches of the Porto Maravilha intertwine to the mega sporting events, particularly the Olympics, because the legitimacy of the project rests largely in the city's preparation for the Olympics. All this symbolic process leaves clue as problems such the removal of slums and evidence of a gentrification process in the port area. To uncover the orchestration of voices, senses, memory and silences in the speech of the globe, we noted the discursive similarities between the newspaper and the corporate communication of the Porto Maravilha. Thus, the analysis developed here allow us to conclude that there is a complementarity between government action and the ways in which the city project is represented by O Globo, which although itself as journalism that objectively conveys the truth, it shows one of the main actors urban branding that works the image of Rio as a brand, a broad process of city spectacle that favors real estate speculation.

Key words:

1. Porto Maravilha 2. Mega events 3. Public-private partnership 4. Press 5. Rio de Janeiro

FIGURAS

Figura 1 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 3/10/2009.....	66
Figura 2 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 22/3/2010.....	82
Figura 3 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 19/12/2010.....	89
Figura 4 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 27/10/2010.....	90
Figura 5 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 14/6/2011.....	93
Figura 6 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 27/10/2010.....	100
Figura 7 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 8/1/2010.....	105
Figura 8 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 29/1/2011.....	108
Figura 9 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 18/10/2014.....	114
Figura 10 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 28/10/2015.....	120
Figura 11 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 28/10/2015.....	121
Figura 12 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 15/1/2011.....	124
Figura 13 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 24/6/2014.....	128
Figura 14 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 29/10/2013.....	134
Figura 15 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 5/8/2015.....	145
Figura 16 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 27/11/2011.....	149
Figura 17 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 11/12/2014.....	150
Figura 18 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 2/5/2010.....	152
Figura 19 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 19/12/2012.....	154
Figura 20 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 24/11/2014.....	156
Figura 21 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 11/10/2014.....	160
Figura 22 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 2/3/2011.....	166
Figura 23– Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 23/8/2012.....	175
Figura 24 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 16/7/2013.....	176
Figura 25 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 2/11/2011.....	181
Figura 26 – Reportagem do <i>O Globo</i> veiculada em 5/10/2014.....	185

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 GRANDES REFORMAS URBANAS NO RIO DE JANEIRO: CONTEXTO AMPLO	
DISCURSIVO DO PORTO MARAVILHA	19
1.1 Rio de Pereira Passos.....	21
1.2 Rio de Carlos Sampaio	27
1.3 Rio de Carlos Lacerda	33
1.4 Rio de César Maia	41
2 “RIO CIDADE GLOBAL”: MEGAEVENTOS E PORTO MARAVILHA COMO	
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS	50
2.1 Cidades globais: política urbana neoliberal como paradigma mundial	53
2.2 Rio dos megaeventos	64
2.3 Projeto Porto Maravilha.....	72
3 “INEVITABILIDADE” COMO DISCURSO LEGITIMADOR DO PORTO MARAVILHA	80
3.1 “Da degradação ao renascimento”: construções discursivas acerca da zona portuária pela lógica neoliberal	80
3.1.2 “Reinvenção” discursiva da zona portuária pela parceria público-privada.....	93
3.2 Remoções de favelas na construção discursiva do “Rio cidade-global”	103
3.2.1 Morro da Providência: “roteiro turístico” escrito à custa da remoção de moradores.....	123
3.3 Gentrificação na “cidade ideal”, conflito social que revela a “cidade real”	133
4 PORTO DE MEMÓRIAS: EXPECTATIVA FUTURA E MUSEALIZAÇÃO DA CIDADE	
COMO ÂNCORAS DISCURSIVAS	141
4.1 Porto Maravilha e Olimpíadas: contagem regressiva para o “Rio cidade global”	142
4.1.1 Porto Maravilha como legado dos Jogos Olímpicos de 2016: o futuro como recurso de especulação imobiliária.....	148
4.2 Zona portuária: lugar de memória, musealização e espetáculo cultural	163
4.2.1 Memórias em disputa na “descoberta” do Cais do Valongo.....	165
4.2.2 Museu do Amanhã: memória, cultura e cidade como espetáculos	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
BIBLIOGRAFIA	199

INTRODUÇÃO

*Praça Mauá
Praça feia, mal falada
Mulheres na madrugada
Onde bobo não tem vez*

*Praça Mauá
Dos lotações de subúrbio
Lugar comum do distúrbio
Nos trinta dias do mês*

*Mas se algum dia
Eu mandar nessa cidade
Serás praça da saudade
Do adeus, da emoção*

*Praça Mauá
O nome me traz a mente
Um soluço, um beijo quente
E um lenço branco na mão*

(Billy Blanco)

Praça Mauá, zona portuária do Rio de Janeiro, setembro de 2015: os tapumes que encobriam as obras eram retirados para a inauguração da “nova” Praça Mauá. Vizinha do Porto do Rio, onde atracam transatlânticos, a Praça Mauá é o primeiro contato de turistas que chegam pelo porto com a zona portuária “revitalizada” pelo Porto Maravilha, intervenção urbana executada por uma parceria público-privada.

Sem a Perimetral, viaduto que ligava a zona sul à zona norte e à Niterói, e que foi tomado por discursos governamentais e midiáticos como símbolo da degradação da zona portuária, a Praça Mauá dá lugar a novos símbolos da “revitalização”: o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã. A estátua de bronze do Barão de Mauá, personagem histórico do empreendedorismo na cidade que dá nome à praça, recebeu a companhia de uma escultura de 25 metros que associa a “revitalização”, e para além disso a cidade, aos Jogos Olímpicos de 2016: #cidadeolímpica.

Porto Maravilha e megaeventos esportivos internacionais, estratégias discursivas que protagonizam a construção de consenso sobre um modelo neoliberal de cidade implementado pelo prefeito Eduardo Paes a partir da eleição da cidade como sede das Olimpíadas. Tal eleição desencadeou um processo de *branding* urbano para a construção de uma nova imagem do Rio. Inquietante foi perceber, ao longo desta pesquisa, que o jornalismo ocupa um papel central nesse processo simbólico, pois a

legitimação discursiva das intervenções urbanas se estrutura na concepção da cidade como signo fechado, no ordenamento e aprisionamento de sentidos reveladores da polissemia e polifonia da cidade.

A Praça Mauá surgiu como parte da reforma urbana do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Período em que também tiveram início as obras de construção do Porto do Rio. Lugar de culturas diversas, a Praça Mauá foi o símbolo da cosmopolitização da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1950. Época de grandes navios de turistas, em cruzeiros, que abordavam a América do Sul e não podiam deixar de passar pela “Cidade Maravilhosa”. Época mesma de poderosa imigração europeia, especialmente de portugueses, mas também de espanhóis e italianos, que se refugiavam nos trópicos à busca de um imaginário menos penoso do que o do pós-guerra.

Na década seguinte, os aeroportos e os aviões começaram a seduzir parte da clientela que chegava ao Rio pelo mar. A Praça Mauá, porta principal de chegada dos passageiros e navegantes, entrou em decadência turística, mantendo, no entanto, sua magnitude de estratégico porto nacional, posto que também entraria em declínio nos anos seguintes com a construção de outros terminais marítimos mais compensadores, economicamente e tecnologicamente, na orla brasileira. A praça de prostitutas, estivadores, travestis e turistas, passou a ser vista como uma espécie de submundo da prostituição e das drogas a partir de 1980, imagem que prevaleceu até o início do século XXI.

A música “Praça Mauá”, de Billy Blanco, eternizada, em 1955, na voz de Dolores Duran, aponta para diferentes possibilidades de leitura da cidade. Se a imagem da “Praça feia, mal falada, mulheres na madrugada” se cristalizou no imaginário da cidade, para o compositor, moradores, frequentadores e suas práticas do espaço produziam sentidos outros: uma Praça Mauá que pulsava intensamente pela emoção, exacerbada na alegria das chegadas e na tristeza das partidas. Sentidos que, na leitura de Billy Blanco, se sobrepunham à feiura e à marginalidade atribuídas ao local.

A letra da música alerta que se o compositor tivesse oportunidade de mandar na cidade, daria a ver ao mundo que a Praça Mauá significava muito mais do que a representação que aprisionava aquela pluralidade de sentidos a um sentido único. Peço licença para tomar emprestado o lamento de Billy Blanco para apresentar o incômodo que originou esta tese: o papel do jornalismo na construção de consenso de um projeto de cidade que “promete” transformar o Rio em cidade global. Já que não posso (e nem

gostaria) mandar na cidade, e nem sei fazer música para expressar minhas inquietações, por meio desta pesquisa chamo atenção para a complexidade que envolve as lutas simbólicas pelo consenso discursivo do “Rio cidade global”.

Tomo como exemplo a chamada de capa do jornal *O Globo* em 28 de setembro de 2015: “*Desordem no novo cartão-postal*”. A foto mostra meninos moradores da zona portuária, em sua maioria negros, mergulhando, da então recém-inaugurada Praça Mauá, na Baía de Guanabara. Ao fundo está o Museu do Amanhã. Ao trazer tais meninos e suas práticas do espaço para uma matéria sobre “desordem” urbana, o jornal os associa à “desordem” que “mancha” a imagem do Museu do Amanhã, o novo cartão-postal da “cidade olímpica”.

Em minhas andanças pela zona portuária, tive oportunidade de assistir de perto, na Praça Mauá, alguns meninos mergulhando¹. Eles brincavam, davam gargalhadas e competiam pelo salto mais bonito. Naquela praça imensa, quente pelo sol da tarde, mas fria pelo tipo de reurbanização que lhe foi imposta, os meninos e seus mergulhos eram para mim a naturalidade da vida florescendo diante da monumentabilidade do Museu do Amanhã. Aos meus olhos, uma coexistência natural. Imagens como essa, rica e reveladora do *Rio de sentidos*, entretanto, são discursivamente reduzidas a problema pelo *O Globo*.

A reportagem dá pistas do que *O Globo* compreende por cidade. Este gesto de interpretação se afina com as ações da gestão urbana, apontando para a centralidade do jornalismo na construção de consenso do projeto de cidade. Tal percepção instiga o olhar crítico sobre o jornalismo na medida em que ele reverbera o discurso oficial pela falta de problematização de questões caras à cidade.

Nesse sentido, nosso objetivo é investigar como os discursos de um projeto de cidade tomam corpo no jornal impresso *O Globo* a partir da cobertura jornalística do Porto Maravilha. Concentramos nosso foco de análise nas reportagens veiculadas entre os anos 2010 e 2015, visto que foi em 2010 que o Porto Maravilha começou a se materializar nos espaços da cidade e da mídia. A maioria das reportagens selecionada para a análise é da editoria Rio, mas não nos furtamos de trabalhar matérias de outras editorias do *O Globo* as quais julgamos importantes ao debate proposto.

Este estudo não é uma denúncia de que o jornalismo direciona os sentidos. Partimos dessa constatação para compreender a complexidade do processo simbólico

¹ Minha experiência se deu antes do *O Globo* veicular a reportagem.

desencadeado pelo agendamento midiático no “deslocamento” do sentido da zona portuária.

A metodologia adotada nesta tese é a Análise de Discurso sob as perspectivas teórico-metodológicas de Eni Orlandi (1999) e Kleber Mendonça (2007). A metodologia implica a problematização dos mecanismos dos processos de significação que governam a formulação dos discursos, pois, conforme propõem os autores, é nesse momento que a discursividade se faz visível. Trabalhamos a opacidade do dizer jornalístico sob este prisma. As matérias jornalísticas analisadas estão formuladas de maneiras diferentes, mas é o *como* estão formuladas que define as significações que as governam.

Analisando tais formulações, seus gestos de interpretação, podemos descortinamos o processo de produção de sentidos do projeto de cidade. Do ponto de vista metodológico, a análise do corpus empírico não se prendeu a dados quantitativos, mas buscamos uma delimitação de procedimentos que permitisse uma análise do discurso jornalístico que evidenciasse o processo de produção de sentidos e efeitos de verdade. Os conceitos que estruturam a Análise de Discurso são desenvolvidos ao longo deste trabalho em consonância com as análises realizadas.

A eleição do Rio de Janeiro como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 e, sobretudo, sede dos Jogos Olímpicos de 2016, “justificou” uma série de intervenções urbanas na cidade para receber os megaeventos esportivos. O Porto Maravilha se imprime como um dos projetos que protagonizam tal qualificação. O objetivo da intervenção urbana é “revitalizar” a zona portuária, e assim promover o desenvolvimento socioeconômico da cidade pela atração de investidores e turistas, notadamente estrangeiros, e moradores de classe média.

“Revitalização”, “renascimento”, eufemismos estrategicamente mobilizados por discursos governamentais e midiáticos em busca da legitimação de grandes intervenções urbanas. Se partirmos do princípio que “revitalizar” significa “tornar a ter vida, vigor”, os discursos que se valem dessas terminologias, apropriadas de conceitos médicos e biológicos, transformam, discursivamente, espaços degradados em sujeitos mortos, que são “ressuscitados” pelas reformas urbanas.

A produção de sentidos que remete a zona portuária à morte desconsidera que na região pessoas moram, estudam, trabalham, enfim, vivem, criando e recriando possibilidades de sobrevivência independente da precariedade local que não se fez

sozinha, mas por falta de (ou pelo) interesse do poder público. Esta estratégia discursiva, utilizada indiscriminadamente pela gestão urbana e pela mídia, alude à construção simbólica da “inevitabilidade” e da “evidência de verdade” do Porto Maravilha como solução para o diagnóstico de “doença ou morte”.

O projeto de cidade implementado pela gestão Eduardo Paes começou a ser delineado na década de 1990 pelo prefeito César Maia (1993-1996/ 2001-2004 /2005-2008), que inspirado nas intervenções urbanas de Barcelona para receber os Jogos Olímpicos de 1992, introduziu o modelo de planejamento estratégico. Cesar Maia pretendia transformar o Rio numa cidade global a partir de um modelo neoliberal aplicado em cidades internacionais que se tornaram paradigmas. Nessa concepção de cidade, os megaeventos esportivos se convertem em poderoso argumento para que grandes intervenções urbanas sejam autorizadas. O apelo simbólico que eles incitam, aflorando sentimentos de pertencimento, patriotismo e união entre os povos, é fortemente capturado pelos discursos em busca do apoio popular.

César Maia planejava qualificar a cidade para que ela fosse forte candidata à sede dos Jogos Olímpicos de 2004, mas a cidade foi eliminada. O fracasso da candidatura desencadeou políticas mais agressivas de marketing urbano. Em 2002, o Rio foi eleito sede dos Jogos Pan-americanos de 2007, megaevento que virou prioridade para César Maia, pois o sucesso desse empreendimento seria fundamental para a candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016. A eleição da cidade como sede das Olimpíadas foi determinante para que a “revitalização” da zona portuária saísse do papel na gestão de Paes, visto que tal intervenção urbana fora idealizada por Cesar Maia. Com efeito, estamos diante do agendamento de uma concepção de cidade que se estende há mais de 20 anos.

O Porto Maravilha, o Parque Olímpico, em Jacarepaguá, e as obras de mobilidade urbana visando à abertura de vias expressas para a implantação dos BRTs², bem como do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ligando Centro e Região Portuária, são compromissos assumidos com a organização dos Jogos Olímpicos e, portanto, também fazem parte do repertório discursivo dos legados. O emblemático é perceber que tais empreendimentos apontam para um objetivo maior, a saber, a especulação imobiliária, potencializada por um jornalismo que ordena e aprisiona sentidos por meio de uma violência simbólica que “naturaliza” as consequências negativas do “Rio cidade global”.

² *Bus Rapid Transit* – corredor exclusivo de ônibus articulados, divulgado como modal de massa para desafogar o trânsito na cidade.

Desde 2010, o jornal *O Globo* reforça o imaginário da zona portuária como espaço degradado na tentativa de instauração de um “sentimento” de crise urbana, construindo a ideia de “inevitabilidade” do projeto. Concomitantemente, há a valorização simbólica da região pela restauração do que é alçado à categoria de patrimônio histórico-cultural, além da construção de novos museus, evidenciando um trabalho de memória nas regularidades discursivas que legitimam e constroem um consenso sobre o Porto Maravilha.

Estimula-se o retorno ao Centro do Rio de moradores de classe média pelo argumento de que morar perto do trabalho, de infraestrutura de serviços, e de entretenimento cultural é mais saudável e econômico, um “novo” estilo de vida que se tornou tendência em cidades globalizadas. No que tange o mundo empresarial, a ênfase é na construção de torres corporativas com arquitetura arrojada, sustentável e tecnologia de ponta, atrativos “indispensáveis” às grandes empresas que desejam se instalar na nova centralidade econômica global da zona portuária.

Assim como a preparação de cidades para receber megaeventos faz parte do receituário neoliberal, a “revitalização” de zonas portuárias e centros históricos degradados também o faz. O objetivo das “revitalizações” é transformar tais espaços em centros globalizados de negócio e turismo. O Porto Maravilha é executado por uma parceria público-privada, o que torna o projeto emblemático de uma lógica que embaralha a concepção do que é público ou privado. A forma engenhosa como os recursos são administrados interfere na relação dos habitantes da cidade com suas práticas espaciais. Espaços públicos são geridos como se fossem privados, dando a ver interesses de empresas privadas direcionando a produção espacial e discursiva.

A constatação de que a parceria público-privada se convertia em um dos principais atores capazes de articular suas ações políticas e sociais levando em consideração a forte influência do espaço midiático no contemporâneo, nos levou ao objetivo final desta tese: problematizar a materialização discursiva da parceria público-privada no discurso do jornal *O Globo*, materialização mesma em que transparece a cidade atuando como empresa e “vendida” como uma mercadoria de luxo. Pior ainda: esse duplo papel simbólico deixa como rastro um alto custo social, como as remoções de favelas em diferentes pontos da cidade e indícios de um processo de gentrificação na zona portuária.

Este é o diferencial desta pesquisa, pois não há estudos no campo da

Comunicação que problematizam o *como* a PPP do Porto Maravilha se materializa na cobertura jornalística. É no contexto das estratégias discursivas de legitimação do Porto Maravilha que perguntamos: *como se estruturam os discursos da “revitalização” da zona portuária a partir das matérias produzidas pelo O Globo? Como são produzidos os sentidos do Porto Maravilha? Qual o papel da PPP no ordenamento discursivo? Como os discursos do Porto Maravilha se relacionam com os megaeventos esportivos? Como o jornal se vale de estratégias memorialísticas para legitimar o Porto Maravilha? Quais as consequências concretas desse processo simbólico?* Estas são algumas das muitas perguntas que se tornaram inquietações e que motivaram toda a pesquisa.

Trabalhamos com a hipótese de que a forma de pautar as questões do jornalismo do *O Globo*, quando o assunto é Porto Maravilha, é decorrência das determinações das estratégias de comunicação da PPP. Pensamos o conceito de comunicação institucional pelas perspectivas teóricas de Gaudêncio Torquato do Rego (1985) e Margarida Maria Krohling Kunsch (2003).

Para Torquato do Rego, “a comunicação institucional objetiva conquistar a simpatia, credibilidade e confiança, realizando, como meta finalista, a influência político-social”, utilizando “estratégias de relações públicas, tanto no campo empresarial como no governamental, de imprensa, publicidade, até técnicas e práticas de lobby” (1985, pp. 183 e 184). Kunsch compartilha das ideias de Torquato do Rego e afirma que a comunicação institucional está “ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações, constrói uma personalidade creditiva organizacional e tem como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserida” (2003, p. 164).

O resultado da nossa pesquisa não contribui para a problematização da comunicação institucional, mas nos permite trazer à discussão as definições de dois importantes autores da área para refletir como esses atravessamentos comprometem a função do jornalismo enquanto espaço público de debate democrático. Afinal, a prerrogativa sobre a responsabilidade social do jornalismo, como um dos principais pilares da atividade profissional para reafirmar os interesses públicos acima dos demais interesses, acaba sendo abalada.

A linha que separa o público do privado se torna tênue, confundindo as fronteiras do que é realmente interesse da sociedade e interesses da roda vida do

capitalismo, que passa por cima de tudo e de todos na medida em que tem como principal objetivo o lucro, a especulação e a apropriação cada vez maior do capital.

Ressaltamos que não estamos fazendo uma comparação entre os discursos do jornal *O Globo* e da gestão urbana, mas problematizando o lugar do jornalismo e as consequências de sua estreita relação com a comunicação institucional do Porto Maravilha. Buscaremos demonstrar que há uma unificação ideológica regendo as perspectivas desses diferentes órgãos. Dessa forma, também adotamos como procedimento metodológico inserir em algumas análises do *O Globo* fragmentos da revista *Porto Maravilha*, pois este movimento nos serve para evidenciar as aproximações discursivas entre a comunicação institucional e o jornal.

Selecionamos um recorte que traz importantes indicadores da materialização discursiva da parceria público-privada unificando ideologicamente instâncias governamentais e jornalísticas, apontando que os silenciamentos do jornal *O Globo* se afinam com as estratégias da comunicação institucional do Porto Maravilha. Buscamos confirmar a hipótese de que tais objetos falam do mesmo lugar, que há uma complementaridade entre as ações governamentais e os modos como essa “nova” ordem urbana está sendo representada discursivamente pelo jornal.

Para podermos dar conta das questões apresentadas nesta introdução, recorreremos a referenciais teóricos multidisciplinares – livros, dissertações e teses – que permitem entender a lógica dominante neoliberal que impõe a parceria pública-privada como indispensável à execução da intervenção urbana mais emblemática da construção da imagem do “Rio cidade global” – o Porto Maravilha. Tal construção, todavia, se materializa espacial e discursivamente a partir da eleição do Rio como sede de megaeventos esportivos, especialmente os Jogos Olímpicos.

A análise dos discursos do Porto Maravilha enseja o entendimento da historicidade das grandes reformas urbanas no Rio de Janeiro, pois nela encontramos o caminho para a compreensão da produção de dizeres que foram se constituindo ao longo do tempo. Assim, no primeiro capítulo revisitamos as reformas urbanas realizadas pelos prefeitos Pereira Passos (1903-1906) e Carlos Sampaio (1920-1922), pelo governador Carlos Lacerda (1960-1965) e pelo prefeito Cesar Maia (1993-1996/ 2001-2004 /2005-2008). Este percurso nos permite identificar como as grandes intervenções urbanas foram legitimadas sob um discurso, primeiramente, de inserção da cidade no mundo moderno e posteriormente no mundo globalizado.

Um ponto em comum perpassa a produção de sentidos dessas intervenções: a sobreposição do urbano apagando o social da cidade, pois elas são propostas (impostas) como solução para as demandas sociais. São projetos urbanos executados de forma autoritária e excludente, visto que interesses outros, essencialmente capitalistas, constroem discursivamente uma cidade ideal em detrimento da cidade real. A retomada de tais momentos serve para apontarmos as práticas espaciais e sociais que cristalizaram certos significados sobre a cidade, funcionando como memória discursiva para a compreensão das articulações discursivas que hoje se reconstróem para legitimar o Porto Maravilha. Não propomos com isso uma reconstrução histórica, mas voltar o olhar ao passado nos possibilita observar aproximações e distanciamentos que atravessam os discursos sobre a “revitalização” da zona portuária.

O Porto Maravilha foi concebido segundo um modelo que tem entre as principais estratégias difundidas internacionalmente a preparação das cidades para megaeventos esportivos. E foi a eleição da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 que promoveu a concretização da “revitalização” da zona portuária. Diante disso, no segundo capítulo apresentaremos os megaeventos esportivos e o Porto Maravilha como estratégias discursivas de legitimação do projeto de cidade, contextualizando nossa percepção à luz da metodologia Análise de Discurso.

Para entendermos sob qual lógica o Rio foi redimensionado, travamos um debate teórico sobre a política urbana neoliberal que se disseminou como paradigma mundial, a saber, as “cidades globais”. Esse debate explicita como megaeventos esportivos internacionais e “revitalização” de zonas portuárias e centros históricos se firmaram como estratégias discursivas. Os aspectos teóricos delineados no segundo capítulos são aprofundados e relacionados ao objeto nos terceiro e quarto capítulos.

No terceiro capítulo, problematizamos a construção discursiva da “inevitabilidade” do Porto Maravilha. A legitimação começa pela instauração de um “sentimento” de crise urbana. O imaginário da zona portuária como área degradada e perigosa é reforçado, dando a base para os deslocamentos de sentidos que produzem “efeitos de verdade” de que a “revitalização” não só é a solução para a região como também é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da cidade. A consolidação da parceria público-privada para a execução do Porto Maravilha potencializa os discursos de construção de consenso. Ela é tomada como determinante para a “reinvenção” da cidade para o mundo globalizado.

Mas a PPP no ordenamento urbano e discursivo confunde o que se concebe por público e privado, visto que a diferença entre essas duas esferas se torna tênue quando espaços públicos são geridos como se fossem espaços privados, característica de uma gestão urbana que atua como empresa. Nesse rearranjo espacial e discursivo, as favelas são uma “ameaça” à imagem da “cidade olímpica e global”. As remoções de favelas se impõem travestidas pelo argumento do risco, de uma vida mais digna para os que nelas habitam. Na zona portuária, desapropriações e remoções da população pobre são indicativos de um processo de gentrificação, consequência que se repete em áreas “revitalizadas” mundo afora.

No processo de ressignificação da zona portuária, chama atenção o constante gesto de atualização da memória, questão que analisaremos no quarto e último capítulo. O acionamento da memória coletiva da degradação, que tinha como símbolo o elevado da Perimetral, reforça a “inevitabilidade” da demolição do viaduto para o “sucesso” do projeto de cidade. Mas esse movimento de legitimação se entrelaça ao acionamento do passado histórico, conferindo valorização simbólica ao espaço, especialmente pela visibilidade dada à restauração do que é concebido como patrimônio arquitetônico, à “redescoberta” do Cais do Valongo e às construções do Museu de Arte do Rio e, sobretudo, do Museu do Amanhã. Esta prática espacial e discursiva aponta para um processo de musealização da cidade engendrado na espetacularização da memória, da cultura e da zona portuária.

A produção de sentidos constrói um marco fundador: o Porto Maravilha. Os discursos acionam uma contagem regressiva para os Jogos Olímpicos e para o Porto Maravilha, acelerando o tempo de chegada de uma “nova” cidade. A parceria público-privada se materializa, discursivamente, como a responsável por tal “conquista”. As estratégias memorialísticas servem à especulação imobiliária e ao turismo. Ao operar o jogo de lembrança e esquecimento, o jornalismo assume o papel de guardião do conhecimento e da memória oficial. No caso específico do nosso objeto de análise, numa espécie de guardião da memória oficial da zona portuária e da cidade.

1 GRANDES REFORMAS URBANAS NO RIO DE JANEIRO: CONTEXTO AMPLO DISCURSIVO DO PORTO MARAVILHA

O mito do Rio de Janeiro como Cidade Maravilhosa foi adotado pelos brasileiros após o *nihil obstat* dos franceses. A neta de Vitor Hugo, Jeanne Catulle Mendes, em 1912 publicou *Rio: la Ville Merveilleuse*. Coelho Neto em 1908 já havia utilizado o qualificativo e reivindicou a primazia do codinome. Porém não podia competir com a força homologatória francesa. Coelho Neto tem um prêmio de consolação: pouco antes havia escrito um livro com o título *A capital federal*. (LESSA, 2000, p. 211)

Na leitura sistemática das reportagens do jornal *O Globo* que têm como objeto o Porto Maravilha, observamos vestígios de grandes reformas urbanas do passado que de diferentes formas são reatualizados pelos atores que se posicionam nos discursos do projeto de cidade. Tal observação nos leva a pensar o Porto Maravilha sob a lógica do “palimpsesto” em Harvey (1992). Refletindo sobre a organização do espaço e as práticas sociais sob a influência do pós-modernismo, o autor afirma que diferentemente da ideia modernista de desenvolver planos urbanos racionais e funcionais em larga escala, que em grande medida valorizava a história e os desejos locais, gestores urbanos, arquitetos e urbanistas pós-modernistas preocupam-se em criar espaços personalizados.

Tratar as metrópoles aos “pedaços”, no entanto, não impede os “pensadores das cidades” de criarem espaços espetaculares que valorizam a tradicional monumentabilidade das construções, apontando que a concepção de cidade pós-moderna se aproxima, em determinados aspectos, da visão modernista que tais “pensadores” querem se afastar. Harvey (1992) percebe a produção de espaços pós-modernista como um “palimpsesto”, algo fragmentado que superpõe novas formas a formas passadas.

A produção de sentidos do Porto Maravilha dialoga com grandes reformas urbanas do passado, dando a ver um projeto de cidade caracterizado por uma relação dialógica no mundo. Já que entendemos as práticas espaciais e discursivas do Porto Maravilha como um “palimpsesto”, propomos uma associação dessa metáfora com a metodologia Análise de Discurso (ORLANDI, 1999). Orlandi (1999) explica que a análise do discurso supõe uma atenção detida às condições de produção do discurso, que compreendem os sujeitos e as situações.

Devemos observar as condições de produção em sentido estrito, ou seja, o contexto imediato, e em sentido amplo, o contexto sócio-histórico-ideológico. Este é o

percurso que vamos trilhar neste capítulo, buscando as produções materiais e simbólicas que emergem, não necessariamente da mesma forma, nas entrelinhas do presente. Procederemos a análise mais detida das reportagens do jornal *O Globo* nos capítulos três e quatro, mas, para a problematização do objeto, se faz necessário entendermos os contextos imediato e sócio-histórico-ideológico da produção de sentidos do projeto de cidade que propõe transformar o Rio em cidade global.

Dessa forma, este capítulo tem como objetivo investigar o contexto sócio-histórico-ideológico da produção de sentidos do Porto Maravilha. Para isso, revisaremos as grandes reformas urbanas realizadas pelos prefeitos Pereira Passos (1903-1906) e Carlos Sampaio (1920-1922), pelo governador Carlos Lacerda (1960-1965) e pelo prefeito Cesar Maia (1993-1996/ 2001-2004 /2005-2008), gestores urbanos que ao redesenharam esteticamente a cidade para “os olhos do estrangeiro”, o fizeram de forma autoritária e excludente. Nosso objetivo é apreender na historicidade - “o saber discursivo que foi-se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres” (ORLANDI, 1999, p. 33) - um suporte para a compreensão da produção de sentidos do atual projeto de cidade.

Pereira Passos comandou a primeira grande transformação urbana no Rio, concebida sob um discurso de apagamento do colonial frente à emergência de uma cidade moderna e civilizada. A modernização da cidade foi marcada pela remoção da população pobre do centro da cidade. Ainda no início do século XX, Carlos Sampaio procurou legitimar sua reforma urbana pelo discurso da preparação da cidade para a Exposição Internacional de 1922. O evento comemorativo do centenário da independência do Brasil marcou, simbolicamente, a “entrada” do Rio na modernidade.

O governador Carlos Lacerda realizou obras de mobilidade urbana, construiu o Parque do Flamengo e criou grande polêmica com sua política de remoção de favelas, especialmente as localizadas na zona sul da cidade. Alguns projetos viários idealizados por Lacerda foram concretizados posteriormente pelo governador Leonel Brizola e pelo prefeito Cesar Maia. Alinhado à política neoliberal que propõe um modelo padronizado para tornar cidades competitivas globalmente, modelo mesmo já consagrado nos Estados Unidos e na Europa, e que impositivamente se disseminava na América Latina, Cesar Maia assumiu a prefeitura sob um discurso de cidade global. Para isso, introduziu o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro nos moldes do plano que transformou urbanisticamente a cidade de Barcelona para receber os Jogos Olímpicos de 1992.

Assim, procederemos metodologicamente por todo o capítulo identificando, nas diferentes reformas urbanas, vestígios que dialogam com o Porto Maravilha. Em vários momentos saltaremos do passado para o presente apontando aproximações e distanciamentos, retomando, em seguida, o percurso em busca de mais vestígios. Ao fazer esse anacronismo, ratificamos o que falamos anteriormente no sentido de que não sugerimos que os acontecimentos do passado se estabelecem da mesma maneira nos dias de hoje, mas sim que eles se apresentam como possibilidade de observação, em suas matrizes discursivas, das aproximações e distanciamentos que atravessam os discursos do Porto Maravilha.

1.1 Rio de Pereira Passos

Valorizar obras de embelezamento da cidade em detrimento de outras necessárias ao bem estar da população foi um questionamento recorrente do jornal *Correio da Manhã*³ em suas edições no início do século XX. A crítica se dava à “mina de bons negócios” que se tornara as obras de melhoramento do Porto e a abertura da “Grande Avenida” (atual Avenida Rio Branco).

Os projetados melhoramentos do porto, para os quais estavam a concorrer de bom grado quantos os almejavam, converteram-se em mina de bons negócios. Ao empréstimo externo, contraído com antecipação considerada, seguiram-se encapações, que além de custarem preços exorbitantes, compreenderam obras e serviços sem a mínima ligação com aqueles melhoramentos. Depois, pespegou-se-lhes a Grande Avenida, de que não cogitaram os primitivos planos, e, afirma-se agora não figuraram no prospecto com que foi lançado o empréstimo exclusivamente destinado as obras do porto. Por último rematam-se todas estas espantosas anomalias com um contrato, sem concorrência, que doa a um industrial inglês a construção das obras por cem mil contos, dobro do que, julgam entendidos, bastaria para executá-las administrativamente. (*Correio da Manhã*, 16/9/1903, p. 1)

A reforma do prefeito engenheiro Francisco Pereira Passos visava integrar a

³ Optamos por apresentar fragmentos de textos do *Correio da Manhã* por ser este o jornal que mais chamava atenção para as “causas populares”. Para Nelson Werneck Sodré (1999), “[...] em toda a Velha República, que ajudou a derrocar, o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima” (1999, p. 287).

cidade ao contexto capitalista internacional por meio do embelezamento e da construção de largas avenidas. Começava a maior transformação urbana vista até então no espaço urbano carioca. Uma nova organização do espaço e um novo momento de organização social se impunham. Para que a cidade fosse reconhecida como símbolo do “novo Brasil”, era necessária a modernização do porto e da área central, que tinham características coloniais.

Para Jaime Larry Benchimol (1992), foi uma reforma urbana que impactou de forma violenta a população pobre da cidade. Ações autoritárias do Estado, associadas a interesses do capital privado, desabrigaram dezenas de milhares de trabalhadores, sobretudo pessoas pobres, devido à demolição de prédios e cortiços que representavam o atraso da cidade. Benchimol chama Passos de “ditador” e de “Hausmann tropical”, numa alusão ao prefeito que no final do século XIX transformou Paris em metrópole industrial moderna, modelo imitado mundo afora.

A modernização do porto era a obra de maior relevância, a base de um sistema integrado que pretendia desenvolver a cidade comercialmente, arrecadar impostos e captar mão de obra estrangeira, buscando uma nova imagem do Brasil no exterior. As intervenções consistiam na modificação do sistema viário com abertura, alargamento e prolongamento das ruas da cidade. Estas ações traduziam uma visão organicista da cidade, entendida como um corpo que precisava de seus órgãos vitais ligados entre si para o todo funcionar harmonicamente.

As contribuições de Richard Sennett (2006) são primorosas para o entendimento dessa visão organicista da cidade. A relação dos planos urbanísticos com os corpos em movimento se imprimiu a partir das descobertas do médico britânico William Harvey (1578-1657) sobre a circulação do sangue. Segundo Sennett, uma revolução científica que mudou a compreensão sobre o corpo, que associada ao advento do capitalismo moderno, contribuiu para o nascimento do individualismo. Harvey descobriu que o coração bombeava o sangue que recebia das veias através das artérias do corpo, chegando à conclusão que era a circulação que aquecia o corpo pela batida do coração.

A afirmação contrariou a antiga teoria “de que o sangue corria através do corpo aquecido, e que corpos diferentes continham diversos graus de `calor inato` (*calor innatus*) – corpos masculinos, por exemplo, eram mais quentes que o feminino” (SENNETT, 206, p.216). Pela nova ciência do corpo, a saúde dependia da livre circulação sanguínea e nervosa, paradigma que seria reproduzido pelas cidades que se

formavam no século XVIII.

Diante de tal associação, a vida saudável da cidade exigia que ar, água e dejetos fossem mantidos em movimento. Os grandes centros europeus preocupavam-se com a limpeza urbana, pois como um corpo saudável, a cidade precisava respirar. Nesse sentido, obras que permitissem a mobilidade urbana e o consumo de oxigênio foram postas em prática por reformadores urbanos.

[...] uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. A revolução médica parecia ter operado a troca da moralidade por saúde – e os engenheiros sociais estabelecido a identidade entre saúde e locomoção/circulação. Estava criado um novo arquétipo da felicidade humana. (SENNETT, 2006, p. 214)

A visão organicista de Pereira Passos seguia uma escola de urbanismo que modernizava o espaço urbano ao mesmo tempo em que valorizava a tradição. Isto fez com que Passos preservasse o Morro da Conceição e contrariasse as demandas de arrasamento do Morro do Castelo, percebidos pelo prefeito como ícones da história, lugares simbólicos da fundação da cidade.

Os discursos do Porto Maravilha reatualizam a valorização simbólica da zona portuária. O argumento da degradação de um lugar histórico da formação da cidade é utilizado para legitimar a “revitalização” como caminho único para o “resgate” do que a gestão urbana considera patrimônios arquitetônico e cultural esquecidos durante anos de abandono pelo poder público. A revista *Porto Maravilha*⁴ cita Pereira Passos, ressaltando que a “revitalização” começou pelo Morro da Conceição, a “Porta de entrada da cidade maravilhosa, lugar escolhido como ponto de partida da revitalização da região do Porto por abrigar parte importante da história do Rio”.

O morro era uma localização bastante privilegiada. Tanto que, em 1711, quando os franceses invadiram o Rio, os portugueses decidiram construir a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Nos séculos XVIII e XIX, a região ficou muito valorizada pelo fato de Dom João ter escolhido a área onde hoje fica a Saúde para a construção do Porto. No século seguinte, o Morro da Conceição acabou sendo preservado na reforma da cidade, liderada por Francisco Pereira Passos, que na época abriu o que hoje conhecemos como Avenida Rio Branco. Infelizmente, há cerca de 20 anos, começou processo de decadência do espaço, que poderá ser revertido a partir da

⁴ Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/revista/cod/2> - 6/1/2014.

execução deste projeto, conta o historiador Milton Teixeira. (*Porto Maravilha* – Março – 2010 – nº 1, p.4)

A valorização simbólica da zona portuária como “Porta de entrada da cidade maravilhosa” aponta que o atual *branding* urbano pelo qual passa o Rio se ancora no título de “cidade maravilhosa”, que sempre esteve engendrado numa miríade de representações, mas que agora reorienta-se por receituários globais. A questão da imagem da cidade nos permite retornar à reforma de Pereira Passos. Carlos Lessa (2000) adverte que o Rio de Janeiro como cartão-postal brasileiro começou a ser idealizado na *Belle Époque* tropical, com Passos e a política de saneamento de Oswaldo Cruz.

O “Rio cidade maravilhosa” foi uma produção da República Velha, que precisava de um projeto-símbolo para apagar o atraso histórico e restaurar a autoconfiança da cidade. Para Lessa, a motivação era a mudança de imagem da cidade, e não a melhoria de vida do povo, visto que se ignorava o tecido social já existente. As marchas de carnaval propagavam o “Rio cidade maravilhosa”, título que reorientava a cidade que se pretendia vitrine do país. Mas as maravilhas contrastavam com o custo social deixada pela escravidão.

A “Paris dos trópicos” coexistia com favelas e cortiços, que precisavam ser expurgados para que a cidade realmente se visse livre do passado que pretendia esquecer: a alcunha de “Pequena África”. Cerca de 50 anos antes, tinha um terço da sua população nascido na África (LESSA, 2001, p.174). É pela imagem de “maravilha” que o prefeito Pereira Passos inicia a construção do Rio de Janeiro cosmopolita.

Na tentativa de integrar a população ao processo civilizador do urbano, Passos instituiu as Posturas Municipais, substituição de antigas práticas espaciais, atrasadas e de mau gosto, por uma nova ética. Eram novos usos do espaço público impostos por uma elite que se referenciava em países como França e Inglaterra. Foram proibidos o bumba-meu-boi e outras festas populares, o comércio de carne e a ordenha de vacas em espaços públicos, assim como os quiosques de alimentação que mantinham o hábito de gente pobre comendo em pé. Carlos Lessa explica que com esse saneamento social “o circuito visível do carioca neoparisiense seria: trabalho-calçada-bulevar-residência; dispensaria na rua qualquer contato visual com o pobre” (LESSA, 2000, p.198).

A imposição de padrões europeus pretendia ordenar uma cidade escravagista e culturalmente heterogênea. Na cidade moderna e cosmopolita que se formava, não

cabiam os cortiços e a população pobre que neles habitavam. A abertura de grandes avenidas e o alargamento de ruas no Centro do Rio foram os argumentos para a destruição de habitações precárias e a remoção de seus moradores, desencadeando o que ficou conhecido como o “bota abaixo” de Pereira Passos⁵.

Desde o século XIX, os cortiços foram considerados o *locus* da pobreza, moradias que por abrigarem trabalhadores e malandros passaram a ser vistas como antros da vagabundagem e do crime, locais insalubres propícios às doenças e epidemias. Discursos médico-higienistas condenavam esse tipo de moradia pela ameaça que representava à saúde da população da cidade. Medidas governamentais foram implementadas para conter a construção de novos cortiços, e no final do século XIX o mais importante deles, chamado Cabeça de Porco, foi destruído.

Ao investigar o processo de construção das representações da favela enquanto problema social, Lícia Valladares (2005) nos mostra que o cortiço pode ser considerado o “germe” da favela, pois o Cabeça de Porco possuía barracos e habitações do mesmo tipo identificado posteriormente no Morro da Providência. A pesquisa da autora aponta a ligação direta entre as demolições dos cortiços no Centro da cidade e a ocupação dos morros no início do século XX. Passos agravou a crise habitacional já existente, pois a população pobre removida das áreas das obras ocupou morros do Centro e subúrbios.

Valladares (2005) ressalta que a existência das favelas é anterior ao aparecimento da categoria favela. O Morro da Favella, que já existia com o nome de Morro da Providência, é emblemático desses estudos. Antigos combatentes da guerra de Canudos se instalaram no Morro da Providência para pressionar o Ministério da Guerra a quitar pagamentos atrasados. Foram eles que deram uma nova denominação ao morro. A autora nos oferece duas razões para isso: além de encontrarem no solo da Providência a planta favella, que dera nome ao Morro da Favella situado no município de Monte Santo, na Bahia, rebatizar o morro carioca com o nome do morro baiano tinha uma conotação simbólica que remetia os soldados à luta de resistência na batalha final.

A denominação favela gradativamente foi atribuída a qualquer aglomerado de barracos, de habitações precárias, sem traçado de ruas, serviços, construídos em terrenos públicos ou privados invadidos.

A favela passa, então, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o

⁵ De acordo com as pesquisas de Lucas Falhauber e Lena Azevedo (2015), a reforma Passos desalojou 20 mil pessoas.

futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade, dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o habitat popular – já desde o século XIX agitando as elites cariocas e nacionais – fará emergir um pensamento específico sobre a favela no Rio. (VALLADARES, 2005, p.28)

A origem da construção das representações da favela remonta ao início do século XX. Escritores, jornalistas e reformadores urbanos desenvolveram um imaginário coletivo da favela e seus moradores a partir de descrições e imagens. A favela começava a ser representada como um lugar diferente, a parte da cidade, que crescia na contramão da ordem urbana e social. Para Valladares (2005), o “mito fundador da favela carioca” não se relaciona com Canudos somente pelas razões que levaram os combatentes a renomear o Morro da Providência de Morro da Favella. Os primeiros observadores da favela foram profundamente influenciados pelo livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1902).

Apesar do livro ser posterior à mudança de nome do morro, que aconteceu em 1887, Valladares afirma que a palavra favela não teria se perpetuado tão fortemente sem as imagens marcantes transmitidas em *Os sertões*. Entre os muitos exemplos oferecidos pela autora para demonstrar a influência da obra na interpretação de intelectuais brasileiros sobre a favela, estão as crônicas de João do Rio (1908).

[...] O morro [Morro de Santo Antônio] era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e maltratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade. [...] Acompanhei-os e dei em outro mundo. A iluminação desaparecera. *Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade* [...] Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? [...] *Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada do arraial de Canudos* ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme. (MARTINS apud VALLADARES, 2005, p. 30 – grifos da autora)

A imagem primeira da favela, portanto, foi construída por observadores que se portavam como testemunhas, assim como o fez Euclides da Cunha. Se no discurso deste autor a dualidade sertão *versus* litoral estava presente, nos relatos sobre as favelas era clara a oposição favela *versus* cidade. A representação da favela como lugar que se opunha cidade, sujo e maltratado onde reinava a pobreza, levaria a transformação da

favela em problema. Em 1905, durante a reforma Pereira Passos, o Ministério da Justiça criou uma comissão para avaliar as condições sanitárias das habitações populares. O relatório final confirmou tais habitações como anti-higiênicas, uma ameaça para a cidade.

A favela como problema transparece na gestão Eduardo Paes⁶. Obras de mobilidade urbana e do Porto Maravilha são argumentos para desapropriações e remoções de favelas. A abertura de vias expressas para a implantação dos BRTs⁷ é um dos compromissos assumidos com a organização dos Jogos Olímpicos e, portanto, também faz parte do repertório discursivo dos legados. A preparação da cidade para as Olimpíadas acelerou projetos de reurbanização de algumas favelas, tratadas pela gestão urbana e pela imprensa como lugares à margem da cidade.

No Morro da Providência, reurbanizado dentro do contexto do Porto Maravilha, moradores foram removidos para a construção de um teleférico, idealizado mais para incrementar o turismo na região, visto que a ideia da gestão urbana é que a Providência seja percebida como um “museu a céu aberto”, e menos para suprimir problemas de mobilidade da comunidade. Esta prática discursiva remonta à reforma Pereira Passos no que tange a remoção de uma população pobre que estava no caminho da modernização da cidade, assim como à gênese da representação da favela como *locus* da pobreza e lugar à margem da cidade. A gestão de Eduardo Paes reatualiza práticas materiais e simbólicas de “limpeza urbana” que tornam a cidade mais excludente.

A reforma de Pereira Passos consolidou a intervenção direta do Estado sobre o urbano, pois o que se via até então era o Estado atuando na regulação, supervisão ou proibição de iniciativas privadas para o crescimento da cidade. Novas relações jurídicas aumentaram o poder do Estado, o que foi determinante para mais uma emblemática reforma urbana que começaria no início dos anos de 1920, comandada pelo prefeito Carlos Sampaio. Mais uma vez as exigências econômicas e ideológicas pautaram a lógica da reorganização espacial e discursiva para o uso da cidade.

1.2 Rio de Carlos Sampaio

Embelezamento e saneamento também foram os eixos discursivos de Carlos

⁶ De acordo com as pesquisas de Lucas Falhauber e Lena Azevedo (2015), até 2013 Eduardo Paes desalojou cerca de 67 mil pessoas.

⁷ *Bus Rapid Transit* – corredor exclusivo de ônibus articulados, divulgado como modal de massa para desafogar o trânsito na cidade.

Sampaio, prefeito que recebeu a missão de preparar o Rio para os festejos de comemoração do centenário da independência, cujo ápice seria a Exposição Internacional de 1922. Erguer a exposição no local do Morro do Castelo e seu entorno tinha uma conotação simbólica que ajudaria a ressignificar a cidade: o progresso enterrando os resquícios de um passado colonial. O grande evento passava a ser o argumento para legitimar as intervenções, pois a cidade símbolo da nacionalidade brasileira atrairia os olhos do mundo para si, conforme discurso de Carlos Sampaio por ocasião da instalação do Conselho Municipal, em 1 de junho de 1921.

Nesses três primeiros meses de governo o trabalho do prefeito não poderia limitar-se ao preparo da cidade. Foi-me preciso examinar e estudar todos os ramos da administração municipal, de fato que eu ficasse inteirado das minudencias e mecanismo administrativo e conjuntamente me dedicasse ao estudo dos problemas mais importantes que exigem solução urgente, afim de que a capital do Brasil, por ocasião do Centenário, que se aproxima, seja apresentada, sob todos os seus aspectos, em condições de captar a atenção ou a admiração dos estrangeiros, mostrando-lhes que ela tem o direito de ser classificada entre as capitães de primeira ordem. (*Correio da Manhã*, 2/6/1921, p. 3)

Assim como em Pereira Passos, a reforma urbana de Carlos Sampaio nasceu sob um mundo imaginário burguês que instituiu um modelo de cidade em que espaços urbanos eram controlados pelo Estado. As metáforas médicas se faziam presentes nos discursos. Crescia a necessidade de “cirurgias urbanas” para a retirada de “pólipos” (morros, sobretudo o do Castelo) que permitisse a circulação do ar, além da abertura de “artérias” (ruas e avenidas) que facilitassem a mobilidade urbana.

Como vimos em Sennett, uma prática discursiva, nascida dos “elos entre a cidade e a nova anatomia” (SENNETT, 2006, p.218), de legitimação das reformas urbanas. Os discursos médico-civilizatórios contribuíram para a aceleração de uma nova organização social. A relação entre saneamento e o arrasamento do Morro do Castelo ficou explícita em várias produções textuais de Carlos Sampaio.

[...] à extirpação dos três pólipos que tanto concorrem para dificultar a respiração da nossa capital, pólipos fáceis de serem extraídos, aliás sem o perigo da reprodução, e que são formados por essas excrescências do solo, conhecidas sob a denominação de Morro do Senado, Morro de Santo Antônio e Morro do Castelo. (SAMPAIO apud KESSEL, 2001, p. 63)

Os elos entre cidade e anatomia persistem nos discursos do Porto Maravilha. A gestão global do espaço se sustenta no eufemismo de palavras como “revitalização”, “regeneração” urbana, metáforas médica e biológica que trazem a ideia de um novo espaço, de uma nova vida. O jornalismo reproduz essa lógica e recorrentemente personifica a cidade para legitimar a cura dos seus males pelo projeto de cidade.

De volta à reforma de Carlos Sampaio, a análise, empreendida por Carlos Kessel (2001), de vários escritos deixados pelo prefeito, identifica uma gestão que compartilhava com a elite um projeto civilizatório para inserir o país no cenário mundial. Kessel afirma “que uma determinada trajetória pessoal diz sobre os momentos político, social e cultural em que ocorre” (KESSEL, 2001, p.19). A cidade redesenhada para ser exibida como um objeto valioso, especialmente para os estrangeiros, é comparada pelo autor a uma “vitrine” que reflete a percepção de urbe do seu “espelho”, no caso, Carlos Sampaio. Textos e obras na cidade refletiam uma nova imagem sobre a cidade, imagem mesma que o prefeito fazia de si próprio.

O arrasamento do Morro do Castelo e a Exposição Internacional foram as principais obras da gestão de Carlos Sampaio, justificando os debates que se travaram sobre elas. Com tantos problemas a serem sanados na cidade, muitos condenavam o arrasamento por estar entre as prioridades do prefeito, que desprezava as tradições e a história da cidade.

Observamos que no processo de reconfiguração urbana orientado pelo modelo neoliberal de cidade, essa lógica se inverte na pós-modernidade. O receituário global estimula a “revitalização” de zonas portuárias e centros históricos degradados para o desenvolvimento socioeconômico das cidades. Na contramão da tendência das reformas urbanas do início do século XX, que viam na manutenção de alguns espaços históricos a permanência do atraso e um empecilho ao futuro promissor, o Porto Maravilha distancia-se dessa mentalidade, deslocando-se para a valorização de espaços representativos da formação da cidade.

Retomando a questão do arrasamento do Morro do Castelo, cresciam em números aqueles que defendiam a demolição em nome da ventilação, higienização e modernização da cidade. Sob o título “*O morro do Castelo*”, o *Correio da Manhã* comentou a discussão entre as diferentes correntes. O jornal reforçava a necessidade de se melhorar a estética urbana, considerada pela imprensa uma vergonha. Entretanto, ressaltava que todos sabiam que não havia verba para obra de tamanho vulto. O

interesse público era questionado, visto que se espalhava pela cidade a suspeita de articulação de grandes negócios de interesse privado.

É o que deve fazer o quanto antes o Sr. Carlos Sampaio, não só em benefício dos créditos da sua administração, como também em obediência à boa prescrição de governo, de que é devida ao povo toda a demonstração dos atos dos administradores. O arrasamento do morro do Castelo precisa dessa demonstração. (*Correio da Manhã*, 25/8/1920, p. 2)

Entre tantos obstáculos para preparar a cidade para receber grande número de turistas, personalidades nacionais e estrangeiras que chegariam ao Rio para a Exposição Internacional, estava a população pobre que morava nas áreas afetadas. Velhas casas e cortiços foram demolidos. Mais uma vez a questão da habitação entrou em cena. Tentando diminuir o impacto, Sampaio construiu na Tijuca e na Glória casas para os desalojados, mas a baixa qualidade das construções e o número insuficiente de casas geraram protestos, ignorados pelo prefeito que se preocupava mais com a estética e as finanças das obras.

Carlos Sampaio desenvolveu um cenário próprio com o arrasamento do Morro do Castelo e o consequente aterro da área onde se instalou a Exposição Internacional. Com a ideia de impor uma nova ordem a esse espaço da cidade, Sampaio alterou a geografia do centro do Rio em nome de uma outra paisagem, baseada na assepsia desejada internacionalmente.

A nova estética proposta implicava situar, de forma mais definitiva, a cidade na lista internacional de grandes sedes de eventos e negócios. Uma moderna organização urbanística se integrou às reformas já feitas por Pereira Passos, valorizando o centro da cidade para os olhos do estrangeiro. É curioso lembrar que, até 1970, era comum os cidadãos chamarem o centro de “cidade”. A “cidade” era um bairro, o Centro. Lá estava toda a simbologia arquitetônica e financeira dos possíveis significados de cidade grande.

O Rio de Janeiro do início do século XX, a exemplo das exposições realizadas em Paris e em Londres no século XIX, também valorizou a monumentalidade como arma que elevaria a cidade a um dos ambientes internacionais propícios ao capitalismo triunfante. Isso aconteceu a partir de uma autoimagem desejada pela elite brasileira contra o abismo existente entre a utopia do progresso europeu e o atraso colonial que marcava os países da América do Sul. Essa fórmula associada à mistura cultural do Brasil resultaria em um lugar acolhedor para os megaeventos sem deixar de lado a ideia

de reforçar a imagem de cidade próspera e preparada para receber milhões de pessoas ao mesmo tempo.

Concebidas a partir das motivações comerciais nascidas no quadro econômico manufatureiro da Grã-Bretanha e da França, países que vivenciaram mais cedo o processo da Revolução Industrial, as exposições sempre foram, e ainda são, alimentadas pela ideia da competição comercial, contribuindo para “mostrar” e “fazer vender”, mesmo esta função tendo sofrido, ao longo do tempo, importantes transformações. (LEVY, 2008, p. 17)

A Exposição de 1922 ensejou um debate e uma transformação profunda na arquitetura carioca, provocando novas leituras de arquitetos de diferentes origens. Ruth Levy (2010) chama atenção para a valorização da figura do arquiteto na administração Carlos Sampaio, pois na reforma Passos consagraram-se o engenheiro e o médico sanitário. No governo do presidente Epitácio Pessoa, foi oficialmente aberta a Exposição Internacional do Centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, com encerramento na primeira semana de julho de 1923.

A área destinada à “Avenida das Nações” se estendeu do Palácio Monroe (demolido em 1976 para a passagem do metrô) até a Ponta do Calabouço. Entre os principais pavilhões construídos, estava o Palácio das Indústrias, edifício que até hoje abriga o Museu Histórico Nacional. França, Estados Unidos, Inglaterra, México, Argentina, Itália, Portugal e Bélgica, também apresentaram seus pavilhões e incrementaram a diplomacia política e comercial na área. Alguns pavilhões não ficaram prontos para a inauguração, mas a imprensa afirma que a precariedade de algumas construções não tirou o brilho do evento.

Os hotéis Glória e Copacabana Palace foram construídos para hospedar convidados ilustres, mas somente o primeiro cumpriu o seu papel, pois o Copacabana Palace foi inaugurado em 1923. Aos olhos do estrangeiro, a beleza, a ordem e o asseio apontavam para um Rio de Janeiro moderno e civilizado. O encanto de autoridades internacionais pela cidade evidenciava-se nas mensagens de saudação ao povo brasileiro, como a do primeiro ministro do Canadá e do secretário de estado da Inglaterra.

O maravilhoso progresso do vosso país, em todos os ramos da atividade nacional, evidencia o valor e as verdadeiras qualidades do vosso povo, cujas esplêndidas realizações têm despertado a admiração universal (*Correio da Manhã*, 6/7/1922, p.1).

O secretário Hughes fez várias perguntas ao prefeito, a respeito do

governo da cidade, e felicitou-o pela beleza da nossa capital e pelo aspecto de perfeita ordem e asseio que ela apresenta. (*Correio da Manhã*, 7/9/1922, p.1)

A população também compareceu à inauguração da Exposição.

Mais de 200.000 pessoas no recinto. Enorme massa popular se aglomerava nas imediações dos portões, impedindo a ação da polícia e procurando invadir o recinto quando foi o mesmo franqueado ao público. Eram precisamente 7 e um quarto da noite [...] A féérica iluminação do recinto com projetores poderosos a espriar os seus raios de luz por sobre os pavilhões causou admiração a toda gente. (*Correio da Manhã*, 8/9/1922, p. 1)

A Exposição Internacional foi o espetáculo que simbolicamente consagrou o Rio de Janeiro uma cidade moderna, desejo norteador da reforma Pereira Passos. Além da exposição de produtos industriais e agrícolas, o parque de diversões inspirado nos padrões europeu e americano, segundo Levy (2010), foi a grande atração do evento. Entretenimento, indústria, tecnologia, arte, uma profusão de informação e sensações que aguçava os sentidos que acalentava os ideários da cidade moderna.

O Brasil não poderia ficar de fora desse imaginário e, ainda que tardiamente, inscreveu-se na história da cultura e do comércio exterior com sua Exposição de 1922 e a Semana de Arte Moderna de São Paulo. O século XX ainda contou com a Copa de 1950 e os Jogos Pan-americanos de 1963, em São Paulo. Sob o ponto de vista da diplomacia internacional, o país apresentou ao mundo duas cidades que já representavam o conceito de metrópole favorecida pelo capital: Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Maurício de Abreu (2008), a gestão Carlos Sampaio ratificou o processo de valorização das áreas nobres da cidade, que mais uma vez teve como consequência desapropriações e remoções da população não desejada nesses espaços. Representou “a época em que as preocupações com o valor de troca do solo urbano passam a figurar explicitamente nos planos municipais” (ABREU, 2008, p.78), visto que os melhoramentos valorizaram terrenos que a prefeitura pretendia adquirir.

Assim como a Exposição Internacional de 1922 se tornou o marco simbólico da “entrada” do Rio na lista das cidades modernas, há toda uma construção simbólica para que os Jogos Olímpicos de 2016 sejam percebidos como o marco da “entrada” do Rio no mundo competitivo das cidades globais. A eleição do Rio como uma das sedes da

Copa do Mundo de 2014 e, sobretudo, sede das Olimpíadas, se tornou justificativa comum para intervenções urbanas de qualificação da cidade. Tais mudanças estruturais vão desembocar numa série de conjunturas sociais e políticas tanto para o conjunto de cidadãos quanto para a compreensão dos espaços da cidade.

Vimos em Carlos Sampaio que a Exposição Internacional foi a principal estratégia discursiva de legitimação da reforma urbana que levaria a cidade ao reconhecimento internacional, sendo a mais emblemática das intervenções a derrubada do Morro do Castelo. A população pobre que morava no morro e no seu entorno foi removida para que os suntuosos pavilhões da exposição fossem erguidos.

As intervenções urbanas que atualmente pretendem transformar o Rio em “cidade global” são legitimadas pelos discursos dos megaeventos, que os reatualizam como argumento para a “inevitabilidade” das mudanças na cidade. A remoção de favelas em diferentes pontos da cidade, e de pessoas pobres no caminho das obras de mobilidade urbana, todavia, apontam para a construção de uma “nova” cidade pela velha lógica da exclusão, lógica mesma que também se imprimiu na emblemática reforma urbana do governador Carlos Lacerda.

1.3 Rio de Carlos Lacerda

O Rio de Janeiro continuava a ser a vitrine do Brasil nos anos de 1950, a sede do poder financeiro e das novidades nas áreas cultural e tecnológica. A cidade “glamourosa” da década de 50, entretanto, contrastava com o agravamento dos problemas de infraestrutura urbana. As prioridades eram a construção de Brasília e do parque industrial em São Paulo. Com a transferência da capital para Brasília, em 1960, o ex-Distrito Federal passava a ser Estado da Federação. Carlos Lacerda assumiu o governo do então recém-criado Estado da Guanabara, realizando grandes obras de mobilidade urbana, o Parque do Flamengo e conjuntos habitacionais para moradores de favelas erradicadas na zona sul da cidade. A ideia era construir uma nova imagem do Rio que assegurasse o papel simbólico ocupado pela cidade no imaginário social.

O cenário socioeconômico do Rio em 1960 não era bom. A cidade estava desgastada, não atendia às necessidades básicas da população. Tinha como principais problemas uma administração pública inchada de servidores; serviços públicos deficientes de água, esgoto, luz, telefone, escolas e hospitais; falta de políticas públicas

para as favelas; malha viária saturada e ausência de crédito bancário, heranças da conturbada década de 50.

O final dos anos 50 foi marcado por um debate em torno do futuro do Rio de Janeiro, já que enquanto capital do Brasil tinha despesas que seriam heranças incompatíveis ao orçamento da cidade. A grande questão era se o Rio deveria passar a condição de Estado da Guanabara ou incorporado ao Estado do Rio de Janeiro. O impasse tomou conta da imprensa e das conversações cotidianas. O *Correio da Manhã* durante os meses de julho e agosto de 1958 promoveu um debate intitulado “*O que será do Rio?*”, em que políticos e representantes de diferentes segmentos da sociedade argumentavam sobre as preferências por uma ou outra opção.

Havia certa homogeneidade de opiniões sobre algumas ações prioritárias ao novo governador do Rio, entre elas a modernização da infraestrutura urbana e o desenvolvimento turístico e econômico. Dessa forma, em sua campanha como candidato ao governo do estado, Lacerda focou naquilo que era consenso entre os especialistas: educação, modernização da infraestrutura urbana e ordenamento do espaço urbano.

Como governador do novo Estado da Guanabara, o núcleo central da pauta de desenvolvimento econômico era a modernização da infraestrutura metropolitana. A medida impunha-se urgente para dar conta da instalação de novas indústrias e evitar um esvaziamento econômico, já que São Paulo despontava no cenário industrial.

As indústrias haviam se afastado do Centro do Rio para o Caju, Baixada Fluminense e outros bairros, mas as empresas precisavam de mais espaço, o que levou Lacerda a pensar num polo industrial na zona oeste. O governo adquiriu terrenos na Av. Brasil e Santa Cruz. Ao colocá-los à venda para as empresas, oferecendo financiamento para construções e compra de maquinaria, os terrenos da Av. Brasil foram vendidos quase na sua totalidade, mas os de Santa Cruz tiveram uma venda tímida. Os recursos não foram suficientes para reativar a capacidade industrial da cidade, visto que o governo direcionou grandes investimentos à modernização da infraestrutura urbana.

Apesar da construção da estação de tratamento de água de Guandu (até hoje a maior do país) ter sido considerada por muitos estudiosos e pela imprensa a principal obra de Lacerda, foi a mudança na paisagem metropolitana que marcou e levantou críticas ao seu governo. A inspiração não era mais Paris, como no início do século XX, mas sim as grandes cidades americanas. Lacerda se interessava por urbanismo e defendia áreas verdes, como o Parque do Flamengo.

Além do desejo de descolar parte da população para outras regiões da cidade, notadamente a zona oeste, a expansão do automóvel foi determinante para a abertura de novas vias. Para Abreu (2008), o governo Lacerda

representa o exemplo mais marcante da intervenção direta do Estado na solução do ‘problema viário’, um problema que era na verdade um falso problema, posto que derivava da crescente concentração de renda nas mãos de uma minoria da população. (ABREU, 2008, p. 132 e 133)

A instalação de multinacionais, especialmente as automobilísticas, interessava ao governo, que procurava adequar o espaço urbano mais para o crescimento do fluxo de automóveis particulares, à época acessíveis à população com maior poder aquisitivo, e menos para o transporte de massa. Como afirma Abreu (2008), medidas que apontam para quem a cidade estava sendo pensada. Entre as inúmeras obras de mobilidade urbana, destacam-se a construção e urbanização do Aterro do Flamengo, concluindo um projeto iniciado por Pereira Passos, que abriu a Avenida Beira Mar com aterros; os túneis Rebouças e Santa Bárbara, e o prolongamento do elevador da Perimetral, ideia que se desenvolveu a partir da orientação do arquiteto Doxiadis.

Lacerda conheceu o arquiteto Constantinus Doxiadis, proprietário de uma empresa de urbanismo com projetos em diversas cidades estrangeiras, a quem encomendou um plano urbanístico para a cidade. O contrato entre o Estado e a empresa *Dioxiadis Associates* foi firmado em 1964 para a realização de um Plano Diretor que orientasse o crescimento da cidade e indicasse metas até o ano 2000. O Plano Dioxiadis foi ousado na sua abrangência, fazendo um levantamento detalhado da topografia, dos problemas de habitação, educação, saúde e estrutura econômica, fatores que, segundo o arquiteto, prejudicavam o desenvolvimento urbano da Guanabara.

O estudo viário mostrava a importância de algumas regiões para o desenvolvimento urbano da cidade, como a Baixada Fluminense, Niterói e a Rio-Santos. Como essas áreas ficavam fora dos limites geográficos da cidade, significava na prática que tais recomendações só poderiam ser acatadas se as áreas fossem incorporadas ao estado.

O desenvolvimento urbano de determinados locais, notadamente a zona oeste, possibilitaria moradia e emprego perto de casa, o que diluiria a concentração da população no centro e na zona sul. Tais medidas reduziriam a necessidade de

transportes de massa. A integração da cidade, dessa forma, se daria por meio de cinco vias expressas que interligariam diversos pontos. O Plano Dioxiadis também ficou conhecido como “Plano Policromático” porque as vias expressas eram representadas por cores variadas.

Décadas depois, as linhas policromáticas propostas por Dioxiadis foram retomadas por gestores urbanos. O governador Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994) construiu a via expressa Presidente João Goulart, conhecida como Linha Vermelha. A inauguração se deu em duas etapas: a primeira em 1992, ligando o bairro de São Cristóvão a Ilha do Fundão, e a segunda em 1994, ligando a Ilha do Fundão a Rodovia Presidente Dutra. A via expressa liga a Baixada Fluminense ao Centro do Rio, além de ser acesso ao Aeroporto Internacional Tom Jobim. O prefeito Cesar Maia inaugurou a Avenida Governador Carlos Lacerda, conhecida como Linha Amarela, em 1997, via expressa que liga Jacarepaguá a Ilha do Fundão.

Retomando a gestão Lacerda, a primeiro trecho do elevado da Perimetral foi concluído em 1960, ainda sob a gestão do prefeito Negrão de Lima (1956-1958), ligando a zona sul à Candelária. Grande parte do Mercado Central da Praça XV foi demolido, além de inúmeras construções antigas no entorno. Em 1962, Lacerda viabilizou o prolongamento do elevado junto ao então presidente João Goulart. O segundo trecho se estendeu até a Praça Mauá por cima da Av. Rodrigues Alves. A ideia era ligar a zona sul à zona norte de forma rápida e sem a necessidade de passagem obrigatória pelos congestionamentos do centro da cidade. O último trecho, ligando à Ponte Rio Niterói, somente ficou pronto em 1979.

De símbolo viário da década de 60, solução para o trânsito caótico da cidade, orgulho da engenharia nacional, o elevado da Perimetral desencadeou discussões de amor e ódio por parte de arquitetos e urbanistas, gestores urbanos, da sociedade e da mídia. Há décadas foi acusado de enfeiar a paisagem urbana, de obstruir a visão da cidade para os turistas que chegavam ao Cais do Porto e daqueles que estavam em terra desejando contemplar a orla marítima, de promover danos ambientais e culturais à zona portuária.

Nesse sentido, demolir a Perimetral se tornou um dos principais objetivos do Porto Maravilha. Os discursos da “revitalização” se afastaram da gestão Lacerda, pois para legitimar a demolição do elevado e sua substituição por novas vias expressas, o

tomaram como “símbolo maior” da degradação da zona portuária, um “obstáculo” que foi eliminado em 2014 pela parceria público-privada que executa o projeto.

Para promover a volta de moradores de classe média ao centro da cidade, tornava-se fundamental para a gestão urbana transformar a zona portuária em área nobre, e demolir a Perimetral significava apagar a imagem de bairro de passagem. Legitimar a demolição da Perimetral pelo discurso do “símbolo da degradação” da zona portuária, um impedimento à modernização da cidade pelo Porto Maravilha, nos remete a Carlos Sampaio, que legitimou a derrubada do Morro do Castelo pelo argumento de que este era o “símbolo de uma cidade atrasada”, um impedimento à cidade que se pretendia moderna e cosmopolita.

De volta à gestão Lacerda, outro ponto emblemático do Plano Dioxiadis era o tratamento dado às favelas. Sugeriu a construção de conjuntos habitacionais na periferia associados a serviços básicos. Além da formação de pequenas comunidades, com 500 casas populares, propunha a união de três ou quatro comunidades, que não excedessem 10 mil habitantes, com escolas, hospitais e comércio. O alto custo do contrato com a empresa de Dioxiadis e o fato do governo ter contratado uma empresa estrangeira para pensar a cidade, desencadearam críticas severas por parte de diferentes segmentos da sociedade. Além do plano ficar pronto no final do governo Lacerda, não havia recursos para sua implementação. Para Abreu (2008), Dioxiadis previa remodelar a cidade com obras que afetariam, sobretudo, a população mais pobre.

As intervenções urbanas promovidas por Lacerda - construção de vias expressas, túneis e viadutos, assim como as obras de embelezamento da cidade – reatualizaram políticas excludentes das reformas urbanas do início do século XX. Foi uma gestão em grande medida marcada por desapropriações e remoções da população pobre que estava no caminho das obras de mobilidade urbana, dos interesses do mercado imobiliário, pois algumas favelas ocupavam terrenos em áreas nobres da cidade cobiçadas pela construção civil. O tratamento dado às favelas e a seus moradores obedecia uma visão arbitrária e elitista que contrariava as propostas inovadoras e humanistas que se imprimiram sobre a questão favela.

Como aponta Valladares (2005), entre os anos de 1950 e final da década de 60, uma nova produção de representações e de conhecimentos sobre as favelas se estabeleceu: “a valorização da favela enquanto comunidade; e a inauguração de um verdadeiro trabalho de pesquisa de campo mobilizando os métodos das ciências sociais

[...] a visão da favela como elemento da sociedade urbana muda de forma bastante nítida” (VALLADARES, 2005, p. 85). Tal mudança estava ligada a fatores políticos e econômicos.

Tanto no Brasil como na América Latina, a retomada do crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial acelerou o crescimento urbano. A vinda de migrantes rurais para o Rio, em busca de melhores condições de vida, e a crise na habitação, intensificou o crescimento das favelas, tornando mais problemática a questão da moradia para as classes populares. A retomada do crescimento acontecia dentro de um contexto desenvolvimentista, fosse no plano econômico ou territorial, com a construção de Brasília, que dialogava com estudos internacionais inovadores sobre a pobreza.

Nesse sentido, o Brasil se inscreveu num processo de colaboração internacional e recebeu especialistas estrangeiros que realizaram pesquisa de campo ou implementaram ações concretas nas favelas. Entre esses pesquisadores destacou-se o sociólogo francês Padre Louis-Joseph Lebret, que inspirou e orientou metodologicamente uma pesquisa realizada por brasileiros⁸ coordenada pelo sociólogo José Arthur Rios. Denominada “Aspectos humanos das favelas cariocas”, a pesquisa foi financiada e publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*⁹ em 1960 e reeditada no mesmo ano pelo jornal carioca *A Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda.

Valladares ressalta que tal iniciativa se inspirou na mobilização da Igreja Católica sobre a questão das favelas a partir dos anos de 1940. A autora chama atenção para duas iniciativas em especial: a da Fundação Leão XIII, criada em 1947 pela ala conservadora da Igreja e por autoridades, que tinha como um dos principais objetivos combater o crescimento do Partido Comunista nas favelas; e da Cruzada São Sebastião, criada em 1955 por Dom Helder Câmara, considerado da ala esquerda da Igreja. Vários serviços foram implementados em favelas com a participação da mão de obra dos próprios moradores.

⁸ Relatório produzido pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais – SAGMACS, criada em 1947, em São Paulo, pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret como parte do movimento Economia e Humanismo, que influenciou a militância católica nas favelas cariocas.

⁹ Valladares (2005) adverte que interesses políticos estavam na origem do financiamento e publicação da pesquisa pelo jornal paulista. *O Estado de São Paulo* criticava o então presidente Juscelino Kubitschek pela construção de Brasília, considerada pelo jornal um desastre do ponto de vista econômico. O diário defendia o emprego de tais investimentos no combate à pobreza no Rio de Janeiro. Mas, segundo a autora, a estratégia do jornal também pode ser analisada pelo o viés da competição pela primazia econômica e cultural entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Veicular em nível nacional, e que certamente reverberaria internacionalmente, um estudo que apontava o crescimento da pobreza e das favelas no Rio, enfraqueceria a imagem da cidade e reforçaria a posição privilegiada de São Paulo.

Dom Helder acreditava em pesquisa e afirmava que a solução para os problemas enfrentados pelas favelas só poderia emergir com um profundo conhecimento da situação local, o que o aproximava da posição defendida pelo Padre Lebret. Lebret visitou o Rio pela primeira vez em 1947, voltando regularmente à cidade. Nesse mesmo ano, Dom Helder encomendara ao Padre Lebret um estudo das favelas do Rio, realizado sob a supervisão do pesquisador pela SAGMACS.

Lembremos que a Cruzada São Sebastião constituiu uma virada na representação política da favela. O reconhecimento e a promoção dos moradores das favelas ao estatuto de comunidade e, por conseguinte, a sujeito político potencialmente autônomo, tanto rompia com uma visão puramente negativa do mal a ser erradicado quanto com a política de assistência caritativa e clientelista do período anterior. A Cruzada foi também a primeira intervenção a produzir uma ação quantitativamente significativa de produção de moradias permanentes, em um terreno bem próximo, para favelados removidos, ao contrário dos parques proletários concebidos como transitórios. (VALLADARES, 2005, p. 78)

Antes de Carlos Lacerda assumir o governo do Estado da Guanabara, sua visão se mostrara oposta à construção social da favela empreendida no final dos anos 40. Em 1948, o jornalista, que de comunista se convertera em anticomunista, liderava uma campanha na imprensa local intitulada “A Batalha do Rio”. Ele pregava a volta dos migrantes que ocupavam as favelas às terras de origem, e cobrava do poder público ações enérgicas não só de erradicação, mas também de proibição de novas favelas. A favela da Praia do Pinto, a qual Dom Helder Câmara concentrou sua atenção pela Cruzada São Sebastião, foi alvo da implacável campanha de Lacerda.

Ao assumir o governo em 1960, no entanto, Lacerda se aproximou de José Arthur Rios, o coordenador do estudo veiculado pelo *O Estado São Paulo*. O relatório produzido pela SAGMACS inovou nos temas abordados e na metodologia utilizada: uma sistemática pesquisa de campo. O resultado apontou que as favelas tinham realidades e moradores heterogêneos, o que significava que as soluções também deveriam ser diferenciadas. Ficou evidente para os pesquisadores que as favelas não eram um mundo à parte da cidade, seus moradores tinham problemas como quaisquer outros pobres, vítimas da ineficiência do poder público e do clientelismo político.

Concluiu-se que os moradores das favelas viviam uma situação política semelhante a outras áreas urbanas do país, rejeitando a ideia de comportamento político particular, como se propagava. A repercussão do relatório junto à opinião pública foi

imediate, e vários debates políticos se formaram. Emergia uma nova representação das favelas, cuja dimensão política foi valorizada pela pesquisa. Dessa forma, Lacerda convidou José Arthur Rios para o cargo de secretário de Serviços Sociais.

Apoiado nos resultados da pesquisa que coordenou, Rios propunha que as favelas fossem consideradas bairros pobres a serem urbanizados. Elas deveriam se organizar em associações de moradores, representantes oficiais das favelas nas negociações com o governo do estado. A proposta era realizar uma “Operação Mutirão”, em que o estado entrava com a consultoria técnica e material de construção, e os moradores com a mão de obra. Seriam criados postos de saúde, vias de acesso, redes de água e esgoto e escolas.

O programa, todavia, era modesto e de longo prazo, mas pairavam dúvidas se mudaria de fato a vida dos moradores das favelas. Além disso, Rios só aceitava negociar com as associações de moradores, entrando em choque com políticos que viam a erradicação de favelas como a melhor solução para a cidade. Todo esse panorama foi de encontro aos interesses de Lacerda, que dividiu o Rio em regiões administrativas, integrando as favelas a essas regiões com vistas a transformá-las em clientelas eleitorais. Lacerda demitiu Rios em maio de 1962, dando início a uma radical política de remoções com a participação da Companhia de Habitação Popular (COHAB-GB), criada pelo governador para adquirir terrenos para a construção de conjuntos habitacionais.

Lacerda contrariou a percepção inovadora que se formava e potencializou a ideia da “favela-problema”. Um dos maiores conjuntos habitacionais, o Vila Kennedy, zona oeste do Rio, começou a ser habitado em 1964 por moradores removidos do Morro do Pasmado, em Botafogo, das favelas do Esqueleto, no Maracanã, e das Praias de Ramos e de Maria Angu, na zona da Leopoldina. A 40 km do centro, essas pessoas foram obrigadas a readaptar suas vidas convivendo com comércio e transportes precários e sem trabalho por perto. Junto com a Vila Kennedy, outros dois grandes conjuntos, Vila Aliança, em Bangu, e Vila Esperança, em Vigário Geral, receberam removidos de 32 favelas erradicadas parcial ou integralmente.

A Cidade de Deus, que ficou conhecida internacionalmente pelo filme de Fernando Meireles (2002), teve suas primeiras casas construídas por Lacerda. Com a enchente que ocorreu na cidade em 1966, já no governo Negrão de Lima, o conjunto habitacional recebeu desabrigados de favelas destruídas. Mais e mais casas foram

construídas por diferentes governos, abrigando moradores de favelas extintas, especialmente as da zona sul, como a da Catacumba, Parque Proletário da Gávea e Praia do Pinto.

Trazendo as questões que envolveram o governo Lacerda para pensarmos as atuais intervenções urbanas no Rio, os discursos do Porto Maravilha se aproximam de Lacerda quando tratam das grandes obras de mobilidade urbana, mas se afastam veementemente do ex-governador quando o assunto é remoção de favelas. As reportagens do *O Globo* e as fontes oficiais utilizadas pelo jornal, reafirmam que a prefeitura propõe um novo conceito para a questão favela: reurbanizar ao invés de remover.

No terceiro capítulo, no entanto, veremos que tais discursos reatualizam com toda força as remoções de favelas, uma consequência negativa concreta de um processo simbólico que visa transformar o Rio de Janeiro em cidade global. Mas para entendermos a origem e o desenvolvimento desse processo simbólico, se faz fundamental revisitarmos a gestão do prefeito Cesar Maia.

1.4 Rio de Cesar Maia

Revisitar a gestão do prefeito Cesar Maia é importante para a nossa investigação porque o projeto de cidade implementado atualmente por Eduardo Paes se inscreve, em grande medida, num processo de transformação urbana idealizada nos anos de 1990. Durante a campanha de candidatura à prefeitura da cidade, em 1992, Cesar Maia reiterava que se eleito fosse transformaria o Rio numa “cidade global”.

Segundo Cesar Maia, a cultura será a base do seu programa para transformar o Rio numa cidade global. Ele desenvolveu esse conceito para transformar o município num centro de inteligência com serviços avançados nas áreas de turismo, de mercados financeiro e de capitais, com comércio diversificado e internacional. (*O Globo*, 29/8/92, p. 10)

Cesar Maia assumiu a prefeitura num momento em que emergia um novo modelo nacional de desenvolvimento econômico orientado por uma política neoliberal. Encantado com as intervenções urbanas ocorridas em Barcelona para receber os Jogos Olímpicos de 1992, Cesar Maia decidiu replicar o projeto neoliberal de cidade no Rio a partir do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ). O objetivo era tornar

a cidade competitiva para o mercado global.

O plano estratégico é um modelo de planejamento urbano que começou a ser pensado nos anos 60 com base nos conceitos e técnicas do planejamento empresarial desenvolvido na *Harvard Business School*. Já que as cidades estavam submetidas aos mesmos desafios das empresas, a utilização de estratégias empresariais despontava como possível solução aos desafios urbanos. Dessa forma, nos anos 80, o poder público norte-americano se apropriou das metodologias da gestão empresarial para desenvolver economicamente diferentes cidades americanas.

Uma das hipóteses para essa apropriação, segundo Rose Compans (2005), seria a possibilidade de agilização dos processos de decisão e de execução de ações que as estratégias empresariais ofereciam, pois as rápidas mudanças na estrutura do emprego, da economia e do próprio papel do Estado demandavam uma postura mais operacional do que a proposta pelo planejamento tradicional. Diferentemente do planejamento tradicional, o estratégico dava ênfase na ação e via como necessária a participação de diferentes atores no processo de tomada de decisão sobre a cidade.

Cidade e empresa. Os papéis se misturaram e uma nova concepção de cidade entrou em cena potencializada por um modelo neoliberal de competitividade interurbana. Assim como as empresas, as cidades devem criar condições para competir com outras cidades pela atração de novos negócios, turismo, tecnologia, produtos e serviços. São cidades (re)configuradas por uma gestão urbana global que trata o urbano como um negócio. Carlos Vainer (2012) critica esse modelo de gestão afirmando que se a cidade é percebida como uma oportunidade de negócio, nada mais “natural” do que os governos se renderem àqueles que entendem de negócio: os empresários.

Nesse novo conceito de planejamento, os interesses do mercado estão representados nas parcerias público-privadas, cujas formas de atuação vão da captação de recursos e execução de grandes intervenções urbanas à gestão de equipamentos e prestação de serviços coletivos. As parcerias público-privadas são estimuladas, especialmente, para a “revitalização” de zonas portuárias e centros históricos degradados, e a criação de novas centralidades econômicas. Este modelo encontra na necessidade de preparação das cidades para megaeventos o argumento “ideal” para que tais projetos saiam do papel. Tudo isso para atrair investimentos, potencializar o turismo e, sobretudo, alcançar o reconhecimento internacional.

Segundo Vainer (2012), pensar a cidade como uma empresa privada não é uma

novidade, pois a racionalidade e funcionalidade que inspiraram o urbanismo modernista são oriundas do modelo de fábrica taylorista. O autor ressalta, no entanto, que esse precedente não minimiza as inovações do modelo pós-moderno estratégico. No modelo modernista, os urbanistas se inspiravam nos princípios de organização da produção empresarial para planejar o urbano, já os neoplanejadores se apropriam dos conceitos e técnicas da gestão empresarial para conceber a cidade como um agente econômico que concorre em um mercado. Portanto, as regras são ditadas pelas expectativas de mercado com vistas à acumulação de capital.

A atuação do Rio de Janeiro como empresa se evidenciou no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, proposto por César Maia ao assumir a prefeitura em 1993. Para promover o PECRJ, a prefeitura firmou acordo com a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e com a Federação das Indústrias (FIRJAN). Em fevereiro de 1994, 46 empresas e associações empresariais¹⁰ formaram o consórcio Mantenedor do PECRJ, que previa a contratação da empresa catalã de consultoria TUBSA (*Tecnologies Urbanas Barcelona S.A.*), liderada por Óriol Bohigas e Jordi Borja.

A cidade como empresa tornou-se uma imposição ao ambiente de concorrência. Instituições multilaterais ajudaram a difusão dos conceitos do planejamento estratégico financiando uma extensa publicação sobre a experiência de Barcelona, organizada por Jordi Borja, pela Agência Habitat das Nações Unidas, Pnud e Banco Mundial. O plano estratégico idealizado pela cidade-empresa propõe organizar o urbano sob a retórica de associação do desenvolvimento econômico com a integração social.

Considerada a instância maior do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, o Conselho da Cidade foi instalado em outubro do mesmo ano. O diagnóstico da cidade foi homologado pelo Conselho da Cidade e entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) em janeiro de 1995. Fizeram parte dessa estrutura um Conselho Diretor, composto por empresários, reitores das principais universidades da cidade, os secretários de Urbanismo do município e o Estadual de Planejamento, empresas jornalísticas e personalidades.

Vainer (2012) foi membro do Conselho da Cidade na qualidade de representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do

¹⁰ “Dentre as 46 empresas e associações, membros do consórcio, destacam-se 5 bancos, 4 empresas imobiliárias e de obras públicas, 10 shoppings centers, 4 empresas estatais federais (Banco do Brasil, Petrobras, Vale do Rio Doce e Embratel), Sindicato de Empresas de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro, Associação de Hotéis de Turismo, Texaco, Unysis, jornal *O Globo*. A presença da prefeitura no consórcio ocorria através de uma empresa municipal – Iplanrio” (VAINER, 2012, p. 105).

Rio de Janeiro – Ippur/UFRJ. Na solenidade de instalação do Conselho da Cidade, discursos de diferentes autoridades chamavam atenção para a importância do apoio da população ao plano que pretendia transformar o Rio. O autor critica o diagnóstico da cidade, metodologicamente orientado pelos consultores catalães. Os critérios e as estratégias alternativas não ficaram explícitos, e sim uma afirmação do senso comum neoliberal sobre o que era positivo e negativo.

Apesar do Comitê Executivo do PECRJ apontar para a importância da participação popular, os prazos impostos aos conselheiros de entidades populares para a discussão eram inviáveis. O cronograma firmado no contrato entre o Comitê Executivo, a consultoria catalã e o consórcio empresarial que financiava o plano não podia ser alterado. As propostas encaminhadas pelas entidades populares, que reivindicavam a redefinição dos objetivos, das linhas estratégicas e dos grupos de trabalho, foram rejeitadas com a justificativa de que as divergências eram apenas formais e o tempo hábil para tais reestruturações não era possível.

Algumas lideranças se retiraram das negociações incomodadas com a falta de democracia, outras aceitaram a proposta do Comitê para apresentarem sugestões posteriormente. Diante do aumento das divergências, houve o esvaziamento da participação popular nos processos decisórios da cidade.

Cesar Maia pôs em prática o primeiro Plano Estratégico do Rio de Janeiro – Rio sempre Rio -, nos moldes dos planejamentos orientados para a globalização. Em sua primeira gestão, tentou resolver a “crise urbana” apontada no diagnóstico da cidade, privilegiando programas sociais, de segurança pública, de saneamento e de requalificação urbana.

Entre as propostas estavam o Programa Favela-Bairro, cujo objetivo não era erradicar as favelas, mas urbanizá-las e assim “integrá-las” à cidade. Segundo Valladares (2005), a partir dos anos 1970 uma nova fase da produção das representações e conhecimentos sobre as favelas se desenvolve nos estudos de pós-graduação das universidades brasileiras. O processo de valorização da favela, que como vimos no subcapítulo anterior teve início especialmente pelas ações da Igreja Católica, tomou impulso com novas abordagens metodológicas. A autora adverte, no entanto, que o vasto *corpus* da sua pesquisa, designado a “favela das ciências sociais”,

não deve ser reduzido apenas à produção acadêmica no sentido estrito, mas entendido em uma acepção mais ampla, incluindo toda uma

produção institucional de pesquisas e relatórios que respondem a uma demanda social específica, tanto técnica quanto política. (VALLADARES, 2005, p.119)

Nesse sentido, a produção técnica e científica ensejou mudanças nas políticas públicas destinadas às favelas. A Constituição de 1988, a promulgação do Estatuto da Cidade e usucapião finalmente reconheceram oficialmente a existência das favelas. Para Valladares, o Programa Favela-Bairro (1994-2008), implementado por Cesar Maia, foi fruto desse novo cenário. A erradicação de favelas correspondia a políticas urbanas do passado e o que se propunha era “integrar” as favelas ao tecido urbano, com melhorias gerais em infraestrutura, serviços sociais, regulamentação imobiliária e implementação de uma creche em cada favela urbanizada.

Até 2008 o Favela-Bairro alcançou 168 favelas e loteamentos no Rio de Janeiro. Vários projetos deterioraram rapidamente por falta de manutenção e/ou pela qualidade inferior dos materiais utilizados. Cesar Maia também implementou o Programa Rio-Cidade, destinado à requalificação de alguns espaços da cidade, como a zona portuária, e à construção da Linha Amarela, via expressa idealizada no Plano Dioxiadis durante o governo de Carlos Lacerda

Os estudos de Viviane de Moraes Freitas Ribeiro (2009) sobre a gestão Cesar Maia apontam que o objetivo do programa Rio-Cidade era requalificar em 15 áreas, entre zonas norte, sul e oeste, notadamente alguns bairros em estado de degradação e desordem. Obras em ruas, mobiliários urbanos, paisagens, iluminação e sistema viário pretendiam uma reordenação urbana com vistas à construção de uma nova imagem para o Rio. Sob o slogan “o urbanismo de volta as ruas”, as áreas foram estrategicamente escolhidas por uma política de marketing urbano que privilegiava a “recuperação” de bairros com forte apelo simbólico e atrativos comerciais, transparecendo o elitismo de uma administração urbana que aumentaria a desigualdade e a injustiça social.

Conforme Cesar Maia desejava desde que assumiu a prefeitura, em 1996 o Rio de Janeiro candidatou-se à sede dos Jogos Olímpicos de 2004, estratégia recomendada pelo receituário neoliberal. Nessa concepção de cidade, os megaeventos esportivos internacionais, sobretudo as Olimpíadas, tornam-se justificativas “ideais” para a legitimação de grandes intervenções urbanas.

O Rio foi desclassificado, instigando novas estratégias de marketing urbano. Preparar a cidade para receber megaeventos esportivos passou a ser uma das prioridades da gestão Cesar Maia. Como as eleições de 1996 ainda não permitiam a reeleição para o

cargo de prefeito, Cesar Maia apoiou a candidatura de Luiz Paulo Conde (1997-2000), secretário municipal de Urbanismo, a quem destinou o mérito pela idealização dos programas Favela-Bairro, Rio-Cidade e a construção da Linha Amarela. Conde foi eleito prefeito, dando prosseguimento a maioria dos programas desenvolvido por Cesar Maia, como Favela-Bairro II e Rio-Cidade II.

Conde estabeleceu metas para a candidatura da cidade às Olimpíadas de 2008, lançando a campanha “Rio 2000, Cidade Global”, em 1997. Com base no Plano Estratégico da primeira administração de Cesar Maia, foram elaborados projetos urbanos para os armazéns desativados da zona portuária e para a faixa litorânea entre o Aeroporto Santos Dumont e Praça XV, que previam a integração de empresas estrangeiras, hotéis, restaurantes, shopping centers, centros culturais e prédios residências. Estes projetos não foram efetivados.

Cesar Maia (2001-2004) retornou à prefeitura após Conde -, elaborando o Plano Estratégico II – As Cidades da Cidade -, cuja prioridade era preparar a cidade para os Jogos Pan-Americanos de 2007. O megaevento seria fundamental para a candidatura da cidade à sede dos Jogos Olímpicos de 2012. Dessa forma, a área central e a Barra da Tijuca foram consideradas pelo poder público e pela iniciativa privada espaços estratégicos para o reordenamento urbano e a construção de uma nova imagem da cidade. Segundo Freitas Ribeiro (2009), a proposta de “renovação” urbana contemplava

[...] equipamentos culturais e esportivos com forte simbolismo, elaborados para se tornarem os novos ícones, imagens-marco ou, ainda, monumentos espaço-âncora dos processos de requalificação urbana, considerados capazes de alcançar visibilidade, representar e ‘vender’ a mercadoria cidade, especialmente no exterior. (FREITAS RIBEIRO, 2009, p.20)

Em julho de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou o Estatuto da Cidade¹¹. A prefeitura se preparou para a implementação do programa “Pentágono do Milênio”, que previa o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, a Cidade do Samba, na Gamboa, a Cidade da Música, na Barra da Tijuca e o Museu Guggenheim, no Píer Mauá e a “revitalização” da zona portuária. O programa seria importante para o “resgate da vocação cultural” da cidade.

¹¹ “Lei Federal que trata das diretrizes gerais para a Política Urbana, adaptada às particularidades das cidades brasileiras, tendo por objetivo possibilitar uma ação mais vigorosa por parte das prefeituras, no sentido de atender à pressão social de acesso à terra, à habitação e à regularização fundiária e urbanística” (FREITAS RIBEIRO, 2009, p.186).

Três projetos comprometeram a concretização do “Pentágono do Milênio”. O Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária – Porto do Rio – objetivava desenvolver economicamente a zona portuária. Para isso, foi criada a Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU, que concentra as avenidas Presidente Vargas, Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Avenida Rio Branco, áreas que atualmente passam pelas intervenções do Porto Maravilha. Além disso, o plano apontava as regras para as operações de parcerias público-privadas e obras viárias.

O projeto Museu Guggenheim Rio, equipamento cultural que seria construído no Píer Mauá, onde atualmente se localiza o Museu do Amanhã, foi suspenso pela justiça com a justificativa de que Cesar Maia não poderia assumir compromissos financeiros por mais de dez anos, visto que seu mandato terminaria em 2008 e a construção do museu ultrapassaria tal prazo. Além disso, o contrato entre a prefeitura e o arquiteto francês Jean Nouvel tinha valores dolarizados e adoção de leis americanas. Não só o museu não saiu do papel como também a “revitalização” da zona portuária não foi efetivada.

As obras da Cidade da Música foram paralisadas. O empreendimento projetado para ser a sede da Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB, dedicado à música clássica e a outros projetos culturais, foi inicialmente orçado em R\$ 80 milhões, mas os gastos chegaram a R\$ 518,4 milhões, impedindo a prefeitura de prosseguir com as obras pelos altos investimentos direcionados aos equipamentos esportivos para os Jogos Pan-americanos de 2007. Mais à frente a prefeitura retomou parte das obras e uma semana antes de deixar a prefeitura, em dezembro de 2008, Cesar Maia inaugurou a Cidade da Música (atual Cidade das Artes), deixando a finalização das obras para o seu sucessor, Eduardo Paes.

Sob o discurso do legado, foram construídos os equipamentos esportivos Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão), a Arena Olímpica (ex-Multiuso), o Park Aquático Maria Lenk e o Velódromo, que posteriormente seriam usados para formação de atletas e projetos sociais. O Engenhão continuou sediando competições de futebol, mas os demais equipamentos foram subutilizados (alguns em estado de abandono) e precisaram de reformas para as Olimpíadas de 2016. A Vila do Pan, condomínio de apartamentos que após o megaevento foi entregue aos proprietários, volta e meia ainda ocupam as páginas dos jornais com seus moradores denunciando afundamentos nas ruas.

Cesar Maia foi reeleito prefeito do Rio de Janeiro em 2004. A terceira administração (2005-2008) persistia no objetivo de tornar a cidade competitiva para o mercado global, notadamente pela realização dos Jogos Pan-americanos de 2007. Trabalhar a imagem do Rio focando na “vocação” da cidade para o esporte e para cultura era parte importante do processo de marketing urbano.

Entre os principais programas e projetos estavam as candidaturas da cidade a sedes dos Jogos Olímpicos de 2012, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. O Rio foi eliminado da disputa para as Olimpíadas de 2012 porque a cidade apresentava problemas que segundo o COI deveriam ser corrigidos, como segurança pública, infraestrutura, transporte, habitação e poluição na cidade. Em 30 de outubro de 2007, a FIFA anunciou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014.

As mudanças no modelo de planejamento estratégico carioca empreendidas a partir da revisão do Plano Estratégico I - ‘Rio Sempre Rio’, que elaboraram o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, produziram uma série de consequências sociais e econômicas para a cidade, entre elas, a mudança do papel da administração municipal, que de promotora e estimuladora do desenvolvimento econômico e social, com o objetivo de proporcionar melhores condições de competitividade e de qualidade de vida para os habitantes da cidade, assume o papel de planejadora e de agente do desenvolvimento urbano. (FREITAS RIBEIRO, 2009, p. 206)

Analisando as mudanças no “sistema de ações” das administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), Freitas Ribeiro (2009) divide o período em duas fases de (des)construção do espaço carioca: a primeira (1993-2000) elaborou políticas públicas para a modernização da infraestrutura, dos serviços, dos equipamentos públicos e das políticas sociais. Estas visando fortalecer as bases econômica e social do Rio de Janeiro tendo como instrumentos para a promoção da imagem da cidade, especialmente no exterior, os programas Favela-Bairro e Rio-Cidade. A segunda focou em políticas públicas direcionadas à construção de equipamentos arquitetônicos e urbanos globais com forte simbologia no processo de requalificação urbana, visando resgatar a “vocação” cultural e esportiva da cidade para atrair investidores, megaeventos e turistas.

Os projetos e políticas urbanos de Cesar Maia dão a ver que o projeto de cidade implementado no Rio pelo prefeito Eduardo Paes concretiza muitos dos projetos idealizados pelo ex-prefeito. Eduardo Paes foi subprefeito da Barra da Tijuca. A partir

de 2001 passou a secretário de Meio Ambiente de Cesar Maia. Embora eleito prefeito do Rio em 2008 pelo PMDB, partido diferente do ex-prefeito, Paes é considerado herdeiro das concepções de Cesar Maia.

Durante a campanha eleitoral, Paes já enfatizava que transformaria o Rio em cidade global. Ao assumir a prefeitura em 2009, preparar a cidade para os megaeventos esportivos tornou-se a “menina dos olhos” do prefeito, preparação mesma orientada por um modelo neoliberal de cidade que também contempla a “revitalização” da zona portuária, executada por uma parceria público-privada. Antes de receber o nome fantasia Porto Maravilha, a “revitalização” foi chamada por Paes de Super Rio-Cidade, dando a ver que o projeto recuperava o Programa Rio-Cidade, desenvolvido por Cesar Maia.

Com efeito, estamos sob a égide de mais de 20 anos de práticas espaciais e simbólicas de um projeto de cidade e de coalizões que se pretendem um modelo nacional. Assim como em Cesar Maia, o nexos central dos discursos da gestão Paes é a competitividade urbana. Para isso, como aponta Vainer (2012), o Rio “cidade-empresa” se desenvolve dependente de fatores econômicos; prepara-se para a concorrência internacional e gerencia atividades produtivas, serviços e recursos humanos, atributos constitutivos do planejamento estratégico empresarial.

Este capítulo aponta que a cidade sempre foi pensada estrategicamente. Vimos que as intervenções urbanas do início do século XX e do governo de Carlos Lacerda, no início dos anos 60, eram de responsabilidade do Estado. Havia a interferência das empresas privadas, mas a decisão final era do Estado, ainda que movida por interesses particulares. A partir de Cesar Maia, a mudança está no fato de que as políticas públicas orientadas pelo neoliberalismo legitimam novos atores sociais com poder de decisão sobre o urbano. Na gestão Paes, o poder de decisão desses atores se “institucionaliza” nas “parcerias público-privadas”.

O fenômeno da globalização exigiu que as cidades se alinhassem a uma política urbana padronizada em escala global como forma condicionante de desenvolvimento e modernização, alinhamento mesmo ao “pensamento único” hegemônico neoliberal, que subjuga direitos sociais à competitividade do mercado. Entre as estratégias espaciais e discursivas que compõem o receituário neoliberal de transformação das cidades em “cidades globais”, destacam-se receber megaeventos esportivos internacionais e “revitalização” de zonas portuárias e centros históricos degradados.

2 “RIO CIDADE GLOBAL”: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E PORTO MARAVILHA COMO ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Nada aí é radicalmente novo, contudo – tão só uma torção histórica da velha forma liberal. Nesta nova forma, esvazia-se progressivamente o discurso do individualismo ativo (participação política, desejo de propriedade, vontade produtiva), movido por uma consciência social forte, em favor de um individualismo passivo (consenso gerencial, desejo de informação e status, vontade de consumo), acionado por valores de eficiência técnica. (SODRÉ in: MORAES, 2005, p. 27)

Como vimos no capítulo anterior, desde o início dos anos de 1990 o Rio de Janeiro é gerido sob a égide neoliberal de cidade. Portanto, há mais de vinte anos trabalhava-se não só com as perspectivas de sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, como também de “revitalizar” a zona portuária. Isto aponta para um longo processo simbólico do qual a mídia, e mais precisamente o jornalismo, se mostra indispensável à produção de significações sobre o projeto de cidade

O Rio foi eleito uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, mas foi a eleição para sediar as Olimpíadas de 2016 a mais emblemática das justificativas para uma série de intervenções urbanas que propunha “mudar a cara da cidade”, frase recorrente nos discursos governamentais e midiáticos. Sem dúvida alguma, a “tão sonhada” “revitalização” da zona portuária, a saber, o Porto Maravilha, é a protagonista dessas intervenções, espacialmente e discursivamente. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo apresentar os megaeventos esportivos, sobretudo, as Olimpíadas, e o Porto Maravilha como estratégias espaciais e discursivas do “Rio cidade global”.

Reiteramos que nosso foco de análise são as reportagens do jornal *O Globo* que têm como objeto o Porto Maravilha, mas os discursos do projeto são indissociáveis dos megaeventos esportivos, visto que estes não só legitimam discursivamente como são catalisadores dos recursos necessários à execução do projeto. Por isso, quando analisamos os discursos que pretendem um consenso sobre o projeto de cidade, observamos que o Porto Maravilha e os megaeventos esportivos são estratégias discursivas que se entrelaçam e se complementam nessa construção simbólica.

Tratamos os megaeventos esportivos e o Porto Maravilha como estratégias discursivas sob à luz do conceito de acontecimento discursivo. Aproveitamos este momento não só para retomar tal conceito, mas também alguns pontos da metodologia Análise de Discurso que norteiam esta tese. Para Orlandi (2002), o acontecimento

discursivo é algo que “abre para uma nova discursividade, produz efeitos metafóricos que afetam a história, a sociedade e os sujeitos em muitas e variadas dimensões: política, cultural e moral” (ORLANDI, 2002, p. 52).

A autora afirma que o discurso unificado da globalização encontra nos meios de comunicação de massa um aliado, visto que eles recalcam a pluralidade de sentidos. Para manter os sentidos estáveis, os discursos tendem a apagar tudo aquilo que ameaça a ordem social vigente. Na análise do jornal *O Globo* que empreenderemos mais à frente, evidenciaremos a manutenção de uma ordem, pela orquestração de vozes e silêncios, que aprisiona sentidos para que as representações do projeto de cidade não sejam desestabilizadas.

Dessa forma, todo acontecimento já é discursivo, pois ele vai operar novas interpretações nos campos social e jornalístico. Por isso, entendemos os megaeventos esportivos e o Porto Maravilha como acontecimentos discursivos que vão operar novas interpretações sobre o projeto neoliberal de cidade em curso no Rio de Janeiro. O emblemático nesse ordenamento discursivo é que ele se imprime por meio de uma violência simbólica, na medida em que naturaliza conflitos sociais gerados e/ou agravados pelo Porto Maravilha.

Ainda segundo Orlandi (2002), a memória é central quando se trata de acontecimento discursivo, pois o esquecimento atua nessa relação. Há, nesse caso, dois tipos de esquecimento: o que se cala para que apareça o novo, e o que é calado para impedir o novo sentido. Uma de nossas hipóteses é que no momento em que os megaeventos esportivos e o Porto Maravilha se constituem como acontecimento discursivo, evidencia-se uma reconfiguração dos fatos passados para que se instaure uma memória outra, questão que problematizaremos no quarto capítulo.

Em Orlandi (1999), a análise de discurso observa a palavra em movimento num percurso que não se completa. Para entender os dizeres do presente é preciso retomar os dizeres do passado e as condições de produção desses dizeres, pois o homem e sua história apresentam os vestígios que ressoam na capacidade do homem significar e significar-se. Foi em busca dos vestígios dos dizeres do passado que significam de diferentes maneiras os dizeres do Porto Maravilha que no primeiro capítulo revisitamos as grandes reformas urbanas que marcaram a cidade do Rio.

[...] a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de

significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 1999, p.15 e 16)

A materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua. Por isso, metodologicamente trabalhamos a relação língua-discurso-ideologia. Orlandi (1999) enfatiza a necessidade desse olhar sobre o objeto, afirmando que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 1999, p.17).

A Análise de Discurso se diferencia da Análise de Conteúdo porque esta procura responder à questão o que este texto quer dizer?, enquanto a Análise de Discurso desloca a questão do *o quê* para *como* este texto diz?, posto que não aceita o texto como ilustração de algo que já é sabido em algum lugar, mas “produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em discursividade” (ORLANDI, 1999, p.18). Esta concepção se afasta do esquema elementar da comunicação e se imprime num ambiente em que emissor e receptor realizam ao mesmo tempo o processo de significação. Portanto, a mensagem é pensada em termos de discurso porque no processo de significação os sujeitos e os sentidos sofrem a interferência da língua e da história, constituindo os sujeitos e a produção de sentidos.

Os estudos de Kleber Mendonça (2011) também são referenciais teóricos importantes quando se trata de Análise de Discurso. O autor trabalha com uma perspectiva teórico-metodológica que pensa a comunicação como produto de embate entre interlocutores, uma interação conflituosa e dialógica que produz efeitos de sentido entre falantes. Ao analisar os discursos propostos pelos meios de comunicação, é preciso observar o caráter político, relacional e contraditório.

É entender essa interação como “um processo complexo - ainda assim desigual e impregnado de dominações, recusas e convencimentos – é pensar a comunicação discursivamente. Isto é: para além de arquiteturas estáticas que ‘congelariam’ o fenômeno em polos opostos e estanques de *emissão* e *recepção*”. (MENDONÇA, 2011, p.3 – grifos do autor)

Fica claro que o discurso é um efeito de sentido entre interlocutores, e não podemos apreender os sentidos somente nas palavras ou nos textos, mas sim na sua

relação com as condições de produção, porque o que está “fora” do texto o constitui. Seguindo as instruções metodológicas de Orlandi e Mendonça, para entendermos as condições de produção dos discursos do Porto Maravilha, e como os megaeventos esportivos e a “revitalização” da zona portuária se estabelecem como estratégias discursivas para um consenso de cidade global, promovemos, primeiramente, um debate teórico sobre “cidades globais”. Este percurso nos permite esclarecer como a política neoliberal urbana se tornou um paradigma mundial e, portanto, como o Rio de Janeiro, a exemplo de muitas cidades latino-americanas, foi capturado pela lógica impositiva do “pensamento único”.

2.1 Cidades globais: política urbana neoliberal como paradigma mundial

As estratégias de recuperação da economia a partir do pós-guerra revelaram um novo papel das cidades na reestruturação capitalista, atribuindo aos governos locais um protagonismo. Em consequência da globalização, bem como de uma crise política dos Estados nacionais, as cidades se tornaram centros direcionais da economia mundial. O fator econômico se imprimiu como o grande impulsionador do novo papel das cidades, que, segundo Rose Compans (2005), se submeteu às decisões empresariais. Dessa forma, a ingerência dos Estados sobre a economia globalizada ficou fragilizada.

Uma nova trama institucional estaria sendo fundada numa rede internacional de governos locais articulados a organismos supranacionais de coordenação política e econômica. Os Estados nacionais comprometeram sua capacidade regulatória estatal e políticas econômicas porque uma interdependência se estabeleceu pela integração dos mercados de bens e serviços, prejudicando políticas fiscais, monetárias e salariais, fato que limitou o crescimento dos Estados.

O Estado regulador e a política de bem-estar social entraram em cena na primeira metade do século XX na Inglaterra, em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, baseados nas teorias econômicas Keynesianas. Compans (2005) adverte que a intervenção do Estado na relação trabalhista, como a instituição do salário mínimo, as negociações com os sindicatos e a expansão dos programas de bem-estar social, aumentaram a produtividade. A conquista desses benefícios, entretanto, gerou uma pesada carga tributária para o Estado em virtude do contínuo aumento dos rendimentos dos trabalhadores e dos ganhos de produtividade. No final dos anos 60, a queda desses

ganhos gerou movimentos políticos e greves que pleiteavam benefícios para desempregados e imigrantes.

A década de 1970 consolidou a união de governos e empresas que trabalhavam no processo de reestruturação da economia, movimento “que se desdobraria por toda a década de 80, caracterizada pela desregulamentação, pela privatização e pelo desmantelamento do contrato social que havia assegurado a estabilidade do crescimento do modelo precedente” (COMPANS, 2005, p.48). Para a autora, a globalização foi consequência de um processo de reestruturação liderado por governos e empresários que compartilhavam dos mesmos interesses políticos e econômicos, e que exigiram que os países do “terceiro mundo” adotassem o modelo com o objetivo de reproduzir no mundo a mesma fórmula de acumulação de capital.

A integração dos mercados financeiros mundiais, consolidada pelas novas tecnologias da informação, comprometeu a política monetária nacional. Compans (2005) ressalta que não só um modelo de intervenção estatal estava sendo colocado em xeque, mas também a própria ideia de economia nacional. A interdependência global entre as empresas prejudicou a atuação dos Estados nacionais, na medida em que segmentos abertos à concorrência internacional tentavam igualar suas condições de produção, sobretudo a do trabalho, às praticadas pelas empresas transnacionais.

Essas empresas procuravam se estabelecer em países que começavam a se industrializar, pois os custos eram menores e os mercados menos regulados. Nesse sentido, houve uma inadequação dos Estados às exigências da nova dinâmica econômica que se formava, visto que a rigidez administrativa impossibilitava o acompanhamento das constantes mudanças e do controle dos fluxos globais. Diante do processo de deslegitimação política, os Estados nacionais passariam a atuar como aparatos burocrático-administrativos

A influência dos Estados Unidos nesse cenário foi determinante, pois ajudou a consolidar o neoliberalismo como pensamento único a partir de políticas urbanas que propuseram novas formas de relacionamento entre o poder público e o setor privado, que seriam posteriormente reproduzidas em países europeus e mais tarde nos latino-americanos. Diante da estagnação econômica decorrente da decadência do modelo fordista e da crise fiscal do Estado, que fecharam fábricas e enfraqueceram as atividades portuárias, o presidente Ronald Reagan (1981-1989) instituiu uma conservadora reforma política de contenção de gastos sociais, desregulamentando o mercado de

trabalho, reduzindo impostos e privatizando empresas estatais, medidas que resultaram numa diminuição importante do repasse de verba federal às cidades.

Os governos locais foram pressionados pela opinião pública a desenvolver ações que promovessem o desenvolvimento econômico, assegurando a manutenção e a geração de empregos. Dessa forma, foram criadas parcerias com empresas privadas, que segundo o governo Reagan seria a única fonte possível para as renovações urbanas. Incentivos fiscais para o setor imobiliário e concessão de empréstimos públicos foram alguns dos muitos estímulos oferecidos às empresas privadas para a criação de infraestruturas e empreendimentos nas *Enterprise Zones*, áreas estratégicas de negócios que dispunham de um regime jurídico-urbanístico especial. As parcerias público-privadas se converteram no principal fundamento da política urbana norte-americana.

Otília Arantes (2012) defende que uma história americana fez das cidades máquinas produtoras de riquezas a partir de coalisões de elite que conformam especulação imobiliária e seus derivados. A intensificação dessa relação deslocou o interesse dos governos locais em ordenar amplas zonas para áreas específicas, como a “revitalização” de áreas centrais e zonas portuárias. O caráter seletivo da política urbana norte-americana e a busca pelo crescimento econômico, em detrimento de programas sociais, se impuseram na acirrada competição entre as cidades, resultando no aumento da segregação espacial.

A forma cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito básico e insolúvel [...] o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. (ARANTES, 2012, p. 26)

O modelo de cidade empresarial norte-americano, viabilizado pelas parcerias público-privadas, se consolidou na “revitalização” de inúmeras cidades americanas. A “revitalização” da zona portuária de Baltimore ilustra os estudos de David Harvey (1989), para quem o espetáculo urbano tem várias faces. As cidades americanas nos anos 60 tiveram como espetáculo urbano manifestações que reivindicavam melhorias sociais, inclusive via eventos contraculturais, como os festivais de rock.

Após o assassinato de Martin Luther King, em 1968, um pequeno grupo de políticos e empresários se reuniu para pensar estratégias de recuperação da ordem urbana. Esses atores desejavam uma cidade-comunidade. Para isso, era necessário um

símbolo que tanto ajudasse a população a superar o medo e o descontentamento cívico, como também atraísse os olhos do mundo para a cidade.

Nesse sentido, *A Baltimore City Fair* teve sua primeira edição em 1970 com o objetivo de celebrar a vizinhança e a diversidade étnica da cidade. O megaevento era a justificativa para uma renovação urbana que mudaria a imagem da cidade. A “arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade, de *jouissance*, se tornou essencial para o sucesso de um projeto dessa espécie” (HARVEY, 1989, p. 91).

A construção do *Habor Place*, complexo arquitetônico à beira mar que se tornou um centro globalizado de compras e entretenimento, até hoje atrai muitos turistas. Foi mais um empreendimento priorizado em detrimento dos problemas sociais locais. Assim como Baltimore, muitas outras cidades foram “revitalizadas”, intervenções urbanas que para Harvey são aspectos de espetáculos de megaeventos transitórios, como os Jogos Olímpicos ou grandes festivais de música.

O “sucesso” das políticas urbanas americanas atraiu o interesse da Grã-Bretanha por essas novas estratégias de operacionalização de intervenções urbanas. Para a criação de zonas empresariais, o governo britânico concedeu incentivos fiscais e financeiros às empresas para a construção de prédios comerciais e industriais, assim como selecionou áreas a serem “revitalizadas”. A adesão de parte da Europa ao modelo neoliberal de cidade foi determinante para a difusão das experiências norte-americanas e britânicas.

Congressos e seminários foram organizados para discutir a “fórmula milagrosa” de operacionalização de grandes intervenções urbana, a saber, as parcerias público-privadas. Entre os seminários, destacamos o “Consenso de Washington”¹², cujo resultado indicava o modelo como “caminho único” para países emergentes que desejavam aderir ao capitalismo global. As políticas neoliberais seriam a solução para países latino-americanos que apresentavam inflação crônica na década de 80, como Peru, Bolívia, Venezuela, México, Argentina e Brasil.

Com efeito, verifica-se a difusão/imposição internacional de uma matriz ideológica chamada pelo jornalista e acadêmico Ignacio Ramonet (1995) de “pensamento único”.

¹² O seminário “*The Political Economy of Policy Reform*”, realizado em 1993, “gerou um livro escrito em 1994 por John Williamson, economista liberal com passagem pela PUC-RJ, com um programa de estabilização e reformas econômicas que ele havia denominado de “Consenso de Washington”. O que Williamson propunha eram regras para a criação de circunstâncias favoráveis para que, nos países “emergentes”, técnicos altamente qualificados e conhecedores dos meandros técnico-burocráticos de suas respectivas administrações - os “*tecnopols*” -, pudessem assumir o poder político e implementar as reformas propostas pelo programa” (FERREIRA, 2003, p.138).

O que é o pensamento único? A tradução em termos ideológicos de pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, particularmente as do capitalismo internacional. Se pode dizer que está formulada e definida a partir de 1944, por ocasião dos acordos de Breton-Woods. Suas fontes econômicas e monetárias – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Comissão Européia, Banco da França, etc. – que, mediante seu financiamento, colocam a maior parte dos centros de investigação, universidades e fundações a serviço de suas ideias em todo o planeta. Estes se afinam com o dogma e se encarregam de propagar a boa nova. (RAMONET in: *Le Monde Diplomatique*, 1995)

Para Ramonet (1995), o “pensamento único” pretende universalizar a ideologia neoliberalista, visto que aqueles que a representam, “os novos senhores do mundo”, instituíram “mandamentos” que tentam consolidar os interesses do capital internacional, fartamente reproduzidos por diferentes atores sociais, entre eles, notadamente, a mídia.

Essa imposição, no entanto, não é declarada e muito menos se imprime de forma simplificada. Os interesses de um grupo particular, no caso o do capitalismo, se ocultam na construção de imaginários e em processos de identificação social. A dominação por particulares que se pretende universalizar e os conflitos que dela emergem, são dissimulados num processo de inversão da realidade.

Recorremos aos estudos de Orlandi (1999) para pensarmos a ideologia neoliberal sob a égide da proposta teórico-metodológica deste trabalho. A autora desloca a noção de ideologia para uma formulação discursiva a partir da observação da linguagem. O fato de não haver sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia. No movimento de interpretação dos objetos simbólicos, no qual perguntamos “o que isto quer dizer?”, a resposta praticamente vem automática, sem questionamentos, porque o sentido se apresenta como evidência, como se sempre estivesse ali. Interpretamos e ao mesmo tempo negamos a interpretação via mecanismo ideológico.

O sentido como evidência se naturaliza na relação do histórico com o simbólico sem que se perceba a “espessura” e a “opacidade” da linguagem e da história, como se as determinações históricas fossem imutáveis. A ideologia trabalha com esse mecanismo de naturalização e apagamento da interpretação: “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 1999, p.46).

É sob essa lógica que entendemos o “pensamento único” sobre as “cidades globais”, uma ideologia dissimulada no seu próprio funcionamento. Dissimulação

possível pela utilização de diferentes estratégias discursivas, entre elas, os megaeventos internacionais e a “revitalização” de zonas portuárias degradadas como molas propulsoras do desenvolvimento econômico e social das cidades.

As mudanças econômicas ocorridas a partir da década de 70 levam Saskia Sassen (1991) a afirmar que a globalização, aliada à crise no sistema de *Bretton Woods*¹³, provocou uma reestruturação geográfica e temporal que criou uma “dualidade complexa”: a dispersão da atividade econômica, que ainda assim continuou mundialmente integrada. Isto demandou uma nova organização e estruturação das grandes cidades. Ou seja, mesmo com a dispersão das fábricas, filiais e subsidiárias, além dos “trabalhadores em casa” conectados às empresas, as cidades não se tornaram obsoletas. Pelo contrário, elas aumentaram seu poder econômico.

A globalização precisava de espaços especializados, e as cidades podiam oferecer tais espaços. Criava-se, dessa forma, uma rede mundial de cidades estratégicas, “uma nova geografia de centralidade”, capaz de estabelecer as conexões necessárias aos novos fluxos globais. São as “cidades globais”, conceito criado por Sassen em 1980 baseado na observação das redes de filiais das empresas, das bolsas, das rotas comerciais e da cadeia de commodities das cidades de Nova York, Londres e Tóquio, cidades analisadas empiricamente pela autora.

Para Sassen, as cidades globais constituem-se em um complexo de empresas prestadores de serviços que se beneficia das aglomerações urbanas, posto que é setorialmente interdependente e precisa da proximidade física para atuar.

A prestação de serviços engloba questões financeiras, legais e de gerenciamento geral; inovação; desenvolvimento; projetos arquitetônicos; administração; pessoal; tecnologia da produção; manutenção; transporte; comunicações; distribuição das vendas por atacado; publicidade; serviços de limpeza para as empresas; segurança e armazenamento. Os principais componentes da categoria da prestação de serviços são uma cadeia de indústrias que atende ao mesmo tempo um mercado consumidor e empresarial: seguros, atividades bancárias, serviços financeiros, atividades imobiliárias,

¹³ As conferências de *Bretton Woods*, que definiram o Sistema *Bretton Woods* de gerenciamento econômico internacional, realizaram-se nas primeiras semanas de julho de 1944, em *Bretton Woods*, Estado de *New Hampshire*, Estados Unidos. Estas conferências reuniram 44 países, entre eles o Brasil, para estabelecer um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional, visando reconstruir o capitalismo mundial ainda sob os acontecimentos da segunda guerra, procurando evitar novos cataclismos como os que ocorreram durante a Grande Depressão dos anos 30. Dessa forma, criou-se um fundo encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro internacional bem como um banco responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição e pela ocupação: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco Mundial, apelidados então de os Pilares da Paz.

serviços legais, contabilidade e associações profissionais. (SASSEN, 1998, p. 78)

A conceituação de cidade global desenvolveu-se num período em que o enfraquecimento das estruturas rígidas da produção fordista e a dispersão espacial permitida pela tecnologia da informação transformaram importantes centros industriais fordistas em áreas degradadas e abandonadas. As “cidades globais” são aquelas capazes de superar a desindustrialização e a degradação.

A concentração de sedes das empresas transnacionais também atribuiu a essas cidades um papel estratégico na economia mundial. Essas empresas demandaram o crescimento do setor de serviços, um “novo núcleo econômico”. Vale lembrar que a autora não se refere a serviços tradicionalmente oferecidos pelas cidades, e sim a serviços específicos como contabilidade, informática, consultoria jurídica, seguros, publicidade, marketing, entre outros.

Em João Sette Whitaker Ferreira (2003), pesquisador que problematizou o conceito de cidade global pelo viés de diferentes autores, podemos encontrar um resumo do propagado conjunto de atributos que as cidades emergentes que desejam aderir ao capitalismo global devem apresentar:

- . As cidades-globais são "pontos nodais" de relação entre a economia global e a nacional;
- . São o palco de grande volume de negócios transnacionais e recebem intenso fluxo de homens de negócios ("turismo de negócios");
- . Abrigam número significativo de sedes de grandes empresas, em especial de empresas de atuação transnacional, com ênfase nos setores financeiro, bancário, mas também "produtivo de ponta" e inovadores (telecomunicações, informática, etc.);
- . Abrigam bolsas de valores importantes para as transações regionais e/ou globais, recebendo importante fluxo de capitais financeiros;
- . Apresentam uma supremacia econômica – às vezes quantitativa, às vezes quanto ao valor adicionado, das atividades terciárias, em especial aquelas do setor de serviço, "de apoio" às empresas de atuação globalizada: serviços financeiros, de contabilidade, publicidade, consultoria de negócios, serviços jurídicos internacionais, outros serviços empresariais, telecomunicações, apoio em informática, produção de softwares, etc.; e declínio das atividades industriais "fordistas";
- . Apresentam alto grau de especialização do emprego, em negócios e serviços financeiros e nas atividades de serviços acima citadas.

Concomitantemente, concentram atividades de baixa remuneração relativas a serviços de apoio logístico, como limpeza e segurança de edifícios, etc.;

. Têm disponibilidade de infraestrutura de telecomunicação e informática, tendendo a concentrar-se em "distritos" que concentram grande número de edifícios de alta tecnologia, e apresentam significativa atividade hoteleira voltada ao "turismo de negócios";

. Concentram sedes de empresas com significativa parte de sua receita oriunda de exportações;

. Oferecem infraestrutura para a recepção de grandes eventos do circuito cultural e esportivo "global": espetáculos da Broadway, grandes exposições, olimpíadas, feiras universais, etc. (FERREIRA, 2003, p. 50)

As contribuições de Ferreira (2003) são esclarecedoras sobre a ascensão das políticas neoliberais no Brasil a partir da década de 90. As matrizes teóricas das cidades globais não oferecem reflexões acerca da carga ideológica a elas atreladas, limitando-se a analisar fenômenos de demanda que reafirmam a necessidade das cidades se adaptarem a um modelo hegemônico. Esses discursos muito se fundamentam na noção do “novo”. O autor ressalta que não nega a importância desses fenômenos, que certamente trazem algo de novo, mas o uso dos argumentos que legitimam as tendências do mercado capitalista à questão urbana e à necessidade de uma “nova” cidade tenta dar uma “roupagem nova” a velhos fenômenos conhecidos da economia urbana.

Ferreira (2003) afirma que o fenômeno globalização não é novo e nem representa modernidade; é um conceito “essencialmente ideológico”, um mito de manipulação do imaginário social que associa à hegemonia da ideologia liberal a ideia de modernidade e integração dos mercados. Essa prática discursiva disfarçava um ajuste necessário à economia capitalista nos anos de 1970, que passava por uma crise estrutural. A produtividade deu lugar à competitividade. Vender ficou mais importante do que produzir.

Os blocos econômicos que se formaram para enfrentar a escassez do mercado rapidamente fracassaram por conta da saturação dos mercados industrializados e das barreiras tarifárias e alfandegárias, levando à busca pelo mercado mundial. A busca pelo mercado mundial e “os ajustes necessários à expansão da economia-mundo capitalista sempre existiram, e a expansão imperialista dos anos 50 que, entre outros, permitiu a aceleração da industrialização brasileira, é apenas um dos exemplos possíveis” (FERREIRA, 2003, p.131).

O desenvolvimento da informática, da comunicação e dos transportes permitiu que as empresas se reordenassem espacialmente, distribuindo o seu processo de produção pelo mundo e redefinindo as relações entre matriz e filial. Entretanto, o fato do avanço tecnológico permitir tal expansão não significava uma consequência obrigatória desse avanço.

A dispersão geográfica foi uma decisão estratégica e política. Ferreira (2003) afirma que esse processo não passou de uma nova forma de divisão internacional do trabalho e expansão imperialista, pois as empresas centralizavam o comando e o capital em suas sedes. As multinacionais se instalaram em lugares que ofereciam mão de obra barata, poucas restrições ambientais, trabalhistas, proximidade da matéria prima e um potencial mercado consumidor.

O Brasil se enquadrava nesse perfil. Não à toa recebeu na década de 90 montadoras automobilísticas que faziam a montagem pesada dos carros, mas deixavam em suas fábricas nos países-sedes a tecnologia avançada, já que lá as restrições ambientais e trabalhistas eram severas. O processo de expansão das empresas multinacionais evidencia o caráter ideológico.

[...] a expansão das empresas multinacionais, sob o novo padrão tecnológico, não é apresentada ao mundo, e muito menos aos países da periferia, como um movimento de "ajuste" global de uma economia em crise, mas sim como um inequívoco sinal de modernização e "integração" das economias periféricas ao "novo" mundo globalizado, que passaram a ter o privilégio de receber as mesmas fábricas e os mesmo produtos dos países industrializados. (FERREIRA, 2003, p. 135)

As economias emergentes da América Latina na década de 80 passavam por uma crise agravada pela dificuldade de pagamento da dívida externa, que impedia o investimento interno. A inflação galopante desanimava e revoltava a população. Brasil e México são exemplos desse momento conturbado, com alta concentração de renda numa minoria. Esses países tornaram-se ideais para a expansão do capitalismo mundial nessa fase de intensa competitividade, pois precisavam do capital financeiro para estabilizar suas economias. Isso aconteceu por meio de políticas cambiais, alta dos juros e uma moeda forte.

O Brasil lançou o Plano Real em 1994, que no início gerou pontos aparentemente positivos, elegeu e reelegeu o presidente Fernando Henrique Cardoso,

considerado o responsável pela estabilização da economia, mas os resultados foram desastrosos no final da sua gestão, porque o alinhamento ao mercado mundial cobrou o seu preço: a imposição neoliberal de regras econômicas, políticas e culturais, como “a privatização de suas infraestruturas em concorrências abertas aos grandes grupos do Norte, a desregulação das economias permitindo a aquisição das empresas desses países pelas gigantes transnacionais, etc.” (FERREIRA, 2003, p.138).

A propósito, a privatização de empresas estatais era uma das dez regras estabelecidas pelo “Consenso de Washington”, que como falamos anteriormente era uma cartilha que indicava o modelo a ser seguido pelos países emergentes que desejavam aderir ao capitalismo global. Para que esse modelo se consolidasse, uma “aliança” foi feita entre as “elites periféricas” e as forças expansionistas do capital.

Nesse sentido, o ideário de cidade global se intensificou no Brasil na década de 90, quando os consultores catalães liderados por Jordi Borja e Manuel Castells visitaram diferentes cidades latino-americanas, entre elas São Paulo e Rio de Janeiro, divulgando o “modelo de sucesso”: Barcelona 1992. Borja e Castells (1996 e 1997) e Sassen (1998) tornaram-se referências quando se tratam de cidades adaptadas à economia globalizada. A apropriação desse ideário pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e pela mídia foi notória à época.

Borja e Castells (1996 e 1997) propagam fortemente o modelo neoliberal de cidade. Atribuindo às cidades a condição de atores políticos, os autores afirmam que os signos do protagonismo do modelo na vida política, econômica, social, cultural e nos meios de comunicação multiplicam-se. Nesse cenário, os prefeitos das grandes cidades são convertidos em líderes nacionais pelo destaque que alcançam nas instâncias política e midiática. Os planos estratégicos que, segundo os autores, têm como inovação a participação cívica, a descentralização dos governos locais e as parcerias público-privadas, são determinantes para que as grandes cidades latino-americanas sobressaíam como atores políticos e econômicos.

No contexto da globalização, o Estado passa a desempenhar um novo papel: o de facilitador da atuação dos governos locais para o desenvolvimento das grandes cidades, pois são elas que potencializam as ações necessárias à competitividade interurbana. A reformulação do papel do Estado se deve à necessidade de flexibilização e descentralização da rígida organização através de uma articulação entre os diferentes níveis que os compõem. Isto facilita a relação com as diferentes culturas e territórios

que formam parte da nação, assim como a superação das “tendências dissolventes da sociedade da informação inscritas na dicotomia entre os fluxos de poder e o particularismo da experiência, ao introduzir nova perspectiva na gestão das cidades” (BORJA e CASTELLS, 1996, p. 31).

Na mudança de um Estado regulador para um Estado mediador, os autores percebem a relação que ele desempenha com os governos locais mais no sentido contratual do que hierárquica, ajudando os governos locais com recursos financeiros na consecução de infraestrutura urbana e na negociação com agentes econômicos internacionais. Entendendo que as formas tradicionais de gestão urbana engendradas em certa inflexibilidade institucional, com legislações que universalizam normas que recusam políticas integradas, não dão conta do papel atribuído aos governos locais em tempos de competição interurbana, Borja e Castells propõem uma reforma política e administrativa.

[...] a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de "patriotismo cívico", de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental ou simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população [...]. (BORJA & CASTELLS, 1996, p. 160)

Entre as estratégias político-administrativas sobressai o objetivo de sediar megaeventos internacionais, notadamente Jogos Olímpicos. Os megaeventos se convertem em oportunidade de operacionalização de grandes intervenções urbanas e de promoção das cidades pelo marketing urbano. A reestruturação de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992 é paradigmático dessa lógica. O forte apelo simbólico gera um clima de otimismo nas cidade-sede, potencializando sentimentos de pertencimento e patriotismo, o que para os defensores do modelo, impulsiona o apoio da população às obras urbanas necessárias à preparação da cidade.

As discussões sobre cidades globais geraram, segundo Ferreira (2003), uma confusão entre teóricos de esquerda, o que tornou mais eficaz sua faceta ideológica. A ênfase dada à gestão participativa e ao setor de serviços foi apropriada por movimentos urbanos de esquerda que sempre pregaram a participação popular e uma gestão democrática que atuasse em áreas que precisavam de transformação. Entretanto, essas práticas tornaram-se instrumento ideológico para a legitimação das mudanças, que na verdade seguiam no sentido oposto às propostas por aqueles movimentos, já que eram

elitistas e excludentes. Ferreira afirma que o planejamento estratégico ao adotar argumentos sabidamente neoliberais, propostos, por exemplo, por Castells, intelectual de esquerda, “conseguiu criar uma confusão suficiente para que fosse aceito com certa legitimidade, daí seu inegável poder ideológico, por muitos intelectuais e prefeituras consideradas de esquerda” (FERREIRA, 2003, p. 165).

Ao recuperar a ascensão do neoliberalismo, entendemos como foi atribuído às cidades o protagonismo na acumulação de capital. Essa política governamental elegeu um caminho padronizado a ser seguido por cidades que desejam ser competitivas na economia globalizada, a saber, cidade globais. Os meios de comunicação têm um papel fundamental nesse processo, pois legitima ideologicamente a globalização capitalista.

A gestão urbana do Rio segue os passos indicados pelo receituário neoliberal há mais de vinte anos. O jornal *O Globo* atua estrategicamente na construção de consenso sobre as intervenções urbanas que têm como objetivo o mercado global. Apesar do nosso recorte de análise do *O Globo* recobrir os anos de 2010 a 2015, é importante retomar a cobertura jornalística da eleição da cidade para sediar as Olimpíadas, pois o dia 2 de outubro de 2009, data do “sim” para o Rio, daria início a uma massiva construção discursiva do projeto de cidade, e tudo mais que viria à reboque desse processo simbólico.

2.2 Rio dos megaeventos

A eleição do Rio como sede de megaeventos esportivos internacionais “autorizou” intervenções urbanas idealizadas desde o início dos anos 1990. Instâncias governamentais, privadas e midiáticas enaltecem o Rio por sua beleza exuberante, variedade cultural, hospitalidade carioca e capacidade de geração de negócios, valores agregados à construção da ideia de “vocação” da cidade para megaeventos. Valores mesmos trabalhados por um processo de *branding* que “vende” a cidade como uma mercadoria.

O Brasil oferece pequenos, médios e grandes eventos artísticos, esportivos e de negócios. O Norte e Nordeste fazem festas religiosas, folclóricas e carnavais, inclusive fora de época; no Sul, encontramos os festivais de cerveja e comidas típicas; o Sudeste, especialmente o Rio de Janeiro, consagrou definitivamente o carnaval e o *réveillon*. As grandes empresas cada vez mais associam suas marcas aos megaeventos. A visibilidade

nos meios de comunicação movimentam quantias astronômicas, mas essa estratégia de marketing retorna às empresas materialmente no aumento das vendas e simbolicamente no reforço da imagem positiva da marca.

Entre os grandes eventos que nos últimos dez anos movimentaram a rotina do Rio, estão: os Jogos Pan-Americanos de 2007; a segunda edição da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento - Rio+20, em 2012; a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Não podemos esquecer do *Rock in Rio*, que depois de consagrar-se marca de festival de rock, em 1985, e ser produzido em outros países, voltou ao Brasil em 2011 e desde então acontece bienalmente. Mas são os megaeventos esportivos internacionais – Copa do Mundo de 2014 e, sobretudo, os Jogos Olímpicos de 2016 – os mais emblemáticos para esta pesquisa, visto que são argumentos para produção de espaço e de sentidos sob a lógica neoliberal.

No dia 3/10/2009, dia seguinte ao anúncio do Comitê Olímpico Internacional (COI), *O Globo* traz a cobertura do evento. A primeira página do jornal faz alusão ao futuro que a partir daquele dia já transformaria o presente da cidade: “2016, o ano que já começou”. Esta edição contempla um caderno especial sobre o Rio cidade-sede com o título, em letras garrafais, “Rio 2016, olímpica e maravilhosa”. Uma grande foto do público que aguardava, na praia de Copacabana, a decisão do COI abre a série de reportagens. A *figura 1* reproduz a matéria analisada.



Além da visibilidade, vem um conjunto importante de obras

Alcio Neves, governador de Minas Gerais



Vai ser importante para o Rio, verdadeira vitrine do Brasil

José Serra, governador de São Paulo

Chance para mudar de vez o Rio

As Olimpíadas de 2016 são uma excelente oportunidade para transformar o modelo de desenvolvimento do Rio, inserindo de vez a cidade entre os principais centros urbanos do mundo, na opção do economista Sérgio Buarque de Gusmão, presidente da Câmara de Desenvolvimento Sustentável da prefeitura. Segundo ele, o Rio tem a chance de fortalecer sua imagem internacional, especialmente na área da sustentabilidade.

— Temos uma natureza exuberante, e a questão ambiental é a grande tema do século XXI. O Rio precisa não apenas realizar jogos verdes, que dêem exemplo na área ambiental, mas chegar a 2016 e mostrar sua face, o seu coração e os grandes avanços na sustentabilidade. O mundo vai cobrar isso — diz Buarque.

A presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IABR), a arquiteta e urbanista Elyse Gali, argumenta que o projeto 2016 aprovado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) prevê uma melhor integração da cidade, com a valorização de áreas e setores até então esquecidos pelo modelo de desenvolvimento adotado nos últimos anos. A arquiteta acrescenta que



Paradeiro em Salvador para comemorar vitória caroka

os jogos proporcionarão uma oportunidade de torcer a cidade para a vitória do Rio. Em Salvador, a bateria mirim do Glódium saiu às ruas do Pelourinho com uma faixa dizendo "Rio 2016, nós podemos". Na sede da prefeitura do Rio, uma enorme faixa almejava às Olimpíadas foi estendida na fachada.

Os atletas olímpicos demonstraram grande entusiasmo com a visita dos jogos para o Brasil.

— A campanha foi perfeitíssima, acho que aprendemos com os jogos de 2012 e agora, deus certo — disse Gustavo, medalhista de ouro com a seleção de vôlei em Atenas e em Pequim.

que conquistou duas medalhas nos Jogos (ouro em Atenas-2004 e prata em Pequim-2008), destacou que a vitória é importante para todo o país, não somente para o Rio.

— Com a realização das Olimpíadas aqui no Brasil, os investimentos em todas as modalidades devem crescer bastante nos próximos anos. Será uma excelente oportunidade para que, finalmente, o nosso país entre no cenário global das potências olímpicas.

Uma das maiores estrelas da história do vôlei mundial, Ana Moser disse ontem que a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas em 2016 deve não só pela emocionante apresentação feita ontem, mas "por todo o trabalho diplomático" que antecedeu a cerimônia em Copenhague, na Dinamarca.

Segundo ela, ao ser anunciado como sede dos jogos de 2016, o Brasil já deu o primeiro passo para o mundo de que está laureado globalmente, mas agora precisa cuidar de sua estrutura interna.

— Foi impressionante o quanto o Brasil conseguiu evoluir e impressionar a todos, daqueles conselheiros. Realmente foi uma bela apresentação, mas o que ganhou foi o trabalho diplomático feito ao



RODRIGO Galvão Brasil ganhou

teoricamente.

Durante o anúncio da cidade-sede das Olimpíadas de 2016, vários famosos usaram o microblog Twitter para manifestar a sua alegria ao saber que o Rio de Janeiro havia derrotado Chicago, Tóquio e Madrid na disputa de Copenhague. A cantora brasileira Sangalo destacou que a vitória será boa também para os atletas: "Essa vitória será um maravilhoso incentivo ao esporte brasileiro", escreveu.

Já a apresentadora Angélica digitou toda a sua emoção em 88 toques: "Foi de sempre: ganhamos na guerra, na estocagem... não tem igual à do povo brasileiro". ■

Em meio à euforia pela escolha do COI, torcida por uma cidade bem melhor daqui a sete anos

Rio, parabéns pelas Olimpíadas de 2016.

Grupo Gas Natural. Energia positiva para um mundo melhor.

www.gng.com.br / 08000 24 77 98

CEG gasNatural CEG RIO

(Figura 1)

Vejamos alguns trechos:

Chance para mudar de vez o Rio”

As Olimpíadas de 2016 são uma excelente oportunidade para transformar o modelo de desenvolvimento do Rio, incluindo de vez a cidade entre os principais centros urbanos do mundo” (*O Globo*, 3/10/2009, p.6).

Como mostra um estudo feito pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP), a pedido do Ministério do Esporte, haverá benefícios para setores como os de intermediação financeira e seguros, imobiliário, prestação de serviços, saúde, petróleo e gás [...] depois de 2016, a herança para a economia brasileira e, em especial, para o Rio deve girar em torno da venda e aluguel de apartamentos nas Vilas Olímpicas e no aumento da oferta de emprego. (*O Globo*, 3/10/2009, p.15)

Agora vejamos a declaração do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ilustra a matéria uma foto de Lula chorando.

O choro presidencial da vitória

“O Brasil ganhou sua cidadania internacional. Não somos mais de segunda classe; somos de primeira classe. Somos um país que foi colonizado, e por isso tínhamos mania de ser pequenos, sempre achando que todos podiam e nós não podíamos – afirmou o presidente mais uma vez parafraseando Barack Obama – Sim, nós ganhamos. (*O Globo*, 3/10/2009, p.4)

Vários atletas falam da importância do evento para o Rio, como a ex-jogadora da seleção brasileira de vôlei Ana Moser, que diz ser a vitória um recado para o mundo de que a cidade já está inserida globalmente. Paulo Senise, à época diretor do *Rio Convention & Visitors Bureau*, afirma que a escolha do Rio traz efeitos positivos imediatos à visibilidade da cidade.

Nenhum orçamento público pode nos dar isso. O Rio vai recuperar a sua posição no cenário internacional, para captar eventos do setor esportivo, congressos e turistas. O resgate da autoestima também terá reflexos no turismo nacional. (*O Globo*, 3/10/2009, p.18)

Um funcionário público que festejava na praia de Copacabana, chorando de alegria dizia: “foi emocionante demais conquistar as olimpíadas. Isso mostra a capacidade de união e trabalho do carioca e do brasileiro” (*O Globo*, 3/10/2009, p.15). Entre as matérias, anúncios de grandes empresas exacerbam o orgulho brasileiro e a crença na transformação da cidade a partir do megaevento, entre eles:

A emoção de investir no Rio e o orgulho brasileiro não têm tamanho. (Eike Baptista)

Muita gente vai ganhar com as Olimpíadas, muita mesmo. (Sistema Firjan)

Olimpíadas 2016. O sonho já conquistamos, que venham as medalhas. (Odebrecht)
Rio de Janeiro. Felicidade é ter as Olimpíadas aqui. (Coca-Cola).
A cidade maravilhosa acaba de ganhar um cartão-postal: a pira olímpica. (Samsung) (*O Globo*, 3/10/2009).

O megaevento se tornou a justificativa “ideal” para a legitimação das transformações urbanas, atuando, também, como catalisador dos investimentos necessários a sua realização. Nesse campo de lutas pelos sentidos, a cidade é, ao mesmo tempo, cenário, personagem e produto. A delegação que foi a Copenhague para o anúncio do COI era grande, formada por políticos, autoridades ligadas ao esporte, atletas e ex-atletas que se tornaram referência do esporte brasileiro. Todos sob o comando do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Minutos antes do início da cerimônia, em uma sala reservada à comitiva brasileira, todos deram as mãos, rezaram o “Pai Nosso” e depois cantaram “Cidade Maravilhosa”.

Ao receber o “sim” para o Rio, gritos, abraços e risos se misturavam ao choro copioso de Lula. A delegação cantou novamente “Cidade Maravilhosa”. No Rio, cerca de 50 mil pessoas, em sua maioria vestida de roupas com cores verde e amarela e rostos pintados, festejavam na praia de Copacabana a “boa nova”. Uma bandeira de dois mil metros quadrados estampando o Cristo Redentor e a frase “*Rio loves you*” passeava sobre o público. O Rio recebia o status de “Cidade Olímpica”.

Cenário e atmosfera espetaculares estavam montados para o megaevento se tornar estratégia discursiva da gestão urbana e do jornal *O Globo*, dando a largada para a construção simbólica de um consenso sobre o projeto neoliberal de cidade que “recuperaria” a imagem do “Rio Cidade Maravilhosa” e, por conseguinte, impulsionaria o desenvolvimento econômico requerido pelas “cidades globais”. Tudo isso sob a “incontestável” certeza de que essa transformação urbana era um sonho coletivo.

As matérias do caderno especial apontam para o entusiasmo coletivo que toma conta da cidade a partir da “boa nova”. O discurso da euforia, do otimismo, da recuperação da autoestima, marca o início de uma construção discursiva sobre o projeto de cidade, dando pistas, desde os títulos das reportagens, dos eixos discursivos que passariam a estruturar a comunicação do jornal *O Globo* com a sociedade quando o assunto é megaeventos esportivos.

Esses discursos estruturam-se, segundo Vainer (2012), “na articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma *mercadoria*, a cidade é uma *empresa*, a cidade é

uma *pátria*” (2012, p.77 – grifos de autor). Vainer chama atenção, entretanto, para o fato de que os atores políticos e sociais que enaltecem um modelo de cidade competitiva desprezam as especificidades locais e valorizam o interesse do capital transnacional por meio de “espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança...” (VAINER, 2012, p.79). O preço que se paga por esse modelo de cidade preparado para disputar o direito a ser escolhida como localização atraente para investimentos e megaeventos é alto.

Conforme defende Fernanda Sánchez (2010), o clima de otimismo em cidades designadas para sediar megaeventos “é utilizado duplamente: para atrair a percepção externa em várias escalas e para potencializar o chamado ‘patriotismo de cidade’” (SÁNCHEZ, 2010, p. 500), articulações discursivas nas quais transparece a cidade atuando como empresa e como mercadoria. Para a autora, a cidade-mercadoria é uma das ideias mais populares dos neoplanejadores, e nesta dinâmica o marketing urbano torna-se fundamental ao processo de planejamento e gestão das cidades. Nesse sentido, Sanchez (2010) e Vainer (2012) afirmam que preparar a cidade para receber megaeventos esportivos internacionais é um dos sustentáculos discursivos de um projeto ideológico de cidade.

As reportagens do *O Globo* também nos remetem à Beatriz Jaguaribe (2011), para quem os discursos sobre o par Copa - Jogos Olímpicos tecem uma nova imagem do Rio, visto que “esses eventos internacionais revelam desejos por uma cidade ideal, espetáculos da modernidade e imaginários midiáticos” (JAGUARIBE, 2011, p. 1). A autora afirma que a cidade passa por um processo inevitável de *branding*, em que estratégias midiáticas “vendem” uma imagem para captar investimentos e turismo a partir do título de “Cidade Maravilhosa”, que sempre esteve engendrado numa encruzilhada de representações, mas que agora é recriado e incorporado a conteúdos que seguem receituários globais.

O poder material e simbólico dos grandes eventos nas cidades não é uma novidade da contemporaneidade. Eles inquietaram o filósofo Walter Benjamin (1985), que chamou as primeiras Exposições Universais do século XIX de “centros de peregrinação ao fetiche mercadoria que uniram o capital, a arte e a técnica, inspirados no ideal saintsimoniano de aliança dos povos” (1985, p.35). Para o autor, as exposições eram a representação espetacular da industrialização e da ascensão do capitalismo, o

palco de exibição do mundo burguês.

Os visitantes eram seduzidos pelo o espetáculo das exposições, que aguçava os sentidos corporais e hiperestimulava o homem moderno. Locomotivas, obras de arte, máquinas que fiavam lã, batiam grãos e fabricavam chocolates se apresentavam em meio a luzes, sons, aromas e informações. Benjamin identificou na grandiosidade e na espetacularização das exposições a montagem de um cenário sedutor para o homem moderno aceitar e ocupar o seu novo lugar no mundo.

Don Slater (2002) explica que nesse período a cultura do consumo seguiu por duas direções contraditórias, mas interligadas. De um lado, se consolidava em meio à produção do espetáculo público, em que tudo era passível de consumo e exibição. “A cidade, as lojas de departamentos e, em particular, as exposições internacionais contêm significados coletivos muito importantes enquanto símbolos tanto da civilização científica quando da grandeza nacional” (SLATER, 2002, p. 23); por outro lado, o consumo tornou-se uma cultura respeitável porque lutou para arrancá-lo da aristocracia, em que era sinônimo de luxo, e das classes trabalhadoras, para quem significava libertinagem pública.

Para o entendimento da representação das Exposições Universais para o mundo ocidental capitalista, Sandra Jatahy Pesavento (1997) propõe refletir sobre o sistema de fábrica, problematizando a introdução da máquina e a organização do trabalho na sociedade moderna. Inspirada em Marx (1867), a autora percebe a tecnologia como uma ferramenta de dominação da classe trabalhadora, e o sistema capitalista tomando a aparência de uma mercadoria sedutora que encobria as atrocidades que permeavam as relações sociais no processo produtivo.

As Exposições Universais foram grandes eventos alinhados a interesses capitalistas, que transformaram as cidades em mercadoria consumida de forma espetacular, pois os discursos dessas exposições tinham “um apelo de canto da sereia, tanto no sentido de que ela tinha algo para oferecer a cada um, quanto no sentido do engodo, da sedução, do jogo das aparências e do ocultamento” (PESAVENTO, 1997, p.13).

No século XIX, Londres e Paris transformaram-se urbanisticamente para receber visitantes que chegavam para o espetáculo das primeiras Exposições Universais. As novas técnicas, a velocidade das informações, o redesenho do espaço urbano, toda sobrecarga sensorial que hiperestimulou o homem moderno, tão bem contextualizada

por Simmel (1987), foi fundamental para a transformação da estrutura física dos eventos tradicionais em “mega” produções. A dinâmica das festas e celebrações foi modificada dentro do contexto da cultura de massa e da estética por ela imposta. O século XX consolidou essa nova percepção de mundo. Não à toa, a transfiguração dessas efervescências sociais para o formato “mega” confundia-se com o crescimento das cidades, avanço tecnológico dos *media* e expansão do capital.

Ricardo Ferreira Freitas (2011) entende as Exposições Universais como meios de comunicação de massa próprios de suas épocas, pois celebravam a genialidade industrial como processo de consumo. Ao pesquisar os megaeventos contemporâneos, o autor propõe um conceito inspirado no fato social de Durkheim (1985), que determina:

alterações do cotidiano de uma coletividade, caracterizando-se por três vertentes: a coercitividade relacionada a fortes padrões culturais do grupo que os indivíduos integram; a exterioridade desses padrões de cultura; e a generalidade, ou seja, os fatos sociais existem para a coletividade. (FREITAS, 2011, p.9)

Nesse sentido, o autor considera os megaeventos fatos sociais midiáticos porque além de reunirem as três vertentes propostas por Durkheim, ganharam novos sentidos pela apropriação dos meios de comunicação de massa e pelas redes sociais. Freitas chama de reverberações dos megaeventos os efeitos materiais e simbólicos que eles produzem, como intervenções urbanas, mudanças na rotina da cidade e alteração na interação dos indivíduos entre si. Os meios de comunicação potencializam essas reverberações. Uma característica importante dos megaeventos contemporâneos é o impacto massivo na mídia, visto que esse impacto se imprime bem antes, durante e depois do encerramento de um megaevento.

Ao mesmo tempo em que se retroalimentam das reverberações, eles causam o envolvimento coletivo para continuar noticiando e anunciando. Daí considerarmos o megaevento como um fenômeno social midiático. A grande chave para entendermos essa ligação é o poder coercitivo de um megaevento. (FREITAS, 2011, p.9)

As primeiras Exposições Universais e o conceito de megaeventos proposto por Freitas, dão a ver processos materiais e simbólicos que esses certames produzem nas cidades em que eles acontecem e na população que nelas habita. O Rio está passando por esse processo, agora redimensionado por um modelo que “promete” transformar cidades em “cidades globais” a partir de novas mediações entre o público e o privado.

Esta lógica se sustenta num grande discurso fetichista e neoliberal que legitima grandes intervenções urbanas como o caminho “único e inevitável” para mudar a imagem da cidade, e dessa forma atrair investimentos privados, negócios e turistas.

Retomando a cobertura do *O Globo* sobre o Rio cidade-sede, observamos que os Jogos Olímpicos servem à construção de uma nova imagem da cidade, espetacularizada midiaticamente pela profusão de fotos e fontes. Depoimentos de políticos, especialistas, celebridades e de parte da população, além da publicidade de grandes empresas, exacerbam sentimentos de pertencimento, orgulho e patriotismo, apontando para uma articulação discursiva que constrói uma visão otimista sobre a cidade. Nesse sentido, o megaevento serve aos rituais de consumo da cidade e à consagração da cidade-marca.

Na modernidade, os discursos que “vendiam” a cidade eram, sobretudo, de arquitetos, urbanistas e políticos. No contexto contemporâneo das cidades globais, tais discursos tomam outra dimensão, pois, além de entrarem em cena atores da iniciativa privada, no caso específico do Rio, notadamente, agentes do mercado imobiliário, são potencializados por jornalistas, publicitários e marqueteiros. O emblemático nessa produção de sentidos é que o jornalismo, que deveria problematizar o projeto de cidade, se mostra cada vez mais atravessado pela estratégia institucional público-privada.

Como Benjamim (1985) identifica nas Exposições Universais do século XIX o cenário ideal para o homem moderno ocupar o seu lugar, e Jaguaribe (2011) percebe a Exposição Universal de 1922 como o marco simbólico de “entrada” do Rio na modernidade, os discursos dos Jogos Olímpicos de 2016 constroem a ideia do megaevento como a “grande oportunidade” da cidade se globalizar. Dessa forma, os megaeventos esportivos aceleraram diferentes intervenções urbanas na cidade, cuja mais emblemática é a “revitalização” da zona portuária.

2.3 Projeto Porto Maravilha

Tornar o Rio de Janeiro uma cidade competitiva globalmente implica uma reestruturação urbana a qual a prefeitura afirmou que, apesar do apoio financeiro dos governos federal e estadual, somente poderia ser viabilizada por parcerias com agentes privados. A “revitalização” de regiões portuárias degradadas é indicada pelos planejadores neoliberais como uma estratégia importante ao processo de mudança da imagem da cidade. As “revitalizações”, dessa forma, tornaram-se tendência mundial. Ao

nosso ver, um produto da política urbana neoliberal cobiçado pelas parcerias público-privadas, pois no caso do Rio elas oficializam interesses privados em detrimento das verdadeiras demandas sociais das cidades.

O Estatuto da Cidade ressalta que a Operação Urbana Consorciada deve atentar para “melhorias sociais” e “valorização ambiental”, mas o que se verifica é que tal experiência, na maioria das vezes, serve aos lucros do capital imobiliário e agrava problemas sociais, dando a ver um hiato entre o discurso e a prática. Antes, porém, de estabelecermos um debate teórico sobre parcerias público-privadas, destacamos fragmentos do projeto Porto Maravilha, questões que problematizaremos nos capítulos três e quatro a partir da análise das reportagens do jornal *O Globo*.

Criada pela Lei Municipal nº101/2009 e amparada no Estatuto das Cidades¹⁴, a Operação Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, cujo nome fantasia é Porto Maravilha, tem como finalidade:

Promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho [...] nos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, morros do Pinto, Conceição, Providência e Livramento e parte do Caju, São Cristóvão, Cidade Nova e Centro¹⁵.

Antes de ser regulamentada pelo Estatuto da Cidade, a Operação Urbana Consorciada já constava nos Planos Diretores municipais, uma vez que a Constituição de 1988 consagrou, entre outros, o princípio da descentralização administrativa, concedendo aos municípios maior autonomia política, fiscal e financeira. Além de receberem aumento dos repasses de recursos federais e estaduais, os municípios poderiam instituir e arrecadar tributos. Com competência exclusiva sobre o ordenamento territorial, a gestão urbana foi repensada e os projetos urbanos agilizados.

Alegando limitação para produzir e manter determinados espaços urbanos, o prefeito Eduardo Paes lançou mão da Operação Urbana Consorciada, instituindo a parceria público-privada como instrumento capaz de viabilizar as intervenções urbanas

¹⁴ A Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm - acesso em 30/6/2014.

¹⁵ Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha> - acesso em 30/6/2014.

pretendidas por sua gestão.

Considera-se Operação Urbana Consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (*Estatuto da Cidade*, Seção X, Art. 32, § 1º)

Com o apoio dos governos federal e estadual, o Porto Maravilha propõe um “novo conceito de mobilidade urbana”:

O Porto Maravilha mudará totalmente o conceito de mobilidade urbana na Região Portuária. O novo sistema privilegia o transporte público coletivo, valoriza a ideia de morar perto do trabalho, cria mais espaços para pedestres, implanta 17 km em ciclovias, contempla recursos de acessibilidade e integra os meios de locomoção na área. A demolição do Elevado da Perimetral, chave do novo sistema viário do Porto Maravilha, e a construção das vias Expressa e Binário do Porto ultrapassa razões estéticas, segue concepção de mobilidade moderna. O Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ligará Centro e Região Portuária em 28 Km e 32 paradas. O projeto fortalece o conceito de transporte público integrado ao conectar metrô, trens, barcas, teleférico, BRTs, redes de ônibus convencionais e aeroporto (Santos Dumont)¹⁶.

As principais linhas de ação para a “valorização e resgate do patrimônio da Região Portuária” são: “preservação e valorização da memória e das manifestações culturais; valorização do patrimônio cultural imaterial; produção e difusão de conhecimento sobre a memória da região; recuperação e restauro material do patrimônio artístico e arquitetônico; exploração econômica dos patrimônios material e imaterial, respeitados os princípios de integridade, sustentabilidade, inclusão e desenvolvimento social”¹⁷. Como “fomento à cultura” foram construídos o AquaRio, maior aquário marinho da América Latina, o Museu de Arte do Rio – MAR e o Museu do Amanhã.

Para consolidar a parceria público-privada que viabiliza a “revitalização” da zona portuária, a prefeitura, através de uma Comissão Especial de Licitação, selecionou a Concessionária Porto Novo, formada pelas empresas Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia¹⁸, para execução das obras, assim como para a manutenção dos serviços por 15 anos. A coordenação da implantação do Porto Maravilha fica a cargo da Companhia

¹⁶ Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/mobilidadeurbana> - acesso em 30/6/2014.

¹⁷ Disponível em: http://portomaravilha.com.br/porto_cultural - acesso em 30/6/2014.

¹⁸ Vale registrar que as três empreiteiras (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia) estão entre as empresas investigadas na Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal em 2014.

de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CEDURP, empresa criada especialmente para este fim. Como gestora da operação, cabe à CEDURP:

Articulação entre os demais órgãos públicos e privados e a Concessionária Porto Novo - que executa obras e serviços nos 5 milhões de metros quadrados da Área de Especial Interesse Urbanístico (Aeiu) da Região do Porto do Rio [...] presta contas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e participa da aprovação de empreendimentos imobiliários em grupo técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Também é o órgão que tem a responsabilidade de disponibilizar parte dos terrenos em sua área para o mercado. Entre as atribuições da companhia está ainda a atuação como fomentadora do dinamismo econômico e social da região portuária¹⁹.

O Estatuto da Cidade, em seu Artigo 34, permite que Operações Urbanas Consorciadas trabalhem com a emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, que devem ser utilizados obrigatoriamente na área objeto da operação. Os CEPACs são títulos mobiliários utilizados para financiar Operações Urbanas Consorciadas que “recuperam” áreas degradadas nas cidades. Esses títulos permitem que empresas imobiliárias construam empreendimentos maiores que o potencial de construção²⁰ definido no zoneamento da região.

A Lei que criou a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha definiu um aumento de potencial de construção que varia conforme o empreendimento, a localização do projeto e o tipo de utilização. Para imóveis residenciais são necessários menos CEPACs do que para imóveis não-residenciais. Já as áreas preservadas, de morro e franja de morro, não têm potencial adicional de construção porque não podem sofrer alterações em seu gabarito.

A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da CEDURP, criou o Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto, gerido pela Caixa Econômica Federal, para a negociação dos CEPACs da região portuária. Em leilão eletrônico realizado no dia 13 de junho de 2011, 6,4 milhões de CEPACs foram arrematados, em lote único, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, que comprou um conjunto de R\$ 3.508.013.490 e ficou responsável pelos R\$ 8 bilhões de investimento no projeto.

¹⁹ Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/quemsomos> - acesso em 30/6/2014.

²⁰ O potencial de construção é a quantidade de metros quadrados que se pode construir em determinado terreno, representada na altura do prédio, nos andares e na metragem.

Os R\$ 4,5 bilhões restantes foram obtidos pelo banco com a valorização dos certificados. A Caixa Econômica Federal não prestou financiamento à Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha ou à CEDURP; ela foi contratada pela CEDURP para fiscalizar os recursos oriundos da venda dos CEPACs. Uma vez alienados em leilão, os CEPACs podem ser comercializados livremente no mercado.

Sobre a parceria entre os governos locais e os agentes privados, Borja e Castells (1997), defensores do modelo neoliberal de cidade, afirmam que apesar da capacidade política e financeira ser menor do que a dos Estados, os governos locais perceberam que não só as cidades precisavam das empresas como as empresas também precisavam sobremaneira das cidades, visto que são importantes na organização geográfica das empresas. Dessa forma, os governos locais tornaram-se atores indispensáveis à mediação e negociação entre os interesses do capital e da coletividade. Contribuindo para melhorar as condições de produção e competição das empresas, conseqüentemente os governos locais promoveriam o bem-estar da sociedade local.

A efetivação da parceria público-privada do Porto Maravilha se alinha ao receituário neoliberal propagado por Borja e Castells (1996), que considera a PPP um dos principais mecanismos que conferem às cidades condições de inserção na competitividade urbana.

O governo local deve favorecer o acordo com outras administrações públicas e a cooperação público-privada como meio para realizar tanto a promoção exterior citada como aquelas obras e serviços que os déficits acumulados, as novas demandas urbanas e a mudança de escala da cidade exigem. O acordo e a cooperação demandam iniciativa política, inovação legal e financeira e consenso entre os cidadãos. (BORJA e CASTELLS, 1996, p. 160)

Os autores propõem que a organização política local não faça uma administração centralizada nem uma “separação rígida entre o setor público e privado” (BORJA e CASTELLS, 1996, p.159). Defendem que o financiamento dos governos locais para a execução da agenda urbana deve ser feito por meio de uma repartição mais adequada do produto dos impostos nacionais, pelo repasse inerente às atribuições e pela autorização de arrecadação de tributos próprios e de cooperação público-privada. As atividades ou serviços que podem separar-se materialmente do serviço público devem ser delegados a centros gestores autônomos (institutos, fundações, empresas públicas ou consórcios etc.) com receita própria e capacidade para controlar seus gastos, serviços externos e

contratação de pessoal.

Vainer (2012) critica essa proposta: “o fim da *separação rígida* quer dizer, em bom catalão, participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas...” (VAINER, 2012, p.88 – grifos do autor). Arantes (2012) explica que as cidades americanas se tornaram máquinas de crescimento e de produção de riquezas, e ao planejador urbano cabia a manutenção frenética dessas máquinas, o que fez dele o principal alvo da ofensiva liberal-conservadora a partir dos anos 80. O controle da expansão urbana foi substituído pela obsessão do crescimento. A “fórmula salvadora” passava a ser a “famigerada revitalização urbana” e com ela derivados “não menos famigerados”: a parceria entre o setor público e o setor privado (ARANTES, 2012, p.22).

Percebemos que a polêmica é grande quando se discute Operação Urbana Consorciada. Ermínia Maricato e José Sette Whitaker Ferreira (2002) ressaltam que como outros instrumentos propostos no Estatuto da Cidade, a parceria público-privada pode ser benéfica ou nociva à cidade, pois o que a define tem menos a ver com a técnica e mais com a formulação e implementação no nível municipal, já que envolve uma questão política.

Os efeitos progressistas só serão sentidos se houver uma mobilização social que garanta a regulamentação “de forma a assegurar uma implementação segundo os interesses da maioria e não apenas das classes dominantes, e que permita o controle efetivo do Estado e a possibilidade de controle social na sua aplicação” (FERREIRA e MARICATO, 2002, p. 238). O que os autores identificam em suas pesquisas, todavia, é que as parcerias com agentes privados assumem um caráter perverso que se contrapõe ao interesse público e social.

Ferreira e Maricato (2002) alertam para o fato desse modelo de gestão neoliberal desconhecer a realidade das cidades brasileiras, e das latino-americanas de uma forma geral, como o mercado residencial legal, por exemplo, que não atende à metade da população brasileira. Nos países do capitalismo central, moradia com água e esgoto, transporte, saúde e educação eficientes são praticamente universais.

Essa especificidade é fundamental. Ela faz toda a diferença. Desconhecê-la significa desconhecer a realidade e manejar a ficção, ou melhor, significa tomar uma parte da cidade pelo todo: a cidade do mercado que é, em muitas metrópoles, a cidade da minoria privilegiada. (FERREIRA e MARICATO, 2002, p.239)

Na maioria das vezes, a motivação para o estabelecimento das operações urbanas consorciadas é 2o atendimento às demandas específicas do setor imobiliário, e não à necessidade de se elaborar um amplo plano urbanístico no qual se encaixe a parceria público-privada como a melhor solução para os problemas sociais da cidade, como é amplamente propagado pelos governos locais e pela mídia.

Ao direcionar as parcerias público-privadas para a valorização de áreas com potencial imobiliário, como é o caso da região portuária do Rio, as operações urbanas se afastam das intervenções em pequena escala para se concentrar em áreas que vão atrair investimentos da iniciativa privada, porque do contrário não há como alavancar a operação. Nesse sentido, Ferreira e Maricato alertam que áreas periféricas excluídas do mercado, que deveriam ser prioridade de investimento, não são contempladas, e os CEPACs potencializam essa lógica, visto que vinculam as operações às áreas que valorizam esses títulos.

Um primeiro problema dos CEPACs é a desvinculação que o título cria entre compra do potencial construtivo e a posse do lote. Como qualquer um pode comprar o título, tendo ou não lote na região, e seu valor – como com qualquer título financeiro – pode variar, gera-se um novo tipo de especulação imobiliária, “financeirizada”. (FERREIRA e FIX in: FERREIRA e MARICATO, 2002, p. 39)

Negar a especulação imobiliária que envolve as operações urbanas e os CEPACs sob a alegação que as negociações são controladas pelo poder público, faz parte dos discursos que legitimam esse instrumento. Para isso, atribui-se aos CEPACs um forte apelo social na medida em que podem ser vendidos para a reurbanização de favelas, por exemplo, ou para melhorar a cidade como um todo, mas o que se assiste de forma recorrente são os recursos dos CEPACs sendo direcionados à construção de novas centralidades urbanas globalizadas, como é o caso do Porto Maravilha.

Com efeito, pela discussão teórica apresentada neste capítulo, a globalização como fenômeno social e seus desdobramentos, como a política urbana neoliberal, gera uma prática discursiva de construção e difusão das significações necessárias à legitimação do fenômeno. Trata-se de uma operação ideológica em que o relativismo dessas significações não é bem-vindo, daí toda uma articulação discursiva para recalcar os conflitos que advêm da concepção de cidade neoliberal.

O jornalismo notadamente é determinante nessa lógica, na medida em que

relativizar as significações compromete as representações construídas pelos discursos neoliberais. Para Muniz Sodré, a ideologia “globalista” é uma neobarbárie, e os meios de comunicação reforçam esse cenário ao se alinharem aos interesses dos grupos hegemônicos.

Hoje, todavia, fica bastante claro que a linguagem *cria*, mais do que reflete a realidade. Em outras palavras, não é apenas designativa, mas principalmente *produtora* de realidade. E a mídia ou conjunto dos meios de comunicação de que se vale fortemente a ideologia globalista é, a exemplo da velha retórica, uma técnica política de linguagem. Mais ainda: potencializada ao modo de uma antropotécnica política – quer dizer, de uma técnica formadora ou interventora na consciência humana – para requalificar a vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado. (SODRÉ in: MORAES, 2005, p. 22 – grifos do autor)

Nesse sentido, o autor adverte que existe uma forma real da globalização e um formato midiático cujas representações da ideologia neoliberal são construídas por “jornalistas, financistas, professores, especialistas, artistas e tecnoburocratas de um modo geral” (SODRÉ In: MORAES, 2005, p. 39). No que tange o Porto Maravilha, o formato midiático dá a ver a construção discursiva da legitimidade do projeto se fundando na instauração de um “sentimento” de crise urbana, assim como aconteceu nas demais cidades que se “reinventaram” para o mercado global.

O imaginário da zona portuária como área degradada e perigosa é potencializada por uma construção imagética estrategicamente articulada para o deslocamento dos sentidos rumo à “inevitabilidade” do projeto. O jornal *O Globo* produz “efeitos de verdade” sobre a “revitalização” e a parceria público-privada não só como o “caminho único” para a solução dos problemas urbanos e sociais da região, mas também como essencial à preparação da cidade para a Olimpíadas. Nesse sentido, o objetivo do próximo capítulo é entender de que forma a “inevitabilidade” do Porto Maravilha e da parceria público-privada é construída, assim como esse processo simbólico impacta a realidade social concreta.

3 “INEVITABILIDADE” COMO DISCURSO LEGITIMADOR DO PORTO MARAVILHA

[...] Trata-se da transformação urbanística sob a égide do neoliberalismo financeirizado como um processo vivido. São pessoas que vivem essas políticas no próprio corpo, na própria história. Algumas ficam doentes e sucumbem à violência dos processos de desposseção, outras se conformam e rearranjam suas vidas, outras resistem. E, quando encontram um dossiê, um relato, uma tese que ressoa e amplifica o que estão passando, sentem-se, no mínimo, menos sozinhas. (ROLNIK in: FALHAUBER e AZEVEDO, 2015, p.13)

Nas disputas simbólicas pelos sentidos que pretendem um consenso sobre o “Rio, cidade global”, a mídia, e mais especificamente o jornalismo, ocupa um papel central. As construções discursivas aparecem como importantes marcadores que visam legitimar a “inevitabilidade” do modelo neoliberal de cidade implementado no Rio de Janeiro. Emergem, no entanto, consequências negativas desse projeto, apontado como “evidente” caminho único para a “recuperação” da imagem e do desenvolvimento econômico da cidade, a saber, remoções de favelas e gentrificação.

Nas análises das reportagens do jornal *O Globo*, observamos estratégias nas quais transparece a cidade se materializando, discursivamente, ora como empresa, ora como mercadoria, além da importância dada a parceria público-privada nesse ordenamento discursivo. Cabe, dessa forma, reiterar que consideramos o Porto Maravilha um acontecimento discursivo nos moldes oferecidos por Orlandi (1999, 2004), dada a capacidade de tal intervenção urbana operar novas interpretações nos campos social e jornalístico. Estas reflexões são os constructos deste terceiro capítulo.

É pertinente lembrar, também, que adotamos como procedimento metodológico destacar ao longo da análise das reportagens do jornal *O Globo* fragmentos de textos da revista *Porto Maravilha*, assim como outras informações da comunicação institucional da prefeitura, na tentativa de evidenciar aproximações discursivas entre estes veículos e o jornal, que apesar de se afirmar como jornalismo que veicula objetivamente a verdade, se mostra cada vez mais atravessado por uma estratégia institucional público-privada. Todavia, reiteramos que o nosso foco de análise são as matérias do jornal *O Globo*.

3.1 “Da degradação ao renascimento”: construções discursivas acerca da zona portuária pela lógica neoliberal

A formação de uma “consciência de crise” é um dos sustentáculos discursivos que estruturam a construção política de um projeto ideológico que prepara cidades para um mercado mundial, conforme defende Vainer (2012) e Sánchez (2010). Segundo os autores, o ponto de partida para essa construção simbólica é amadurecer a percepção da população de que a imagem e o desenvolvimento econômico da cidade estão afetados, em muita medida, pela existência de áreas centrais subutilizadas por conta da precariedade urbana e social (ou como os discursos consagraram: degradadas).

Ao internalizar tais conflitos, a população passa a considerar que grande parte das demandas econômicas e sociais são consequências desses problemas. Instaure-se, dessa forma, uma “consciência de crise” que estrutura o cenário para que a gestão urbana proponha projetos que “prometem” solucionar questões que afligem a cidade.

O jornalismo, por sua vez, tem uma participação importante nessa construção. Ocorre uma apropriação dos sentidos pela recorrência com que os mesmos são pautados pelo jornalismo, através dos grandes conglomerados de comunicação, que insistem em perspectivas comuns, pautas comuns, fontes comuns, que instauram uma lógica de veracidade sobre determinadas temáticas que afetam a consciência dos indivíduos, limitando outros olhares, outras abordagens, outros questionamentos. No caso do projeto de cidade em discussão, o jornal *O Globo* parece inibir o espaço de outro prisma que não a lógica mercadológica das grandes empreiteiras, visando agregar valores para legitimar a necessidade de intervenções urbanas sob o signo do desenvolvimento e da qualidade de vida.

No Rio de Janeiro, a corrida pela construção de consenso se dá do mesmo ponto de largada do qual partiram cidades internacionais, consideradas “bem-sucedidas”, que aplicaram o modelo neoliberal: a tentativa de instauração de uma “consciência de crise” a partir da “constatação” de que um lugar central de relevância histórica como a zona portuária está há anos abandonado à própria sorte, degradado, e que esta situação reverbera negativamente na imagem, no desenvolvimento econômico da cidade e, conseqüentemente, na vida daqueles que habitam a região. Esta prática discursiva torna-se fundamental à aceitação e apoio da população a intervenções urbanas de grande porte como o Porto Maravilha.

A matéria do jornal *O Globo* intitulada “*A cidade renasce das ruínas*”, veiculada em 22/3/2010, é significativa dessa lógica na abordagem que faz da forte tendência das cidades à “revitalização” de áreas degradadas. A página 12 do jornal é inteiramente

De ruas mal iluminadas, imóveis abandonados e ocupações irregulares surgem áreas reurbanizadas, com forte potencial de atrair investidores, turistas e moradores. Quase duas décadas após o início das obras que mudaram definitivamente a cara de Puerto Madero, em Buenos Aires, projetos de revitalização de zonas portuárias ou de centros históricos continuam em alta nas metrópoles da América Latina e do Caribe. Essa tem sido uma das principais ações das cidades para mobilizar a economia local e organizar o uso do espaço urbano. [...] No Rio, a primeira fase do projeto Porto Maravilha começa esta semana, com intervenções nos bairros de Gamboa, Santo Cristo e Saúde. Nesta etapa, cerca de 22 mil pessoas deverão ser beneficiadas com as melhorias na infraestrutura da região. (O Globo, 22/3/2010, p.12 – grifos nosso)

Além de Porto Madero, em Buenos Aires, e Barcelona, anunciados como paradigmas para as intervenções urbanas no Rio de Janeiro, outras cidades são citadas, como a Cidade do México, Quito e Bogotá. Em Bogotá, a ênfase é na restauração de uma das áreas mais antigas, Cartucho, local de concentração de traficantes, onde 860 imóveis foram demolidos e 15 mil moradores transferidos, dando lugar a novas ruas, moradias, ciclovias, comércio e parque²¹. Também se chama atenção para a restauração do centro histórico da Cidade do México, que incrementou o setor imobiliário do centro a partir de uma parceria público-privada.

Para Vainer (2012), os relatos sobre Barcelona e outras experiências de “cidades ganhadoras” apontam para “uma clara associação entre, de um lado o *sentimento (ou consciência)* de crise e, de outro lado, o efeito útil produzido, qual seja, as condições para uma trégua nos conflitos internos ou, se prefere, para a paz social interna” (VAINER, 2012, p. 93 – grifos do autor). Encontramos esta reflexão também em Sánchez (2010), para quem a necessária percepção de economias em conflitos sociais “requer dos gestores e planejadores ações de reestruturação do espaço, mas também de imposição de uma determinada ordem, com projetos de pacificação social e militarização de territórios” (SÁNCHEZ, 2010, p. 16).

No trecho da matéria anteriormente destacado, transparece a forma como a zona portuária e o modelo neoliberal de cidade são tratados pelo jornal: um espaço abandonado, degradado, que a exemplo de outras cidades está sendo “revitalizado” para ordenar o espaço urbano e retomar o desenvolvimento econômico. A abordagem aponta

²¹ O processo de gentrificação e as remoções de favelas como consequências negativas do projeto de cidade em curso no Rio de Janeiro serão discutidas ainda neste capítulo.

para o mesmo gesto de interpretação²² da revista *Porto Maravilha*, veiculada pela primeira vez em março de 2010.

A estratégia da gestão urbana de reforçar o imaginário de degradação da região portuária para instaurar uma “consciência de crise”, e a partir daí deslocar os sentidos rumo à positividade do Porto Maravilha, passa a figurar no ordenamento da comunicação institucional da prefeitura. Mais emblemático ainda: essa dinâmica também figura no ordenamento discursivo do jornal *O Globo*, como estamos tentando evidenciar.

Wilson Borges (2009) afirma que as construções narrativas ultrapassam a simples ideia de difundir a informação. Mais que isso: a transforma em uma ação política que utiliza a noção de objetividade como um álibi para desencadear estratégias que permitam a construção dos sentidos sociais hegemônicos. O autor nos faz perceber que o imaginário social se dá na constante disputa por um controle de significados, buscando direcionar respostas dos atores sociais²³.

Borges faz um mergulho teórico na construção do conceito de imaginário social, dialogando com clássicos sobre o tema como Freud, Lacan, Durkheim, Marx, entre outros, que não nos cabe reproduzir na íntegra pelo risco de desvirtuarmos nosso objeto de estudo, mas que nos traz elementos importantes na condução na condução deste. Um deles é a dialética racionalidade e irracionalidade, que é intrínseca no processo de formação da sociedade brasileira.

O valorizar o primeiro e relegar o segundo ao movimento das classes populares, o que se produziu foi a inscrição no imaginário social brasileiro de que ao primeiro significante se vincula as ideias de ordem, progresso, superioridade, verdade, real; enquanto ao segundo, desordem, atraso, inferioridade, ilusão, imaginação. (BORGES, 2009, p. 167)

Nesse sentido, para Borges, o imaginário não é ilusão, mas um efeito do real. O controle sobre o imaginário permite o domínio sobre o significado, ou pela primazia em fixar um sentido único para determinados significantes. O ano de 2010 marcou o início da materialização do Porto Maravilha, e a análise sistemática do material jornalístico *O*

²² Entendemos esse gesto pela perspectiva teórica de Orlandi (1999), para quem os gestos de interpretação são atos que reúnem forma e conteúdo que se constituem por interpretações. Significa dizer que quando o sujeito interpreta, essa interpretação já está presa a um sentido, ou seja, não há sentido sem interpretação. Por isso, são “atos no domínio do simbólico, pois eles intervêm no real do sentido [...] Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido” (ORLANDI, 1999, p.26).

Globo nos permite observar que os discursos que “fundam” a “inevitabilidade” do projeto concentram esforços na construção simbólica de uma crise urbana a partir do imaginário de degradação da zona portuária.

O editorial de apresentação da primeira edição da revista *Porto Maravilha*²⁴, assinado pelo então secretário municipal de Desenvolvimento e presidente do Instituto Pereira Passos, Felipe Góes, também ilustra essa lógica, apontando, desde o seu título, os eixos discursivos que vão estruturar a comunicação institucional com a sociedade. Obviamente, encontramos a mesma linha editorial no site²⁵ e no *Facebook*²⁶ do projeto, assim como no portal *Cidade Olímpica*²⁷, que se refere ao Porto Maravilha como “protagonista na construção da Cidade Olímpica”:

O Rio merece um Porto Maravilha

Principal porta de entrada da cidade por muitas décadas, a Região Portuária viverá, nos próximos anos, uma merecida e necessária revolução. A degradação presenciada pelos cariocas por tantos anos começa a ser revertida pelo projeto Porto Maravilha. Fruto de um esforço conjunto entre os três níveis de governo (municipal, estadual e federal), ele pretende trazer novas opções de moradia, trabalho, transporte e lazer para os que ali vivem. [...] Com um investimento inicial de cerca de R\$ 350 milhões da Prefeitura, o projeto tem duas fases e orçamento total de cerca de R\$ 3 bilhões, a serem obtidos por meio de parceria entre a iniciativa privada e o poder público. [...] Inspirado em projetos inovadores realizados em zonas portuárias de cidades do exterior, como Buenos Aires e Barcelona, Ao longo do tempo, você poderá acompanhar cada etapa da concretização deste sonho coletivo, e também um pouco do cotidiano da vibrante região. Seja bem-vindo! (Revista *Porto Maravilha*, março, 2010, nº 1, p.2 – grifos nosso)²⁸

Os trechos destacados apontam para a reversão do cenário de degradação da zona portuária pelo Porto Maravilha, chamado de “revolução”, além da afirmação/imposição de que essa intervenção urbana é um “sonho coletivo”. Para produzir sentidos de eficácia ao projeto, de “garantia” de que ele traz resultados positivos ao Rio, a gestão urbana declara que segue um modelo internacional adotado em outras cidades, notadamente Barcelona e Buenos Aires.

Para entender por que a gestão do Rio segue modelos internacionais, propomos,

²⁴Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/Boletim%20do%20Porto%201%20web.pdf> – acesso em 6/1/2014.

²⁵ Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/> - acesso em 6/1/2014.

²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/portomaravilha> - acesso em 6/1/2014.

²⁷ Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/porto-maravilha/> - acesso em 6/1/2014.

²⁸ Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/revista/cod/2> - 6/1/2014.

primeiramente, observar a relação do desenvolvimento do capitalismo com o urbanismo. Harvey (2014) explica que as cidades surgiram geográfica e socialmente de um excedente de produção, acumulado e controlado por poucos. O capitalismo captura essa lógica precípua sob uma nova dinâmica: a eterna busca do lucro implica em cada vez mais produzir excedentes exigidos pela urbanização. Mas o inverso também acontece, porque o capitalismo precisa que a urbanização consuma esses excedentes. Por isso, o autor afirma que os capitalistas optam por reinvestir seus lucros em infraestrutura urbana ao invés de consumi-los em prazeres, pois essa atitude gera mais negócios e, conseqüentemente, acumulação de capital.

Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Não surpreende, portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista sejam, com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial. (HARVEY, 2014, p.30)

Com relação à padronização espacial imposta às cidades globalizadas, Harvey (1992) esclarece que após o histórico de desindustrialização e de reestruturação das grandes cidades do mundo capitalista, via ascensão cada vez maior do neoliberalismo, essas cidades foram pressionadas a seguir projetos urbanos “bem-sucedidos”. Essa estratégia padronizada de competição, que também objetiva firmar territorialmente as empresas, seria para Harvey uma oportunidade do “negócio urbano” transformar-se em um corporativismo urbano com senso geopolítico capaz de construir alianças que desafiassem a hegemonia da acumulação de capital, mas, infelizmente, o que o autor observa é que esse modelo de gestão urbana está sintonizado com os interesses das classes dominantes.

Ao mesmo tempo em que os gestores urbanos se interessam pelas qualidades espacialmente diferenciadas, também alteram os espaços de acordo com interesses capitalistas. Para que o quase igual se apresente como um diferencial do Rio de Janeiro, o modelo neoliberal de cidade se estrutura simbolicamente na projeção de um lugar abençoado “por certas qualidades, a organização do espetáculo e a teatralidade conseguidas com uma mistura eclética de estilos, com a citação histórica, com a ornamentação e diversificação de superfícies” (HARVEY, 1992, p.92), estratégia que se evidencia na primeira edição da revista *Porto Maravilha* pela projeção de um lugar abençoado por sua localização, história, mobilidade urbana, moradia, negócios e lazer.

Imagine um lugar à beira da Baía de Guanabara, a poucos minutos do Centro da cidade e da Zona Sul, com opções de moradia, negócios e lazer? Uma área acessível por metrô, carro, ônibus e pelo moderno Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), com coleta seletiva de lixo, esgotamento sanitário e áreas verdes? Achou tudo isto um sonho? Pois este é o objetivo do projeto, já em curso, do Porto Maravilha, que prevê a revitalização e requalificação urbanística de toda a Região Portuária. [...] Também serão recuperados o Jardim do Valongo, a Casa da Guarda, o sanitário público, a Pedra do Sal (conhecida por Pequena África, pois era ali onde os escravos desembarcavam dos navios negreiros), e restaurada a Igreja de São Francisco da Prainha. (Março, 2010, nº 1, p. 3 e 4)²⁹.

A reportagem do jornal *O Globo* “A cidade renasce das ruínas”, publicada em 22/3/2010, também se vale da estratégia de aceleração do tempo³⁰ para promover os “benefícios” da “revitalização”: “De ruas mal iluminadas, imóveis abandonados e ocupações irregulares surgem áreas reurbanizadas, com forte potencial de atrair investidores, turistas e moradores”.

Entre os nomes mais utilizados por arquitetos, urbanistas e gestores urbanos para classificar intervenções urbanas que “prometem” transformar zonas portuárias e centros históricos degradados em lugares modernos e atrativos para investimentos estrangeiros, habitação, empresas, consumo e turismo está *revitalização*. Revitalizar quer dizer dar vida, reviver. Ao nomear esse tipo de intervenção urbana de “revitalização”, nomeiam simbolicamente os lugares que “precisam” de tais intervenções de “mortos”. A mídia, por sua vez, captura o termo e atua como ator importante desta construção simbólica.

Henri Pierre-Jeudy (2005) adverte que a metáfora do corpo humano atravessa a história legitimando grandes intervenções urbanas, e se sustenta até os dias de hoje pela “necessidade de estabelecer elos de representação entre a cidade como objeto autônomo e o conjunto das relações humanas que ela pressupõe ou induz” (JEUDY, 2005, p. 93). Atribuir à cidade a condição de sujeito para diagnosticá-la doente, cria a “inevitabilidade” do tratamento. No caso da zona portuária, o “tratamento” imposto para a “recuperação” de sua vitalidade essencial é o Porto Maravilha.

Jeudy ressalta que os discursos das “revitalizações” também capturam conceitos de outras áreas de conhecimento, como a física, a antropologia e a filosofia. A expressão “fraca urbanidade” para designar “espaços degradados” é um exemplo do vocabulário urbanista entrelaçado a referências antropológicas. As metáforas conceituais empoderam

²⁹ Disponível: <http://www.portomaravilha.com.br/uploads/revistas/889fe8276f60e07c13ad126b144f6a05.pdf> - acesso em 2/3/2014.

³⁰ Problematizaremos a articulação entre passado, presente e futuro como estratégia discursiva para legitimar o Porto Maravilha no quarto capítulo, dedicado ao tema memória.

os atores envolvidos na legitimação das reestruturações urbanas. Nesse sentido, o autor afirma que o conceito se torna um clichê, pois traz aos projetos urbanos legitimidade pública.

O que conta como condição de elaboração de projetos é o poder ilusionista da conceituação oferecido pela prática de deslizes metafóricos. Constitui-se então a aparência de um elo entre o discurso e a realidade, como se o projeto urbano adquirisse forma e conteúdo graças a esse trabalho de conceituação metafórica [...]. (JEUDY, 2005, p. 96)

Os discursos que personificam a cidade do Rio servem à lógica fetichista e neoliberal de apagamento dos contrastes, para que se instaure o consenso. Desde o seu título, a reportagem “*A cidade renasce das ruínas*” (figura 2) transforma simbolicamente a cidade do Rio em sujeito morto “ressuscitado” pelo Porto Maravilha. Ao trazer exemplos de cidades internacionais que “renasceram” a partir das “revitalizações”, a matéria enfatiza que problemas sociais e de infraestrutura urbana decorrentes de áreas degradadas foram solucionados pelos respectivos projetos, que têm como modalidade de execução a parceria público-privada. Desapropriações e remoções da população pobre apontam para processos de gentrificação, mas a abordagem simplificadora silencia esta questão.

A produção de sentidos que supõe o Porto Maravilha como um marco espacial e simbólico acerca do imaginário da zona portuária, transparece em mais uma matéria que ressignifica o lugar retomando “cidades-modelo”. Sob o título “*Livro traz exemplos de sucesso: lançada com apoio da prefeitura, obra mostra seis casos de renovação urbana*” (figura 2 do anexo), *O Globo* divulga o lançamento do livro *Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*, de Verena Vicentini Andreatta (2010)³¹. A figura 3 reproduz a página analisada

³¹ Verena Vicentini Andreatta é ex-presidente do Instituto Pereira Passos (IPP) e atualmente é secretária de Urbanismo e Mobilidade de Niterói-RJ. Há meses as livrarias não recebem o livro. Este dado supõe não ser mais interessante reeditar o livro, porque a zona portuária já foi ressignificada pelo Porto Maravilha.

Livro traz exemplos de sucesso para a revitalização da Zona Portuária

Lançada com apoio da prefeitura, obra mostra seis casos de renovação urbana

Luiz Ernesto Magalhães

• No momento em que o Rio se prepara para acelerar o processo de reurbanização da Zona Portuária, em parceria com a iniciativa privada, um livro que será lançado na terça-feira mostra como outras cidades conseguiram chegar lá. A obra, lançada com apoio da prefeitura, é a coletânea "Porto Maravilha Rio de Janeiro - 6 casos de sucesso de revitalização portuária". O livro descreve como Baltimore (Inner Harbor), Barcelona (Port Vell),

Cidade de Cabo Círculo & Alfréd Walterer) Buenos Aires (Puerto Madero), Robertó (Kowloon Reclamation) conseguiram revitalizar áreas que se degradaram com a redução da atividade portuária.

Obra conta com artigos de especialistas

Elaborado pela Casa da Palavra, o livro é organizado pela presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IMU) Verena Andreia-

ta, atualmente professora de cursos de pós-graduação da Universidade Politécnica de Catalunya e da Universitat Oberta de Catalunya, em Barcelona. Verena conta que optou por escolher uma Zona Portuária de cada continente para mostrar, com artigos de especialistas nos projetos, exemplos bem sucedidos de revitalização. O arquiteto Vicente del Rio, que escreveu sobre Baltimore, por exemplo, participou da equipe de revitalização.

— As especificidades dessas

cidades também mostram que a renovação completa não é irrealizável. Todo o processo pode levar de dez a 20 anos. E o projeto tem que ser cumprido por etapas, assim como o Rio de Janeiro se propõe a fazer com o Porto Maravilha — disse Verena Andreia.

O livro tem preço de capa sugerido de R\$ 55 e estará à venda na livreria do Instituto Pereira Passos (Rua Canga Pretinha, 55, Laranjeiras) e nos livrarias da Travessa, Leonardo da Vinci, Arlequina e Folha Seca. ■



RENOVAÇÃO
A área revitalizada do porto de Barcelona está entre os exemplos do livro

(Figura 3)

A retranca “*Ações ajudaram no desenvolvimento da economia*” apresenta um breve resumo das seis intervenções, destacando que “Áreas recuperadas tiveram ênfase em lazer e cultura” [...] “o livro mostra como a revitalização dos portos pode colaborar com o desenvolvimento econômico das cidades”.

No momento em que o Rio se prepara para acelerar o processo de reurbanização da Zona Portuária, em iniciativa com a parceria privada, um livro que será lançado na terça-feira mostra como outras cidades conseguiram chegar lá. (*O Globo*, 19/12/2010, p. 28 – grifos nosso)

A parceria público-privada é tomada como uma medida importante à aceleração do processo de reurbanização do Rio, um projeto que o leva, a exemplo de outras cidades, a “chegar lá”, ou seja, à “superação” de problemas que impedem o desenvolvimento socioeconômico da cidade e o reconhecimento internacional.

Os discursos que legitimam as “revitalizações” representam zonas portuárias e centros históricos degradados como lugares da desordem, da crise urbana, que superam tais obstáculos quando “revitalizados”. A matéria publicada pelo jornal *O Globo* em 27/10/2010, intitulada “*Zona Portuária continua à margem da sociedade*”, mostra um levantamento realizado pelo Rio Como Vamos³² sobre os problemas sociais da região. Conferindo importância ao assunto, a matéria ocupa inteiramente a página 16 do jornal para discutir o “estado de abandono” da região portuária e a possibilidade de transformação deste cenário pelo Porto Maravilha. A *figura 4* reproduz a página analisada.

³² Organização Não Governamental (ONG) que monitora políticas públicas implementadas no Rio de Janeiro, conforme www.riocomovamos.org.br – acesso em 24/4/2015.

Zona Portuária continua à margem da cidade

Levantamento feito pelo Rio Como Vamos mostra que região tem problemas em áreas como saúde e educação

Wanessa, de 30 anos, calcula estar no quarto mês de gravidez. Moradora da Saúde, bairro na Zona Portuária do Rio, somente na segunda-feira passada fez sua primeira consulta de pré-natal, marcada desde janeiro, no Posto de Saúde José Messias do Carmo, no Santo Cristo. Por ter iniciado tarde o acompanhamento médico, Wanessa (nome fictício) deverá chegar ao fim da gestação com menos de sete visitas ao ginecologista, número mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde. Casos como esse ajudam a engrossar o indicador de pré-natal insuficiente na Zona Portuária, que chega a 36,35% das mulheres que dão à luz.

Formado pelos bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju e com população estimada em mais de 36 mil habitantes, a 1ª Região Administrativa (RA) tem apenas um posto médico — o José Messias do Carmo — e alguns dos piores indicadores sociais do município, além de problemas de violência e infraestrutura. Muitas das dificuldades devem ser superadas pelo Porto Maravilha, projeto que investirá R\$ 374 milhões na revitalização da região até 2016. Outros problemas, que não podem esperar tanto, clamam por uma solução urgente.

— A Zona Portuária tem sofrido por mais de 70 anos. Nossa população cresceu muito com migrantes que chegaram pelo Porto e pela rodoviária, em busca de uma vida melhor no Rio, e engrossaram favelas e áreas de invasão por aqui, sem que tenhamos infraestrutura para atendê-los. O Porto Maravilha é bem-vindo, mas queremos uma contrapartida, com resgate social e econômico. Precisamos de mais postos de saúde e escolas de ensino médio, UPA (Unidade de Fronteiriço Atendimento) 24 horas, cursos profissionalizantes e política de geração de empregos para nossos jovens — diz Gabriel Catarina, membro do Conselho Comunitário de Segurança da região.

O Sistema de Indicadores do Rio Como Vamos (RCV) traduz em números alguns dos problemas da região. No saúde, por exemplo, a 1ª RA tem situação precária em dois índices: internação por doenças diarreicas agudas (DDA) e por infecção respiratória aguda (IRA). No primeiro caso, são 47,48 internações para cada mil crianças até 4 anos. No caso da RA, são 15,83 a cada mil na mesma faixa etária. A situação é ruim ainda nos seguintes indicadores analisados pelo RCV: baixo peso ao nascer (10,39%); mães adolescentes (19,44%); curetagem pós-aborto (5,89 por mil); mortalidade geral (98,79 por cem mil); juvenil masculina (253,54 por cem mil); por doenças do aparelho circulatório (293,96 por cem mil); e por causas mal definidas (7,28%); além de pré-natal insuficiente. Em todos os casos, o índice é superior à média da cidade.

— Falta esclarecimento e assistência para as adolescentes. A maternidade Pré-Mat, na Praça Mauá, onde grande parte dos nossos moradores na faixa de 50 anos nasceu e muitas gestantes daqui faziam seu pré-natal, encerrou o atendimento público no fim do ano passado. Os moradores da Zona Portuária precisam de ginecologista, geriatra, cardiologista, pediatra, ortopedista e pronto atendimento — reclama Gabriel.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, além do posto do Santo Cristo, a Zona Portuária conta, no Caju, com sete equipes do Programa Saúde da Família (PSF), cujo atendimento, no entanto, está interrompido devido ao fim do contrato, este mês, com a ONG que o mantinha. De acordo com o órgão, a organização social contratada para assumir o serviço no bairro deverá reativá-lo nos próximos dias.

Além disso, está prevista a construção, ainda este semestre, de um módulo do PSF na Vila Olímpica da Gamboa.

A secretária afirma que isso será suficiente para atingir 100% de cobertura de atendimento primário na 1ª RA, levando à melhoria dos indicadores locais. Em relação ao pedido de construção de uma UPA, o subprefeito do Centro (que cobre a Zona Portuária), Thiago Barcellos, diz que está sendo escolhida uma área para a unidade.

No setor de educação, o presidente da Associação de Moradores da Gamboa e Adjacências, Eduardo de Souza, faz coro com Gabriel e pequena oferta de vagas de ensino médio na RA acaba dificultando a permanência dos jovens na escola. Os bairros de Gamboa, Saúde e Santo Cristo são atendidos por apenas dois colégios de ensino médio, que funcionam, no turno da noite, nos prédios das escolas municipais Vicente Licínio Cardoso, na Praça Mauá, e Benjamin Constant, no Santo Cristo — que, de dia, recebem alunos do ensino fundamental.

Já no Caju, há o Colégio Estadual Clóvis Salgado. No ensino fundamental, são seis unidades na Gamboa, na Saúde e em Santo Cristo, além de seis no Caju. Segundo Barcellos, a subprefeitura procura espaço para a construção de uma creche.

O Sistema de Indicadores do RCV, com base em dados do Censo Escolar do MEC, mostra que, em 2008, dois indicadores de educação na Zona Portuária tinham índices precários. Um deles é o abandono no ensino fundamental, com 5,38% dos alunos matriculados deixando a escola. O outro é a distorção idade-série no ensino médio (mais de dois anos de atraso), com 82,89%. O índice de distorção de idade no ensino fundamental também preocupa: 37,2%. Em 2009, dois colégios no Caju (o Marechal Mascarenhas de Moraes e o Clep Henil) foram incluídos no programa Escolas do Amanhã, da Secretaria de Educação. O objetivo do projeto, aplicado em áreas de risco, é atender às necessidades específicas dos alunos com desempenho afetado pela violência e escola.

— Na Zona Portuária, o futuro do Rio encontra um passado doloroso. Saúde deficiente, educação precária, nada disso pode esperar até 2016 (ano dos Jogos Olímpicos) para obter soluções — diz a presidente-executiva do Rio Como Vamos, Rosilka Darcy, ressaltando esperar que os prazos dados pela Secretaria de Saúde para melhorar a rede de atendimento primário na RA sejam cumpridos.

UM RAI-X DA ZONA PORTUÁRIA

EDUCAÇÃO

Os piores indicadores (2008)

- Abandono no ensino fundamental: 5,38% (Indicador) vs 37,2% (Média da cidade)
- Distorção idade-série no ensino médio: 2,79% vs 82,89%
- Distorção idade-série no ensino fundamental: 62,44% vs 33,82%

Os melhores indicadores (2008)

- Reprovação no ensino médio: 18,85% vs 30,15%
- Abandono no ensino médio: 20,95% vs 19,23%

SAÚDE

Os piores indicadores (2008)

Indicador	Indicador	Média da cidade	Situação
Internação por doenças diarreicas agudas	47,48/1.000	14,77/1.000	Precária
Internação por infecção respiratória aguda	15,83/1.000	8,16/1.000	Precária
Pré-natal insuficiente	36,35%	31,86%	Baixa
Baixo peso ao nascer	10,39%	9,80%	Baixa
Mães adolescentes	19,44%	17,28%	Baixa
Curetagem pós-aborto	5,89/1.000	3,41/1.000	Baixa
Mortalidade geral	98,79/100.000	825,56/100.000	Baixa
Mortalidade juvenil masculina	253,54/100.000	206,72/100.000	Baixa
Mortalidade: aparelho circulatório	293,96/100.000	247,78/100.000	Baixa
Mortalidade por causas mal definidas	7,28%	6,29%	Baixa

Os melhores indicadores (2008)

Indicador	Indicador	Média da cidade	Situação
Mortalidade infantil	9,32/1.000	13,64/1.000	Alta
Mortalidade neonatal tardia	0	2,63/1.000	Alta
Mortalidade pós-neonatal	2,66/1.000	4,91/1.000	Alta
Partos cesáreos	41,54%	51,93%	Alta
Mortalidade materna	0	24 casos	Alta
Mortalidade neonatal precoce	6,66/1.000	6,10/1.000	Média
Internação: aparelho circulatório	285,72/100.000	293,54/100.000	Média
Mortalidade por câncer de mama	114,22/100.000	117,69/100.000	Média

VIOLÊNCIA

Por local de moradia (2008) — Portuária

Indicador	Indicador	Média da cidade
Agressão a criança	13,06/10.000	7,09/10.000
Agressão a mulher	9,98/10.000	7,11/10.000
Agressão a idoso	21,13/10.000	19,46/10.000

Por local de ocorrência (2009) — Centro e Portuária

Indicador	Indicador	Média da cidade
Crimes violentos fatais	105,0/100.000	36,66/100.000
Crimes violentos não fatais	2963,69/100.000	509,29/100.000
Crimes sexuais	78,27/100.000	20,28/100.000
Roubo a residência/comércio	337,91/100.000	48,67/100.000
Roubo de veículo	429,55/100.000	240,77/100.000
Furto de veículos	843,83/100.000	164,48/100.000
Roubo a pedestre	849,42/100.000	685,09/100.000
Roubo em coletivo	656,73/100.000	92,15/100.000
Auto de resistência	45,81/100.000	10,74/100.000

Todos os bairros passaram por um período de degradação

Thiago Barcellos, subprefeito

Uma infraestrutura ainda precária

Moradores reclamam de iluminação pública e limpeza insuficientes

Invensões de terrenos, população de rua, áreas de consumo de drogas e prostituição infantil também estão entre os problemas crônicos da Zona Portuária. Morador da Gamboa, o radialista Wilson Vieira diz que é preciso corrigir problemas de infraestrutura básica, como iluminação, limpeza urbana, drenagem da água da chuva e estacionamento irregular.

— A iluminação pública precária é um problema. Aumenta a insegurança — reclama Wilson, que, ao lado de líderes comunitários, tenta reacender na população o prazer de viver na região, uma das mais antigas e culturalmente ricas da cidade.

Preferem refúgio em cracolândias da região

O subprefeito do Centro, Thiago Barcellos, diz que tem estreitado as relações com os líderes comunitários. Das conversas, diz ele, já saíram ideias como a criação de uma central de cadastros e um banco de currículos para moradores interessados nas oportunidades de emprego que surgirão com o Porto Maravilha.

— Todos os bairros passaram por um período de degradação nos últimos anos, mesmo nas áreas nobres da cidade. Imagine a Zona Portuária, que os governos passados pareciam ter apagado do mapa. Ele reconhece a existência



SAÚDE

Os piores indicadores (2008)

Indicador	Indicador	Média da cidade	Situação
Internação por doenças diarreicas agudas	47,48/1.000	14,77/1.000	Precária
Internação por infecção respiratória aguda	15,83/1.000	8,16/1.000	Precária
Pré-natal insuficiente	36,35%	31,86%	Baixa
Baixo peso ao nascer	10,39%	9,80%	Baixa
Mães adolescentes	19,44%	17,28%	Baixa
Curetagem pós-aborto	5,89/1.000	3,41/1.000	Baixa
Mortalidade geral	98,79/100.000	825,56/100.000	Baixa
Mortalidade juvenil masculina	253,54/100.000	206,72/100.000	Baixa
Mortalidade: aparelho circulatório	293,96/100.000	247,78/100.000	Baixa
Mortalidade por causas mal definidas	7,28%	6,29%	Baixa

Os melhores indicadores (2008)

Indicador	Indicador	Média da cidade	Situação
Mortalidade infantil	9,32/1.000	13,64/1.000	Alta
Mortalidade neonatal tardia	0	2,63/1.000	Alta
Mortalidade pós-neonatal	2,66/1.000	4,91/1.000	Alta
Partos cesáreos	41,54%	51,93%	Alta
Mortalidade materna	0	24 casos	Alta
Mortalidade neonatal precoce	6,66/1.000	6,10/1.000	Média
Internação: aparelho circulatório	285,72/100.000	293,54/100.000	Média
Mortalidade por câncer de mama	114,22/100.000	117,69/100.000	Média

VIOLÊNCIA

Por local de moradia (2008) — Portuária

Indicador	Indicador	Média da cidade
Agressão a criança	13,06/10.000	7,09/10.000
Agressão a mulher	9,98/10.000	7,11/10.000
Agressão a idoso	21,13/10.000	19,46/10.000

Por local de ocorrência (2009) — Centro e Portuária

Indicador	Indicador	Média da cidade
Crimes violentos fatais	105,0/100.000	36,66/100.000
Crimes violentos não fatais	2963,69/100.000	509,29/100.000
Crimes sexuais	78,27/100.000	20,28/100.000
Roubo a residência/comércio	337,91/100.000	48,67/100.000
Roubo de veículo	429,55/100.000	240,77/100.000
Furto de veículos	843,83/100.000	164,48/100.000
Roubo a pedestre	849,42/100.000	685,09/100.000
Roubo em coletivo	656,73/100.000	92,15/100.000
Auto de resistência	45,81/100.000	10,74/100.000

Conheça o Rio Como Vamos

O Rio Como Vamos monitora os indicadores de qualidade da cidade do Rio, acompanhando o desempenho da administração pública em 13 áreas: saúde; transporte; educação; segurança pública e violência; pobreza e desigualdade social; meio ambiente; lazer e esporte; habitação e saneamento básico; inclusão digital; trabalho, emprego e renda; cultura; veredores; e orçamento. Os resultados são divulgados mensalmente pelo GLOBO e o site do RCV é www.riocomovamos.org.br.



PACIENTES ESPERAM por atendimento no posto do Santo Cristo

de cracolândias na região e diz que elas estão sendo identificadas e eliminadas. Para combater a prostituição infantil, estuda projetos em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e tem feito recolhimento e encaminhamento de menores para abrigos.

Segundo o secretário municipal de Habitação, Jorge Bitar, a pasta tem feito levantamento da situação das casas antigas da região, muitas delas degradadas e invadidas. Pelo projeto Novas Alternativas, incluído no Porto Maravilha, a secretaria vai recuperar e adaptar esses imóveis como apartamentos. A proposta é abrir, até 2016, dez mil unidades habitacionais na região.

(Figura 4)

O jornal tenta firmar-se imparcial “denunciando” que a “Zona Portuária

continua à margem da sociedade”. Ao fazer isso, no entanto, acaba por reforçar a imagem negativa da região, já que o título e o funcionamento discursivo afastam simbolicamente a zona portuária do centro da cidade, para depois direcionar os sentidos à “integração” pelo Porto Maravilha. O trecho abaixo resume a negatização da imagem da zona portuária e o deslocamento dos sentidos rumo à positividade do projeto.

Formada pelos bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju e com população estimada em mais de 36 mil habitantes, a 1ª Região Administrativa (RA) tem apenas um posto médico – o José Messias do Carmo – e alguns dos piores indicadores sociais do município, além de problemas de violência e infraestrutura. Muitas das dificuldades devem ser sepultadas pelo Porto Maravilha, projeto que investirá R\$ 374 milhões na revitalização da região até 2016. [...] Invasões de terrenos, população de rua, áreas de consumo de drogas e prostituição infantil também estão entre os problemas crônicos da Zona Portuária. (*O Globo*, 27/10/2010, p.16 – grifos nosso)

O tom de imparcialidade continua na retranca “*Uma infraestrutura ainda precária*”, no infográfico - que ocupa espaço expressivo na página, informando os piores e melhores indicadores de educação, saúde e violência da zona portuária em relação à média da cidade -, e no corpo da matéria, especialmente pelos depoimentos de moradores da região que dizem sofrer com a precariedade dos serviços públicos.

Parte da fala de um desses moradores é destacada por um olho: “A Zona Portuária tem sofrido por mais de 70 anos - Gabriel Catarino, do Conselho de Segurança da região”. A estratégia de destacar a fala de Gabriel Catarino pelo recurso do olho, dando a ideia de que a reportagem chama atenção para o desprezo do poder público pela zona portuária durante décadas, é esvaziada pelo destaque dado ao subprefeito da região num olho imediatamente abaixo, que naturaliza a ausência do poder público: “Todos os bairros passaram por um período de degradação” - Thiago Barcellos, subprefeito”.

Em declaração no corpo do texto, o subprefeito reforça o imaginário da zona portuária como um lugar esquecido pelo poder público: “[...] Imagine a Zona Portuária, que os governos passados parecem ter apagado do mapa”. Ao dizer isso, Thiago Barcellos reforça a atual gestão urbana como aquela que “finalmente” se propõe a “recolocar” a região no mapa da cidade.

Ao “denunciar” a situação precária da zona portuária meses depois do início das obras do Porto Maravilha, a matéria se pretende crítica ao projeto. Mas atravessam o texto expressões como “Muitas das dificuldades devem ser sepultadas pelo Porto Maravilha”. Numa tônica jornalística de diversidade em que a problematização do

projeto de cidade deve estar presente, o que encontramos são falas de moradores cujas queixas servem às inúmeras falas oficiais que reafirmam a “inevitabilidade” do Porto Maravilha, o que revela o caráter “hegemônico” do enquadramento.

A matéria se encerra com as vozes tranquilizadoras das secretarias municipais afirmando que o projeto vai melhorar muito os indicadores negativos apontados na pesquisa do Rio Como Vamos. Nesse sentido, a matéria reafirma a zona portuária como lugar de estigmas não só pelos depoimentos dos moradores e das fontes oficiais, mas, sobretudo, pelos dados quantitativos que atestam os “problemas crônicos”.

As reportagens do *O Globo* – “*A cidade renasce das ruínas*” (22/3/2010), “*Livro traz exemplos de sucesso*” (19/12/2010) e “*Zona Portuária continua à margem da sociedade*” (27/10/2010) (figuras 2,3 e 4), indicam a construção discursiva de uma crise urbana que tem “solução” pelo “caminho único” do modelo neoliberal de cidade. O gesto de trazer à tona “revitalizações” internacionais “bem-sucedidas”, silenciando o agravamento de questões sociais que se imprimiram nesses processos, abre caminho para a “inevitabilidade” da parceria público-privada que opera o Porto Maravilha.

3.1.1 “Reinvenção” discursiva da zona portuária pela parceria público-privada

O neoliberalismo estimula a parceria do poder público com o setor privado. Os discursos que acionam cidades paradigmáticas desse modelo atribuem a transformação de áreas degradadas em grandes centros de moradia, empresariais, culturais e de consumo ao “poder” das parcerias público-privadas. As parcerias público-privadas são tomadas como um “divisor de águas” nas cidades que se “reinventam” para competir internacionalmente por investimentos e turismo. No Rio de Janeiro essa lógica não é diferente.

A materialização discursiva da PPP no *O Globo* se potencializa quando o consórcio Porto Novo, formado pelas empreiteiras Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia³³, vence a licitação da parceria público-privada para a execução do projeto Porto Maravilha. Cerca de R\$ 8 bilhões foram estipulados para o pagamento ao consórcio Porto Novo, que poderão ser pagos em dinheiro, com o repasse de terrenos públicos ou pela venda de Certificados de Potencial Construtivo (CEPACs). Os certificados permitem a investidores construir empreendimentos acima

³³ Vale registrar que as três empreiteiras (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia) estão entre as empresas investigadas na Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal em 2014.

do gabarito autorizado na área. O leilão dos CEPACs foi amplamente divulgado pela mídia. Em 14/6/2011, *O Globo* publicou: “*Consórcio assume amanhã serviços no Porto*”. A figura 5 reproduz a página analisada.

Consórcio assume amanhã serviços no Porto

Empreiteiras cuidarão, por 15 anos, de coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação e ordenamento do trânsito

Isabela Bastos

• A prefeitura vai terceirizar, a partir de amanhã, serviços públicos como coleta de lixo, troca de lâmpadas da iluminação pública, pavimentação, poda de árvores e ordenamento de trânsito numa região de cinco milhões de metros quadrados que abrange a Zona Portuária e parte do Centro. O consórcio Porto Novo, formado pelas construtoras OAS, Carioca Engenharia e Odlebrecht, assumirá essas tarefas por 15 anos na área delimitada pelas avenidas Francisco Bicalho, Rodrigues Alves, Beira-Mar e Presidente Vargas. As exceções ficam por conta das operações de controle urbano e de patrulhamento da Guarda Municipal, que continuarão a cargo do município.

A passagem de bastão dos serviços municipais para o consórcio será gradual: vai durar 180 dias. A coleta de lixo, porém, será transferida de uma só vez, amanhã, quando saem de cena os caminhões e garis da Comurb e entram os da concessionária, que terá logotipo e uniforme diferentes, com predominância do azul.

Consórcio terá que instalar 50 câmeras nas ruas

De acordo com o presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp), Jorge Arraes, nos próximos 90 dias o consórcio fará uma força-tarefa para recuperar a iluminação pública, considerada, num inventário encomendado pela prefeitura, um dos maiores problemas da região. O esforço concentrado prevê ainda uma faxina nas ruas, onde foi verificado um grande acúmulo de lixo e entulho.

— O objetivo é que não haja vácuo na prestação de serviços. A nova concessionária terá um centro de operações, que ficará ligado ao da prefeitura, uma ouvidoria e um teleatendimento, que, no futuro, estarão atrelados ao 1746, a central de atendimento do município. Imagens e informações serão compartilhadas — disse Arraes.

Nos próximos seis meses, o consórcio terá que instalar 50 câmeras na região, para monitorar o trânsito e a segurança. Hoje, a área abrangida por essa parceria público-privada tem 16 câmeras da CET-Rio, instaladas sobretudo nas principais avenidas.

Outros serviços públicos prestados por concessionárias, em que o poder concedente é o estado ou a União, não sofrerão alterações. O novo

consórcio, portanto, não responderá por abastecimento de água, energia elétrica e gás, pelo tratamento de esgoto e por serviços de telecomunicações.

Segundo o Porto Novo, a empresa assumirá os serviços com aproximadamente 400 funcionários, sendo 274 para a limpeza urbana, com a mais do que o efetivo que trabalha hoje na região. Para a operação serão utilizados 23 veículos. Em nota, o consórcio informou que, num primeiro momento, não haverá mudança nos horários de coleta. Por isso, moradores e comerciantes deverão manter a rotina de descarte do lixo.

As obras de infraestrutura no Porto terão que ficar prontas até dezembro de 2015, seis meses antes dos Jogos Olímpicos de 2016. O prazo fixado pela prefeitura visa a dar tranquilidade à preparação dos Jogos na região, que vai abrigar sete instalações olímpicas, entre elas parte das vilas de mídia e

de árbitros, além dos centros de monitoramento e operações, de credenciamento e de tecnologia do evento.

As vilas serão instaladas num terreno conectado como Praia Formosa, que fica nas imediações da Avenida Francisco Bicalho. Já as demais instalações serão construídas no terreno da usina de asfalto da prefeitura e numa área vizinha, pertencente à Cedae, ambas também na Francisco Bicalho. O projeto de construção foi es-

colhido por concurso internacional, cujo resultado será divulgado semana que vem.

Segundo Jorge Arraes, os três terrenos já estão reservados para o projeto, batizado de Porto Olímpico. O imóvel da Praia Formosa deverá ser comprado da União pela prefeitura por R\$ 62 milhões e revendido à Caixa Econômica Federal, para negociá-lo com construtores. Os terrenos da usina e da Cedae também serão vendidos à Caixa, com o mesmo propósito.



O PREFEITO Eduardo Paes comemora a venda de 6,4 milhões de Cepacs: o leilão durou 50 minutos

Caixa compra todos os Cepacs por R\$ 3,5 bi

Empresa foi a única a participar de leilão

• Um grande passo para a transformação da área do Porto do Rio foi dado ontem com o leilão dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), que permitem a investidores construir acima do gabarito normal da área. Apesar de os títulos terem sido anunciados pela prefeitura como um ótimo investimento, houve apenas um interessado. Os certificados foram arrematados num só lote pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, criado pela Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS.

O leilão durou 50 minutos e o fundo adquiriu cerca de 6,4 milhões de títulos pelo valor mínimo de R\$ 545 a unidade. Único habilitado a participar do leilão, o fundo vai pagar R\$ 3,5 bilhões pelos Cepacs, que poderão agora ser revendidos. A cerimônia no Porto do Rio foi concorrida, com a participação do prefeito Eduardo Paes, parte do seu secretariado, a direção da Caixa e empresários. Apesar de o fundo administrado pela Caixa ter sido

o único candidato ao leilão, Jorge Arraes, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp), disse que o negócio era excelente. No mercado financeiro, comenta-se que o edital era muito rígido: era preciso apresentar, para se habilitar, um capital mínimo de R\$ 8 bilhões.

Para o vice-presidente de Gestão de Ativos de Tercelros da Caixa, Marcos Vasconcelos, o negócio foi excelente: ele calcula que os Cepacs renderão até 12% ao ano.

Paes disse que o início da operação da parceria público-privada (PPP) amanhã — com o consórcio Porto Novo assumindo serviços públicos — será um fator de grande transformação da região. A concessionária também terá que derrubar parte do Elevado da Perimetral (entre o Arsenal de Marinha e a Avenida Francisco Bicalho).

— A coisa de que mais tenho certeza é o poder transformador dessa PPP — disse o prefeito.

(Figura 5)

Um grande passo para a transformação da área do Porto do Rio foi dado na segunda-feira com o leilão dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), que permitem a investidores construir acima do gabarito normal da área. Apesar de os títulos terem sido anunciados pela prefeitura como um ótimo investimento, houve apenas um interessado. Os certificados foram arrematados num só lote pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, criado pela Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS. (*O Globo*, 14/6/2011 - grifos nosso)

Uma declaração do prefeito Eduardo Paes encerra a matéria: “- A coisa de que mais tenho certeza é o poder transformador dessa PPP - disse o prefeito”. Este “poder transformador”, tão exaltado pelo prefeito e pelas matérias do *O Globo*, merece ser problematizado. O *Blog* de Raquel Rolnik³⁴ nos oferece reflexões importantes acerca da parceria público-privada do Porto Maravilha e do leilão dos CEPACs.

O curioso é que a maior parte dos terrenos que fazem parte da operação urbana Porto Maravilha, que ocupa uma área de 5 milhões de m², são terras públicas, principalmente do governo federal, que foram “vendidas” para a prefeitura do Rio, a partir de avaliações feitas por...? Pela própria Caixa que, agora, através do Fundo que ela mesma criou, com recursos do FGTS que ela administra, buscará vender os cepacs no mercado imobiliário para construtoras interessadas em construir na região. Ou seja, estamos diante de uma operação imobiliária executada por empresas privadas, mas financiada, de forma engenhosa, com recursos públicos em terrenos públicos. Continuamos sem saber onde estão os benefícios públicos desta PPP (Parceria-Público-Privada). (ROLNIK, 13/6/2011)

Uma PPP é formada quando o poder público não tem recursos para executar determinado projeto. No caso do Porto Maravilha, no entanto, é a prefeitura que paga as empreiteiras com recursos públicos. O prefeito Eduardo Paes e sua equipe repetidamente falam que o Porto Maravilha é executado sem recursos da prefeitura, no sentido de que o pagamento ao consórcio Porto Novo advém da venda dos CEPACs, conforme veiculado na revista *Porto Maravilha* em dezembro de 2011³⁵.

Saiba o que não é verdade

Prefeitura está gastando muito dinheiro com as obras – Mito! Os recursos para obras e serviços na região vêm da venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), sem que o município tenha que desembolsar dinheiro. (Revista *Porto Maravilha*, dezembro, 2011, nº 6 – grifo nosso).

O argumento de que a prefeitura não está gastando dinheiro com a execução do Porto Maravilha é questionável, porque o que deram origem às CEPACs foram, em sua maioria, terrenos comprados pela prefeitura do governo federal. Dessa forma, ficam as perguntas: quais os benefícios públicos dessa parceria público-privada? Que poder transformador é esse da PPP? Os benefícios só se materializam discursivamente.

Notamos que o modo como se dá o financiamento da parceria público-privada é

³⁴Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/11/30/porto-maravilha-e-nova-luz-qualis-serao-afinal-os-beneficios-publicos-destas-ppps/> - acesso em 8/8/2015.

³⁵ Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/b_p_6.pdf - acesso em 8/8/2015.

pouco clarificado pelos textos do jornal. Mas para além do ator do aporte financeiro (ou de que forma essa verba é alocada), o que nos parece mais emblemática é a lógica a partir da qual esses recursos são administrados na relação dos habitantes da cidade com as práticas espaciais. Lógica mesma que promove um embaralhamento do que se concebe por público e privado³⁶, visto que a diferença entre essas duas esferas se torna tênue quando espaços públicos são geridos como se fossem espaços privados, consequência também de uma gestão urbana que atua como empresa.

As contribuições de Sérgio Buarque de Holanda (2015) são primorosas para entendermos a “confusão” entre público e privado. Buscando identificar as raízes do Brasil para problematizar uma forma de sociabilidade brasileira que privilegia contatos informais e nega a impessoalidade que deveria nortear a esfera pública, Holanda formula o conceito de “Homem cordial” com o objetivo de demonstrar como a “cordialidade” levou a uma relação complexa entre instâncias públicas e privadas, comprometendo avanços sociais e a consolidação da democracia.

Para Holanda, a “cordialidade” brasileira, no sentido de amabilidade típica de um povo, passa a ser um problema quando essa maneira “cordial” de se relacionar com familiares e/ou amigos no ambiente privado se manifesta na esfera pública. Nesse sentido, o “homem cordial” é um indivíduo que não consegue separar o público do privado, que tem dificuldades em aceitar que a gestão do Estado deve ser exercida de forma impessoal.

A herança portuguesa, reforçada por traços das culturas indígena e negra, e o desenvolvimento da sociedade colonial no meio rural, impuseram o modelo patriarcal de família. Esse modelo influenciou as relações políticas, visto que os partidos políticos

³⁶ O conceito de esfera pública tem seu marco na obra do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (2014). Tal discussão sobre o tema representa a complexidade na utilização do termo. Para Habermas, a esfera pública representa uma dimensão social, organizada pela opinião pública, que faz mediação entre o Estado e a sociedade, e que deve ser garantida pela liberdade de expressão, da reunião e da associação dos cidadãos. Essa esfera pública garantiria possibilidades de emancipação humana, favorecendo a racionalidade gerada pela ação comunicativa. Habermas defende que a ideia de público é fruto de transformações sociais situadas entre o final da Idade Média e a Idade Moderna, com a ascensão do capitalismo. A grande contribuição do autor, no entanto, é a noção de que a ideia de público mudou estruturalmente em função da comunicação e da cultura de massa. De uma concepção praticamente física, já que o espaço público grego e romano era aquele onde cidadãos livres e senhores feudais, respectivamente, exercitavam o poder, em Habermas passa a uma dimensão simbólica regida pelo agir comunicacional. Com isso, configura-se uma nova ideia de espaços de argumentação que foge as antigas noções de troca de informações que davam publicidade as coisas do governo e da política nas praças, nos cafés, nos salões, nos clubes e nos sarais. Não vamos aprofundar essa questão em Habermas (2014), mas ao analisar os discursos acerca da PPP, é importante levar em conta que estamos tratando de opinião pública, de uma esfera pública a partir da qual as tomadas de decisão são fundamentais para a democracia capitalista. Nesse sentido, as reflexões de Habermas sobre a mudança estrutural que vai justificar a imprensa como um espaço de opinião pública são importantes para nós. A passagem dos cafés aos meios de comunicação, que se impuseram como uma espécie de ágora contemporânea, e no caso específico do nosso objeto de análise uma ágora mediada pela PPP, se pretendia espaço de debate político democrático, mas foi atravessado por uma série de interesses outros que comprometeram essa função.

se constituíram como se fossem famílias patriarcais. Quando as cidades começaram a se estruturar, as pessoas que migraram das zonas rurais para os centros urbanos levaram consigo os valores desse tipo de organização familiar. Todo esse cenário formou o “homem cordial”, um homem individualista, avesso à disciplina, à hierarquia, à obediência de regras sociais, mas afeito ao paternalismo e ao compadrio, o que caracteriza, segundo Holanda, um perfil inadequado à formação de um Estado democrático.

Em Roberto DaMatta (1997) também encontramos explicações importantes para a atual diluição dos limites entre o público e o privado. Para o autor, a sociedade brasileira apresenta uma peculiaridade: ela é dual e composta por dois princípios antagônicos, mas que se articulam e fazem parte de uma mesma moeda, a saber, o indivíduo, o ser das relações impessoais dadas pela lei e regulamentos gerais, e a pessoa, que tem por referência as relações de família, de amizade, de compadrio, em que a troca de interesses e favores são fundamentais.

A dualidade indivíduo/pessoa também aparece quando DaMatta (2003) problematiza as esferas privada e pública, representadas pela “casa” e pela “rua”. O autor ressalta que “casa” e “rua” não se restringem a espaços físicos, mas são “esferas de ações sociais” específicas. A “casa” é o espaço da compreensão, da cordialidade, em que o indivíduo acredita no diálogo, enquanto a “rua” é o espaço da impessoalidade e da competição hostil. Nesse sentido, o brasileiro se comporta no espaço público como se estivesse em casa, onde tem mais direitos do que deveres. Ao mesmo tempo, não reconhece o espaço público como sendo de todos, pois o enxerga como local de ausência de normas, espaço do “salve-se quem puder”.

Mas é em “Sabe com quem está falando?” que DaMatta condensa os aspectos desenvolvidos na interpretação da realidade brasileira, pois percebe nesse ritual cotidiano autoritário a singularidade reveladora de uma face do brasileiro bem diferente da tão decantada cordialidade. Singularidade mesma socialmente estabelecida que tem como pressuposto a herança patrimonial portuguesa, de um Estado patrimonial centralizado que inibe a impessoalidade. Nesse sentido, o brasileiro acostumou-se a agir no ambiente público tendo como referência as relações de família e compadrio. Ao tratar a coisa pública como se fosse privada, privilegia-se a troca de favores, o “jeitinho”, a “carteirada”, o que favorece a corrupção e compromete a democracia política.

O ‘sabe com quem está falando?’ [...] é um instrumento de uma sociedade em que as relações pessoais formam o núcleo daquilo que chamamos de “moralidade” (“ou esfera moral”), e tem um enorme peso no jogo vivo do sistema, sempre ocupando os espaços que as leis do Estado e da economia não penetram. A fórmula ‘Sabe com quem está falando?’ é, assim, um função da dimensão hierarquizadora e da patronagem que permeia nossas relações diferenciais e permite, em consequência, o estabelecimento de elos personalizados em atividades basicamente impessoais. (DAMATTA, 1997, p. 195)

Como efeito, Holanda (2015) e DaMatta (1997) apontam para o fato de que desde a colonização do Brasil pelos portugueses a separação entre público e privado não se efetivou. Tal embaralhamento não é uma prerrogativa da atualidade e nem da parceria público-privada, mas esta atualiza, no entanto, a lógica patrimonialista que despreza os limites entre essas esferas. Na inspiração americana, a PPP se estrutura no Estado fazendo uma concessão pública para a iniciativa privada, que investe naquilo que é público, presta serviço público e obtém lucro, daí a ideia de privatização dos serviços públicos. No Brasil, o espaço público tomado como espaço privado se atualiza nessa PPP, na medida em que o público entra com o dinheiro, e o privado com o lucro.

Um exemplo de como a administração do público pela lógica privada se expressa é o Parque Madureira, mais um empreendimento do modelo de cidade em curso no Rio. Algumas regras de funcionamento, tais como a proibição de churrasquinho, animais domésticos, vão de encontro à apregoada semelhança do parque com o Aterro do Flamengo. As matérias jornalísticas legitimam a importância do Parque Madureira para a cidade justamente pela possibilidade dele levar ao subúrbio práticas comuns aos moradores da Zona Sul.

Pela lógica da administração do parque, no entanto, proibições como soltar pipa e presença de animais domésticos jogam por terra a semelhança pretendida com o Aterro do Flamengo. Se pelo senso comum parque é onde a cidade respira, onde se espera ter liberdade de práticas de lazer e ordenamento menos rígido, as normas impostas pela gestão pública sob a lógica privada é uma ruptura que aponta para a reformulação do entendimento do que é um parque.

Apesar do espaço ser regido e mediado pelo Estado, espera-se que múltiplas práticas sociais floresçam naturalmente. O que está norteando a transformação do cais do porto e da antiga Praça Mauá (e seu entorno) em Porto Maravilha não é a existência dos moradores da região e suas práticas espaciais. Pelo contrário. Não estamos dizendo que na lógica da cidade-empresa essas práticas não possam florescer, mas sim que elas

se subordinam a determinadas regras de comportamento para atrair o consumidor que garanta o lucro almejado pelos investidores, a saber, o turista, o empresário/empreendedor/especulador e o novo morador.

Como vimos no primeiro capítulo, o conceito de cidade-empresa se estabelece no Rio a partir da primeira gestão de César Maia (1993-1996), que contratou consultores catalães que participaram da concepção de cidade que deu origem à Barcelona Olímpica. A transformação da cidade em “Rio Olímpico” foi uma das prioridades da gestão de Luiz Paulo Conde (1997-2000), que tinha sido secretário municipal de Urbanismo de César Maia. Depois de Conde, César Maia retorna à prefeitura e cumpre mais dois mandatos (2001-2004 e 2005-2008). A concepção de cidade perseguida por César Maia se materializa na gestão de Eduardo Paes (2009-2012 e 2013-2016), que foi secretário municipal de Meio Ambiente a partir da segunda gestão de César Maia. Estamos diante de mais de vinte anos de construção discursiva de um projeto de cidade.

A cidade-empresa, a cidade-negócio, é um modelo que se estrutura na ideia de que as cidades devem ser planejadas sob uma perspectiva estratégica empresarial. Ou seja, as cidades passam a ser pensadas como empresas que competem com outras “empresas” no mercado internacional de cidades. O principal negócio que acirra essa competição é a venda de localização para empresas globalizadas que podem circular e investir em qualquer parte do mundo. Nesse sentido, o Rio de Janeiro pensado como empresa é mais uma cidade competindo por investimentos, turismo e eventos.

O ano de 2009 marcou a continuação de um ideário político que se pretendia consensual e que permitiria a concretização de projetos há muito desejados pela gestão de César Maia. Para Lucas Faulhaber e Lena Azevedo (2015), a aliança entre o Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com o então governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes, tornou-se a base de apoio político da prefeitura, com a garantia de investimentos públicos na cidade. A exemplo do modelo posto em prática em cidades internacionais, para que o projeto no Rio se concretizasse era preciso que as alianças extrapolassem a esfera político-partidária e incluíssem o setor privado, especialmente empresas da construção civil.

Para mostrar o poder das empresas privadas nas decisões que a gestão urbana toma sobre o Rio, Faulhaber e Azevedo (2015) chamam atenção para as vultuosas

quantias por elas doadas à campanha de candidatura de Eduardo Paes à prefeitura da cidade. Doações que se intensificaram, especialmente por parte das empreiteiras, na campanha de reeleição, demonstrando a satisfação desses investidores com a política praticada por Paes no primeiro mandato³⁷.

Mais de 60% das doações dirigidas à sua candidatura e ao diretório municipal do PMDB são provenientes de empresas que atuam no mercado imobiliário. Em prestações de campanha, aparecem como principais doadores as empresas com contratos bilionários para gestão de serviços públicos e grandes obras da prefeitura, entre elas Carvalho Hosken (Parque Olímpico), Cyrela (Campo de Golfe) e OAS (Porto Maravilha, Transolímpica e Transcarioca). (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p. 30)³⁸

A importância atribuída ao capital privado nesse modelo de cidade ressoa no jornal *O Globo*. A parceria público-privada foi destaque na reportagem “*Porto em contagem regressiva: escolhido o consórcio que, por R\$ 7,3 bi, executará amplo conjunto de obras na região*”, em 27/10/2010. O conteúdo informativo é composto por uma matéria, um infográfico, pontuando as obras na zona portuária, uma retranca, ilustrada por duas fotos do projeto do Museu do Amanhã, “símbolo da revitalização”³⁹, e um *box*. A página 16 é inteiramente dedicada às obras e serviços a serem executados pelo consórcio Porto Novo. A *figura 6* reproduz a página analisada.

³⁷ A pesquisa de Falhauber e Azevedo fornece dados do relatório das eleições 2008, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, sobre o financiamento da primeira campanha de candidatura de Eduardo Paes à prefeitura do Rio de Janeiro. Os principais investidores foram: “EIT (empreiteira), com R\$ 1 milhão; Eike Batista, com R\$ 500 mil; OAS (empreiteira), com R\$ 350 mil; Banco Itaú, com R\$ 300 mil; Carioca (empreiteira), com 300 mil; Financilar (financiamento imobiliário), com R\$ 280 mil; Gerdau (metalúrgica), com R\$ 200 mil; e Rossi (imobiliária), com R\$ 200 mil, dentre outros” (2015, p.30).

³⁸ A entrevista de Carlos Carvalho Hosken, proprietário da empreiteira Carvalho Hosken, à *BBC-Brasil* – “*Como é que você vai botar o pobre ali?-, diz bilionário ‘dono da Barra da Tijuca’*”, é bastante representativa do poder que as empreiteiras exercem sobre as decisões governamentais acerca do espaço urbano, especialmente em tempos de Olimpíadas no Rio de Janeiro. O empresário assume que nos interesses das empreiteiras não cabe a população pobre. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_ip?ocid=socialflow_facebook – acesso em 10/8/2015.

RIO

Porto em contagem regressiva

Escolhido o consórcio que, por R\$ 7,3 bi, executará amplo conjunto de obras na região

Isabela Bastos

As obras que prometem mudar a cara da Zona Portuária do Rio, tirando da paisagem parte do Elevado da Perimetral, já tem data para começar. Em janeiro de 2011, a prefeitura inicia a implantação de uma nova avenida no Porto, chamada Binário, e a perfuração de um mergulhão sob a Avenida Rodrigues Alves, preparando o terreno para a demolição da Perimetral, entre o Arsenal de Marinha e a Avenida Francisco Bicalho. Incluídas na segunda etapa do projeto Porto Maravilha, as intervenções serão executadas pelo consórcio Porto Novo — formado pelos empreiteiros Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia —, escolhido ontem o vencedor da primeira Parceria Público Privada (PPP) da cidade. Além de fazer as obras, o consórcio ficará, como uma grande concessionária, responsável pela manutenção dos serviços públicos municipais em toda a área. O valor da PPP foi fixado em R\$ 7,3 bilhões por 15 anos de concessão.

É a maior PPP do Brasil. O consórcio não apenas fará as obras, como ficará encarregado dos serviços, que vão desde a troca de lâmpadas até a coleta de lixo — diz o prefeito Eduardo Paes.

Pelo cronograma da prefeitura, todas as obras viárias de reurbanização e infraestrutura do Porto — orçadas em R\$ 4,2 bilhões — terão que ficar prontas nos próximos cinco anos, a tempo das Olimpíadas de 2016. O Porto receberá parte das instalações olímpicas, com as vilas de mídia e dos árbitros e o centro de mídia não credenciada, entre outros equipamentos. Já os gastos com serviços por 15 anos foi fixado em R\$ 3,1 bilhões. O valor total da PPP ficou cerca de R\$ 2 bilhões abaixo do previsto pela prefeitura.

A estimativa é que a implantação da Avenida Binário dure dois anos. Com seis pistas (três em cada sentido), a nova via será aberta em paralelo à Avenida Rodrigues Alves, aproveitando ruas subutilizadas da área. Para ligar a Praça Mauá à Avenida Francisco Bicalho, a avenida terá um túnel passando por baixo da sede da Polícia Federal, na Praça Mauá. Dois viadutos serão construídos sobre a Francisco Bicalho para ligar o Binário ao Elevado do Gasômetro e à Linha Vermelha.

Consórcio terá que reurbanizar a região

- A prefeitura quer ainda concentrar esforço, nos dois primeiros anos, na perfuração do mergulhão sob a Rodrigues Alves, para permitir a demolição por etapas do Elevado da Perimetral, entre 2013 e 2015. O túnel será construído entre o Arsenal de Marinha e o armazém 5 do porto. A ideia é que o Binário absorva, ao final das intervenções, todo o trânsito local da região, enquanto a Rodrigues Alves, junto com o mergulhão, será transformada numa via expressa, sem sinais.

- A Rodrigues Alves terá seis pistas e o Binário outras seis. Isso fará com que, no futuro, a área do porto tenha 50% mais pistas de tráfego do que temos hoje, contando com a Perimetral — explica o presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (Cdurp), Jorge Araes.

- Até 2015, o consórcio terá que implantar quatro quilômetros de túneis e viadutos, reurbanizar 70 quilômetros de ruas da área e a implantar 700 quilômetros de redes de água, esgoto, telefonia, drenagem, gás, entre outros serviços. Do pacote também fazem parte a reurbanização de 650 mil metros quadrados de calçadas, o equivalente a 79 campos do Maracanã; a instalação de sete mil novos postes de iluminação pública e o plantio de 15 mil árvores. O consórcio terá ainda que fazer toda a reurbanização do Morro do Pinto. Vizinhos a este, os morros da Providência e do Consórcio têm projetos separados, que vêm sendo executados pela prefeitura.

- O contrato com o consórcio será assinado na última semana de novembro. Segundo o presidente da

CONHEÇA A NOVA ZONA PORTUÁRIA



O PROJETO DO Museu do Amanhã, que será instalado no Pier Mauá; os obras deverão ser licitadas em novembro

'Obra verde' à beira-mar

Museu do Amanhã captará energia solar e usará água da Baía

- Uma estrutura de concreto, aço e vidro que se movimentará, abrindo e fechando o telhado conforme o momento do dia. O Museu do Amanhã, que será construído pela prefeitura no Pier Mauá, não terá apenas um desenho arrojado, que lembra o de um animal adormecido à beira-mar. Notabilizado por suas obras inovadoras, como a Gare do Oriente, em Lisboa, e a Cidade das Artes e da Ciência, em Valência, o arquiteto e engenheiro espanhol Santiago Calatrava projetou um prédio que abrirá grandes abas, semelhantes a escamas, no teto. As abas se moverão de acordo com a posição do sol, para captar energia solar e convertê-la em elétrica. Dentro do concreto de "obra verde", levando em conta a sustentabilidade ambiental, a refrigeração do prédio usará água da Baía de Guanabara.



ABA NA cobertura do museu: o sistema permitirá captar a energia solar

- O novo museu, que vem sendo concebido em parceria com a Fundação Roberto Marinho, ficará pousado sobre um espelho d'água rodeado por áreas verdes. As obras deverão ser licitadas em novembro, segundo o prefeito Eduardo Paes. O objetivo é que o complexo cultural fique pronto em 2012. Em setembro passado, a Secretaria municipal de Obras lançou o edital de licitação das fundações do prédio. Orçada em R\$ 22,4 milhões, essa etapa da construção deverá durar quatro meses e instalar cerca de mil estacas no pier.

- Com 12,5 mil metros quadrados de área construída, o museu terá dois andares. Serão investidos R\$ 130 milhões — sendo R\$ 35 milhões no desenvolvimento do conteúdo e R\$ 95 milhões na construção do edifício, incluindo projetos de arquitetura.

- Cdurp, as primeiras semanas do próximo mês servirão para que o consórcio possa constituir juridicamente uma empresa para ficar à frente da PPP e captar o seguro que garantirá a proposta vencedora. Os serviços públicos municipais na área não serão também transferidos imediatamente ao consórcio.

- Segundo o presidente da Cdurp, dentro da PPP foram estabelecidos padrões de serviços a serem seguidos durante e depois das obras. Com base nisso, serão feitas reuniões com todas as empresas e autarquias da prefeitura que realizam os serviços atualmente — como Comlurb, RioLuz e Rioágua — para fechar um cronograma gradativo da transferência dessas atribuições para o consórcio.

- Temos uma perspectiva de aumento populacional de 20 mil para cem mil pessoas nessa região nos próximos 15 anos, e o padrão de serviços definido dentro da PPP acompanha essa estimativa — complementa Araes.

- O financiamento das obras será feito, num primeiro momento, com recursos do FGTS. Para cobrir a operação financeira, remunerando de volta o fundo de garantia, a prefeitura espera começar a vender certificados de potencial adicional de construção, as chamadas Cepacs, ainda este ano. Segundo o presidente da Cdurp, a prefeitura deverá receber o aval da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para começar a leilão as Cepacs na se-

Blair em SP: obras pensando no longo prazo

Marcelle Ribeiro

- SÃO PAULO. Em palestra ontem para cerca de 450 empresários e políticos, o ex-primeiro ministro britânico Tony Blair deu conselhos sobre investimentos para os Jogos Olímpicos e a Copa de 2014 e disse que dificilmente os valores gastos nesses eventos esportivos equivalem ao que foi orçado inicialmente. Blair, considerado o responsável por Londres conquistar as Olimpíadas de 2012, chegou a ser anunciado como o consultor dos Jogos de 2016 no Rio, mas o governo do estado desistiu, pois não conseguiu viabilizar financeiramente a contratação.

- O ex-primeiro-ministro listou uma série de medidas para as quais o Brasil e o Rio devem ficar atentos em relação a 2014 e 2016. As principais são: ter objetivos claros e capacidade de entregar as obras do evento no prazo, atrair recursos públicos e privados, investir em infraestrutura e fazer obras pensando no longo prazo.

- O prefeito Eduardo Paes disse que o cronograma das obras para as Olimpíadas no Rio tem que estar tão adiantado quanto as de Londres para 2012. Ele lembrou que o Rio se inspirou na estratégia londrina para conquistar o evento: fazer um corpo a corpo com as pessoas-chave do COC.

- Nunca na história das Olimpíadas o cronograma esteve adiantado. Em Londres está. Vamos ter que estar adiantados no Rio também.

- galo que hoje atormenta a vida de milhares de motoristas.

- Segundo Paes, ele foi convencido por técnicos da prefeitura de que a construção do viaduto desvalorizaria o terreno do gasômetro, considerado o de maior valor construtivo do projeto Porto Maravilha. Na área, poderão ser construídos prédios de até 50 andares, segundo lei aprovada este ano pela Câmara de Vereadores. O viaduto diminuiria o tráfego da Francisco Bicalho em cerca de 20%, segundo estimativa da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio). Por aí passam hoje 162 mil veículos diariamente. Com 930 metros de extensão, o novo viaduto interligaria a Linha Vermelha à Perimetral e custaria R\$ 37 milhões.

(Figura 6)

O trecho destacado mostra que a efetivação da parceria público-privada é tomada como um “acontecimento extraordinário” para a cidade, a grande “promessa” de mudança da “cara da zona portuária do Rio”, acionada simbolicamente por uma contagem regressiva para a chegada de uma “nova” cidade.

As obras que prometem mudar a cara da zona portuária do Rio, tirando da paisagem parte do elevado da perimetral, já tem data e hora para começar. Em janeiro de 2011, a prefeitura inicia a implantação de uma nova avenida no Porto, chamada Binário [...] as intervenções serão executadas pelo consórcio Porto Novo – formado pelas empreiteiras Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia-, escolhido ontem vencedor da primeira Parceria Público Privada (PPP) da cidade. [...] Pelo cronograma da prefeitura, todas as obras viárias de reurbanização do Porto – orçadas em R\$ 4,2 bilhões – terão que ficar prontas nos próximos cinco anos, a tempo das Olimpíadas de 2016. (*O Globo*, 27/10/2010, p.16 – grifos nosso)

Produzindo o mesmo direcionamento de sentidos das demais matérias do jornal que abordam o assunto, informa-se como as obras e os serviços do Consórcio Porto Novo são pagos, sem problematizar a “forma engenhosa” como é articulado o financiamento da PPP, assim como a participação do capital privado na gestão do espaço público. Nesse sentido, *O Globo* aparece mais como um veículo de propaganda do projeto de cidade e menos (ou nada) como um lugar de debate público, função creditada ao jornalismo.

Tal observação pode ser pensada em Sodré, para quem “os materiais de uma ideologia são a linguagem e seus recortes práticos, denominados ‘discursos’” (SODRÉ In: MORAES, 2005, p.22). Certo de que a linguagem não reflete a realidade, mas a cria, o autor afirma que a ideologia “globalista” em muito se vale da mídia, que a partir de uma técnica política de linguagem requalifica a vida social em função da tecnologia e do mercado.

Quando um grupo hegemônico obtém da sociedade a aceitação de uma ideologia, está obtendo aval semântico para uma pletera de pontos de vista, visões de mundo, articulações de senso comum e representações sociais guiados por um sentido determinado. [...] Própria do mecanismo ideológico é a troca da parte pelo todo, isto é, da parcialidade do sentido (já que é apenas a unidade consensual de um grupo específico) por uma totalidade ou universalidade ilusória. (SODRÉ in: MORAES, 2005, p. 22)

Com efeito, a produção de sentidos do *O Globo* constrói um caminho simbólico

que se pretende universal e verdadeiro sobre a parceria público-privada. A reportagem ressalta que o Porto Maravilha precisa ficar pronto a tempo das Olimpíadas. Os megaeventos esportivos ocupam lugar central nos discursos do projeto de cidade. Parece que “tudo pode e deve acontecer” em nome da preparação da cidade para recebe-los. Inclusive que o Estado permita que a Federação Internacional de Futebol (FIFA)³⁹ e o Comitê Olímpico Internacional (COI) ajam como “autoridades públicas” no controle dos espaços públicos.

Leis de exceções⁴⁰ antes e durante os megaeventos reestruturam legislações penal, tributária e fiscal em função dos interesses da FIFA e do COI. A FIFA recebeu isenções fiscais e ganhou autoridade sobre os espaços publicitários em um raio de dois quilômetros das áreas de interesse dos jogos. Significa dizer que não só nos estádios, mas também no entorno das competições, aqueles que exerciam atividades comerciais só puderam vender artigos oficiais da FIFA e/ou dos seus patrocinadores. Estas são algumas entre muitas benesses concedidas à entidade privada.

Os discursos dos megaeventos esportivos e as leis que “oficializam os interesses” de grupos privados a eles associados, sinalizam o que Vainer (2011) chama de “cidade de exceção”. Para formular o conceito, o autor apoia-se nas teorias do estado de exceção, que estudam a imposição da exceção como regra em situações de crise extrema, como uma guerra, por exemplo. A construção simbólica da crise urbana e dos megaeventos como “oportunidade” de transformação da cidade, “naturaliza” a ideia de que legislações inflexíveis podem ser empecilhos ao projeto.

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político”. (VAINER, 2011, p.10)

Toda essa problemática dá a ver a “reinvenção” da cidade condicionada a diferentes “parcerias pública-privadas”. É uma das facetas perversas desta “reinvenção”

³⁹ Em 2013, o então secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke, declarou em um simpósio que “menos democracia às vezes é melhor para se organizar uma Copa do Mundo”. A crítica a governos democráticos nos ajuda a entender a atuação pouco democrática da FIFA quando se trata de garantir seus interesses nas cidades-sede de Copa do Mundo. Disponível: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/24/excesso-de-democracia-no-brasil-afeta-organizacao-da-copa-diz-valcke.htm> - acesso em 3/12/2013.

⁴⁰ Um exemplo é a Lei Geral da Copa do Mundo, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012.

se apresenta no deslocamento de comunidades pobres como se fossem resíduos impróprios à cidade do futuro. Neste rearranjo discursivo, é legitimada a crise urbana, transparecendo a necessidade imperiosa de remover tudo o que “atrapalha” a transformação do Rio em “cidade olímpica”. As remoções de favelas se travestem de solução para o reordenamento urbano promovido pelo projeto de cidade. O jornal *O Globo*, com suas perspectivas recorrentes, imprime em suas páginas as noções de valores do que importa e o que deve ser descartado para que o Rio se torne uma cidade global.

3.2 Remoções de favelas na construção discursiva do “Rio cidade global”

A transposição para a esfera pública de um modelo empresarial implica um processo simbólico: a gestão urbana do Rio opera como uma empresa, que produz uma mercadoria – “a própria cidade” - com a melhor das qualificações para que seja “vendida” ao mercado internacional da forma mais rentável possível. A “venda” do “Rio de Janeiro” é feita por um marketing urbano que constrói uma imagem de marca silenciando o que não é virtude da mercadoria, pois o contrário pode afastar os consumidores e levá-los a consumir o produto “cidade” de outra concorrente.

Discursos hegemônicos tratam as favelas como uma “ameaça” ao Rio competitivo e global. Esta “ameaça” é combatida por uma construção discursiva que se potencializa quando a cidade é eleita uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 e sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Antes de concentrarmos nossa análise na cobertura jornalística do *O Globo* em relação às remoções no Morro da Providência, realizada no âmbito do Porto Maravilha, problematizaremos algumas reportagens que dão a ver argumentos do risco, da qualidade de vida, da integração, da instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)⁴¹, enfim, de uma cidade mais “justa”, como legado de megaeventos esportivos. Este entrelaçamento argumentativo perpassa a construção discursiva que legitima as remoções de favelas, atualmente operacionalizadas sob a égide de um projeto neoliberal de cidade.

⁴¹ Desde a sua implantação, em 2008, foram instaladas 38 UPPs. Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp - acesso em 10/12/2015. Ressaltamos que a análise da cobertura jornalística do *O Globo* das “pacificações” de favelas não faz parte do recorte desta tese. Mas temos que levar em conta que as UPPs, no plano do discurso, se imprimem como fundamentais ao processo de “revitalização” da cidade. As contribuições de Kleber Mendonça (2015) são importantes para entendermos a complexa dinâmica discursiva das “pacificações” de favelas no Rio de Janeiro.

Apesar do nosso corpus de pesquisa recobrir os anos de 2010 a 2015, se faz importante retomar uma entrevista do prefeito Eduardo Paes no *O Globo*, em 5/12/2009, para iniciar nossa reflexão: “[...] a remoção não é a melhor opção no caso de comunidades já consolidadas. Mas o assunto não pode ser tratado como tabu, nem descartado completamente. Por isso, deve e merece ser discutido pela sociedade”. Segundo Paes, “demagogos” constituíram a favela em algo “intocável” para atender interesses político-eleitorais, criando a ideia da favela como “solução”⁴². Essa barreira simbólica, para o prefeito, tornou a favela um “tabu”, assim como intervenções urbanas de remoção.

É a partir da tentativa de acabar com esse “tabu” que presenciamos um dos períodos mais violentos da história das remoções de favelas no Rio de Janeiro. Vejamos a participação do jornal *O Globo* nesse contexto. A reportagem “*Prefeitura removerá 119 favelas*”, publicada em 08/1/2010, traz um levantamento das favelas que estariam em processo parcial de remoção ou que seriam removidas integralmente. O *lead* aponta o argumento para as remoções: o risco de morte dos moradores. A *figura 7* reproduz a página analisada.

A secretaria municipal de Habitação já relacionou 119 favelas que serão removidas integralmente pela prefeitura até final de 2012, por estarem em local de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos [...]. (*O Globo*, 8/1/2010, p. 13 – grifos nosso)

Os dados estatísticos são reforçados pela fala do então secretário de Habitação, Jorge Bittar:

Os reassentamentos são feitos num processo de amplo diálogo com as comunidades. Nada será feito de maneira truculenta ou desrespeitosa – garante Bittar. – Primeiro entramos em contato com os líderes comunitários; depois fazemos um cadastramento e oferecemos alternativas de moradia às famílias. (*O Globo*, 8/1/2010, p. 13 – grifos nosso)

O mesmo acontece na fala do prefeito Eduardo Paes: - área de risco no Rio não vai ter mais. Vai sair, com dignidade, diálogo, indenização e aluguel social. Não vamos admitir que, a qualquer chuva, o prefeito não consegue dormir achando que pode alguém morrer em deslizamentos. Tem que acabar com a demagogia e retirar. (*O Globo*, 8/1/2010, p. 13 – grifo nosso)

⁴² Lícia Valladares (2005) explica detalhadamente a mudança de concepção “Da favela-problema à favela-solução”. A pesquisa da autora é uma importante fonte para o questionamento da afirmação de Paes sobre este processo ser fruto de “demagogos”.

Prefeitura removerá 119 favelas

Pelo menos 12.196 imóveis construídos em áreas de risco serão demolidos até 2012

Isabela Bastos e Selma Schmidt

A Secretaria municipal de Habitação já relacionou 119 favelas que serão removidas integralmente pela prefeitura até o fim de 2012, por estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinadas a importantes públicos. Com pelo menos 12.196 domicílios, essas comunidades ocupam 2,24 milhões de metros quadrados — uma área maior do que o bairro do Leblon. O secretário Jorge Elton Sabrosa, que trabalha em urbanização de outras favelas, que ainda estão sendo levantadas, também explica os motivos.

Entre as favelas que vão desaparecer estão a do Horto (Jardim Botânico), a Indiana (Tijuca), a da CCR (Boleica), a do Metrô (Maracanã), a Vila Autódromo (Barra) e a Vila Taboão (Vargem Grande). É o caso também da pequena Matilha, um trecho de Barreta atrás do Cap. Artur Senna e na vizinhança da Rocinha.

Embora a quantidade de casas construídas irregularmente ainda precise ser atualizada, a favela Rio Fragal, em Guaratiba, é a maior a ser removida totalmente (1.068 casas, pelo censo de 2000 do IBGE), seguida da Santa Anastácia, em Jacarepaguá (381 habitações em 2000) e do Rio Moura, na Barra (303 imóveis em 2000).

Os moradores serão feitos num processo de amplo diálogo com as comunidades. Não será feito de maneira truculenta ou desrespeitosa — garante Elton. — Primeiro entramos em contato com os líderes comunitários; depois fazemos um cadastramento e oferecemos alternativas de moradia às famílias.

A Região Administrativa da Barra concentra a maior quantidade de casas a serem removidas (2.215 em 2000) nas 28 comunidades que desocuparão. Na RA de Guaratiba serão pelo menos 1.290 (último censo de sete favelas a serem removidas). Em Itaonga, haverá pelo menos 944 remoções.

Algumas serão extintas este ano

Para agilizar o processo, em um mês a secretaria lançará licitação visando a contratar uma empresa para fazer o cadastramento das famílias e as análises dos imóveis.

— Precisamos ter um trabalho de campo realizado nas favelas. Serão cerca de 200 profissionais, incluindo assistentes sociais e técnicos em edificação — explica Elton.

Pela programação da secretaria, ainda serão somente a Indiana deixada de existir. O censo 2000 diz que nessa favela existem 214 casas, mas a prefeitura já identificou 416. A Serra do Sol, um terreno inundável na margem da Avenida Brasil, em Santa Cruz, é outra favela que acabará nos próximos seis meses de 2011. A prefeitura começou a construir abrigos provisórios para as 300 famílias que moram na Serra do Sol (pelo censo de 2000, eram 14 casas). A previsão é que os moradores se mudem para os abrigos ainda este mês.

O reassentamento definitivo será em unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, que estão em fase de construção no Estado dos Palmas, em Santa Cruz. O Sítio da Antead, na Estrada do Galvão, em Jacarepaguá, com 400 casas (censo dos anos 2000) é outra favela que deturpou de existir neste semestre. Mesmo caso da Vila das Torres, onde será implantado o Parque de Madureira. E das oito favelas que cresceram em ruas do Morro do São Sebastião, no Pão de Açúcar.

Entre as favelas removidas parcialmente este semestre está o trecho do Taboão atrás da Casquinha São João Batista, em Botafogo, onde foram erguidas entre 800 e mil casas em área de risco de deslizamento, segundo dados da Geofis. Outras 300 famílias serão realocadas nos próximos meses, da localidade habitada de Pedacinho do Lobo, no Morro do Urano, no Catamboré.

Ainda sem previsão de data para reassentamento consta da lista de remoções parcial a chamada Vila do Sonho, no Morro da Pedrinha, no Leme, LA, em área de proteção ambiental, onde cerca de cem casas,



A FAVELA DO RIO PIRAGUÊ, em Guaratiba, a que terá a maior quantidade de casas demolidas pela prefeitura: pelo menos 1.068, segundo o censo 2000 do IBGE



A VILA TABOÃO, em Vargem Grande, outra que será totalmente removida



A ANTIGA FÁBRICA DA CCR, em Barreira, hoje tomada por construções irregulares

Comunidades em extinção

POR REGIÃO DA CIDADE

- **BARRA:** 2.215 casas (censo de 2000, do IBGE) de 28 favelas.
- **GUARATIBA:** 1.290 casas de 7 favelas.
- **BANGUA:** 944 casas de 9 favelas.
- **SANTA CRUZ:** 709 casas de 5 favelas.
- **REALENGO:** 732 casas de 7 favelas.
- **JACAREPAGUÁ:** 714 casas de 12.
- **TIJUCA:** 561 casas de 11.
- **MÉIER:** 552 casas de 4.
- **PIRATUNGA:** 552 casas de 8.
- **CARRÃO GRANDE:** 391 casas de 15.
- **VIGÁRIO GERAL:** 361 casas de Rua Rodovalho Chavesland.
- **JACAREZINHO:** 357 casas de duas favelas.
- **MADUREIRA:** 254 casas de 3 favelas.
- **MARÉ:** 250 casas de sete favelas.
- **PAQUETÁ:** 208 casas de 3 favelas.
- **SANTA CRUZ:** 122 casas da Favela do Horto.
- **ANCHETA:** 111 casas de Parque Jacaré.
- **SÃO CRISTÓVÃO:** 110 casas de antiga fábrica da CCR.

1.068 casas (censo 2000)

- **SANTA ANASTÁCIA:** Em Jacarepaguá, com 381 casas.
- **PIA RODOLFO CHAVESLAND:** Em Vigário Geral, com 361 casas.
- **RIO NOVO:** Na Barra, com 303 casas.
- **VILA TABOÃO:** Em Vargem Grande, com 287 casas.
- **FREDERICO FAULHNER:** Em Realengo, com 280 casas.
- **VILA SÃO PEDRO:** Em Barra, com 280 casas.
- **VILA DO SANGUE:** Em Santa Cruz, com 260 casas.
- **FAVELA DO METRÔ:** O nome oficial é Comunidade Estação da Mangueira, com 257 casas.
- **VILA NOVA:** Na Pádua, 256 casas.
- **BOQUEIRÃO:** Em Itaonga, com 253 casas.

ÁREA DESOCUPADA

- **TOTAL:** 2.344.091 metros quadrados (quase mais que o Leblon).
- **BARRA:** 305.800 m².
- **GUARATIBA:** 201.175 m².
- **SANTA CRUZ:** 210.687 m².

AS MAIORES REMOÇÕES

- **RIO PIRAGUÊ:** Em Guaratiba, com

1.068 casas (censo 2000)
[GLOBO NA INTERNET](http://globo.com)
 clique aqui para ler a reportagem

Pacificação, urbanização e choque de ordem

Especialistas acham que poder público está no caminho certo

• Especialistas e representantes de comunidades de favelas veem com bons olhos a estratégia adotada pelo poder público de ocupar ações de ocupação social, remoção, urbanização e choque de ordem. Segundo eles, esse é o caminho a ser trilhado para a retomada, pelo estado, dos territórios dominados por traficantes e milicianos. Os especialistas ressaltam, contudo, que o processo precisa ter a participação da população para ser efetivo.

— O conjunto e urbanista Sérgio Magalhães destaca a importância das ações implementadas. Para ele, o ideal é que as iniciativas sejam conjuntas.

— Estamos no caminho certo. A luta deve ser pela universalização do processo de retomada dos territórios. É isso que se entende nos grandes conjuntos. A retomada dos territórios é essencial para a cidadania.

A presidente da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio, Carmen Petraglia, destaca que a integração permite a otimização de esforços e gastos, mas é preciso ouvir os moradores: — As ações estão no sentido correto. O que é preciso é alinhá-las. Toda a parte de engenharia, de obras, tem que envolver questões econômicas, sociais, culturais e de segurança.

Para o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), o cientista político Geraldo Tadeu Moreira, as ações coordenadas de choque de ordem, urbanização e ocupação social são positivas, mas devem ser acompanhadas da implantação de serviços públicos essenciais, como escolas e postos de saúde. Já o presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, Renato Castro-Diniz, defende que as famílias removidas de áreas de risco sejam reassentadas nas próprias comunidades.

até que a família complete um imóvel, na beira do Rio Jacaré, serão removidos. Já o sistema de barracos que serão removidos das localidades do Rio Acaá ainda será decidido.

Elton explica que o orçamento de R\$ 114 milhões para reassentar os 12.196 famílias dessas comunidades. Os recursos são para indenizações, através dos programas Casa Assistida e Aluguel Social (este

Autôntem, comentando o início da remoção de 73 casas no Morro do Pádua, em Cascadura, onde as chamas saíram da virada de uma casa e causaram a morte de toda uma família, incluindo uma criança de 3 anos, o prefeito Eduardo Paes disse que é preciso “arrabar com a demagogia” em torno do assunto da remoção de casas em áreas de risco. Segundo Paes, as remoções vão se estender

OPINIÃO

O QUE ESTÁ EM JOGO

• MUITAS TRAGÉDIAS depois, o Rio — como Angra já está sendo obrigada a fazer — promete demitir imóveis ilegais, construídos em áreas de risco, e remover famílias.

DEMISTIFIQUEMOS, afinal, o termo “remoção” para o bem de todos os caribolinos.

ESPERA-SE, no entanto, que a promessa seja para valer, e não seja um esquecimento quando o carnaval chegar. Vidas estão em jogo.

por todo o seu governo: — Área de risco no Rio não vai ser mais. Vai sair, com dignidade, diálogo, indenização e aluguéis sociais. Não vamos admitir que, a qualquer coisa, o prefeito não consiga dormir achando que pode alguma coisa ser desistamos. Tem que acabar com a demagogia e entrar. Não vamos fazer obras de milhões para segurar algumas casas. ■

(Figura 7)

A matéria nos traz ainda uma retranscrição com o título “Pacificação, urbanização e choque de ordem — especialistas acham que poder público está no caminho certo”, que reforça o contexto político de que é legítima a intervenção do poder público na remodelação do espaço, o que irá trazer benefícios para todos. E nessa retranscrição se torna

mais clara a articulação discursiva com a qual se constrói desde o início os sentidos das remoções no âmbito das obras de “integração” da cidade.

Especialistas e representantes de moradores de favelas veem com bons olhos a estratégia adotada pelo poder público de conjugar ações de ocupação policial, remoção, urbanização e choque de ordem. Segundo eles, esse é o caminho a ser trilhado para a retomada, pelo estado, dos territórios dominados pelos traficantes e milicianos. Os especialistas ressaltam, contudo, que o processo precisa ter participação popular para se efetivar. (*O Globo*, 8/1/2010, p.13 – grifos nosso)

Apesar da retranca afirmar que representantes de moradores de favelas são favoráveis às ações da prefeitura, não há falas desses representantes. As opiniões dos especialistas reforçam as ações do poder público, gerando um sentido de credibilidade à gestão urbana que inibe contrapartidas, críticas ou outro tipo de contestação. Para eles, o poder público está no “caminho certo”, ressaltando que a participação da população é fundamental. Veremos mais à frente, no entanto, que essa participação se dá apenas nos discursos, uma vez que as remoções são feitas de forma extremamente autoritária. Contrariamente ao enunciado pelo jornal, as remoções são feitas de forma truculenta e desrespeitosa.

A matéria do *O Globo* também dedica espaço à “Opinião” do jornal sobre as remoções: “*O que está em jogo*”, título que se refere às vidas dos moradores de áreas de risco. O texto curto e objetivo “sacramenta” o apoio à prefeitura. As medidas governamentais são tomadas como necessárias e urgentes, e uma frase resume a opinião favorável do jornal às remoções da forma como está sendo proposta pela gestão urbana: “DESMISTIFACA-SE, AFINAL, o termo ‘remoção’, para o bem de todos os cariocas”.

Dispensamos grifar a expressão “DESMISTIFACA-SE, AFINAL...” porque a própria diagramação do jornal se encarregou de destacá-la em caixa alta, apontando para a gestão urbana como aquela que “finalmente dessacraliza” a remoção de favelas em área de risco com praticidade e sem demagogia. Além disso, afirmar que “desmistificar” o termo “remoção” é benéfico para “todos os cariocas” revela um mecanismo ideológico recorrente nos discursos jornalísticos hegemônicos: a troca da parte pelo todo, ou seja, tornar as remoções consensuais dissimula os interesses de grupos específicos, como os das empreiteiras, por exemplo.

Sob o argumento do risco, *O Globo* constrói um caminho simbólico que aponta para a “inevitabilidade” da remoção de favelas para o bem dos próprios moradores e da

cidade como um todo. A natureza contribuiu para que esses discursos tomassem fôlego. Na primeira semana de abril de 2010, fortes chuvas atingiram a cidade. Algumas favelas foram bastante prejudicadas. O caso mais emblemático foi o do Morro do Bumba, em Niterói. Centenas de pessoas morreram ou ficaram desabrigadas por conta dos deslizamentos ocorridos em favelas na região metropolitana do Rio. As reportagens do *O Globo* sobre essas tragédias, pleiteavam políticas públicas de remoção e incentivavam as instâncias governamentais a acelerar tal processo.

Ressaltamos que obviamente os potenciais riscos que ameaçam a população devem ser eliminados, mas o que se nota é o uso indiscriminado desse argumento por discursos legitimadores das remoções. Isso é problemático porque a produção de sentidos em torno do risco forma representações extremamente negativas de algumas áreas da cidade, assim como daqueles que habitam essas áreas. As reportagens do *O Globo* sobre as chuvas de 2010 discutem de forma simplificadora o fato de que a tragédia também aconteceu por conta da omissão e da negligência do poder público que há décadas não investe em políticas de habitação e obras de infraestrutura nas favelas.

Diante dos danos causados à cidade pelas chuvas, a prefeitura promulgou, em 7 de abril de 2010, o decreto 32.081, declarando o Rio em situação de emergência. O decreto autorizou agentes administrativos e da Defesa Civil a entrar nas casas dos moradores dos morros atingidos, mesmo que eles não autorizassem essa entrada, para prestar socorro e/ou exigir a saída imediata do local. Quase 200 famílias foram removidas, inclusive de áreas que não foram diretamente atingidas pelas chuvas. A forma truculenta como os agentes públicos trataram essas comunidades são silenciadas pelo *O Globo*.

Outra reportagem que aponta importantes marcadores sobre esta perspectiva construcionista de sentidos pelo viés do poder público é “*A ilegalidade perde terreno*”, publicada em 29/1/2011. O mote da matéria são as remoções das favelas e o discurso da legalidade. Já na sua abertura, o texto descreve o encolhimento das áreas ocupadas por favelas no Rio. A *figura 8* reproduz a página analisada.

A ilegalidade perde terreno

IPP constata que área ocupada por favelas encolheu nos últimos dois anos

Natanael Damasceno

A área ocupada por favelas na cidade está diminuindo. A constatação é de técnicos do Instituto Pereira Passos, que monitoram um levantamento seriológico da Rio. Realizado pela prefeitura, o trabalho revela que, pelo segundo ano consecutivo, as comunidades perderam terreno. De acordo com os técnicos, as imagens mostram que cerca de 292 mil metros quadrados de terrenos ocupados de forma irregular foram recuperados nos dois últimos anos. Um espaço equivalente a 47 campos de futebol, bem distribuído por todas as áreas da cidade. Segundo o prefeito Eduardo Paes, o fato é resultado de uma consequência direta da política de reassentamento de famílias que moram em áreas de risco.

Paes afirmou que, desde 2009, 6.800 famílias de 30 comunidades foram retiradas de áreas ameaçadas. Dessas total, 3.130 famílias são reassentadas com a ajuda de programas como o Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. O restante já teria sido indenizado ou estaria recebendo alagat social. Ele prometeu que, até 2012, essa política de reassentamento, associada a uma série de outras medidas, vai permitir a recuperação de 12,5% da área ocupada pelas favelas no Rio no total do seu município.

— Há muita coisa acontecendo neste momento, e que me dá tranquilidade para dizer que, no ano que vem, a redução vai ser ainda maior. Mas o mais interessante é que não se trata de uma política de renovar e jogar em qualquer lugar. Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso sair a força do poder público. Mas estamos tudo com muita segurança — afirmou o prefeito.

Paes cita parcerias com estado e União

De acordo com o IPP, levantamentos seriológicos realizados anteriormente em vilas registradas o aumento das áreas ocupadas de forma irregular. Os números apontados pelos técnicos mostram que, entre 1999 e 2004, as famílias avocaram sobre uma área de 2,4 milhões de metros quadrados, mas a redução de cerca de 1,2% ao ano. Já entre 2004 e 2008, o crescimento registrado foi de 1,2 milhão de metros quadrados, ou 0,71% ao ano. O quadro, porém, teria começado a mudar entre 2009 e 2008, quando a área total não reduziu em 0,85%. Só no ano seguinte, entre 2009 e 2010, as áreas foram registradas o crescimento das favelas de forma efetiva, com uma redução de 274,12 metros quadrados — ou 0,8% da área total ocupada. O próprio prefeito reconhece que o percentual, embora tímido, é bastante significativo.

— Pela primeira vez na história da cidade, conseguimos registrar uma redução na área de favelas. Mas não é só isso. Desde 2008, não há registros do surgimento de novas favelas. Agora você tem também uma vantagem muito clara, que é a de que a gente não vai deixar invadir na cidade.

Paes concluiu descrevendo a uma constância de fatores, que só há possibilidade com as parcerias da prefeitura com os governos federal e estadual, que permitem a adoção de uma política efetiva de reassentamento. Como exemplo, ele citou o Minha Casa, Minha Vida, que mobiliza parte das famílias reassentadas; o programa de urbanização Morar Carioca, executado pela prefeitura; e alternativas como o alagat social, distribuído a cerca de 2.500 famílias, e a indenização paga a moradores. Esta última foi a opção utilizada na remoção de uma parte da Ladeira dos Tabajaras, conhecida como Favela da Estrela. No local, uma escola atende ao Centro São João Batista, em Botafogo, a prefeitura já começou a demolição de 240 das 251 construções em áreas de risco. Ali, segundo Paes, o município chegou a pagar mais de R\$ 100 mil por uma casa. Ainda assim, um tempo depois moradores ou não chegou a um acordo e se mudou a sair.

— É bom ficar que não estamos fazendo remoções por questões estéticas.



OLHOS DEMOLIDOS na Favela da Estrela, área do Centro São João Batista, em Botafogo, uma das ações da prefeitura para remover famílias de áreas de risco

AS 20 FAVELAS COM MAIOR REDUÇÃO

Redução da área ocupada por favelas na cidade do Rio

Favela	Área em 2009 (m²)	Área em 2010 (m²)	Redução (%)
1 Serra do Sol	18.584	18.584	0,00
2 Morro do Catá	71.408	44.576	-37,57
3 Barão	206.543	224.264	10,52
4 M. Liberdade/Pedreira do Caju	106.471	123.988	17,45
5 Morro Santos Rodrigues	48.178	33.945	-29,53
6 Boné	267.188	250.228	-6,36
7 Serra Rio / Parque Colúmbia	18.375	17.258	-6,09
8 Vila das Torres	31.844	18.413	-42,50
9 Morro do Pálio	82.837	70.472	-14,32
10 Favela/Pedreira do Caju	37.654	23.421	-37,81
11 Parque Alameda/Comp. Asfalto	204.703	222.729	10,76
12 Parque Via Instituto/Comp. Macaças	288.878	188.286	-34,84
13 Morro do Alemão	357.484	345.363	-3,39
14 Morro do Bica	32.828	12.945	-60,57
15 Rocinha	874.812	844.822	-3,43
16 Parque Urubici / Parque Colúmbia	36.513	34.747	-4,83
17 Rua Pereira Leite/Barra das Torres	14.148	14.148	0,00
18 Botafogo	82.791	84.148	1,61
19 Ladeira dos Tabajaras	34.818	34.477	-0,98
20 Duas de Maio	32.718	44.798	37,22



Estas são estimativas pessoais que estavam em áreas de risco. Não se pode dizer que todo mundo está indo para o risco. Ali, segundo Paes, o município chegou a pagar mais de R\$ 100 mil por uma casa. Ainda assim, um tempo depois moradores ou não chegou a um acordo e se mudou a sair.



REGINA (CENTRO) e família, de uma família para um conjunto em Botafogo

A difícil adaptação

Vida em condomínios pode ter dificuldades

— Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um sonho. No entanto, o ingresso entre os bairros acontece em favelas e os apartamentos distribuídos pelo programa Minha Casa, Minha Vida pode ser muito bom para quem espera. Porém, acostumados aos deveres da vida em comunidades, algumas famílias reassentadas demoram a se adaptar à nova condição de proprietários. É, sem dúvida, para resolver problemas cotidianos, cobrem indenizações da prefeitura.

— Essa é a tarefa mais difícil com a qual nós nos deparamos. Muitas dessas famílias, que moravam em áreas muito precárias e sem qualquer obrigação, de uma hora para outra se vêem obrigadas a viver em condomínios. Muitas vezes, há problemas de uso. Outro dia, barramos a entrada de um veículo nas duas comunidades — conta o secretário municipal de Habitação, Jorge Brito.

O problema pode ser visto no condomínio Viverenda (p. 10), em Botafogo, mais conhecido como Urubitinga. Em abril de 2010, o lugar recebeu 299 famílias de casas que foram entregadas por estarem em áreas de risco na Favela do Urubici, em F. Lacerda. Ali, pessoas como Regina

de Jesus, de 37 anos, tentam reconstruir seu apartamento de dois quartos a vida que deixaram para trás. Ela, assim como outros moradores, elogia a infraestrutura, mas reclama do comportamento de vizinhos que não respeitam as regras de convivência. Há ainda quem reclame dos custos do condomínio, do preço dos serviços de fax e gás. Além, é claro, da distância de cerca de 16 quilômetros que separa o condomínio da Favela.

Jorge Brito afirmou que a prefeitura tem procurado intermediar a relação entre os moradores e a Caixa Econômica Federal, responsável pelos empreendimentos. Mas diz também que o município identifica a necessidade de um acompanhamento mais próximo das famílias.

— Não há menos a secretaria uma área social que acompanha essas famílias. Mas, por orientação do prefeito, nos reunimos esta semana com o secretário de Ação Social, Rodrigo Bertlem, para traçar uma estratégia para medir em todos os condomínios com ações sociais, de educação e de geração de emprego. Assim como eles, também estamos aprendendo a fazer esse trabalho.

— Quem faz esse levantamento é a prefeitura. Não é o estado. Na hora de licitar anexará um decreto que torna obrigatória a realização do levantamento seriológico — que antes era feito sem regularidade, a intervalos de quatro e cinco anos. O decreto vai estabelecer parâmetros técnicos para que o estado atenda às necessidades do IPP.

— Quero saber desse levantamento uma política de estado. Na hora

(Figura 8)

Em 2009, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro previa a estimativa de 3,5% de redução da ocupação de favelas. No final do mesmo ano a prefeitura anunciou a remoção de 119 favelas em diferentes pontos da cidade, conforme divulgado pelo *O Globo*. As chuvas de abril de 2010 aceleraram o processo. A reportagem agora analisada mostra que dois anos após o primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes, as

medidas empreendidas sobre as favelas já produziam efeitos. Entretanto, tais efeitos não são problematizados levando em conta uma gestão urbana que reatualiza práticas remocionistas de “limpeza urbana” que tornam a cidade mais excludente.

A área ocupada por favelas na cidade está diminuindo. A constatação é de técnicos do Instituto Pereira Passos, que analisaram o levantamento aerofotográfico do Rio. Realizado pela Prefeitura, o trabalho revela que, pelo segundo ano consecutivo, as comunidades perderam terreno. De acordo com os técnicos, as imagens mostram que cerca de 392 mil metros quadrados de terrenos ocupados de forma irregular foram recuperados nos dois últimos anos. Um espaço equivalente a 47 campos de futebol bem distribuídos por todas as áreas da cidade. Segundo o prefeito Eduardo Paes, o fato é inédito e seria uma consequência direta da política de reassentamento de famílias que moram em área de risco. (*O Globo*, 30/1/2011 – grifos nosso)

Durante a nossa pesquisa, observamos que se no início do mandato de Paes a palavra “remoção” foi usada recorrentemente por ele e por outros agentes e agências, como o jornal *O Globo*, visto que essa prática discursiva pretendia “quebrar o tabu” que as favelas e as remoções representavam, a partir de 2011 a frequência da utilização do termo diminui. Em “*A ilegalidade perde terreno*”, a palavra “remoção” é usada somente uma vez, enquanto o texto do jornal e as fontes oficiais a substituem por “retiradas” ou “reassentadas”. Este deslocamento supõe que o processo simbólico de “desmistificação” das “remoções” recorre a um novo vocabulário ordenador de sentidos, uma articulação semântica que pretende diferenciar as políticas públicas atuais para as favelas daquelas praticadas por gestões urbanas passadas.

Há que se considerar também a ambiguidade do termo “recuperados” quando se aborda a redução dos terrenos ocupados irregularmente. A polissemia dos sentidos, nos moldes desenvolvidos por Orlandi (1999 e 2007), expressa nas remoções das favelas é categorizada em variadas construções de significados. Se pensarmos que, por um lado, o termo “recuperados” assume uma perspectiva de algo doente que precisa ser curado e tratado, por outro, há implícito o significado da “integração” da “cidade partida” trazido à tona para reforçar os discursos oficiais de “recuperação” da cidade – é a favela e seus moradores se tornando parte “integrante”. O termo reaparece em outro momento do texto.

Paes [prefeito do Rio de Janeiro] afirmou que, desde 2009, 6.800 famílias de 80 comunidades foram retiradas de áreas ameaçadas. Desse total, 3.100 teriam sido reassentadas com a ajuda de programas

como o Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. O restante já teria sido indenizado ou estaria recebendo aluguel social. Ele prometeu que, até 2012, essa política de reassentamento, associada a uma série de outras medidas, vai permitir a recuperação de 3,5% da área ocupada pelas favelas no Rio no início do seu mandato.

— Há muita coisa acontecendo neste momento, o que me dá tranquilidade para dizer que, no ano que vem, a redução vai ser ainda maior. Mas o mais interessante é que não se trata de uma política de remover e jogar em qualquer lugar. Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso usar a força do poder público. Mas fizemos tudo com muita negociação — afirmou o prefeito.

De acordo com o IPP, levantamentos semelhantes realizados anteriormente vinham registrando o aumento das áreas ocupadas de forma irregular.

— Pela primeira vez na história da cidade, conseguimos registrar uma redução na área de favelas. Mas não é só isso. Desde 2009, não há registros do surgimento de novas favelas. Aqui você tem também uma mensagem muito clara, que é a de que a gente não vai tolerar invasão na cidade. (*O Globo*, 30/1/2011 – grifos nosso)

Nos modelos técnicos que permeiam o fazer jornalístico, a escolha das fontes que se pronunciam traz, nessa reportagem, o reforço de relatos sobre a proposta da necessidade de integração da cidade. A publicação nomeia como “verdade “os discursos do então secretário de Habitação, Jorge Bittar. E para consolidar tais falas, a estrutura textual assume como incontestáveis as assertivas do referido secretário e também do prefeito Eduardo Paes, construindo sentidos outros para as relações que começam a se estabelecer nessa “política de reassentamento”: “Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso usar a força do poder público”.

Observamos que são constantes neste modelo de jornalismo a promoção da ideia de consenso de cidade, que perpassa as ações destinadas aos cidadãos moradores de tais regiões. Com efeito, o silenciamento das opiniões contrastantes dos moradores em relação as concepções “integradoras” das intervenções urbanas “essenciais” ao progresso e desenvolvimento da cidade no *O Globo*, se traduz em estratégia discursiva de construção de consenso.

O texto da retranca “*A difícil adaptação*”, ilustrada pela foto de uma família “feliz”, “reassentada” num condomínio em Pilares, começa com “Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um ganho”, e segue apontando a dificuldade que as pessoas que vivem em favelas sentem quando “integradas” à “cidade formal”. A família (da foto) faz elogios a infraestrutura do local, mas mostra-se insatisfeita com o

comportamento “pouco educado” de outros “reassentados”. O então secretário de Habitação, Jorge Bittar, explica que a dificuldade de adaptação acontece porque essas pessoas não estão acostumadas a viver sob uma determinada ordem.

A ênfase de tais aspectos na reportagem demonstra o quanto o jornalismo repete práticas e constrói discursos como armadilhas de silenciamento. Os moradores dos novos condomínios são apresentados como incapazes de fazer parte da chamada “vida civilizada”, ora sem o poder da fala, ora com a distorção discursiva para a construção ardilosa de sentidos outros.

Da mesma forma, materializa (e portanto reafirma), discursivamente, dogmas identificados por Valladares (2005) em sua análise sobre a representação das favelas nas pesquisas em ciências sociais: a especificidade da favela, em que reafirma-se a identidade marcada por uma geografia própria, pela ocupação ilegal do solo e pela resistência dos moradores em permanecerem nesses espaços; a favela como *locus* da pobreza e a unidade da favela, em que se reduz o universo múltiplo das diferentes favelas a uma categoria única – a favela.

Ao representar as favelas como um espaço singular da pobreza, seus moradores e práticas como “estranhos” ao que se compreende por civilidade e ao separá-las simbolicamente da geografia da “cidade formal”, as regularidades discursivas apagam as particularidades econômico-sociais de cada favela, seu lugar na cultura e identidade do Rio e, principalmente, a evidência de que elas sempre fizeram parte da cidade.

Tal produção de sentidos do jornal nos faz refletir sobre a articulação discursiva entre o dito e o não dito na promoção de uma concepção de projeto de cidade, que também se constrói sob a ideia de união e reforço de objetivos comuns que deve ser compartilhada por todos. Esta prática discursiva compromete o debate sobre as ações empreendidas pela gestão urbana e o futuro da cidade.

A preparação do Rio para receber a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, conforma-se à construção desse caminho simbólico. Afinal, seriam necessárias mudanças estruturais na cidade, relacionadas à mobilidade urbana e à remodelação estética. Os argumentos do “risco”, potencializado pelas chuvas que atingiram a cidade em 2010, das favelas como locais da “desordem” e da “violência” urbanas, e da “integração” desses espaços e seus moradores à “cidade formal”, são combinados a mais uma estratégia discursiva para a legitimação das remoções das favelas: o legado olímpico.

Nesse sentido, além do Porto Maravilha, reiteramos que percebemos os megaeventos como acontecimento discursivo, nos moldes propostos por Orlandi (1999), pois eles também imprimem novas interpretações nos campos social e jornalístico do modelo de cidade global implementado no Rio. Assim como a “revitalização” de áreas portuárias e históricas degradadas é uma ação importante para a concepção desse modelo, preparar a cidade para receber megaeventos, sobretudo os Jogos Olímpicos, se destaca entre os elementos que compõem essa “fórmula”.

Os megaeventos servem aos discursos ordenadores não só como argumento para a execução de grandes transformações urbanas, mas também para a aceitação e apoio da população a essas intervenções, especialmente pelo sentido patriótico que eles despertam. No contexto das remoções de favelas, eles se revelam “oportunidade” de reatualização desse tipo de política urbana. Nesse sentido, nossa crítica aos megaeventos se dá na medida em que este é tomado pelos discursos hegemônicos como um argumento poderoso que “autoriza” intervenções urbanas a construir uma “nova” cidade pela velha lógica da exclusão.

A urbanização das favelas e a remoção dos moradores das “áreas de risco” se apresentam como “legados das Olimpíadas” no artigo “*Morar Carioca*”⁴³, escrito pelo prefeito Eduardo Paes e pelo então presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil-RJ, Sérgio Magalhães, e publicado em 15/10/2010 na página “*Opinião*” do jornal *O Globo*: “[...] Trata-se de um objetivo ousado que se compõe ao legado social dos grandes eventos que a cidade sediará, como a Olimpíada de 2016” [...] ainda são lugares [as favelas] isolados e de muita pobreza [...] objetivo de superação plena desse enorme desafio de integração social e urbanística”.

Sob o signo do “legado”, discursos midiáticos e governamentais “justificam” as atuais intervenções urbanas e algumas consequências “inevitáveis”, como a remoção de favelas. Ao publicar este artigo em sua página de “*Opinião*”, responsável pelo posicionamento do jornal sobre temas relevantes à sociedade, *O Globo* assume publicamente o apoio às ações empreendidas pela gestão urbana.

Ressaltamos que na leitura sistemática das reportagens do *O Globo*, a “união” de forças política e econômica entre os governos federal, estadual e municipal por vezes foi

⁴³ Lançado pela prefeitura em julho de 2010 com o objetivo de reurbanizar todas as 736 favelas da cidade até 2020. Apesar de continuar em andamento, até outubro de 2015 apenas três projetos foram concluídos. Dos 40 escritórios de arquitetura escolhidos para realizar o “Morar Carioca”, apenas 11 foram contratados. Disponível: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/23/orcado-em-r-85-bilhoes-morar-carioca-tem-3-projetos-concluidos-em-5-anos.htm> - acesso em 24/10/2015.

citada como “o maior legado das Olimpíadas”. O jornal apresenta o megaevento, dessa forma, como o catalisador da “inédita” articulação “amigável” entre os três níveis de governo. A simbologia que envolve os discursos dos Jogos Olímpicos chama a nossa atenção, porque mais do que apontado como a “oportunidade” de catalisar os recursos financeiros para a sua realização, ele desponta como uma “conquista” política a favor de um Rio “mais justo” não vista até então.

As obras de “transformação” da cidade para as Olimpíadas são o mote da reportagem “Uma ‘plástica’ de R\$ 36,5 bi”, publicada pelo *O Globo* em 18/10/2014, evidenciando a forma como as remoções são tratadas pelo jornal. A *figura 9* reproduz a matéria analisada.

A CAPITAL EM TRANSFORMAÇÃO

Uma 'plástica' de R\$ 36,5 bi

Vinte e oito grandes projetos de infraestrutura em diferentes áreas mudam a cara da cidade



De olho nas Olimpíadas. A arena de ténis que está sendo construída no Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, para ser usada nos Jogos de 2016; um dos muitos projetos que estão sendo executados simultaneamente na cidade

LUÍZ ERNESTO MAGALHÃES
luiz.magalhaes@oglobo.com.br

No Centro, os cones se multiplicam, indicando desvios de trânsito que não estavam ali na véspera. Nas ruas, panfletos são distribuídos para explicar onde foram parar pontos de ônibus remanejados. Nos terrenos, tapumes são instalados da noite para o dia. Já na Avenida Brasil, motoristas se preparam para o início das obras do BRT Transbrasil em janeiro, preocupados com possíveis congestionamentos. Engarrafamentos que já são rotina na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes, devido à abertura de outros eixos corredores exclusivos para ônibus, além da construção do metrô e do Parque Olímpico.

Os investimentos que estão mudando a cidade chegam a R\$ 36,5 bilhões, aplicados em 28 grandes projetos de infraestrutura em andamento desde 2010 ou prestes a começar. São empreendimentos de responsabilidade do governo do estado, da prefeitura e da iniciativa privada (com recursos diretos ou com repasses e empréstimos da União). Enquanto isso, o cartão enfrenta transformações, na expectativa de usufruir de uma cidade mais bonita e com melhor infraestrutura quando os tapumes forem retirados.

Na estimativa feita pelo GLOBO, não são levadas em conta obras recentemente concluídas — como o BRT Transcarioca (Barra-Galeão) e o trecho em operação do BRT Transoeste —, apenas intervenções que ainda geram mudanças às quais o cidadão terá de se acostumar aos poucos. Na semana passada, foram retiradas as últimas vigas do Elevado da Perimetral, obstáculos que faltavam para transformar o entorno da Praça Mauá num grande passeio público. Por sinal, em março, está prevista a inauguração no Pier Mauá do Museu do Amanhã, projetado pelo arquiteto Santiago Calatrava, uma das iniciativas que serviram de âncora para a revitalização da Zona Portuária.

OBRA DO METRÔ ERA PROMETIDA HÁ 20 ANOS

Na Tijuca, as obras para construção de piscinões para acabar com enchentes na Praça da Bandeira sofreram atrasos no cronograma por mudanças no projeto. Agora, devem terminar só em 2016. Na Barra da Tijuca, o Parque Olímpico, onde atletas vão lutar por medalhas e recordes, já toma forma. Boa parte dos projetos, inclusive a Linha 4 do metrô, que vai ligar a região à Zona Sul, só fica pronta também em 2016, às vésperas das Olimpíadas (que acontecerão em agosto). No caso do metrô da Barra, a obra era prometida há quase 20 anos, mas só começou a sair do papel há cinco. Trata-se da intervenção mais cara: R\$ 8,79 bilhões.

Alguns investimentos são bem menos elevados, mas também ganham destaque pelo simbolismo. Numa cidade cravada entre o mar e a montanha, o cartão poderá ir de bicicleta da Praça Mauá ao Pontal, no Recreio dos Bandeirantes, com as ciclovias no costão

PEREIRA PASSOS E LACERDA



No tempo de Pereira Passos. Abertura da Av. Central (hoje Rio Branco), por volta de 1905

DUAS GESTÕES QUE REDESENHARAM O RIO

O engenheiro Francisco Pereira Passos governou o Rio de 1902 a 1906. Sua gestão foi marcada por grandes obras e também muitas polêmicas. Apenas seis meses após a posse, ele inaugurou a primeira intervenção: a Rua Sacramento (hoje Avenida Passos, em sua homenagem) foi alargada e ampliada, criando uma nova ligação entre a Praça Tiradentes e a Avenida Marechal Floriano. Em 1905, inaugurou a Avenida Central (atual Rio Branco), que exigiu a derrubada de 700 prédios. Entre outras realizações, abriu o Túnel do Leme para a circulação de bondes, urbanizou o Largo da Carioca e remodelou jardins da Praça Quinze, da Glória e do Largo do Machado. Apesar do legado, também houve críticas. As indenizações com as desapropriações, por exemplo, foram

consideradas baixas. Com as demolições, centenas de famílias ficaram desabrigadas. Passos também foi criticado porque o filho foi um dos vencedores do concurso de projetos, organizado pela prefeitura, para construir o Teatro Municipal.

Carlos Lacerda governou a Guanabara de 1960 a 1965. Em sua gestão, implantou o projeto de requalificação da região iniciado justamente por Pereira Passos, que abriu a Avenida Beira-Mar com aterros. Lacerda também foi responsável pela construção da estação de tratamento de água do Guandu. Abriu os túneis Major Rubens Vaz (em Copacabana) e Santa Bárbara. No fim de seu governo, o Túnel Rebouças foi aberto, ainda em obras, para a circulação de veículos. Lacerda, que apoiou o golpe de 1964, acabou cassado em 1965.

da Avenida Niemeyer e no Joá.

Já algumas obras, como a urbanização de grandes favelas, na qual o estado promete investir R\$ 3 bilhões, devem ser concluídas só em 2017.

Para especialistas na história do Rio, o volume de obras atual só é comparável ao de dois momentos do passado, em que a cara da cidade mudou. São citadas as gestões de Pereira Passos (1902-1906), ex-prefeito do Distrito Federal, e de Carlos Lacerda (1960-1965), ex-governador do antigo Estado da Guanabara. Foram grandes intervenções, mas com propostas distintas, em áreas e frentes de trabalhos menores — afinal, a cidade ainda estava

longe de ter sete milhões de habitantes.

Entre os dois governos do passado e o do presente, o Rio viveu ainda outro momento de transformação urbanística importante, na década de 90. Houve a implantação do projeto Rio Cidade (que renovou parte da infraestrutura de bairros já consolidados nas zonas Sul e Norte) e a construção da Linha Amarela e a execução do Favela-Bairro (de urbanização de áreas carentes).

— O curioso é que, de certa forma, muitos investimentos do passado interagem com as transformações atuais, que, por ocorrerem em toda a cidade, são bem mais amplas. Na época

em que Pereira Passos foi prefeito, a Avenida Rio Branco foi aberta. Hoje, a via tem obras do VLT. No início do século XX, a União investiu na modernização do Porto do Rio para atividades comerciais. Hoje, obras do Porto Maravilha buscam revitalizar a área com nova proposta. Carlos Lacerda idealizou o Elevado da Perimetral como solução viária e abriu o Túnel Rebouças. Agora, a Perimetral foi derrubada — exemplificou o arquiteto Augusto Ivan, ex-secretário municipal de Urbanismo.

Ele traça outros paralelos:

— Lacerda teve como uma de suas estratégias de governo a remoção de favelas, com a transferência de moradores para conjuntos habitacionais longe das áreas centrais. Hoje, há um volume grande de investimentos nas favelas, mas com outro conceito. As remoções existem por causa de obras de urbanização, mas a proposta é manter as comunidades, implantando serviços. Embora Pereira Passos seja mais conhecido pelas intervenções na Rio Branco, foi responsável também por abrir a Avenida Rui Barbosa (no Flamengo), ajudando no desenvolvimento urbanístico da Zona Sul. Os BRTs em construção hoje ajudam a revitalizar o subúrbio — disse Ivan.

PREFEITO PEDE PACIÊNCIA À POPULAÇÃO

Coordenador de um projeto que leva cartões e turistas a conhecerem o Rio Antigo a pé, o professor João Baptista Ferreira de Melo, do Departamento de Geografia Humana da Uerj, também compara o momento atual com o passado. Segundo ele, Pereira Passos foi prefeito numa época em que os republicanos tentavam reforçar a imagem de que o Brasil era um país bem melhor que o do passado, sob o comando de dom Pedro II e dom Pedro III.

— No início do século XX, a abertura de ruas e outras intervenções foram feitas sob o argumento de que representavam ordem e progresso, em comparação com o Império. Agora, a realização das Olimpíadas será uma oportunidade de mostrar essas transformações da cidade para o século XXI.

Comparações à parte, o prefeito Eduardo Paes pede paciência:

— Reconheço que há transtornos, mas, à medida que as obras avançam, o cidadão começa a perceber que a cidade está mudando para melhor. Estamos tirando do papel promessas feitas há décadas, como a revitalização do Porto e uma nova mobilidade urbana, com a implantação dos BRTs e do VLT. São intervenções grandes, que mexem com a rotina do cartão. Mas não tenho dúvida dos benefícios que trarão, quando estiverem concluídas, à qualidade de vida da população. ●



NA WEB
vevo.oglobo.com.br
Imagens mostram as obras que estão provocando transformações na cidade

(Figura 9)

O *lead* relata o cenário confuso da cidade por conta das obras de mobilidade urbana, mas no parágrafo seguinte ameniza-se essa questão lembrando que o resultado será positivo: “[...] o carioca enfrenta transtornos, na expectativa de usufruir de uma cidade mais bonita e com melhor infraestrutura quando os tapumes forem retirados”.

Ao descrever obras simultâneas de mobilidade, equipamentos culturais e reurbanização de favelas, a matéria faz uma associação das atuais intervenções urbanas com as anteriormente operadas por Pereira Passos, Carlos Lacerda e Cesar Maia. Pontuamos na reportagem aproximações e distanciamentos da gestão de Paes com as anteriores, especialmente a partir das falas de especialistas que legitimam as intervenções implementadas atualmente.

Para especialistas da história do Rio, o volume de obras atual só é comparável ao de dois momentos do passado, em que a cara da cidade mudou. São citadas as gestões de Pereira Passos (1902-1906), ex-prefeito do Distrito Federal, e de Carlos Lacerda (1960-1965), ex-governador do Estado da Guanabara. Foram grandes intervenções, mas com propostas distintas, em áreas e frentes de trabalhos menores – afinal, a cidade ainda estava longe de ter seis milhões de habitantes. Entre os dois governos do passado e do presente, o Rio viveu ainda outro momento de transformação urbanística importante, na década de 90. Houve a implantação do projeto Rio cidade (que renovou parte da estrutura de bairros já consolidados nas zonas Sul e Norte), a construção da Linha Amarela e a execução do Favela-Bairro (de urbanização de áreas carentes). (O Globo, 18/10/2014, p.14 – grifos nosso)

Destacamos a declaração do arquiteto Augusto Ivan, ex-secretário municipal de Urbanismo.

– Lacerda teve como uma das estratégias de governo a remoção de favelas, com a transferência de moradores para conjuntos habitacionais longe das áreas centrais. Hoje, há um volume grande de investimentos nas favelas, mas com outro conceito. As remoções existem por causa de obras de reurbanização, mas a proposta é manter as comunidades, implantando serviços. Embora Pereira Passos seja mais conhecido pelas intervenções na Rio Branco, foi responsável também por abrir a Avenida Rui Barbosa (no Flamengo), ajudando no desenvolvimento urbanístico da Zona Sul. Os BRTs em construção hoje ajudam a revitalizar o subúrbio – disse Ivan. (O Globo, 18/10/2014, p.14 – grifos nosso)

A matéria dá a ver que a transformação atual é bem mais ampla e complexa porque ocorre em toda a cidade. O arquiteto Augusto Ivan aproxima Eduardo Paes de Pereira Passos pela construção de vias que vão melhorar a mobilidade no centro e pela preocupação com a modernização da zona portuária. Distancia, todavia, as duas gestões

chamando atenção que Pereira Passos se preocupou com a zona sul, enquanto Paes se preocupa com o subúrbio.

Quando comparadas as intervenções de hoje com as de Carlos Lacerda, também há um distanciamento, pois o arquiteto afirma que o então governador idealizou o Elevado da Perimetral como solução viária, mas na gestão de Paes o elevado foi derrubado por ser considerado um dos responsáveis pela degradação da região portuária. O distanciamento maior se dá quando se trata de remoção de favelas, ao dizer que Paes trabalha com o conceito de preservação das favelas nos locais onde estão, mas que algumas remoções são “naturais” ao processo de reurbanização.

A matéria retoma as gestões de Pereira Passos e Carlos Lacerda numa retranca ilustrada com a foto da abertura da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), em 1905: “*Dois gestões que redesenharam o Rio*”, com um breve resumo das principais obras de mobilidade urbana realizadas por Lacerda. Já em Pereira Passos, além das obras de mobilidade, fala-se brevemente que por conta disso centenas de famílias ficaram desabrigadas.

A forma simplificadora com que o arquiteto (fonte oficial) aborda a questão das favelas na gestão de Paes se entrelaça à abordagem não menos simplificadora do jornal. A reatualização de um já dito nos discursos aponta para a “verdade evidente” de que grandes transformações urbanas são “necessárias” à ordem e ao progresso, e que somente elas “mudam a cara da cidade”, pressuposto discursivo que dá a tônica à matéria.

A lógica urbana das obras que buscam “revitalizar” a zona portuária (e integrá-la a um Rio cosmopolita, global e sede de megaeventos) se baseia na “verdade única” de que parceria público-privadas, remoção e gentrificação são as formas possíveis de promover a “integração” (e as melhorias) às áreas do Porto. Nossa observação nos leva a caminhos apontados por Foucault (2010): por um lado, o poder se ancora na vontade de verdade que se sobrepõe a outras leituras da realidade. Sobreposição possível porque se mantém na exclusão/interdição de novas perspectivas e interpretações para uma determinada “realidade”.

Por mais que o discurso seja bem pouca coisa, as interdições que o atinge revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que o manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é

simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2010, p.10)

E tal poder, continua Foucault, não está centralizado em um ponto. Ao contrário, está em toda parte porque emana de todos os lugares. No entanto, o poder exerce o controle dos discursos impondo aos indivíduos regras que limitam, visto que nem todos têm acesso a ele. “Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 20, p.37). Nesse sentido, como na lógica capitalista hegemônica de gestão da cidade se dará a efetiva participação democrática dos moradores da zona portuária e de outros que estão no caminho desse projeto de cidade?

O jornalismo está instalado nessas relações de poder que constroem as verdades. Os discursos, então, são formas de ver o mundo, recortes do olhar, determinações das características de um grupo, um modo de ver a realidade. Conforme nos apresenta Mayra Gomes (2003) pensando o jornalismo com as contribuições de Foucault,

Se Foucault parte de algumas propostas, como a de não recair na análise do poder como aparelho do Estado, preso à economia ou como repressão, é justamente para fazer emergir essa propriedade constitutiva do poder pensado como relações de formas; ele constrói não só verdades, mas o que nelas está implicando: todo o corpo social; ele perpassa dominantes e dominados da mesma forma, sobretudo com isto não está em nenhum lugar. (GOMES, 2003, p. 46)

A matéria “*Uma ‘plástica’ de R\$ 36,5 bi*”, ao tomar como “verdade” as grandes transformações urbanas como solução para a cidade, silencia o agravamento de problemas sociais pela execução de um projeto estruturado por interesses de agenciadores privados. Mais ainda: silenciam que os problemas de hoje são, em certa medida, consequências dessas transformações urbanas do passado.

Passos, Lacerda e Cesar Maia tornaram a cidade mais excludente. Como vimos no capítulo um desta tese, para modernizar o Porto e o centro da cidade, Passos construiu grandes avenidas centrais e abriu caminho para a zona sul. Copacabana foi inaugurada nessa época, valorizada por várias linhas de bonde. A empresa estrangeira Light criava linhas de transporte que levavam a áreas até então vazias, apontando para um processo associado à valorização fundiária.

A população pobre que estava no caminho dessa modernização foi expulsa do

centro da cidade. Ao produzir um espaço nos moldes de Paris, Passos não pressupôs o fluxo das pessoas expulsas. Houve a necessidade de fluxo e essas pessoas responderam a isso, ocupando os morros do centro da cidade. Foi um período marcado por grandes remoções e a construção dos primeiros subúrbios. Nos anos 1960, Carlos Lacerda também promoveu grandes remoções de população pobre que morava em áreas valorizadas, especialmente em bairros da zona sul, que seriam apropriadas pelo capital imobiliário em expansão.

Quando a matéria afirma que as intervenções de Passos e Lacerda não foram tão complexas como as atuais porque “afinal, a cidade ainda estava longe de ter seis milhões de habitantes”, parece que esses gestores não erraram, e que os problemas sociais se agravam atualmente porque a cidade cresceu. Este argumento é questionável. É um gesto de silenciamento do jornal, pois não se discute o fato de que ao planejarem uma cidade que crescia, o faziam excluindo pessoas. Lacerda queria que a cidade crescesse para a zona oeste, mais especificamente Jacarepaguá. Planejou e executou obras de mobilidade urbana, mas removeu favelas da zona sul.

Eduardo Paes planejou o Porto Maravilha prevendo o adensamento da zona portuária. Mais uma vez se mostra intrínseca ao planejamento do crescimento da cidade a expulsão de parte da população pobre. Ao silenciar a complexidade social que envolve grandes intervenções urbanas que “garantem” mudar a imagem da cidade, cria-se a ideia do atual projeto de cidade também como “solução” para os problemas sociais.

Podemos pensar os silenciamentos do jornal *O Globo* como um efeito do que Orlandi (2004) chama de “discurso do urbano”, uma generalização do discurso do urbanista que se imprime em outros discursos indiscriminadamente, e que homogeneiza o modo de significar a cidade. Nesse sentido, há uma sobreposição do urbano apagando o social da cidade, pois grandes intervenções urbanas são propostas como soluções de demandas sociais que devem ser complexificadas para além de projetos pragmáticos de incremento da infraestrutura urbana.

Estes, mesmo que proponham transformações sociais, em sua argumentação, o fazem ao nível da *organização* (urbanização) e não atingem a ordem em que o real da cidade significa. Por isso, mesmo “atuando” com intenções de mudança, de soluções, sua prática não desloca o “mesmo”, o que redundará em, malgrado essas intenções, produzir mais violência. (ORLANDI, 2004, p.56)

A forma como são abordadas as remoções de favelas, o Porto Maravilha e as

demais intervenções de mobilidade urbana, pressupõe a apropriação pelo jornal do “discurso do urbano”, que se sobrepõe ao real da cidade na medida em que trata o urbano e o social como a mesma coisa. Evidencia-se um jornalismo que propõe o urbanismo como solução para questões sociais particulares ao Rio, como as favelas, por exemplo, silenciando “os modos de produção de sentidos próprios à cidade que trazem o imprevisível, o não calculado, o que não se reduz a um plano projetado” (ORLANDI, 2004, p.35).

A reflexão de Orlandi sobre o apagamento da polissemia das cidades pelo discurso do urbano nos remete ao que Certeau chama de “discurso utópico urbanístico” (2011), um discurso que define a cidade por uma tríplice relação: a produção de um espaço próprio, racional, que oculta os problemas que a assolam; o estabelecimento de um não-tempo ou de um tempo sincrônico, que faz frente às resistências das tradições; e a criação de um sujeito universal e anônimo: a própria cidade. A pluralidade de sentidos que transborda dos modos de usabilidade da cidade, seria, dessa forma, contida por discursos totalizantes que insistem em unificar e tornar anônima “as práticas microbianas, singulares e plurais” (CERTEAU, 2011, p. 175).

Ao reconhecer os discursos do projeto de cidade como um “discurso utópico do urbano”, que aprisiona o imponderável que cerca os praticantes da cidade, buscamos as contribuições de Fernando Resende (In: MAIA e HELAL, 2012), para quem a cidade é palco do exercício da diferença, um conjunto complexo de modos de vidas e lutas simbólicas que se revela em espaço de conflito, e não de consenso como insistem os discursos que pretendem manter uma ordem utópica, dos quais fazem parte algumas narrativas midiáticas.

O autor trabalha com a ideia de que existem três lugares que “falam a cidade”: existe a cidade em que vivemos, conflituosa por natureza; a cidade que nós lemos, que depende das nossas análises; e a cidade que nós escrevemos, que são os discursos que oferecem diferentes apreensões da cidade. Estas perspectivas que florescem na/da cidade levam ao reconhecimento da coexistência de várias cidades em uma: “falar a cidade é retirar dela textos possíveis, é narrá-la reconhecendo-a também como texto, é fazer-se sabedor e dar a ver que toda cidade é um texto que eu invento enquanto vivo e reinvento enquanto teço” (RESENDE, in: MAIA e HELAL, 2012, p.38).

As pesquisas de Resende apontam para a possibilidade de encontrar no âmbito do jornal e da mídia leituras que refletem uma cidade plural, mas, na maior parte das

vezes, as narrativas oferecem conteúdos simplificadores que explicam acontecimentos como se estes fossem isolados do contexto cidade. Isso funciona como contraponto à cidade que por essência se revela polissêmica. São narrativas que reforçam discursos legitimadores de uma ordem urbana que dão a ver a cidade como um signo fechado.

Encontramos essa lógica na capa do *O Globo* em 28/10/2015. Há uma foto de meninos mergulhando, da então recém-inaugurada Praça Mauá, na Baía de Guanabara. Ao fundo, o Museu do Amanhã. A legenda da foto anuncia: “*Desordem no novo cartão-postal*”. A figura 10 reproduz a chamada para a matéria analisada.



(Figura 10)

Da recém-reformada Praça Mauá, meninos mergulham nas águas

poluídas da Baía de Guanabara. O novo cartão-postal carioca guarda velhos problemas. Flanelinhas controlam os estacionamentos no entorno, tomado por moradores de rua. Visitantes cobram mais segurança e sinalização contra riscos de acidentes. (*O Globo*, 28/9/2015, p.1)

Apesar da reportagem não abordar remoções de favelas, em análise neste subcapítulo, ela é um exemplo expressivo do que o jornal compreende por cartão-postal: uma cidade ordenada pela redução dos sentidos da sua polissemia. Aborda-se o mergulho dos meninos pelo viés da “preocupação” com a integridade física deles, uma vez que a Baía de Guanabara está poluída e a brincadeira pode acarretar acidentes. Mas na medida em que essa prática do espaço faz parte da pauta de uma reportagem sobre “desordem” urbana, esses meninos também são apresentados como sujeitos naturais dessa “desordem”. A *figura 11* reproduz a matéria analisada.

Na Praça Mauá revitalizada, problemas antigos não são resolvidos

Falta patrulhamento em vias do entorno e flanelinhas cobram até R\$ 20 por vaga

LUÍZ GUSTAVO SCHMITT
gustavo.schmitt@oglobo.com.br

A nova Praça Mauá, reinaugurada há pouco menos de um mês, após quatro anos em obras, já caiu no gosto de cariocas e turistas. Por mais que a melhora seja visível, no entanto, antigos problemas da região, como estacionamento irregular, flanelinhas, imóveis invadidos ou abandonados e a insegurança no entorno, sobretudo à noite, continuam sem solução.

Ontem, com o dia de sol, o patrulhamento na praça estava reforçado pela manhã e à tarde: pelo menos 15 guardas municipais com três carros e dois PMs garantiam a segurança. Mas, nas ruas próximas, não havia policiais. Além disso, flanelinhas atuavam sem

qualquer repressão. Alguns visitantes e turistas se mostravam preocupados.

Moradora de Niterói, a artista plástica Suzana Regina Ranti atravessou a Baía Guanabara de barca até a Praça Quinze. De lá, caminhou um trecho de cerca de dois quilômetros até a Praça Mauá sem encontrar patrulhas da PM e da Guarda Municipal.

— Achei o lugar muito lindo, mas é tenso caminhar pelo Centro. As ruas estavam desertas. Vi moradores de ruas e alguns jovens perambulando, que aparentavam estar sob efeitos de drogas. Fiquei com muito medo — disse Suzana.

A 50 metros da Praça Mauá, flanelinhas cobravam entre R\$ 5 e R\$ 20 pelo estacionamento. Eles atuavam em vias internas como as ruas Alcântara Machado e dos Beneditinos. Por volta das 12h40m, a equipe de reportagem flagrou o momento em que cinco flanelinhas permaneceram impassíveis, mesmo após a aproximação de uma dupla de guardas munici-



legal, e daí? Flanelinhas atuam em ruas ao redor da praça, como na Avenida Venezuela, uma das principais da região

pais em um carro elétrico. A cena aconteceu na Avenida Venezuela, perto da esquina com a Rua Edgard Gordillo.

Os imóveis abandonados ou invadidos, além da insegurança à noite, também preocupam moradores e comerciantes.

— Melhorou muito, mas à noite ainda há muita gente estranha na praça. Assaltos não são raros — disse um comerciante, que pediu anonimato.

Há uma semana, a cadelinha Floc passeava pela praça quando, por um descuido de seu

dono, caiu nas águas da Guanabara. Por sorte, o animal foi resgatado por homens do Comando de Policiamento Ambiental (Cpam) que passavam em uma embarcação. Usado por turistas que tiram fotos diante da hashtag “cidade olim-

pica”, o local não tem qualquer tipo de proteção ou alerta para o risco de queda. Com isso, virou ponto de mergulho nas águas poluídas.

Na manhã de ontem, três crianças pulavam de cabeça em meio a manchas de óleo dos navios que atracam ao longo do cais. Com o forte calor, o trio aproveitava para se refrescar. Moradores da Praça da Harmonia — única das cinco praças do bairro da Saúde que possui área de lazer infantil, embora com brinquedos velhos e danificados —, eles repetiram a brincadeira de outros cinco adolescentes que, no sábado à tarde, transformaram o local em trampolim.

Moradora do Flamengo, a advogada Carmen Breitingger, cobra a instalação de placas de sinalização e o acompanhamento das autoridades para que acidentes sejam evitados:

— Em qualquer ponto turístico do mundo há placas informando sobre perigo. É um risco desnecessário. ●

(Figura 11)

Os meninos mergulhando na Baía de Guanabara e a luta dos moradores do Morro da Providência indicam que a cidade é “abusada” e desafia as representações que se constroem sobre ela. Tudo isso nos faz pensar nos “vários Rios” que habitam o Rio, e que tentam ser contidos por discursos legitimadores de um projeto de cidade. Vivemos no “Rio das favelas”, entre outros “Rios” contrastantes obliterados pelas “falas ordenadoras” que constroem o imaginário do “Rio Cidade Maravilhosa”, e agora também do “Rio Olímpico”.

Discursos que se esforçam para transformar as várias cidades que coexistem no Rio em uma só, porque revelar uma cidade que está em conflito o tempo todo não serve à lógica da cidade-mercadoria. Dessa forma, lançam mão de um discurso urbanístico de saneamento, civilidade, ordem e progresso que recupera reformas urbanas anteriores vinculadas a uma ideia positivista que tinha o projeto da modernidade como objetivo.

Tal observação nos permite retomar a reportagem “Uma ‘plástica’ de R\$ 36,5 bi”, publicada pelo *O Globo* em 18/10/2014, que trata a remoção de favelas como “naturais” ao processo de reestruturação urbana sem contextualizar os modos de atuação repressiva em que elas se dão. Não se entrevistam moradores que foram removidos ou que estão ameaçados pela remoção.

As contribuições de Lucas Faulhaber e Lena Azevedo (2015) em *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico*⁴⁴, são primorosas para o reconhecimento dos interesses mercadológicos que cercam as remoções, e que contradizem a “naturalidade” tão requerida pela produção de sentidos do consenso. Apesar de Passos e Lacerda habitarem a memória coletiva como políticos que promoveram grandes remoções, a gestão de Paes, segundo os autores, removeu cerca de 67 mil pessoas entre 2009 e 2013, sem contar os imóveis em áreas formais que foram desapropriados por conta das intervenções. Este número supera as remoções de Lacerda, com 30 mil, e de Passos, com 20 mil.

As remoções não resultam somente de projetos de urbanização de favelas, mas também de obras viárias para a implantação dos BRTs⁴⁵. A reestruturação da mobilidade urbana é um dos compromissos assumidos com a organização dos Jogos Olímpicos e, portanto, também faz parte do repertório discursivo dos legados. Os relatórios do COI que fundamentaram as negativas à cidade como sede em candidaturas anteriores ressaltaram essa questão. Compromisso mesmo adequado pelas instâncias

⁴⁴ Em sabatina promovida pelo *Portal UOL* e pela *Folha de S. Paulo* no dia 22/7/2015, Eduardo Paes classificou o livro *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*, de Lucas Faulhaber e Lena Azevedo, de “conjunto de asneiras” e “panfleto de oposição”. Sem citar data, o prefeito afirmou que será lançado, pela Prefeitura do Rio, “um site contestando esse livro e outras mentiras”. No entanto, durante a entrevista conduzida pelos jornalistas Mônica Bergamo e Mário Magalhães, que o questionaram sobre as remoções compulsórias, Paes não rebateu os dados apresentados no livro. Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/elite-brasileira-e-muito-demofobica-e-adora-falar-diz-paes-04020E183070D0A95326?types=A&> - acesso em 23/7/2015. A “Resposta da Mórula Editorial ao prefeito Eduardo Paes” foi veiculada no *Blog do Mário Magalhães – Portal UOL*. Em parte do texto a editora afirma que “ainda há muito a se debater sobre os mais de 65 mil removidos no Rio de Janeiro Olímpico. Não temos dúvida de que as marcas de um processo tão violento marcarão nossa história por bastante tempo, e não apenas as das famílias removidas”. Disponível em: <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/07/28/editora-rebate-eduardo-paes-que-chamou-de-asneira-livro-sobre-remocoes/> - acesso em 28/7/2015.

⁴⁵ *Bus Rapid Transit* – corredor exclusivo de ônibus articulados, divulgado como modal de massa para desafogar o trânsito na cidade.

governamentais a interesses do mercado imobiliário diante de bairros que se valorizam para a construção de novos empreendimentos a partir dos corredores viários.

Faulhaber e Azevedo (2015) apresentam um mapa que aponta os locais em que se dão as remoções, produzido a partir de dados obtidos na Gerência de Terras e Reassentamento da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). A concentração aparece em áreas valorizadas (ou com potencial de valorização) pelos investimentos públicos. Os assentamentos considerados em “áreas de risco”, assim em outras que demandam obras de infraestrutura, estão em zonas de influência da Copa do Mundo e das Olimpíadas⁴⁶.

A “revitalização” da zona portuária também desapropriou dezenas de imóveis privados e removeu moradores do Morro da Providência. Os discursos do risco, da integração e das UPPs se entrelaçam aos do Porto Maravilha, tomado pelo *O Globo* como “legado olímpico”. O argumento de uma “vida mais digna, longe do risco e em melhores habitações” legitimam a remoção de casas e de espaços de uso comum na Providência para a construção de mirantes, plano inclinado⁴⁷ e teleférico⁴⁸, que também visam “transformar” a favela em “museu a céu aberto”⁴⁹ para promover o turismo na região.

3.2.1 Morro da Providência: “roteiro turístico” escrito à custa da remoção dos moradores

Os constantes conflitos entre traficantes e policiais no Morro da Providência “ameaçavam o sucesso” do Porto Maravilha, pois investidores e turistas não se interessariam por um “lugar violento”. Dessa forma, uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi implementada em 2010 para que, segundo o governo, a “revitalização” da zona portuária pudesse ser iniciada.

⁴⁶ Entre as remoções mais polêmicas e comentadas pela mídia internacional está a da Vila Autódromo, no entorno do Parque Olímpico, em Jacarepaguá. A construção do Parque Olímpico é realizada pelo consórcio formado pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken, empresas que têm diversos contratos com a prefeitura. Um condomínio de luxo chamado “Ilha Pura” está sendo construído nessa área pela Carvalho Hosken. Disponível em: <http://www.carvalhohosken.com.br/ilha-pura-0> - acesso em 13/12/2015.

⁴⁷ Rampa com trilhos para o transporte em vagões dos passageiros do teleférico ao largo da centenária Igreja da Penha, de onde se sobe à Capela das Almas, um oratório de 1902 no cume do morro. Do alto do morro se tem uma visão privilegiada da Baía de Guanabara, centro do Rio e da zona norte até o Maracanã. A comunidade procurou a Defensoria Pública e obteve uma liminar, em novembro de 2012, que paralisou as obras do Morar Carioca. Somente a construção do teleférico foi liberada.

⁴⁸ O teleférico foi inaugurado em 2/7/2014.

⁴⁹ A valorização do patrimônio histórico-cultural do Morro da Providência foi objeto do projeto Celula Urbana, cujas obras foram inauguradas em 2005 pelo ex-prefeito Cesar Maia. A iniciativa de “transformar” a favela em “museu a céu aberto”, no entanto, fracassou, em muita medida pelos confrontos entre traficantes e policiais.

Em 15/1/2011, o jornal *O Globo* publicou: “Mãos à obra na Providência”, abordando o começo das obras de urbanização, com ênfase na construção de um teleférico e de um plano inclinado para “melhorar” a mobilidade dos moradores. A reportagem ressalta o Morro da Providência como “a primeira favela carioca a ter sua conservação – incluindo iluminação pública, limpeza de ruas e manutenção do mobiliário urbano – bancada pela iniciativa privada”. Ilustram a matéria duas imagens simulando áreas reurbanizadas com o plano inclinado e o teleférico funcionando. A *figura 12* reproduz a matéria analisada.

14 O GLOBO Sábado, 15 de janeiro de 2011

RIO

Mãos à obra na Providência

Projeto começa amanhã na favela, a primeira a ter manutenção bancada pela iniciativa privada

Luiz Ernesto Magalhães

A Prefeitura começa amanhã as obras do programa Morar Carioca no Morro da Providência, no Centro, que incluem uma série de trabalhos de urbanização, além da construção de um teleférico e da remoção das famílias que vivem na área da Pedra Lisa, considerada de risco. O projeto, que deverá ser concluído até meados de 2013 ao custo de R\$ 131 milhões, apresentará novidades em relação a outras comunidades que também tiveram melhorias. A Providência será a primeira favela carioca a ter sua conservação — incluindo iluminação pública, limpeza de ruas e manutenção do mobiliário urbano — bancada pela iniciativa privada.

A gestão privada terá o papel principal no Morro da Providência e o vizinho Morro do Pinto serão incluídos na área de influência da segunda etapa do projeto Porto Maravilha, que prevê investimentos na revitalização da área, com iniciativas como a demarcação de parte do Elevado da Perimetral.

A prefeitura prevê que, no início de fevereiro (90 dias após o prazo previsto inicialmente), o consórcio Porto Novo (composto por Nierberrie Odobertli, OAS e Carica Engenharia) assumirá a gestão da área. Nos 15 anos de concessão, o consórcio receberá R\$ 7,3 bilhões de um fundo gestor de recursos privados, administrado por uma estatal do município a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP).

Remoções começam já em fevereiro

• O secretário municipal de Habitação, Jorge Eltzer, explicou que o Porto Maravilha e o Morar Carioca são programas distintos que acabam se integrando. Segundo Eltzer, ao todo, 300 famílias (que vivem na Pedra Lisa e em imóveis que precisam ser demolidos por causa das obras) serão reassentadas. A Pedra Lisa recentemente recebeu R\$ 2 milhões em obras de construção, para reduzir o risco de deslizamentos. Após a retirada das famílias, a área será alvo de um programa de reurbanização, com o plantio de mudas de espécies da Mata Atlântica. Além disso, um Plano de Ordenação Urbanística e Social (POUS) da prefeitura será instalado, para fiscalizar construções irregulares na região.

— Essas famílias irão para casas que vamos construir dentro do programa Minha Casa, Minha Vida, no entorno da Central do Brasil, incluindo duas áreas que eram ocupadas por garagens de ônibus e lojas desapeçadas. Ao todo, serão 1.061 casas para reassentamento de

Meta agora é virar atração turística

• O projeto de urbanização do Morro da Providência, considerado a primeira favela do Rio, tentará concretizar também um velho sonho dos moradores — que pode ser viabilizado porque a comunidade é atendida pelo programa de Unidades de Política Facilitadora (UPFs). A ideia é atrair turistas interessados em observar construções remanescentes dos primeiros anos de ocupação do morro. Para isso, o projeto prevê a construção de uma graca projetada com azulejos, e a urbanização do entorno das construções mais antigas. Os turistas chegarão ao morro pelo teleférico, a partir da estação da Cidade do Samba.

— A Providência tem história para contar. Antes da área ser uma favela, o terreno foi conhecido como um movimentado mercado de escravos e de passageiros por hora. Um plano inclinado também será erguido, ligando a Ladeira do Barroco à Praça da Igreja do Cristo Rei, o início acabou entre essas duas pontas da Providência é uma escadaria com 165 degraus.

Não é a primeira vez que a prefeitura investe em projetos de urbanização no Morro da Providência. Em janeiro de 2008, a comunidade foi incluída em uma lista de 23 comunidades beneficiadas pela segunda etapa do projeto Favela Bairro, executada com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo informações do Tribunal de Contas do Município (TCM), as obras custaram R\$ 13,7 milhões (valores de 2009). No entanto, não conseguiram acabar com as áreas de risco, muito menos evitar que a comunidade continuasse a crescer, mesmo que lentamente. De acordo com o TCM, entre 2004 e 2008, a área total ocupada pela favela passou de 102.988 metros quadrados para 132.176.

As ladeiras do Favela Bairro levaram o BID a exigir que a prefeitura sublocatária produzisse dois dos primeiros financiamentos aprovados para a urbanização de comunidades, para a liberação de novos recursos. O novo acordo de financiamento, no valor de US\$ 150 milhões, foi assinado no ano passado.

— A proposta do Morar Carioca é diferente. Uma das preocupações é justamente com a garantia de moradia de melhor qualidade, o que falta no Favela Bairro — disse Eltzer.

(Figura 12)

A remoção de pessoas da localidade do Morro da Providência chamada Pedra Lisa é justificada por tratar-se de “área de risco” e porque em parte deste local estava prevista a construção de um plano inclinado. Não há opinião dos moradores ameaçados de remoção. Duas fontes são acionadas durante toda a reportagem, que ocupa a página inteira do jornal: o então secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, afirmando que as remoções na Pedra Lisa são necessárias por conta do “risco”, e do Tribunal de Contas do Município (TCM), que no funcionamento discursivo acaba por reforçar as ações da gestão urbana na medida em que diz que o Favela-Bairro, projeto do ex-prefeito Cesar Maia, não conseguiu acabar com as áreas de risco e nem impediu que a comunidade crescesse.

No *box* “*Meta agora é virar atração turística*”, Jorge Bittar diz que sem a UPP a urbanização não poderia ser concretizada. Os discursos que legitimam as UPPs como fundamentais à redução da violência urbana e às reurbanizações de determinadas áreas da cidade, os fazem, segundo Kleber Mendonça (2015), sob o “mito da retomada de território pelo Estado”. Ao analisar as coberturas telejornalísticas do RJTV 1ª Edição, veiculadas entre 2010 e 2013, de algumas comunidades do Rio, o autor afirma que esse “mito” é construído discursivamente por estratégias de silenciamentos, potencializadas pelas escolhas das fontes informativas.

Assim, pensar a questão do silêncio não é buscar apenas o que não foi dito. Se o silêncio não fala, mas significa, cabe-nos a missão de entender para quais posições no jogo de poder tais silenciamentos apontam. Em outras palavras, quem (ou que aspecto da complexidade das questões) está sendo silenciado quando apenas uma fonte (ou um “modelo” de interpretação real) está sendo autorizada a falar e a omitir opiniões. (MENDONÇA, 2015, p.47)

Estruturando sua pesquisa neste caminho metodológico, Mendonça chama atenção para a escolha de moradores dessas comunidades como fontes noticiosas, vozes modalizadas para legitimar as “pacificações”. A combinação das falas desses moradores à ausência das falas de lideranças tradicionais comunitárias, silenciam a longa história de resistência, de conquistas e de exigência da presença do Estado.

Outro ponto importante discutido por Mendonça é o empoderamento armamentista do tráfico de drogas nas favelas, pois grande parte desse armamento é vendida por policiais. Uma questão que precisa ser complexificada para a compreensão da violência urbana e das representações construídas pelo jornalismo. Evidenciar tais

silenciamentos nas regularidades discursivas, entre outros, possibilita Mendonça desnaturalizar o “mito da retomada de território pelo Estado” e afirmar que o Estado sempre esteve presente nas comunidades, mesmo que de forma precária.

As contribuições de Mendonça (2015) são importantes para entendermos o motivo pelo qual o jornal e a prefeitura justificam a UPP do Morro da Providência como fundamental ao Porto Maravilha, pois o que “permitiu” a execução do projeto foi a “retomada do território pelo Estado”.

De volta à retranca “*Meta agora é virar atração turística*”, fica claro que as obras de reurbanização também acontecem para transformar a favela em atração turística: “- A Providência tem história para contar. Antes da área ser uma favela, o entorno foi conhecido como um movimentado mercado de escravos – diz o secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar”. Isso aponta para o enquadramento da zona portuária em uma tendência global de musealização das cidades⁵⁰, nos moldes oferecidos por Huyssen (2000) e Jeudy (2005).

A reflexão de Jeudy (2005) sobre a recomposição da paisagem urbana por projetos de “revitalização” de áreas degradadas contempla referências específicas às favelas do Rio de Janeiro, entre elas, o Morro da Providência. Segundo autor, o projeto internacional de padronização das cidades, procura, em cada uma delas, ancorar-se na história de uma cultura própria, e no Brasil essa dinâmica enraíza-se nas favelas. Ao longo do século XX, artistas e intelectuais brasileiros e estrangeiros tornaram as favelas os territórios mais simbólicos da cultura brasileira. Para Jeudy, no entanto, esses movimentos não alteraram o olhar hegemônico sobre esses espaços e seus habitantes como uma “chaga” da cidade.

Jeudy afirma que o “efeito de estetização” produzido por reestruturações urbanas que desejam construir uma nova imagem da cidade seria um “resultado lógico” de recorrentes tentativas de higienização urbana. O Morro da Providência, neste contexto, é capturado por gestores urbanos como um museu “vivo” da cidade.

[...] a vida social não será mais investida em objetos museográficos, ela estará sempre se reproduzindo porque o museu se tornará seu instrumento. Devido ao fato de as pessoas sentirem prazer em viver, o museu “vivo” será responsável por essa dimensão estética ativa que falta à miséria cotidiana. A exaltação cultural da vida social será oferecida como alternativa de fruição especular à resignação comum [...] a favela se tornará ela própria um local aberto para o mundo, um

⁵⁰ Os discursos que dão a ver o processo de musealização da cidade serão analisados no capítulo 4.

laboratório de criações, um viveiro de riquezas simbólicas. Assim será a parábola municipal: para além da miséria existe a arte; arte que, por excelência, exerce a função primordial de sublimar a miséria. (JEUDY, 2005, p. 126)

O “museu” Providência, no entanto, se estruturara discursiva e espacialmente à base de remoções dos habitantes que estavam no caminho das obras. Desde o lançamento do Morar Carioca no Morro da Providência, em 2011, poucas e simplificadoras matérias do *O Globo* abordaram as obras de reurbanização, e quando isso acontecia era para promover o teleférico. A maioria das reportagens trazia a fala de Eduardo Paes e de moradores que elogiavam a iniciativa da prefeitura. A apresentação de vozes dissonantes de um ou outro morador era imediatamente abafada por várias outras favoráveis à reurbanização. Não se debatia a proposta da prefeitura para as remoções, e muito menos se divulgavam os movimentos de resistência da comunidade.

Esta prática discursiva se expressa em “*Teleférico da Providência começa a operar no domingo*”, publicada em 24/6/2014. A reportagem informa que a inauguração acontece 13 meses após a conclusão da obra por conta da demora na negociação entre a prefeitura e o consórcio Porto Novo, responsável pelos serviços de conservação. São descritos “benefícios” do teleférico para moradores do morro e turistas. A *figura 13* reproduz a matéria analisada.

Teleférico da Providência começa a operar no domingo

Sistema entra em funcionamento 13 meses após ser concluído. Liminar ainda impede obras do Morar Carioca

Por **ERNESTO MAGALHÃES**
 em magalhes@globo.com.br

Controlado para ser um dos símbolos da revitalização da Zona Portuária do Rio, o teleférico do Morro da Providência finalmente será inaugurado no próximo domingo. As obras de implantação do sistema, muito previstas desde maio de 2013, mas somente agora — 13 meses depois — a prefeitura conseguiu fechar uma parceria com a iniciativa privada para o serviço entrar em operação. A administração do teleférico ficará a cargo do Consórcio Porto Novo, também responsável pelas obras de reurbanização do Porto numa Parceria Público Privada com o município. Moradores e visitantes poderão usar o serviço gratuitamente. As demais obras de reurbanização do projeto Morar Carioca, que incluem a retirada de moradores de áreas de risco, no entanto, permanecerão paralisadas, por uma decisão judicial que já tem anos.

A prefeitura ainda não divulgou quanto pagará ao Consórcio Porto Novo para operar o serviço até 2026, nem o motivo para usar um operador para o serviço. Devido à demora, a estação da Cidade de Samba, onde estavam guardadas as 18 gondólas compradas, chegou a ser apelidada de “museu de teleférico”. Pelo plano de atuação combinado com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (Cdup), a operação do sistema ocorrerá de forma gradual. O processo está dividido em quatro fases.

O início do funcionamento do teleférico ainda depende a Cdup há autorização da Prefeitura Municipal de Providência, na Zona Portuária. Nos primeiros 13 dias, o serviço vai operar apenas das 9 às 13h, ficando a partir do mês de maio e junho da Providência, no-

ma extensão total de 773 metros. Na segunda fase, as gondólas também estarão disponíveis das 14 às 18h. Nessa terceira etapa, em data que ainda será divulgada, o serviço, no período da tarde, será estendido até as 20h nos dias úteis. Por fim, todo o serviço ganhará um horário definitivo, mas preciso que ainda não foi determinado: de segunda a sexta-feira, das 6h às 21h; aos sábados, das 7h às 18h; e nos domingos e feriados, das 9h às 18h.

ATÉ 18 PASSAGEIROS POR GONDOLA
 A implantação do serviço custou R\$ 75 milhões. As gondólas têm capacidade para 18 passageiros cada — oito sentados e dois em pé. Elas foram fabricadas pela empresa austríaca Doppelmayr. As cabines são feitas de aço inoxidável e alumínio. O teleférico pode transportar até mil passageiros por hora, e o tempo de viagem entre a primeira e a última estação está estimado em oito minutos.

— O teleférico será um ótimo recurso para quem mora na parte alta do morro. Pena que demorou demais para ser colocado em funcionamento. Alguém errou? —

RS 75 MILHÕES
 O valor total do investimento do serviço que será operado pela Consórcio Porto Novo começa a funcionar no domingo.

No Alemão, onde o teleférico foi inaugurado em novembro de 2011, apenas os moradores cadastrados no Riscoard podem fazer até duas viagens gratuitas por dia. Viagens extras para moradores ou ingressos para visitantes custam R\$ 1 pelo Riscoard Único ou R\$ 3, caso seja comprado nas bilheterias.

A Secretaria municipal de Habitação indica que ainda não há prazo para as obras do Morar Carioca, paralisadas desde 2011, serem retomadas, porque depende de uma decisão da justiça. Os serviços foram suspensos por uma liminar obtida pela Defensoria Pública, a pedido de moradores que sentem desconforto de uma área de



Bandeira. O teleférico do Morro da Providência será aberto ao público na terça-feira da Central

risco para a construção de um plano inclinado de 70 metros de altura, ao lado de uma escadaria.

BRIGA PARA NÃO REMOVER FAMILIAS
 Na ação, a Defensoria Pública argumentou que a prefeitura não apresentou documentos comprovando que o projeto tinha Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e também questionou se haveria necessidade de remover cerca de 500 famílias. O município, que após a liminar decidiu sobre o número de remoções, recorreu. Mas a Justiça apenas liberou a conclusão do teleférico, porque havia o risco de os equipamentos se estragarem.

— Os construtores de obra estão abandonados. Muita coisa ficou incompleta, incluindo a construção de 32 casas de um condomínio com três blocos para pequenas famílias que vivem em áreas de risco — contou a presidente da associação de moradores do Morro da Providência, Maria Helena dos Santos.

Entre as obras que se encontram paradas, também está a construção de uma nova área de lazer para os moradores da comunidade lá que o terreno da Praça Américo Bram foi ocupado por uma das estações do teleférico. ■

“O teleférico será um ótimo recurso para quem mora na parte alta do morro. Pena que demorou demais para ser colocado em funcionamento. Alguém errou.”
 Juliano Felix dos Santos
 Morador da Providência

(Figura 13)

A Secretaria municipal de Habitação justifica que as obras do Morar Carioca não foram concluídas porque uma liminar da Defensoria Pública paralisou as obras e impediu a remoção dos moradores de uma “área de risco”, que também daria lugar à construção de um plano inclinado ao lado de uma escadaria que leva ao alto do morro. Mas se a área é de “risco”, como a construção de um plano inclinado estava prevista? A reportagem não questiona essa contradição.

O Morar Carioca no Morro da Providência inicialmente previa a remoção de 832 casas, marcadas com a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação) seguida de um número de cadastro interno da secretaria⁵¹. Isso aterrorizava os moradores, que muitas vezes chegavam do trabalho e se deparavam com a marcação de suas casas sem nenhuma explicação prévia. Isso remonta ao Rio colonial, quando as melhores

⁵¹ Prática adotada pela SMH nas favelas que sofreram processo de remoção. A partir de 2011, por conta dos inúmeros protestos, a prefeitura diminuiu esse tipo de procedimento. Em 2014, no entanto, voltou a acontecer na comunidade Metrô Mangueira, que passou naquele ano pela segunda remoção.

residências tiveram suas portas marcadas com as letras “P.R.”, de Príncipe Regente, indicando que as famílias seriam desalojadas para dar lugar aos integrantes da corte de D. João VI. As iniciais ficaram popularmente conhecidas como “Ponha-se na rua”. A Providência, por sua vez, popularizou a sigla da SMH como “Sai do Morro Hoje”.

Algumas casas foram removidas no início das obras⁵². A comunidade se mobilizou e pediu ajuda a outros técnicos, que produziram um contralaudo⁵³ apontando o número de casas em áreas de risco ser bem menor do que o apresentado no laudo oficial da prefeitura. Assim como em outras comunidades, a falta de informações, de participação dos moradores no debate sobre o projeto e a intimidação por parte de agentes públicos caracterizaram as remoções no Morro da Providência.

Enquanto *O Globo* silenciava os conflitos que se imprimiam nesse processo, diversos vídeos, testemunhos e críticas o denunciavam, especialmente via internet⁵⁴. O curta metragem *Casas Marcadas*⁵⁵ mostra relatos indignados de alguns moradores que tiveram suas casas marcadas, entre eles, o de Márcia Regina de Deus, que se tornou um símbolo da resistência. Vejamos parte do relato de Márcia no documentário.

[...] Eu não vou deixar o que eu tenho aqui. Aqui é uma casa boa. Eu abro minha janela e vejo todo mundo passando...“bom dia, dona Márcia”. Agora eu vou morar num cubículo de 38m2? [...] Tudo que eu consegui na minha casa foi com muito sacrifício. É tudo um sacrifício. Então, eu vou até o final pela luta da minha casa, pra minha casa permanecer linda e bonita como ela é...nos piores momentos o poder público nunca passou aqui para abraçar a causa de ninguém. Agora que pacificaram a comunidade nos convidam a nos retirar. Não! O modelo de favela que eles querem fazer é pra inglês ver. Então, a gringa aqui sou eu. A modelo aqui sou eu. Minha casa, minha vida é onde eu moro.

⁵² Algumas famílias optaram pelo aluguel social de R\$ 400,00 até o “reassentamento” em habitações populares, outras pela compra de imóvel assistida.

⁵³ Assinado pelo engenheiro Maurício Campos dos Santos e pelo arquiteto Marcos de Faria Azevedo. Segundo o relatório, a remoção de 832 equivale a erradicação de 48,4% da favela. Disponível em: https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf - acesso em 2/6/2015.

⁵⁴ Entre tantos exemplos, destacamos o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, que produziu dossiês sobre megaeventos esportivos e violação dos direitos humanos. O último dossiê – *Rio 2016: um legado de violações* -lançado em dezembro de 2015, é o quarto de uma série e o primeiro depois da Copa de 2014. O foco concentra-se nas Olimpíadas de 2016.

Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/dossie_violacoesesporte_rio2015.pdf - acesso em 2/1/2016. Também destacamos o Fórum Comunitário do Porto, criado em 2011, formado por moradores da zona portuária, acadêmicos, ONGs e alguns parlamentares que tratam da violação dos direitos humanos a partir da implantação do Porto Maravilha.

Disponível em: <https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2012/09/12/carta-aberta-a-populacao-do-rio-de-janeiro/> acesso em 3/12/2015.

⁵⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k – acesso em 2/1/2016. O prédio em que mora Márcia Regina de Deus, a mais de 20 anos, foi construído em 1938. É o único prédio que não foi demolido durante a construção do teleférico.

Observamos que mais do que um deslocamento físico, a história de vida desses moradores é ignorada (diríamos ultrajada) pelas remoções. O Morro da Providência também foi destaque na mídia internacional. O *The New York Times* publicou, em 12/8/2012, o artigo escrito pela urbanista Theresa Williamson e o fotógrafo Maurício Hora: “*Em nome do futuro, Rio está destruindo o passado*”⁵⁶, abordando a complexidade que envolveu a reurbanização do Morro da Providência, e como ela foi pensada no projeto de “transformação” da cidade para as Olimpíadas de 2016.

Um passeio rápido pela comunidade revela a situação assustadora de insegurança em que os habitantes estão vivendo: no alto do morro, aproximadamente 70% das casas estão marcadas para despejo: uma área que a princípio deverá ser favorecida pelos investimentos em transporte que estão sendo realizados. Mas o teleférico de luxo vai transportar entre 1.000 e 3.000 pessoas por hora durante os Jogos Olímpicos. Portanto, não serão os moradores os beneficiados, e sim os investidores. Os habitantes da Providência estão temerosos. Apenas 36% deles possuem documentos comprovando seus direitos de propriedade, em comparação aos 70 a 95% em outras favelas. Mais do que em outras comunidades pobres, esses moradores estão muito desinformados sobre os seus direitos e apavorados diante da possibilidade de perderem suas casas. Some-se a isso a abordagem da prefeitura de “dividir para conquistar” – em que os residentes são confrontados individualmente para assinar o reassentamento e negociações comunitárias não são permitidas – e a resistência é silenciada de modo efetivo. (WILLIAMSON e HORA in: *The New York Times*, 12/8/2012)

Os movimentos de resistência dos moradores, repercussão negativa das remoções na mídia internacional, assim como fontes outras que descortinam os embates políticos e sociais pelos quais a cidade passa nesses anos de preparação para as Olimpíadas⁵⁷, apontam para discursos comprometidos com os interesses especulativos do mercado imobiliário. Revelação mesma que fragiliza a construção de consenso do

⁵⁶Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/08/13/opinion/em-nome-do-futuro-rio-esta-destruindo-o-passado.html> - acesso em 3/12/2015. Theresa Williamson é fundadora da Comunidades Catalisadoras, ONG que trabalha em defesa das favelas, e editora do *RioOnWatch.org*, site bilíngue (português/inglês) de notícias que desde sua criação, em 2011, é uma das principais fontes do jornalismo internacional. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/> - acesso em 3/12/2015. Maurício Hora é morador do Morro da Providência, fotógrafo e dirige o programa *Favelarte* na comunidade. Esta reportagem foi traduzida do inglês por Mónica Baña-Alvarez.

⁵⁷ Os movimentos de resistência dos moradores de diferentes favelas e a pressão da população, que questionou o projeto de cidade e os megaeventos esportivos especialmente após as manifestações populares de 2013, fizeram com que o poder público recuasse de algumas ações e demonstrasse maior disposição para o diálogo. O Instituto de Arquitetos do Brasil RJ divulgou que apesar da CEDURP afirmar que ações para a promoção de habitações de interesse social estavam previstas antes da elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS), a situação começou a mudar em dezembro de 2014 a partir do seminário “Morar no Centro”, que articulou movimentos populares. Disponível em: <http://www.iabrij.org.br/plano-de-habitacao-para-o-porto-maravilha-no-rio-e-criticado> - acesso em 2/1/2016.

Porto Maravilha ao fazer transparecer a violência física e simbólica que permeia o projeto de cidade.

Dos estudos que Bourdieu (1998) empreende sobre as relações sociais, surge o conceito de violência simbólica, processo pelo qual uma determinada classe exerce sua dominação sobre outra. Para o autor, as relações sociais são percebidas como relações políticas e de comunicação, logo, como relações de poder. Nesse sentido, os sistemas simbólicos (arte, língua, religião e ciência) são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo que possibilitam consensos sobre esse mesmo mundo, promovendo, dessa forma, a integração social.

O poder que os sistemas simbólicos têm de construir visões de mundo, de reproduzir e manter a ordem social, é possível porque eles são socialmente estruturados, ou seja, são concebidos como autoridade, como referenciais de mundo, por serem reconhecidos como detentores de capital (econômico, cultural ou simbólico). É nesse sentido que para Bourdieu o poder é simbólico, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p. 7-8). A afirmação do autor dá a ver o mundo social sendo construído por uma relação dialética entre estrutura estruturada (sociedade) e estrutura estruturante (sujeito em ação na sociedade).

Bourdieu reconhece nas relações de comunicação e de conhecimento, expressas nos sistemas simbólicos, a função política de imposição e legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, configurando o que o autor chama de violência simbólica. Ao reconhecer essas relações como luta de diferentes classes pelo poder de nomear o mundo, o autor afirma:

Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio de luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social. (BOURDIEU, 1998, p. 12)

O jornalismo, dessa forma, se estabelece como produtor simbólico na luta para nomear o mundo, com poder assegurado pelo fato de deter capital econômico, cultural e simbólico. Bourdieu (1998) aponta que toda sociedade deve ser entendida como um

espaço social, subdividido em outros espaços, sendo que cada um deles ocupa o seu lugar e tem sua importância no todo. Cada campo tem suas próprias regras, ou seja, uma lógica própria, mas é da relação entre os campos e os seus limites que emerge o que ele chama de capital simbólico. Quem compõe os campos são os indivíduos neles inseridos, e é justamente nesta constante disputa por posições que os espaços estão em permanentes mudanças através dos conflitos, lutas e disputas entre dominados e dominantes.

Para o autor, o capital pode ser econômico, social, cultural e simbólico. Todavia, estas tipologias são interligadas. O econômico seria os bens materiais, dinheiro, propriedade, títulos, entre outros. A principal forma de acúmulo para lutar, principalmente em uma sociedade capitalista. O social refere-se aos grupos de status, estamentos, critérios sociais. O cultural, principalmente, em uma sociedade atravessada pelos meios de comunicação de massa, tem seu destaque por meio do conhecimento, informação, entretenimento, escolaridade, acessibilidade de espaços de fruição social. E, por último, o capital simbólico, que nos traz inferências importantes para o objetivo deste trabalho, visto que o jornalismo tem o poder de controlar a produção de sentidos por meio dos discursos. Grosso modo, ele pode ser entendido como “quem tem autoridade para controlar o discurso”. Todos estes capitais são simbólicos.

Com efeito, os discursos do Porto Maravilha, potencializados pelos megaeventos esportivos, nos remetem a uma cidade que “renasce”, “recomeça”, a partir de uma velha lógica de urbanização excludente, agora atualizada por um modelo de cidade estruturado em novas mediações entre o público e o privado. Mediações mesmas que aprisionam e ordenam sentidos por meio de uma violência simbólica que “naturaliza” as consequências negativas do projeto de “cidade global”.

O jornal *O Globo* legitima as remoções de favelas e/ou sua “domesticação” por urbanizações que as transformam em “produto exótico-dócil” tipicamente brasileiro a ser “vendido” globalmente para turistas que desejam viver “experiências singulares”. Fontes outras, no entanto, nos ajudam a desnaturalizar tais discursos. Toda essa problemática de deslocamento espacial da população pobre suscita reflexões sobre mais uma consequência dramática do processo simbólico que acompanha grandes intervenções urbanas realizadas sob a égide neoliberal: a gentrificação como gestão urbana global do espaço.

3.3 Gentrificação na “cidade ideal”, conflito social que revela a “cidade real”

Afirmar que a zona portuária foi gentrificada pelo Porto Maravilha ainda é precipitado. Todavia, a análise desenvolvida no subcapítulo anterior aponta a materialização discursiva e espacial de tal possibilidade. Os discursos que (re)atualizam as remoções de favelas dão a ver esse tipo de medida como uma das características da “transformação” do Rio em “cidade olímpica”, que por sua vez é parte de um projeto ideológico neoliberal mais amplo de “capacitação” da cidade para a acirrada competição globalizada por fluxos de capitais.

O ordenamento discursivo e espacial da cidade se torna emblemático dessa lógica quando analisado nas reportagens do jornal *O Globo* sobre as obras dos corredores exclusivos de ônibus de trânsito rápido – BRTs – e da “revitalização” da zona portuária. O deslocamento forçado da população pobre das áreas pelas quais o projeto de cidade avança, “reassentada” em habitações distantes da antiga moradia e do trabalho, deixa um rastro de exclusão e com ele a possível exacerbação da desigualdade social.

Sob a rubrica “*Cidade em Transe*”, em 2013 *O Globo* publicou uma série de reportagens sobre a mudança do perfil socioeconômico de determinados bairros. Os exemplos de cidades internacionais que tiveram espaços gentrificados por processos distintos, porém conectados entre si, embasam a observação do jornal de que o Rio a passa por um processo de gentrificação.

Uma dessas reportagens tem o título “*A mão do governo*” e subtítulo “*poder público também estimula gentrificação: de obras viárias a políticas de segurança*”, publicada em 29/10/2013. As ações governamentais são apontadas como decisivas no processo de gentrificação da cidade, notadamente pelos BRTs, Porto Maravilha e UPPs, considerados indutores da valorização imobiliária de bairros na zona norte e do centro da cidade. A *figura 14* reproduz a matéria analisada.

A mão do governo

Poder público também estimula gentrificação: de obras viárias a políticas de segurança

FABIO VASCONCELOS, FLAVIO TABAK, NATALIA BONDUGEM E PAULO THIAGO DE MELLO gentrificacao@ig.com.br

O fenômeno da gentrificação pode ser espontâneo, causado pela mudança na renda dos moradores, mas muitas vezes ocorre como reflexo de ações públicas. Um caso clássico recente, um parque onde havia um terreno baldio, uma obra gigante de saneamento. Fenômenos ocorrem em alguns bairros da Zona Norte e do Centro. A ampliação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) também é considerada uma medida que impacta na dinâmica de ocupação dessas áreas. No Centro, por exemplo, o valor atribuído com o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) cresceu 350% entre 2007 e 2012, saltando de R\$ 5,2 milhões para R\$ 98,5 milhões, resultado pela implantação do Viaduto Leve sobre Trilhões (VLT), no estímulo para construção na Cidade Nova e pelo projeto do Porto Maravilha. A valorização indica o grau de interesse do mercado imobiliário por essa região.

Na Zona Norte, vários bairros são beneficiados pelo projeto do BRT Tamariz, que está sendo implantado e vai ligar a Barra à Ilha do Governador. Ao todo, o investimento será de R\$ 1,1 bilhão. Madureira está no projeto de BRT e já foi beneficiada também com a construção do Parque Madureira, com mais de 90 mil metros quadrados, investindo R\$ 187 milhões no projeto, que está sendo ampliado para atender a mais bairros.

— A gentrificação, nessas áreas, está muito dentro da ação do poder público. No Centro, na Cidade Nova, em São Cristóvão e em todo o entorno do Porto Maravilha e em todo o entorno do Porto Maravilha muitas possibilidades em função da demanda. Madureira ganhou o parque, o BRT e a criação de um novo Plano de Desenvolvimento Urbano — diz o presidente da Adem, João Paulo Rio Tinto de Mattos.

Para Paulo Dodman, presidente do Sindicato dos Bares e Restaurantes do Rio, a mudança é resultado de oportunidades para os empresários. Ele, que abriu uma B&B de um apartamento no entorno do centro administrativo da periferia, na Cidade Nova, diz que a revitalização cria um círculo virtuoso.

Mas há quem reclame que os investimentos têm um viés: o do deslocamento de moradores para outras regiões para dar lugar a atividades e lojas. Se, por um lado, há quem defenda que as remoções devem ser debatidas e evitadas ao máximo, como diz Raquel Buitrago, relatora especial da ONU, por outro o prefeito Eduardo Paes afirma que “não dá para fazer investimentos em mobilidade urbana sem desagregações, especialmente em antigos bairros, onde as ruas são estreitas e há um adensamento dos espaços.”

A nova Madureira, na página 17



Novo Porto. O valor do IPTU sobe em investimentos em obras durante 11 anos já para garantir a nova estrutura, que promete a potencialização no Centro

Porto, o destino de quem aposta no futuro

Valorização atrai investidores do mercado imobiliário, donos de restaurantes e novos moradores

Patrick Fontaine conhece bem os efeitos da gentrificação. Ex-morador de Botafogo, saiu do bairro fugindo do aumento do preço dos aluguéis. Antes disso, durante uma temporada de estudos em Paris, viu como o fenômeno modifica em pouco tempo o bairro onde morava, ocupado originalmente por descendentes de imigrantes judeus e árabes. Agora há mudanças, resolveu, ao menos uma vez, se beneficiar da processo e, há um ano, se instalou na Zona Portuária, que segundo o último da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDUP), deve receber R\$ 8 bilhões em obras e serviços ao longo de 15 anos.

— Com a valorização do mercado imobiliário em Botafogo, não se consegue sobreviver ali. Como já tinha um grande interesse no Porto, cheguei ao Museu da Condição — diz Patrick, que se estabeleceu em um apartamento montado de três andares, construído na década de 30. — Oprei pelo que me pareceu lógico. Embora o mercado valorize mais os bairros da Zona Sul, como o Leblon, na minha opinião, aqui é a fronteira da cidade e não o seu centro.

A poucos metros do apartamento de Fontaine, a Rua Camerino, equipada durante muito tempo,

apresenta sinais de que está sendo modificada pelo processo. Assim como a primeira fase de obras do Porto Maravilha, em que se reformaram calçadas e mobiliário urbano de trechos da via, a presença de empresários como o circoa Rômulo Azeite é parte importante do processo. Ele deixou a Espanha, onde trabalhava como consultor de projetos de desenvolvimento para ajudar o país Marrocos. Azeite vive aqui, na reconstrução de antigos hotéis. Há um benefício local do Comitê de Acomodação da prefeitura para os Jogos Olímpicos de 2016.

— Percebemos o potencial dessa região, que tem poucos hotéis, apesar da procura. No Espanha e Itália, por exemplo, temos grandes cidades são cheias de hotéis de hospedagem. Aqui no Rio é o contrário — conta Azeite, que vive na mudança na Camerino desde 2011. — Vi surgir um aumento de comércio público, hotéis, lojas de beleza e uma loja que atende a quatro.

Patrick Fontaine, por sua vez, se mostra preocupado com o destino dos moradores antigos, que compõem a identidade local. Em sua opinião, o poder público deveria investir em políticas locais que garantissem o direito à moradia e a subsistência de baixa renda que já ocupa-

vam a região antes do anúncio do projeto.

— Tem gente comprando imóveis, deixando fechados à espera da valorização. O poder público deveria garantir moradias de interesse social, evitando os efeitos negativos da gentrificação.

O sociólogo Alberto Gomes, presidente da C&G, diz que já localiza 100 famílias em cortiços e imóveis abandonados. E que tem em seu plano a construção de 2.200 habitações de interesse social na região para absorver essas e outras mercadorias de baixa renda que desistem continuar no local.

— Isso não evitaria a saída de moradores antigos. As pessoas não moram onde querem, moram onde podem. O problema maior não é a questão da valorização do imóvel, é a maior parte da população aqui é de proprietários. Mas, da mesma forma que o poder público não pode obrigar ninguém a sair de onde está, a não ser por motivos de segurança, também não pode obrigar a ficar. As pessoas vão fazer suas escolhas.

Para ele, é preciso preservar a identidade local. Alberto diz que tem trabalhado na fiscalização de políticas locais, como desmonte do IPTU para quem permanecer na mesma da Condição e Providência, e o aumento do ITBI para quem compra.

(Figura 14)

Ilustrada com uma grande foto aérea da zona portuária, dados sobre o aumento expressivo de arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no Centro, desde o início do Porto Maravilha, reforçam o incremento do mercado imobiliário nessa área. Empreendedores naturalizam a gentrificação como fruto da ação do poder público e ressaltam as “oportunidades”.

A retranca “*Porto, o destino de quem aposta no futuro*”, apresenta opiniões distintas sobre a “revitalização”. Um morador da zona portuária, que saiu de Botafogo pelo alto custo de vida no bairro, teme pelo seu próprio destino e dos moradores antigos, que para ele compõem a identidade local: “- Tem gente comprando imóveis, deixando fechado à espera de valorização. O poder público deveria garantir moradias de interesse social, evitando os efeitos negativos da gentrificação” (*O Globo*, 29/10/2013, p.9).

A fala de Alberto Gomes, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano

da Região do Porto do Rio de Janeiro - CEDURP, vem em seguida afirmando que a prefeitura planeja construir habitações de interesse social e criar mecanismos que estimulem a permanência dos antigos moradores.

– Isso não evitará a saída de moradores antigos. As pessoas não moram onde querem, moram onde podem. O problema maior não é a questão da valorização do imóvel. A maior parte da população daqui é de proprietários. Mas, da mesma forma que o poder público não pode obrigar ninguém a sair da onde está, também não pode obrigar a ficar. As pessoas vão fazer as suas escolhas. (*O Globo*, 29/10/2013, p.9 – grifos nosso)

A análise dos aspectos recorrentes na cobertura jornalística do *O Globo* em relação à “revitalização” da zona portuária aponta a constituição de um certo discurso da cidade agenciando práticas da gestão urbana, que são cada vez mais globais e menos isoladas, como a gentrificação.

O conceito de gentrificação anteriormente concebido para descrever um processo não planejado de deslocamento da classe média para bairros centrais desvalorizados, é apropriado por Neil Smith (In: BIDOUC-ZACHARIASEN, 2006) para complexificar projetos urbanos que envolvem novos atores ligados ao Estado, às empresas ou que participam de parcerias público-privadas. Nesse sentido, sob o domínio do neoliberalismo a gentrificação torna-se uma política urbana global que tem como consequência os deslocamentos da população pobre de espaços “revitalizados” e da noção de espaço público, que passa a ser gerido pela lógica privada.

Segundo Smith, a gentrificação como gestão global do espaço se sustenta no eufemismo de palavras como “regeneração” urbana, metáfora médica e biológica que traz a ideia de um novo espaço, de uma nova vida. O autor enfatiza a contradição que permeia essa dinâmica: de um lado, ela enaltece simbolicamente o argumento humano e suas práticas do espaço para valorizar as áreas “regeneradas”; de outro, esse mesmo elemento humano valorizado é expulso pelo processo de especulação imobiliária. A permanência dos antigos moradores torna-se muito difícil porque eles são confrontados pela sofisticação de novos equipamentos e serviços que aumentam o custo de vida.

Observamos o movimento contraditório discutido por Smith no possível processo de gentrificação pelo Porto Maravilha. Os discursos do *O Globo* produzem a valorização simbólica da região portuária por sua história marcada pelos negros africanos escravizados. Celebram o lugar como berço do samba e como legado

afrodescendente. O Morro da Providência é exaltado como a primeira favela da cidade e “elevada” a condição de “museu a céu aberto”. Mas são esses mesmos afrodescendentes pobres e suas práticas do espaço que tendem a ser excluídos pela gentrificação.

Para que o “museu” Providência “abrisse suas portas” e o teleférico circulasse com turistas curiosos por uma “passadinha” pela pobreza antes de almoçar no bistrô sofisticado do Museu do Amanhã, moradores foram removidos e muitos ainda lutam pela permanência, evidenciando os conflitos da cidade real que insistem em ser apagados pela construção da imagem de cidade que se “reinventa” para todos.

A “revitalização” da zona portuária segue padrões espaciais globais que se tornaram exemplos clássicos de gentrificação enquanto gestão global: construção de prédios residenciais, corporativos, hotéis e museus, “melhoria” da mobilidade urbana, instalação de comércio e serviços sofisticados, restauração do patrimônio histórico e eventos culturais. Toda essa produção física é capturada por discursos totalizadores que estimulam o retorno da classe média ao centro da cidade, mas são direcionados, especialmente, a investidores e turistas estrangeiros. Nesse sentido, a cidade é mercantilizada por um processo simbólico que reclama novos usos da região portuária, uma adequação espacial para os fluxos globais do capital.

Assim como ocorreu em cidades internacionais que promoveram “revitalizações”, um impiedoso custo social se imprime com o Porto Maravilha. Além do deslocamento obrigatório da população pobre que está no caminho das obras de urbanização, há uma forte possibilidade da saída voluntária e progressiva na medida em que aumentar custo de vida na região.

Tomemos como exemplos Barcelona e Cidade do México, citadas como “bem-sucedidas” pelo *O Globo* em reportagem analisada anteriormente – “*A cidade renasce das ruínas*” (figura 2), publicada em 22/3/2010. Ao estudar a “regeneração” urbana no bairro *Ciutat Vella*, centro histórico de Barcelona, Núria Claver (In: BIDOU-ZACHARIASEN, 2006) reconhece um processo de gentrificação. A designação da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 1992 levantou um debate acerca da degradação do centro histórico, que sofreu um esvaziamento porque parte da população com maior poder aquisitivo mudou-se para bairros periféricos. Apesar da degradação, o bairro mantinha um forte valor simbólico. Na preparação da cidade para as Olimpíadas, o poder público, por meio de uma parceria público-privada, promoveu a “regeneração” de *Ciutat Vella* e de outros bairros centrais, orientada para o consumo de classes

abastadas e nada preocupada com a habitação das classes populares, o que gerou o deslocamento de parte da população pobre e uma segregação socioespacial.

Essa dinâmica se imprimiu de forma parecida na Cidade do México. Daniel Hiernaux-Nicolas (In: BIDOUC-ZACHARIASEN, 2006) pesquisou possíveis processos de gentrificação à luz das políticas de “revalorização” do centro histórico na década de 80, encorajadas pelo título de “Patrimônio da Humanidade” conferido pela Unesco em 1984. A área sofreu um declínio social pela saída das classes mais abastadas para a periferia, inspiradas nos moldes norte-americanos de subúrbios, e passou a acolher imigrantes, comércio popular e atividades informais.

Com a intenção de mudar a imagem do centro histórico para atrair investidores privados, moradores da classe média e turistas, a gestão urbana firmou uma parceria público-privada e promoveu a “regeneração” espacial. Hiernaux-Nicolas entende esse processo como uma arena de lutas de diferentes grupos sociais, cujos interesses das classes média e média alta são privilegiados pelas políticas urbanas.

Investimentos e turistas de alto poder aquisitivo se efetivaram, atraídos pelo patrimônio histórico, equipamentos culturais e comércio sofisticado. Já a ocupação residencial por um público elitizado, no entanto, não aconteceu. O elevado custo de vida deslocou parte da população pobre. O resultado da pesquisa de Hiernaux-Nicolas indica que houve uma gentrificação pelo convívio - a classe média consome o/no local, mas volta para sua casa em outros bairros.

A experiência de cidades “revitalizadas” sob o modelo neoliberal, demonstra que a “preocupação” do poder público com habitações de interesse social e/ou mecanismos que estimulam a permanência da população pobre não se efetivam na mesma velocidade em que se estabelecem intervenções urbanas voltadas à especulação imobiliária. O ordenamento discursivo e espacial da “revitalização” da zona portuária dá a ver que assim como se repete a “fabricação” e a “venda” da mercadoria “cidade” de forma padronizada, se repetem alguns resultados. Nesse sentido, o Porto Maravilha atualiza várias experiências de construção discursiva de “cidade ideal” passando à margem da “cidade real” que experiencia tal projeto.

De volta à reportagem “*A mão do governo*” (figura 14), publicada em 29/10/2013, a fala do morador da zona portuária que teme os efeitos negativos da gentrificação reflete o descolamento de quem faz esse tipo de opção por não conseguir permanecer em bairros com alto custo de vida e especulação imobiliária. O Morro da

Conceição reflete um pouco dessa lógica. Originalmente ocupado por portugueses, cuja maioria das casas permaneceu com seus ascendentes, o local foi em certa medida apropriado artisticamente.

Também recebeu pessoas que se interessavam pela centralidade e diversidade locais aliadas ao baixo custo de vida. Em Smith (In: BIDO-ZACHARIASEN, 2006), podemos dizer que eles foram gentrificadores por razões outras que não aquelas de transformação do espaço por uma política urbana global.

O contraponto ao questionamento levantado pelo morador “ameaçado” pelo Porto Maravilha vem na fala do presidente da CEDURP, Alberto Dines, que “naturaliza” o processo de gentrificação e o faz parecer democrático. A realidade conflituosa que transborda das representações do Porto Maravilha se apaga na aparência de naturalidade de um discurso específico de cidade, sustentado pela violência simbólica de ordenamentos de sentidos que reduz possibilidades de visões outras.

As fontes utilizadas pelo *O Globo* na construção da “inevitabilidade” da gentrificação são definidoras desse apagamento. Para além da fonte oficial, a voz dissonante não é de um morador antigo. Quando analisamos anteriormente as reportagens do jornal sobre as remoções de favelas, a grande maioria dos moradores “autorizada” a falar é aquela que se sente beneficiada pelas obras. Os que não concordam têm suas vozes modalizadas, e a ausência das falas de lideranças comunitárias de resistência é recorrente.

Podemos problematizar tal observação à luz do conceito de “gentrificação discursiva” desenvolvido por Mendonça (2015). Para isso, retomamos os estudos do autor sobre a construção do “mito da retomada de território pelo Estado”, efetuado pelo discurso do RJTV 1ª Edição, para legitimar as UPPs. As fontes oficiais, a escolha de um certo perfil de moradores das comunidades “pacificadas” “autorizado” a falar e a ausência de falas das lideranças comunitárias, dão a ver uma política de silenciamento de que o Estado sempre esteve presente, mesmo que precariamente, nesses territórios.

Segundo Mendonça, esta dinâmica aponta para o que o autor chama de “gentrificação discursiva”, estruturado por uma analogia ao conceito de gentrificação como gestão global do espaço proposto por Smith (In: BIDO-ZACHARIASEN, 2006).

Serão tratados como moradores “legítimos” da favela apenas aqueles que aceitam ser representados como vítimas da violência na mesma medida em que são gratas à “pacificação” do Estado. Por consequência, esses mesmos personagens ocupam, discursivamente, o

papel de figuras passivas em relação ao desenrolar das ações e à transformação de suas localidades. Ao valorizar as falas do morador grato por ter “seu” território devolvido pelo Estado, é como se o telejornal mostrasse, à classe média, a inevitabilidade dos processos de “revitalização” da cidade, no mesmo movimento discursivo em que prescreve, aos mais pobres, quais seriam as normas obrigatórias de conduta para que os moradores “mereçam” viver em uma comunidade pacificada. (MENDONÇA, 2015, p. 51)

Nesse sentido, “entre o deixar falar e o fazer calar” (MENDONÇA, 2015, p. 47), a “inevitabilidade” da “revitalização” da zona portuária se imprime no jornalismo do *O Globo* por meio de uma gentrificação discursiva, notadamente quando se trata das remoções no Morro da Providência. A “expulsão” das falas de parte expressiva dos moradores da comunidade supõe o deslocamento e a substituição discursivos de uma população pobre e antiga para dar lugar a vozes que interessam a uma política urbana global do espaço mediada por parcerias público-privada.

Se os discursos do modelo neoliberal de cidade propagam a atuação mínima do Estado para a regulação do sistema econômico pelo livre mercado, tal pressuposto pensado sob a lógica que rege as transformações urbanas no Rio se revela uma armadilha discursiva. Nossa pesquisa dá ver o Estado atuando poderosamente no espaço público para garantir o lucro de empresas privadas, especialmente as da construção civil.

Os discursos fundadores da “inevitabilidade” do projeto de cidade se sustentam na ideia de crise urbana. A precariedade da zona portuária é potencializada por uma construção imagética que ajuda a degradar o lugar, para que daí se imponha a “necessidade da revitalização” e de sua execução por uma parceria público-privada. A cruel realidade das remoções no Morro da Providência e uma possível gentrificação da região contradizem o “discurso do urbano”, posto que nenhuma urbanização, por si só, é capaz de resolver problemas sociais que exigem, antes de tudo, a compreensão do caráter sistêmico das formas de produção do espaço metropolitano.

A principal estratégia discursiva do Porto Maravilha para atrair investidores e turistas é a valorização simbólica da região portuária, que se processa pelo acionamento da memória de um lugar histórico central considerado um dos formadores da identidade da cidade. Neste contexto, *O Globo* dedica espaço expressivo ao agendamento da restauração de antigas moradias e de prédios e galpões, transformados em centros culturais, a “redescoberta” do Cais do Valongo e as construções do Museu de Arte do

Rio e do Museu do Amanhã. Toda essa “efervescência” cultural discursiva revela mais uma faceta da cidade-mercadoria.

4 PORTO DE MEMÓRIAS: EXPECTATIVA FUTURA E MUSEALIZAÇÃO DA CIDADE COMO ÂNCORAS DISCURSIVAS

Muito diferente da lógica da ambiguidade da palavra *alethéia* (não-esquecimento) na Grécia pré-socrática, a (im)positiva “verdade” jornalística garante a quem a anuncia o privilegiado estatuto do conhecimento e, portanto, de tudo-lembrar. Na mitologia grega, as musas são as guardiãs das reminiscências e cada uma cuida de um ramo especial da literatura, da ciência e das artes. As nove filhas de Júpiter com Mnemósine são cantadas pelos poetas, encharcados nas águas da memória, por serem as guardiãs da inspiração e do conhecimento. Quase três mil anos depois, estamos diante de uma pós-musa que, travestida em instância de saber-poder enunciador de palavras de ordem, tenta regular os fluxos constitutivos de memória. (MENDONÇA, 2007, p. 184)

A analogia proposta por Mendonça nos faz refletir sobre a miríade de questões que evolue o jornalismo enquanto “guardião do conhecimento e da memória”. As reportagens do *O Globo* analisadas até este momento, apontam o jornal como um dos principais atores da construção discursiva do consenso da “inevitabilidade” do Porto Maravilha. Verificamos o atravessamento dos interesses da gestão urbana na medida em que desvelamos silenciamentos no discurso do jornal que contribuem para a naturalização dos conflitos sociais gerados e/ou agravados pelo projeto.

Nesse sentido, podemos pensar o jornal impresso do sistema Globo, percebido no Rio de Janeiro como o principal enunciador da grande mídia, como “musa pós-moderna” a quem a parceria público-privada do Porto Maravilha precisa se dirigir em busca de benesses. Ao corroborar tais interesses, todavia, o jornal “cobra tributos” a determinados atores sociais. Remoções no Morro da Providência e possível gentrificação emergem como consequências negativas concretas do processo simbólico do projeto de cidade.

A “verdade” jornalística legitimadora do estatuto de “tudo-lembrar” tem um papel central no processo simbólico do Porto Maravilha. No caso específico deste capítulo, voltamos nossa análise ao gesto do jornal *O Globo* em constituir-se numa espécie particular de “guardião da memória oficial” da zona portuária. A tentativa de controlar os fluxos de memória aparece como importante estratégia discursiva do projeto como o “caminho único” para a “recuperação” de bens históricos e para os retornos de moradores de classe média e de empresas ao centro da cidade. Isso é preocupante e nos leva a refletir criticamente sobre o papel do jornalismo, visto que se

mostra indissociável das estratégias de *branding* urbano que trabalham a imagem do Rio como marca, num amplo processo de espetacularização da cidade.

4.1 Porto Maravilha e Olimpíadas: contagem regressiva para o “Rio cidade global”

As reportagens do *O Globo* que têm como objeto o Porto Maravilha acionam constantemente a memória coletiva da zona portuária como espaço degradado. “*A cidade renasce das ruínas*” (22/3/2010 – figura 2) e “*Zona Portuária continua à margem da sociedade*” (27/10/2010 – figura 4), analisadas no capítulo um, são alguns exemplos. Identificamos tal gesto no texto jornalístico, nas fontes oficiais e nas falas de moradores insatisfeitos que se sentem abandonados pelo poder público há décadas. Ao atualizar esta memória, no entanto, o jornal estrategicamente direciona os sentidos para a “inevitabilidade” da “revitalização”, planejada por uma gestão urbana que se “diferencia” das anteriores pela “preocupação” com a zona portuária.

A memória, desta forma, é atualizada com vistas a atender às demandas do Porto Maravilha. Ao formular o conceito de memória coletiva, Maurice Halbwachs (2006) admite uma dimensão individual da memória, mas afirma que muitos dos referentes que ajudam o indivíduo a lembrar são sociais. Nesse sentido, não existe uma memória puramente individual porque parte dela é construída na interação com a sociedade. Apesar das lembranças individuais penetrarem na memória coletiva, elas são reelaboradas, reconstruídas no momento em que se agregam a um conjunto de lembranças que transcende a consciência pessoal. A memória se reconstrói, portanto, a partir do presente.

Já repetimos muitas vezes: em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo no presente e preparado por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem outrora já saiu bastante alterada. Claro, se pela memória somos remetidos ao contato direto com alguma de nossas impressões, por definição a lembrança se distinguiria dessas ideias mais ou menos precisas que nossa reflexão, auxiliada por narrativas, testemunhos e confissões dos outros, nos permite fazer de como teria sido o nosso passado. (HALBWACHS, 2006, p. 91)

Para Halbwachs, são as “narrativas, testemunhos e confissões dos outros” que interligam memória individual e memória coletiva. Interligação possível graças ao que o autor chama de “quadros sociais” da memória, como a língua, o tempo e o espaço,

principais instrumentos de recomposição da imagem do passado. A linguagem unifica o grupo, permitindo a circulação das lembranças. O tempo e o espaço, por sua vez, ajudam a lembrar aquilo que está próximo ou distante. Mas estes quadros não são estáticos. Se no decorrer dos anos passamos por múltiplas experiências que nos fazem construir e reconstruir significados sobre acontecimentos, pessoas, lugares ou objetos, os quadros evocados pela lembrança também mudam, já que ressignificamos nossa visão de mundo.

Buscando entender a memória para além dos quadros sociais, o autor introduz ao conceito de memória coletiva a noção de “correntes de pensamentos sociais”, ideia de que existe uma memória que paira na sociedade e que em dado momento reacende na memória de um determinado grupo. Mediante nosso propósito de tecer aproximações do conceito de memória em Halbwachs com os discursos midiáticos, podemos pensar os meios de comunicação de massa como um dos principais atores das correntes de pensamentos que atualizam a memória da sociedade.

No caso específico das reportagens do *O Globo*, o gesto de “lembrar” a degradação da zona portuária, as favelas como “lugar da pobreza e da desordem” e as “cidades-modelo” internacionais que “driblaram a crise urbana” e se “reinventaram”, seleciona um passado e o atualiza como memorável na construção de consenso do Porto Maravilha. Esta prática discursiva dá a ver que a memória não é um olhar para trás, mas sim um gesto de atualização do passado no presente. E a atualização, para além de intrínseca ao acionamento da memória, pode ser estrategicamente orquestrada para produzir novos ou reiterar antigos sentidos.

O Porto Maravilha segue uma padronização de espaços urbanos em escala global sustentada por um grande discurso neoliberal, que muito se apoia no poder de uma cultura e de uma política da memória crescente nas últimas décadas. Para além de pensar a relação dos discursos da cidade sob a ótica governamental e hegemônica, como *O Globo* poderia apreender a lógica de uma zona portuária mais digna para seus habitantes se a memória da degradação e da desordem enquadrada nesses discursos é mantenedora de uma ordem? Como adverte Huyssen (2000), são os modos de rememoração que nos define no presente, o que nos levam à condição de precisar do passado para ancorar as identidades e alimentar uma visão de futuro.

Ao revisitarmos o passado, a vontade presente tem o poder de direcionar *o que e como* rememoramos algo. Não se trata, dessa forma, de crer numa memória

fundamentalmente pura. A questão perpassa à orientação do enquadramento no nosso presente. As reflexões de Huyssen remetem ao questionamento que fazemos sobre a atualização da memória pelos discursos hegemônicos do Porto Maravilha, enquadrada por uma construção de consenso que mascara as necessidades reais do presente da cidade.

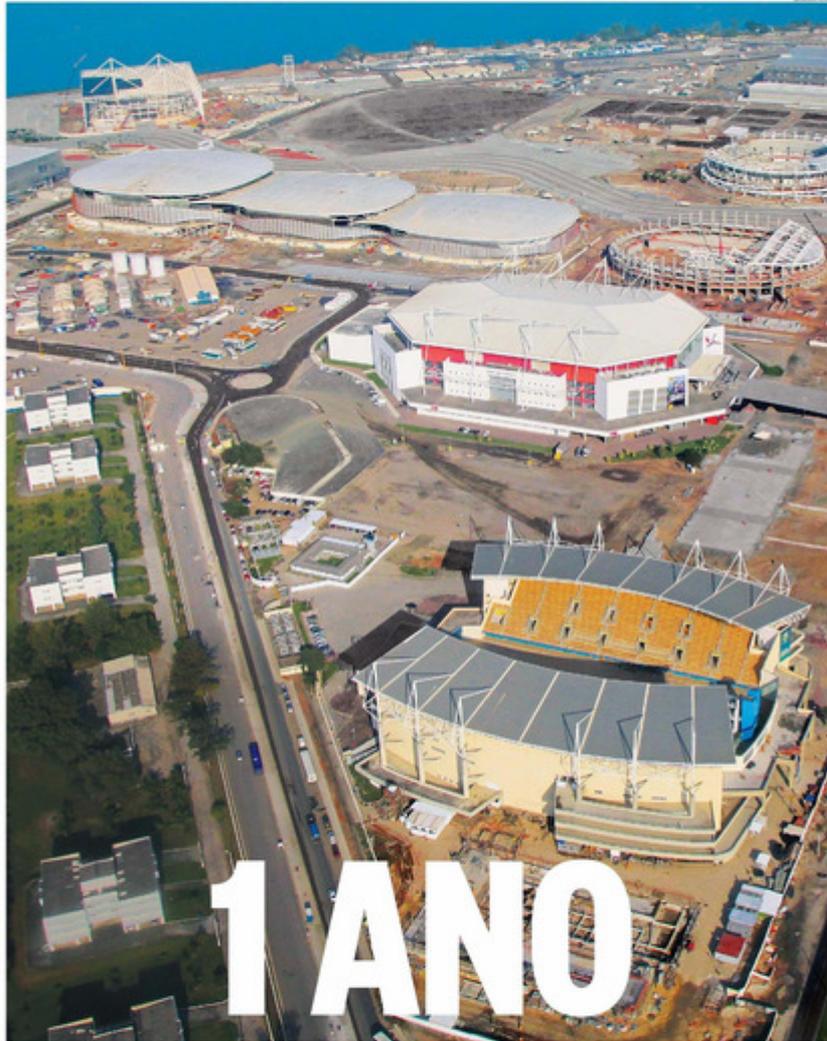
O passado rememorado com vigor sempre estará inscrito no nosso presente, a começar pela nutrição de nossos desejos inconscientes até a orientação das nossas ações mais conscientes. Ao mesmo tempo o passado rememorado com vigor pode se transformar em memória mítica. Não está imune a fossilização, e pode tornar-se uma pedra no caminho das necessidades do presente, ao invés de uma abertura no *continuum* da história. (HUYSEN, 2000, 69)

As reportagens produzem sentidos acerca do marco fundador de uma “nova” zona portuária: o Porto Maravilha. O futuro passa a ser construído de forma regressiva. A aceleração do tempo se impõe como estratégia discursiva para a legitimação do projeto de cidade. Na matéria do jornal *O Globo* veiculada em 27/10/2010 – “*Porto em contagem regressiva: escolhido o consórcio que, por R\$ 7,3 bi, executará amplo conjunto de obras na região*” (figura 6) -, encontramos esse “jogo do tempo”: “As obras que prometem “mudar a cara” da zona portuária do Rio, tirando da paisagem parte do elevado da perimetral, já tem data e hora para começar”. A contagem regressiva para o Porto Maravilha se imprime nos discursos como a “conquista” de um marco fundador do futuro, construído no presente a partir do gesto de atualização da memória de degradação da zona portuária. Importante ressaltar que a parceria público-privada se materializa, discursivamente, como a responsável por tal “conquista”.

A aceleração do futuro, como vimos no segundo capítulo, já apareceu no jornal em 3/10/2009, dia seguinte à cidade ser eleita sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Em letras garrafais, a primeira página anunciava: “*2016, o ano que já começou*” (*O Globo*, 3/10/2009, p.4 – figura 1). Mas a um ano do megaevento, 5/8/2015, a contagem regressiva é retomada pelos discursos midiáticos e governamentais⁵⁸. A primeira página do jornal informa: “*Faltam 365 dias*”. Um caderno especial apresenta: “*1 ano: a cidade em busca do pódio*”. A figura 15 reproduz a matéria analisada.

⁵⁸ No portal *Cidade Olímpica*, a primeira página traz um cronometro: *Contagem PROgressiva: Até os Jogos, uma transformação por dia da cidade que não para de avançar*”. Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/> - acesso em 8/8/2015.

RIO2016



A cidade em busca do pódio

A 365 dias da Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos, o Rio e o Brasil não podem perder nem mais um segundo. De olho no cronômetro, técnicos e organizadores projetam o desempenho dos mais de 400 atletas do Brasil e medem a eficiência do espetáculo que será apresentado ao público, que comprou ingresso ou que acompanhará o evento à distância.

Na luta por medalhas, a Rio-2016 provará ou não o acerto na preparação de revelações do esporte. E servirá como despedida de uma geração de brasileiros que se acostumou a brilhar no pódio. Na corrida para que tudo fique pronto, é preciso ultrapassar grandes obstáculos, como a sujeira na Baía de Guanabara, até comemorar a vitória e alcançar, como legado, uma cidade melhor. •

(Figura 15)

Chamamos atenção para a produção de sentidos do título. O caderno especial dedica-se ao Parque Olímpico e as diferentes modalidades esportivas. Dessa forma, aproveita-se o assunto abordado para mais uma vez transformar a cidade em sujeito, um atleta que se prepara para alcançar o pódio nas olimpíadas. Ou seja, toda a preparação

da cidade atinge seu “reconhecimento” internacional em 2016.

As reflexões de Barbosa (2007) sobre as estratégias memoráveis dos meios de comunicação para comemoração de datas consideradas históricas para o país contribuem para pensarmos a aceleração do tempo pela mídia. A autora investiga a apropriação das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil pela *Rede Globo de Televisão*. O projeto contemplava shows comemorativos em cidades brasileiras, europeias e americanas, além da instalação de 28 relógios em diferentes cidades marcando a contagem regressiva para a chegada de 22 de abril de 2000. Para Barbosa, “essa contagem regressiva, adjetivada como tempo virtual pela própria emissora, ligava as comemorações ao presente, com toda carga de aceleração que este possui” (BARBOSA, 2007, p.54).

Se pensarmos *O Globo* sob esta perspectiva, ao ativar discursivamente a contagem regressiva para a “revitalização” da zona portuária e para as Olimpíadas, o jornal não está se apropriando da comemoração de uma data histórica que marca um acontecimento passado, mas sim construindo uma nova data histórica para a cidade. A atualização do passado “precário” da zona portuária, a formação da parceria público-privada e a contagem do tempo para a mudança de cenário servem à construção de uma expectativa futura.

Como defende Barbosa, o jogo de lembrança e esquecimento operado pelos meios de comunicação o levam ao gesto de interpretação de constituir-se numa espécie de guardiões da memória oficial. No caso específico do nosso objeto de análise, numa espécie particular de guardião da memória oficial da zona portuária e da cidade como um todo.

Graças a capacidade de tornar presente e de misturar presente e passado, entendem-se as razões que levam os meios de comunicação a assumirem o papel de verdadeiros guardiões das comemorações e de construtores de uma dada materialização da memória. (BARBOSA, 2007, p. 55)

O papel de guardiões da memória que os meios de comunicação assumem ao tentar “controlar” o tempo por meio dos seus discursos nos suscita uma articulação dessa prática discursiva com os estudos de Paul Ricouer (1994, 2007) sobre o tempo, a narrativa e a memória. O autor persegue uma definição de tempo, apontando para a dificuldade de atingir tal objetivo já em Santo Agostinho. Para Ricouer, o tempo deve ser pensado para além da dimensão cronológica que o consagra, como a dimensão

psicológica, por exemplo, posto que a percepção das pessoas sobre o tempo pode não ser a mesma na medida em que pessoas diferentes vivem experiências diferentes. São as experiências vividas por cada indivíduo que determinam a sensação de que o tempo passa mais rápido ou devagar.

Segundo Ricouer, só podemos entender o sentido do tempo se analisado sob a lógica da temporalidade humana, pois o tempo pode ser explicado pela memória. E se a memória precisa de mecanismos para ser acionada, as narrativas permitem recuperar o passado, fixar o presente ou projetar o futuro - “[...] o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1984, p. 85). Nesse sentido, o tempo torna-se humano pela narrativa porque ela tem a capacidade de criar mundos, de atualizar momentos que poderiam se perder na memória, dando a ver que o tempo do acontecimento se estabelece no tempo do ato de narrar.

Se pensarmos os discursos como uma das modalidades de contar (criar) o mundo atualizando o passado, fixando o presente e projetando em certa medida o futuro, percebemos a capacidade que eles têm de dar sentido ao tempo. Mas a produção desse sentido pode valer-se de estratégias que atendem interesses específicos.

A estratégia memorável de acionar a contagem regressiva para o Porto Maravilha, como em *“Porto em contagem regressiva”*, de 27/10/2010 (figura 6), e para as Olimpíadas - *“Faltam 365 dias”*, de 5/8/2015, nos permite evidenciar os sentidos conferidos ao tempo de construção de um projeto de cidade se relacionado ao tempo da narrativa, e não ao tempo cronológico, como propõe Ricouer. As reportagens aceleram um “futuro promissor”, “trazem” para o presente a “nova” cidade. O tempo do acontecimento se inscreve no tempo da narrativa.

Mas como o sentido do tempo, tornado tempo humano pela narrativa, depende em muito das experiências vividas por cada pessoa, o Porto Maravilha e as Olimpíadas significam um tempo promissor para aqueles que lucram com o projeto de cidade. Já para a população pobre removida da sua casa (ou ameaçada pela remoção) para dar lugar à “modernização”, por exemplo, é tempo de dor, de luta em defesa da casa e da história de vida, posto que tal experiência aponta para mais uma produção de espaço autoritária.

A memória do elevado da Perimetral como um dos responsáveis pela degradação da zona portuária foi atualizada na construção da expectativa futura. A demolição era

considerada fundamental para a “revitalização”. A prefeitura começava uma campanha de retorno ao centro da cidade. Prédios residenciais e corporativos seriam construídos para moradores de classe média e grandes empresas. Para atrair construtoras, investidores e o tipo de morador/consumidor desejado, a gestão urbana “precisava” transformar a zona portuária em área nobre. Como a região seria uma área nobre sendo passagem para outros bairros e cidades? Demolir a Perimetral acabaria com a imagem de passagem.

Entre 2010 e 2013, tomar a “revitalização” como legado olímpico foi a estratégia discursiva para “alavancá-la”. Paes divulgou que as instalações olímpicas seriam transferidas da Barra da Tijuca para a zona portuária, e já serviriam a Copa do Mundo de 2014. A construção de prédios corporativos “inteligentes”, a expectativa das *Trump Towers*, materializava, discursivamente, uma nova centralidade econômica global. Quando o Porto Maravilha se “consolidou”, os discursos mudaram.

Em 2014, a “revitalização” deixou de ser olímpica. O Porto Vida Residencial, prédios que abrigariam a mídia e os árbitros e que após as Olimpíadas seriam entregues aos novos moradores da zona portuária, teve suas obras paralisadas, as *Trump Towers* até hoje não saíram do papel. Nesse sentido, o gesto de atualização da memória da degradação e o discurso do legado se revelam uma armadilha discursiva ao acelerar o futuro como um recurso de especulação imobiliária.

4.1.1 Porto Maravilha como legado dos Jogos Olímpicos de 2016: o futuro como recurso de especulação imobiliária

A polêmica acerca do Elevado Juscelino Kubitschek, nome oficial da Avenida Perimetral, não era nova. Durante décadas, urbanistas e políticos responsabilizaram o elevado por danos paisagísticos, ambientais e culturais causados à zona portuária. A memória da Perimetral como “símbolo maior” da degradação era atualizada pela gestão urbana para legitimar a demolição e a substituição do elevado por vias expressas. O jornal *O Globo*, por sua vez, deixava explícito o apoio à demolição. Destacamos duas reportagens de tantas outras que abordaram o assunto.

“*A história do viaduto mais odiado do Rio*”: uma foto mostra a igreja da Candelária, do ângulo de visão de quem está na Baía de Guanabara, ou seja, sob a perspectiva de quem está chegando à cidade pelo Cais do Porto, com a Perimetral. E uma fotomontagem apresenta a mesma imagem sem o elevado “atrapalhando” o

“cartão-postal”, afirma a legenda. O *lead* desqualifica o elevado: “Mostrengo arquitetônico, trambolho cinza e escuro, aberração, estraga paisagem, mal estético – a lista de adjetivos nada lisonjeiros que cercam o Elevado da Perimetral é extensa. E não à toa [...] uma espécie de ‘estrutura non grata’ na cidade” (*O Globo*, 27/11/2011, p. 26 – grifos nosso).

“*Paisagem, enfim, livre*”: uma grande foto, tirada novamente do ângulo de quem está na Baía de Guanabara, mostra a Praça Quinze sem a Perimetral. O *lead* aponta para a “devolução” da imagem da orla portuária para quem está em terra, e da cidade para quem está chegando de navio: “Com o fim definitivo da Perimetral, é a hora da frente marítima da Praça Quinze e da região portuária aparecer [...] libertando totalmente a visão de um pedaço do Rio que estava oculto desde a década de 1960 (*O Globo*, 11/12/2014, p.16). As *figuras 16 e 17* reproduzem as matérias analisadas.

A história do viaduto mais odiado do Rio

Simulação descortina beleza do Centro sem a cinzenta Perimetral

Maria Elisa Alves
elisa@globo.com.br

• Mostrengo arquitetônico, trambolho cinza e escuro, aberração, estraga-paisagem, mal estético — a lista de adjetivos nada lisonjeiros que cercam o Elevado da Perimetral é extensa. E não à toa. Construído em nome da modernidade nos anos 50, com a promessa de ligar a área da Praça Quinze ao Caju sem comprometer o trânsito do Centro, o viaduto acumulou vários pecados que acabaram tornando-o uma espécie de “estrutura non grata” na cidade.

Para nascer o elevado, morreu parte do passado
O primeiro foi um tiro, sem dó nem piedade, numa réstia do passado. Para que fosse erguido o primeiro trecho, até a Candelária, o governo Negrão de Lima deu início a um bota-abaixo. Não tão grave quanto o cometido, 50 anos antes, pelo prefeito Pereira Passos, que extermiou parte do Rio Antigo para dar ares de *bell' époque* parisiense à cidade, mas — mesmo assim —, desolador. Para nascer o elevado, várias pequenas ruas ao redor do Museu Histórico Nacional e becos que vinham desde a época da ocupação

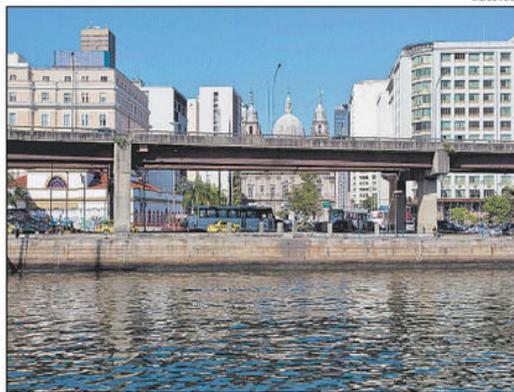
do Morro do Castelo foram vitimados.

Depois veio o pecado mortal: a construção em si dos sete quilômetros que, acusam há anos arquitetos e urbanistas, estragam a paisagem. Até especialistas alemães meteram o bedelho: o urbanista português Nuno Portas e o espanhol Oriol Bohigas, horrorizados com a construção, apresentaram, em 1999, um projeto ao então prefeito Luiz Paulo Conde para destruir a estrutura, medida adiada pela falta de recursos e a polêmica.

A solução radical é um exagero de especialistas? Para tirar a prova dos nozes e saber se a Perimetral é, O GLOBO, diante do anúncio que o viaduto, em toda a sua feitura, vai ser, enfim, todo derrubado, fez uma simulação de como ficaria a cidade sem a Perimetral. O resultado é de tirar o fôlego. Prédios que passam despercebidos voltam a reinar. Descortina-se um Rio novo, voltado, como é sua vocação, para o mar. Imóveis históricos na Praça Quinze, como o Paço Imperial, podem ser apreciados sem a sombra do viaduto. A imponente Igreja da Candelária fica ainda mais grandiosa. O projeto do Porto Maravilha, sem o viaduto, fará jus finalmente ao nome: a paisagem vai ficar uma maravilha. ■



Marcia Foretto



FOTOMONTAGEM

mostra como ficará a Candelária, em todo seu esplendor, sem o Elevado da Perimetral (acima) que hoje atrapalha a visão do cartão-postal (ao lado)

(Figura 16)

Rio

FIM DA PERIMETRAL

Paisagem, enfim, livre

Concessionária retira últimos dois pilares do elevado, e obras de revitalização avançam



Adeus Perimetral. A paisagem da Praça Quinze, com o restaurante Albamar (à esquerda) e um conjunto de prédios antigos e modernos, se sobressai na frente marítima que está sendo revitalizada a partir da remoção do elevado

SELMA SCHMIDT
selma@oglobo.com.br

Com o fim definitivo da Perimetral, é a hora de a frente marítima da Praça Quinze e da Região Portuária aparecer. Ao concluir ontem a retirada dos dois últimos pilares, na altura do 1º Distrito Naval, a concessionária Porto Novo deu por encerrado o processo de derrubada dos 4.750 metros do elevado, liberando totalmente a visão de um pedaço do Rio que estava oculto desde a década de 1960. Prédios históricos e belos já podem ser apreciados, não importa se o admirador está na Baía de Guanabara ou em terra firme. Agora, o trabalho de mudança de paisagem se concentra na construção de um passeio público, com três quilômetros de áreas verdes e de lazer, da Praça Quinze ao Armazém Otto.

Números

4,7 MIL METROS

Extensão do trecho do Elevado da Perimetral que foi demolido.

820 VIGAS

Total que foi retirado do elevado. Seis delas foram furtadas do canteiro de obras.

500 OPERÁRIOS

Número de pessoas que trabalhou nas obras de demolição.

— A derrubada do elevado devolve a imagem da orla da Baía de Guanabara a moradores e frequentadores do local. A Perimetral impedia a visão da baía, o que era lamentável. Ela segregava a faixa da orla, separando a cidade construída da água — diz ela, que faz parte do conselho consultivo do patrimônio cultural do Iphan.

Cêça enfatiza a importância do mar para o Rio: — Na dimensão urbanística, o fim do elevado é de um valor ímpar, pois dá continuidade do uso da orla, desde o Aterro do Flamengo, passando pela Praça Quinze e pela Praça Mauá até chegar à Avenida Francisco Bicalho. Em termos de arquitetura, vamos usufruir muito mais da visão da Candelária, por exemplo, sem falar nas edificações pré-modernistas e ecléticas localizadas na Zona Portuária.



História recuperada. Livre da Perimetral, o entorno da Casa França-Brasil (ao centro) começa a se transformar



Futuro projetado. Croqui mostra como ficará um trecho da orla marítima nas imediações da Praça Quinze

Cronologia

OUTUBRO DE 2012: Remoção da primeira rampa da Perimetral, na altura da Avenida Barão de Tefé.

FEVEREIRO DE 2013: Retirada da primeira viga de sustentação da rampa na altura da Barão de Tefé.

NOVEMBRO DE 2013: Implantação de 1.050 metros da Perimetral, no trecho entre a Avenida Professor Pereira Reis e a Rua Silvíno Montenegro.

FEVEREIRO DE 2014: Retirada de 1.689 metros, da Praça Mauá, ao III Conar, por desmonte a frio.

ABRIL DE 2014: Implantação de 300 metros do Elevado da Perimetral, no trecho entre os prédios da Polícia Federal e do I Distrito Naval.

JULHO DE 2014: Demolição de 650 metros entre a Avenida Professor Pereira Reis e a Novo Rio.

Nas contas da Porto Novo, foram abaixo 85 mil toneladas de estrutura em concreto armado, sendo 4.420 de aço. As 820 vigas e os 135 pilares do elevado, portanto, passaram a fazer parte do passado.

— Como os dois últimos pilares estavam muito próximos à Baía de Guanabara e a um pórtico da Marinha, que é preservado, tivemos que usar um método especial para cortar o concreto. Em vez de um rompedor hidráulico, utilizamos fio diamantado. Isso para que não houvesse queda de fragmentos — explica José Renato Ponte, presidente da Porto Novo, responsável pelas obras de revitalização da Região Portuária. — O trabalho também foi feito fora do expediente, à noite e de madrugada, para não atrapalhar o funcionamento da Marinha.

OBRAS DO PASSADO VÃO COMEÇAR NA PRAÇA QUINZE Para José Renato, a demolição da Perimetral foi dos maiores desafios das obras do Porto Maravilha. Mais de 500 funcionários participaram da operação, que envolveu duas grandes impulsionas, a primeira delas — o trecho que lá da Avenida Pereira Reis à Rua Silvíno Montenegro — há pouco mais de um ano. A segunda implantação ocorreu em abril deste ano, no trecho entre os prédios da Polícia Federal e do I Distrito Naval. O processo, no entanto, começou em outubro de 2012, com a remoção da primeira rampa do elevado, na altura da Avenida Barão de Tefé.

Alberto Gomes, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp), gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, também fala em desafios.

— A conclusão da remoção da Perimetral marca o fim de uma fase cujo desafio foi muito mais a quebra de paradigma do desenvolvimento urbano da cidade do que de engenharia. Agora, durante a remoção, já iniciamos a segunda etapa da operação, que é refazer a infraestrutura e a urbanização de toda essa frente marítima da cidade. O processo muda em definitivo o padrão de mobilidade urbana do Centro.

Em relação a dois vãos do elevado junto à Rodoviária Novo Rio, o presidente da concessionária Porto Novo diz que eles não fazem parte do projeto inicial do Porto Maravilha.

— Estão sendo feitos estudos que vão dizer se eles permanecem ou não. Eles só serão retirados se for constatado que será melhor para o trânsito.

Já as obras de reurbanização estão em andamento no trecho do boulevard em frente ao futuro Museu do Amanhã, na Praça Mauá. E, em breve, começarão na área junto ao Museu Histórico Nacional, na Praça Quinze, diz o presidente da Porto Novo.

José Renato confirmou que as obras do Porto Maravilha estarão prontas a tempo das Olimpíadas. A Via Binário — que ligará a Região Portuária ao Centro — deverá estar totalmente concluída no fim deste ano. Paralela à Via Binário e no lugar da Perimetral, a Via Expressa, que vai ligar o Aterro à Rodoviária Novo Rio, ficará para 2016. ■

Colaborou Rodrigo Bertolucci

(Figura 17)

O gesto de atualizar a memória do elevado da Perimetral legitimava a demolição. Mas a “devolução” da paisagem a moradores/frequentadores/turistas servia de argumento para desconstruir a imagem da região portuária como passagem. Além disso, demolir o elevado direcionava os sentidos para a “inevitabilidade” das obras de mobilidade urbana.

Também chama nossa atenção o discurso do legado acelerando o futuro para estimular a especulação imobiliária. Destacamos três reportagens nas quais identificamos o atravessamento de dois movimentos de memória realizados pela gestão urbana: em 2010, quando o Porto Maravilha começou a se materializar, houve sistemática atualização da memória da degradação. Esta estratégia servia à construção discursiva da “revitalização” como legado olímpico. Em 2014, com o Porto Maravilha viabilizado pela parceria público-privada, o prefeito Eduardo Paes cancelou o Porto Olímpico. Desde então, observamos um segundo movimento de memória: o “esquecimento” do que antes era promessa do legado. Vejamos a mudança do discurso nas reportagens do *O Globo*.

Em 2/5/2010, “*A nova âncora do Porto*” anunciava o projeto Porto Olímpico. A *figura 18* reproduz a matéria analisada.

Como objetivo de reforçar o legado econômico, social, habitacional e de infraestrutura que as Olimpíadas de 2016 vão deixar para o Rio, a prefeitura pretende propor ao Comitê Olímpico Internacional (COI) a transferência, da Barra da Tijuca para a zona portuária, de parte das instalações esportivas e de apoio dos Jogos [...] os equipamentos requalificariam uma região completamente degradada, com terrenos vazios e prédios abandonados [...] Com as mudanças o poder público visa alavancar não apenas a Francisco Bicalho, mas a revitalização de toda a zona portuária, já em andamento com as obras do Porto Maravilha. A expectativa é que se crie uma onda de impacto positiva para negócios e novas moradias [...]. (O Globo, 2/5/2010, p. 18 – grifos nosso)

Quando o Rio apresentou sua candidatura à sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a “revitalização” da zona portuária não fazia parte do projeto olímpico. Mas torná-la “olímpica” e, por conseguinte, um legado, traria credibilidade ao Porto Maravilha. Valendo-se do poder simbólico que envolve os megaeventos esportivos, em 2010 a prefeitura propôs ao COI a transferência de alguns equipamentos temporários e outros permanentes da Barra da Tijuca para a zona portuária.

A nova âncora do Porto

Prefeitura pedirá ao COI transferência de instalações; objetivo é revitalizar região central

Isabela Bastos

Com o objetivo de reforçar o legado econômico, social, habitacional e de infraestrutura que as Olimpíadas de 2016 deverão deixar para o Rio, a prefeitura pretende propor ao Comitê Olímpico Internacional (COI) a transferência da Barra da Tijuca para a Zona Portuária, de parte das instalações esportivas e de apoio aos Jogos. Elas ficariam em terrenos da Avenida Francisco Bicalho e arredores. Batizado de Porto Olímpico, o projeto, a que O GLOBO teve acesso, será apresentado ao COI nos dias 16 e 17 de maio. Ele prevê a construção da Vila de Mídia e dos dois centros de mídia impressa e de televisão (MPC e BTC, nas siglas em inglês) nas imediações da via. Construídos para hospedar e atender jornalistas estrangeiros e de outros estados, os equipamentos requalificariam uma região completamente degradada, com terrenos vazios e prédios abandonados. A proposta inclui ainda a mudança de local das provas de boxe, levantamento de peso, tênis de mesa e badminton. Originalmente previstas para o Riocentro, elas seriam realizadas em galpões no Porto ou até mesmo na Cidade do Samba, que seriam adaptadas para receber as instalações temporárias das modalidades.

Para convencer os membros do comitê de que as mudanças são benéficas para a cidade, sem prejudicar o planejamento operacional das Olimpíadas, a prefeitura desenvolveu, junto com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), estudos de localização das instalações no Porto. Foram feitas ainda as simulações de tempo de viagem de atletas e jornalistas entre os quatro núcleos olímpicos, os chamados clusters, que distribuíram as modalidades esportivas entre Barra, Deodoro, Copacabana e Maracanã. Foi recomendada também à Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademir) uma análise da viabilidade econômica da comercialização, após os Jogos, das unidades habitacionais construídas para receber atletas e jornalistas.

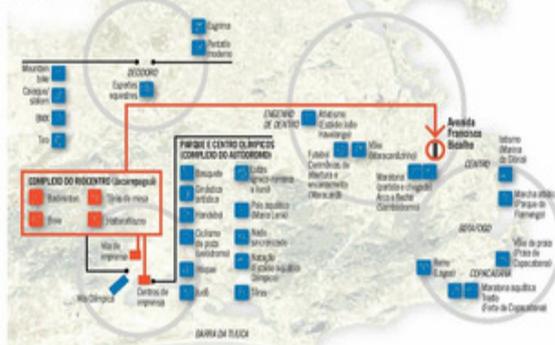
Região tem amplos terrenos disponíveis

Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Felipe Góes, a mudança seria possível por que a região portuária tem amplos terrenos disponíveis e a legislação urbanística da área foi modificada recentemente, permitindo construções de prédios de até 50 andares. O projeto Porto Olímpico ainda está sendo finalizado, mas o IAB já produziu dois estudos de localização para a Vila de Mídia e os centros de imprensa, que poderiam ser construídos em terrenos da União e da própria prefeitura.

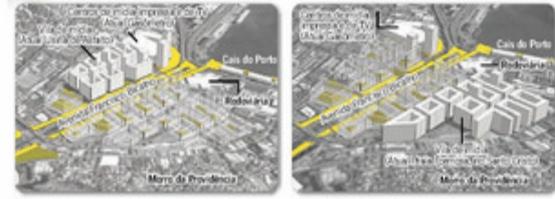
Numa das hipóteses, os centros de imprensa seriam erguidos numa área de 116 mil metros quadrados no Gasômetro. Já a Usina de Ashido da prefeitura, que ocupa 24 mil metros quadrados na Avenida Francisco Bicalho, receberia um hotel. A Vila de Mídia seria erguida numa área conhecida como Praia Formosa, no Santo Cristo. Na segunda opção, tanto os centros de imprensa como o hotel e a Vila de Mídia ficariam concentrados no Gasômetro e na Usina de Ashido.

AS MUDANÇAS PROPOSTAS PARA AS COMPETIÇÕES

A prefeitura pretende propor ao Comitê Olímpico Internacional (COI) a transferência da Vila de Mídia e dos dois centros de mídia impressa e de televisão para a Avenida Francisco Bicalho. A proposta inclui ainda a mudança de local das provas de boxe, levantamento de peso, tênis de mesa e badminton. Originalmente previstas para acontecer no Riocentro, elas seriam realizadas em galpões do Porto ou até mesmo da Cidade do Samba, que seriam adaptadas para receber as instalações temporárias das modalidades.



COMO FICARIA A AVENIDA FRANCISCO BICALHO



A CIDADE do Samba (ao fundo) poderá abrigar parte das instalações dos Jogos

Segundo o prefeito Eduardo Paes, o projeto já recebeu avaliações positivas dos governos estadual e federal e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Ele será apresentado ao COI durante a visita trimestral dos membros da comissão de avaliação dos Jogos. Com as mudanças, o poder público visa avançar não apenas a Francisco Bicalho, mas a revitalização de toda a Zona Portuária, já em andamento com as obras do Porto Maravilha. A expectativa é que se crie uma onda de impacto positiva para negócios e novas montanhas nas Áreas de Planejamento de Centro e Zona Norte (APs 1 e 3).

— Já vihámos falando em transferir algumas instalações olímpicas para o Porto. Mas, há três meses, começamos a formalizar a proposta. Sob todos os aspectos, a ideia das modificações é favorável, porque estimula investimentos em habitação, comércio e em transportes de massa na área. A nossa expectativa de receptividade do COI é positiva — diz Paes. A secretária estadual de Turismo, Esporte e Lazer, Mircia Lins, defende as mudanças e acredita que a negociação com o COI será tranquila. — A revitalização do Porto talvez seja a maior transformação urbana que a cidade terá na próxima década. É o nosso projeto olímpico acompanhando isso só ganha ponto junto ao COI. A Francisco Bicalho será a porta de entrada da cidade, não apenas para as Olimpíadas, mas para a Copa.

De acordo com Felipe Góes, a transferência para o Porto se alinha ao desejo do poder público de fortalecer a vocação da área como polo de atração de empresas e de construção de novas unidades habitacionais e comerciais. Depois dos Jogos, os centros de mídia seriam transformados em centro de convenções, hotel e shopping center. Já a Vila de Mídia seria convertida em apartamentos.

— A lógica é construir residências e empresas no Centro, reduzindo custos de transporte e melhorando o meio ambiente, com a redução dos deslocamentos urbanos e das emissões de gases — explica Felipe Góes. Os projetos executivos para esses equipamentos seriam escolhidos por concurso internacional de arquitetura. Para o presidente do IAB, arquiteto Sérgio Magalhães, as Olimpíadas são uma oportunidade única de atrair um volume grande de investimentos, e a entidade defende que esses recursos beneficiem o conjunto da cidade: — Queremos que as instalações tenham uma qualidade incontestável. O Porto tem espaço e gerará um legado positivo para o Rio.

■ MUDANÇA ALIMENTARÁ TEMPO DE ATLETAS NO TRANSITO, página 27

► O GLOBO NA INTERNET
Cada cidade, você prefere assinar a competição no Zico Fátima ou no Zico? globo.com/rio2016

Mercado da Barra pode ficar saturado

Um dos argumentos mais fortes que a prefeitura pretende usar com o Comitê Olímpico Internacional (COI) para justificar mudanças no planejamento dos Jogos é a saturação do mercado imobiliário da Barra até 2016. Um estudo encomendado pela prefeitura à Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademir) mostra que a concentração de investimentos na Barra tornaria inviável a comercialização das unidades residenciais, sobretudo da Vila de Mídia, após a competição. Segundo o estudo, a Barra teria um mercado residual (de unidades com construção já prevista ou em andamento) de 5.224 unidades entre 2013 e 2016. Esse mercado teria que arcar com a comercialização de outras 3.700 unidades residenciais relativas à Vila Olímpica, uma vez que, por definição de candidatura, esta não poderia mudar de lugar. Prevista para ter nove mil unidades residenciais, a Vila de Mídia seria inviável economicamente.

— O estudo faz um comparativo de ablação do mercado no Rio, projetando para 2016. Quanto as classes A, B e C vão compensar de unidades nesse período. Na cidade, a projeção aponta para a venda de 7 mil unidades por ano, chegando a dez mil em 2016. A Barra representa 1.600 a 2.000 unidades por ano desse mercado. A Vila Olímpica já ultrapassa a demanda. Construir a Vila de Mídia também já seria impraticável — afirma o secretário Felipe Góes.

De acordo com o presidente da Ademir, Rogério Chor, nos últimos quatro anos, a Barra foi responsável pela venda média de 25% dos lançamentos da cidade. Como as instalações olímpicas, que serão depois convertidas em apartamentos, têm que ficar prontas praticamente ao mesmo tempo, os lançamentos das obras teriam que ser feitos no primeiro semestre de 2013, prazo considerado curto para que o mercado absorva as vendas.

— Contabilizando um mercado residual de duas mil unidades por ano, mais as 3.700 unidades da Vila Olímpica e as 9 mil da Vila de Mídia, em 2013 o mercado imobiliário da Barra seria inundado por quase 15 mil unidades para venda. Essa quantidade equivale a pouco mais de cinco anos de vendas da Barra da Tijuca. Um empreendimento, para ser viável e começar a sair do chão, tem que vender pelo menos 25% de suas unidades na planta. A Vila Olímpica já nos preocupa. A Vila de Mídia é impraticável — diz Chor.

(Figura 18)

As Vilas de Mídia e de Árbitros, por exemplo, após as Olimpíadas seriam convertidas em prédios residenciais, comerciais ou de escritórios. Vemos que a ideia de legado se estabelece como estratégia discursiva para “revitalizar” economicamente a região. A retranca “Mercado da Barra pode ficar saturado até 2016” indicava o

atendimento da prefeitura a interesses do mercado imobiliário. Estudos da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário (ADEMI) mostravam que havia muitos prédios prontos e em construção na Barra da Tijuca, o que tornaria difícil a comercialização das instalações convertidas em prédios residenciais.

O COI aceitou a proposta de Paes. Em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), a prefeitura realizou um concurso de projetos. O escritório de arquitetura vencedor recebeu R\$ 80 mil pela vitória do projeto Porto Olímpico, que consistia na construção das Vilas de Mídia e de Árbitros, centro de convenções, equipamentos olímpicos temporários e um hotel.

O condomínio de prédios que abrigaria a mídia não credenciada (jornalistas que acompanham o dia a dia da cidade, não as competições) e os árbitros recebeu o nome de Porto Vida Residencial. Lançado em 2013 pelo grupo Porto 2016 Empreendimentos Imobiliários, formado pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, o primeiro condomínio residencial da zona portuária aparecia nos discursos como aquele que marcaria o retorno ao centro da cidade. A prioridade de compra era para servidores públicos municipais.

Além de estimular a “reocupação” do Centro da cidade por moradores da classe média, o discurso do legado também pretendia a formação de uma nova centralidade corporativa na zona portuária. Em 19/12/2012, a reportagem intitulada “*Trump atraca no Porto*” anunciava a zona portuária como “a porta de entrada de negócios do bilionário Donald Trump no Brasil”. Uma grande foto apresenta uma simulação das torres na avenida Francisco Bicalho. A *figura 19* reproduz a matéria analisada.

NOVOS INVESTIMENTOS

Trump atraca no Porto

Grupo anuncia construção de torres com gabarito de 50 andares na Av. Francisco Bicalho

Luiz Ernesto Magalhães
luzmag@globo.com.br

A Zona Portuária do Rio será a porta de entrada de negócios do bilionário americano Donald Trump no Brasil. Além de maná, o filho mais velho do executivo, Donald Trump Jr, anuncia uma parceria com investidores privados e a Caixa Econômica Federal para a construção de cinco torres comerciais, com 38 andares cada, na Avenida Francisco Bicalho. As duas primeiras Trump Towers começam a ser erguidas no segundo semestre de 2013, com previsão de conclusão até os Jogos Olímpicos de 2016. As outras três torres serão construídas conforme a demanda do mercado.

Totalmente esvaziadas, as torres operam o estilo arquitetônico que caracteriza o Grupo Trump. O valor do empreendimento, que será feito na forma onde seja fica o Clube dos Portuários, está estimado entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões. Segundo os sócios, esse será o maior investimento em escritórios corporativos em andamento no Brasil (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

— Trabalho muito sério no projeto. Para nós, investir no Rio de Janeiro e no Brasil será algo fantástico — disse o bilionário Donald Trump em mensagem grande apresentada em tela.

TORRES TERÃO 50 METROS DE ALTURA

O grupo Trump se associa às empresas M&P Internacional, Grupo Salamancas e Foco Construtora e Incorporadora. A Caixa entrou no negócio por ser gestora do Fundo Imobiliário do Porto Maravilha, que tem a exclusividade para vender os chamados Certificados de Potencial Construtivo (CPCs). As CPCs permitem aos investidores construir acima de gabaritos máximos determinados para a área. Nesse caso, a Caixa optou por emitir como sócia do empreendimento, em vez de vender os CPCs.

O terreno integra um grupo de imóveis que a prefeitura se comprometera a adquirir para que eles sirvam como lacunas da Zona Portuária. A área de 22 mil metros quadrados está sendo adquirida da Companhia Docas por R\$ 35,3 milhões, e revertida à Caixa pelo mesmo valor. Apesar de o projeto prever torres de 38 andares, a ideia é que os prédios tenham a altura máxima permitida pela legislação do Porto: 150 metros, o que, na prática, corresponde a 39 andares.

Casado, pai de quatro filhos, Donald Trump Jr contou que o grupo também está interessado em investir em torres hotéis de luxo do Rio e de São Paulo, segundo ele, escritórios da empresa estão no Rio atendendo o mercado. Ele não revelou se a marca Trump de hotéis poderia entrar no país com a compra de alguns empreendimentos já existentes ou com a construção de um imóvel novo.

A passagem de Trump Jr pelo Rio foi rápida. Ele chegou de manhã, em voz comercial, e seguiu direto para uma entrevista coletiva no Palácio da Cidade, em um momento. A tarde, almoçou com jornalistas no Hotel Copacabana Palace, onde ficou hospedado até o fim do dia, quando embarcou para Nova York.

— Nossos empreendimentos são uma refe-



Trump Towers. O grupo de cinco torres comerciais que Donald Trump Jr. pretende construir na Zona Portuária do Rio se deve terminar de construir prontas até 2016

ESPECIALISTAS DIVERGEM

IMPACTO DE PROJETO DIVIDE OPINIÕES

A proposta de construir no Porto Torres de vidro com gabarito elevado — características dos empreendimentos Trump — dividiu opiniões entre arquitetos. Para Fábio Brito, consultor contratado como assessor de Trump Jr, o projeto não é um símbolo de falta de consciência. A arquiteta Cláudia Gomes Rocha, no entanto, diz que o projeto brasileiro que desenvolve o projeto, acredita que existem muitos prédios modernos no Rio que são sustentáveis.

Segundo ela, além de cores e materiais modernos, as torres terão "branco-cinza". Os prédios arquitetônicos que exigem a utilização de vidro de

raios solares, reduzindo o calor. O arquiteto Augusto Iann, que participou dos primeiros estudos de revitalização da Zona Portuária, destaca que, na Avenida Francisco Bicalho, não existem muitos arquitetônicos que possam sofrer arquitetura visual com as torres. Carlos Fernando de Azevedo, ex-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), destaca que o principal questionamento é o gabarito elevado, mas que seria a área total e a quantidade de torres em questão. No caso da Avenida Francisco Bicalho, os especialistas poderão construir até 222 mil metros quadrados (o equivalente a dez vezes a área total torres).

— Torres altas não são o problema. Mas acho um absurdo um projeto que pode ocupar uma área tão grande por causa do adensamento — avalia. Augusto Iann, por sua vez, observa que a área total edificável no Porto Maravilha é bem menor do que no centro de Copacabana, o que não costuma ser levado em conta. O prédio construído até 15 vezes a área de 160 mil metros quadrados, respectivamente em relação à área total disponível para o projeto.

afetará em qualidade. Em muitos casos, ajuda a valorizar os imóveis. Quando recentemente lançamos um hotel no Panamá, todo o entorno se valorizou cerca de 20%. É o mercado brasileiro é diferente por ser afetado de áreas e também pelos custos dos projetos — disse Trump Jr.

O prefeito Eduardo Paes destacou que a entrada do Grupo Trump vai trazer uma cascata de escritórios comerciais no Centro.

— Além disso, a marca Trump demonstra uma confiança fantástica dos empresários no Rio. Com o Porto Maravilha, a cidade reverteu a lógica de abandonar áreas degradadas e construí-las e se expandir territorialmente.

O terreno escolhido para o empreendimento abriga desde 1992 a quadra de esportes da Unidos da Tijuca, campo de futebol católico. O presidente da escola, Fernando Hosta, disse que ainda não foi informado sobre a venda. Segundo ele, a Tijuca tem um contrato de aluguel com a Companhia Docas e estava interessada em comprar parte da área. Hosta afirmou ainda que tentará conversar com o prefeito Eduardo Paes para que a escola continue a estudar na Zona Portuária. Ele acrescentou que, nos últimos anos, a Tijuca investiu R\$ 5 milhões na área. ■

(Figura 19)

As *Trump Towers Rio*, cinco torres de 38 andares cada, das quais duas ficariam prontas até 2016, e as demais seriam construídas conforme a demanda do mercado, são representadas como “âncoras” para investimentos estrangeiros. Donald Trump declara que “investir no Rio de Janeiro e no Brasil será algo fantástico”, e Eduardo Paes afirma que “a marca Trump demonstra uma confiança fantástica dos empresários no Rio. Com o Porto Maravilha, a cidade reverteu a lógica de abandonar áreas degradadas e continuar a se expandir territorialmente” (*O Globo*, 19/12/2012, p. 16).

Em “*A nova âncora do Porto*”, de 2/5/2010 (figura 18), notamos um primeiro movimento de memória: o gesto de atualização reforça a zona portuária como espaço vazio, degradado, e a importância de tornar a “revitalização” “oficialmente” um legado olímpico para acelerar a viabilização do Porto Maravilha. Na seleção que o jornal faz do

passado da zona portuária está presente o projeto de futuro. Como o Porto Olímpico também visava acelerar a formação de uma nova centralidade corporativa, com a construção de megaedifícios que se tornariam sedes de grandes empresas, especialmente transnacionais, as reportagens que abordavam as *Trump Towers Rio* contribuía para a valorização mercadológica e simbólica do Porto Maravilha.

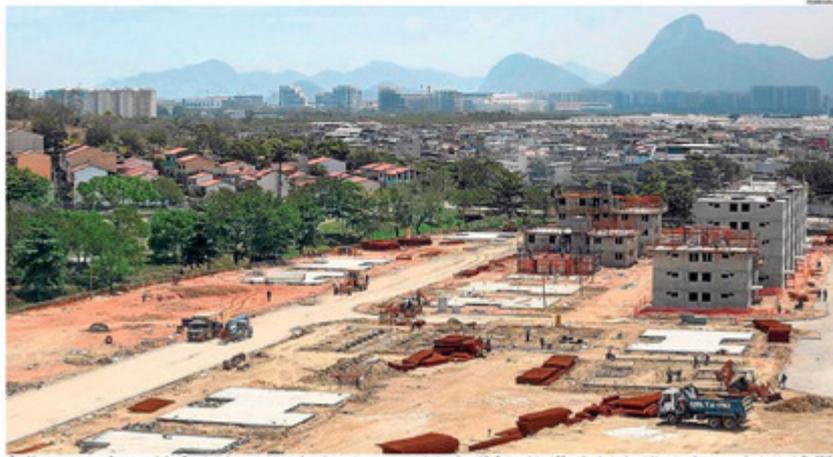
O Porto Olímpico não se materializou. No início de 2014, o prefeito Eduardo Paes decidiu transferir as Vilas de Mídia e de Árbitros para Jacarepaguá, zona oeste do Rio. O argumento de Paes para a mudança era a economia de cerca de R\$ 70 milhões para o Comitê Organizador Rio 2016, visto que a entidade teria de pagar uma espécie de aluguel ao consórcio construtor pela ocupação do Porto Vida, por quase um ano.

Em 24/11/2014, a reportagem “*Do Porto ao Anil*” abordava a transferência das vilas de acomodações do Jogos Olímpicos, prevista na zona portuária, para conjuntos do Minha Casa Minha Vida, em Jacarepaguá. Não seria necessário pagar taxa de ocupação neste condomínio porque ele já estava previsto pela prefeitura para receber moradores removidos de áreas de risco e de locais por onde obras de infraestrutura urbana passaram. Uma grande foto mostra as obras no terreno do bairro do Anil. Na foto menor, um prédio do Porto Vida Residencial com a obra paralisada. A *figura 20* reproduz a matéria analisada.

RUMO A 2016

Do Porto para o Anil

Prefeitura transfere vila de acomodações dos Jogos para conjunto do Minha Casa Minha Vida



Corridoio contra o tempo. O terreno no Anil, na Estrada de Jacarepaguá, já transformado num gigantesco canteiro de obras, aguarda 66 prédios destinados a atletas, jornalistas e outros funcionários da Rio 2016.

BARBARA BUONINCONTI
buenincontib@globo.com.br

A vila de acomodações das Olimpíadas de 2016, prevista para ser construída na Zona Portuária, atravessa a cidade e está sendo esgadia pela prefeitura a 25 quilômetros de distância no bairro do Anil, na Bandeira de Jacarepaguá. Barrada de Vila Carioca, o empreendimento terá 66 prédios de cinco andares, num total de 1.320 unidades habitacionais, de 45 metros quadrados cada. Com 2.048 quartos, é a maior das cinco vilas que serão usadas durante os Jogos. No total, os cinco conjuntos terão 8.214 quartos, destinados aos atletas, jornalistas e à força de trabalho da Rio 2016.

Os prédios estão sendo construídos dentro do programa Minha Casa Minha Vida, num terreno de 43 mil metros quadrados na Estrada do Engenho d'Água, desapropriado pela prefeitura por R\$ 13 milhões. Na área, funcionava parte de um antigo centro de distribuição de bebidas. Após os Jogos, os apartamentos serão destinados a moradores retirados de áreas de risco e de locais onde obras públicas de infraestrutura exigiram remoções. No Anil, a obra segue em ritmo acelerado: quatro apartamentos são montados diariamente. Enquanto isso, no Santa Cruz, o projeto Porto Vida Residencial conta no sexto mês de obra já. Barrada do projeto olímpico, ele segue sem data para ser retomado, transformado numa esplanada de concreto. Se no terreno no Anil, o entona e sai de caméras e fômites. Cerca de 200 operários trabalham no local, a maioria que segue 430 em janeiro, quando deverá começar o pico da obra, com oito apartamentos montados por dia. O objetivo é que os prédios, que deverão custar R\$ 90 milhões, sejam prontos em novembro de 2013, para serem entregues ao comitê organizador dos Jogos. Na semana passada, três deles estavam com as estruturas prontas para receber os telhados e acabamentos internos. Um quarto bloco estava no terceiro pavimento.

A mesma área é delimitada pela Estrada



Esplaneta. Um dos prédios do projeto Porto Vida Residencial obras interrompidas

Números

66 Prédios

Um de cada seis residências de Vila Carioca, empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida, no Anil.

1.320 Unidades

Um de cada seis apartamentos que o conjunto terá. Já, serão hospedados jornalistas, atletas e outros profissionais que virão para os Jogos.

R\$ 90 milhões

Valor estimado da obra, prevista para ficar pronta em novembro de 2013. A prefeitura reformará por R\$ 15 milhões, por termo, onde ocorrerá a obra.

— O terreno já estava desapropriado. A área escolhida está degradada e precisa de investimentos. Ao levar a vila para lá, isso obriga o município a fazer investimentos em acessos, por exemplo. A ideia é fazer melhorias para uma área da cidade que não está servida. O Porto já está esgotado no habitacionalmente. Não precisa mais de indutor governamental para deslanchar — afirma Paes.

Em 2008, interveio em levar para o Porto um empreendimento que acabou pela empreitada, a associação novos empreendimentos para a região. Paes construiu a Central Olímpica Internacional e a Associação a construção de parte das vilas de acomodação num terreno conhecido como Praia Formosa, atrás da Rodoviária Nova Rio. Barrada inicialmente de Porto Olímpico, o residencial foi alvo de um contrato de projeto, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). O projeto envolvia cerca de 100 prédios, com 1.300 apartamentos. Um dos edifícios teria 40 andares e seria o residencial mais alto do Rio. Ele não foi construído, por ser o terreno de sua associação, que ainda não tem data para entrar em obra, que passou por negociação financeira.

— Lá atrás, quando decidimos levar a vila para o Porto, ainda não tínhamos validado a operação urbana consorciada que está permitindo a revitalização. A gente procurava de indutores, de projetos catalisadores. Mas hoje o Porto não precisa mais desse ativismo estatal. Contrate no Anil tem mais impacto em termos de legado para a cidade. Já nos outros que uma construtora quer erguer um shopping ao lado da vila no Anil — afirma Paes.

Segundo o secretário municipal de Habitação, Pierre Barreto, embora o projeto da vila tenha sofrido modificação, o cronograma de entrega do conjunto anil é em 2013 será mantido. Paes admitiu que o serviço, que começou em agosto passado, está sendo ligeiramente acelerado para caber no prazo olímpico.

— Está tudo dentro do cronograma. A obra será feita em 14 meses. Normalmente, um conjunto habitacional desse tamanho fica pronto em 18 ou 20 meses. Mas o Parque Carioca, por exemplo, na Estrada dos Bandeirantes, que envolve o terreno da Vila Bandeira, entregamos em 12 meses.

Enquanto as melhorias se habitam no terreno do terreno do Anil continuam no plano das obras — segundo a Secretaria Municipal de Obras, as intervenções estão sendo planejadas — na área da obra, a Barreira começou a erguer uma cerca, uma escola e uma Clínica da Família. As unidades residenciais terão capacidade para 1.180 pessoas. A previsão é que os equipamentos públicos estejam prontos em dezembro de 2013.

UNIDADES OPERACIONAIS POR R\$ 300 MIL

Das cinco vilas de acomodação que já estavam previstas, três são empreendimentos de alto padrão, com 4.400 apartamentos de 51 a 127 metros quadrados e clubes de serviços. Ele está sendo construído pela Inábrica, no Camorim e no Portão, na Zona Oeste. Em páginas especializadas na construção de imóveis na internet, as unidades estão sendo vendidas a partir de R\$ 300 mil. A entrega dessas obras está estimada para dezembro de 2013. A quarta será a Vila Verde, com 1.224 quartos, construída para os Jogos Olímpicos de Milhões de 2011, dentro do Complexo Esportivo de Evadon.

Das cinco vilas, quatro serão usadas para abrigar parte dos 25 mil jornalistas credenciados, além dos atletas das competições, o staff da Rio 2016 e funcionários que trabalharão nas instalações olímpicas. Todas as vilas oferecerão serviços de limpeza, segurança e os valores de hospedagem segundo esse padrão. Enquanto a pressa da obra no Anil, no Santa Cruz a obra de construção está com 40% das estruturas concluídas. No Lago, os 300 dos quartos serão colocados à disposição do Comitê Rio 2016. ■

(Figura 20)

A reportagem descreve o terreno do bairro do Anil, a forma de acesso ao local e a precariedade do entorno: “[...] as ruas e avenidas que contornam a área da vila são estreitas e muito movimentadas. E o canal do Anil não é uma visão agradável. Ele exala forte odor de esgoto. O assoreamento e a poluição do canal são evidentes”. Eduardo Paes justifica sua decisão:

- O terreno já estava desapropriado. A área escolhida está degradada e precisa de investimentos. Ao levar a vila para lá, isso obriga o

município a fazer investimentos em acessos, por exemplo. A ideia é trazer melhorias para uma área da cidade que não está resolvida. O Porto já está resolvido urbanisticamente. [...] Lá atrás, quando decidimos levar a vila para o Porto, ainda não tínhamos viabilizado a operação urbana consorciada que está permitindo a revitalização. A gente precisava de indutores, de projetos catalisadores. Mas hoje, o Porto não precisa mais desse ativismo estatal. Construir no Anil tem mais impactos em termos de legado para a cidade. Já soubemos que uma construtora quer erguer um shopping ao lado da vila no Anil – acrescentou o prefeito. (*O Globo*, 24/11/2014, p. 7 – grifos nosso)

Na fala de Paes, os argumentos de degradação e legado, que anteriormente atenderam às demandas do Porto Maravilha, foram deslocados para justificar a escolha do novo local. Com o Porto Maravilha viabilizado pela parceria público-privada, o que era legado num primeiro momento: “revitalização”, prédios residenciais e corporativos, passa a ser a urbanização de outras áreas e o deslocamento da cidade. Observamos um segundo movimento de memória: se entre os anos 2010 e 2013 o discurso era que o futuro chegaria à zona portuária com as Olimpíadas, em 2014 o prefeito apaga a memória do Porto Olímpico, que ele mesmo ajudou a construir recentemente pelo discurso do legado, e a ressignifica em função de mais uma demanda do mercado imobiliário. O Anil fica em Jacarepaguá, bairro do Parque Olímpico, próximo a Barra da Tijuca, com potencial de valorização imobiliária pelas obras de urbanização e BRT's.

O prefeito admite que o Porto Olímpico foi um “ativismo estatal” para consolidar o Porto Maravilha. E alcançado tal objetivo, a estratégia tinha cumprido o seu papel. Além de deixar isso claro sem nenhum tipo de constrangimento, Paes não fala das obras do Porto Vida, interrompidas pouco depois da prefeitura anunciar que o Porto deixaria de ser olímpico. Apenas 25% das obras foram concluídas. O jornal *O Globo*, por sua vez, não questiona o cancelamento do Porto Olímpico e tampouco a utilização do argumento do legado como “álibi” da gestão urbana para viabilizar o projeto. Apesar da reportagem ocupar uma página inteira do jornal, a paralisação das obras do Porto Maravilha aparece de forma objetiva e simplificadora.

Enquanto a prensa dita o ritmo no Anil, no Santo Cristo a única movimentação de obra é ao lado do esqueleto do Porto Vida, no hotel Holiday Inn Porto Maravilha, com 594 quartos. Iniciada em janeiro, a construção está com 40% das estruturas concluídas. Nos Jogos, até 90% dos quartos serão colocados à disposição do Comitê Rio 2016. (*O Globo*, 24/11/2014, p. 7 – grifos nosso)

Sobre o “esqueleto do Porto Vida”, *O Globo* se limita a dizer que “a construtora

Odebrecht informou, por intermédio de sua assessoria, que ainda não tem data para retomar as obras, que passam por readequação financeira”. Esta informação é direcionadora de sentidos, uma vez que resume o “problema Porto Vida” ao consórcio de construtoras, silenciando que é a própria prefeitura que financia as obras do residencial.

A reportagem “*Fora da Olimpíada, obra na zona portuária do Rio está parada há oito meses*”, publicada pelo portal de notícias UOL⁵⁹ em 11/2/2015, aborda com mais complexidade a paralisação das obras do Porto Vida Residencial. Apesar de remeter ao mesmo fato, não constrói a mesma significação do *O Globo*.

Até o primeiro semestre do ano passado, quando o empreendimento privado ainda estava na rota de instalações dos Jogos Olímpicos de 2016, a Prefeitura do Rio propagava com frequência a ideia de que o Porto Vida representaria a "reocupação da zona portuária", um modelo a ser seguido para revitalizar a região de modo que não existissem apenas prédios comerciais. Era o "Porto Olímpico". [...] O que antes era objeto de propaganda, hoje é assunto sobre o qual a prefeitura não deseja comentar. Procurada pela reportagem do UOL, a assessoria do governo municipal informou que qualquer demanda sobre o Porto Vida Residencial deveria ser encaminhada para a assessoria do grupo de empreiteiras.

Na ocasião em que o projeto foi lançado, há dois anos, havia um discurso diferente. "Meu compromisso é o de garantir que a área seja ocupada com residenciais para todas as classes econômicas. O Porto Vida representa a reocupação da região portuária, lugar estratégico próximo ao centro, onde a população poderá morar perto do trabalho", afirmou o prefeito Eduardo Paes (PMDB) durante o evento de lançamento do empreendimento, em setembro de 2013.

Um acordo entre o governo municipal e as empreiteiras determinava que servidores do município teriam prioridade na compra de 75% dos apartamentos. Um cadastro foi realizado e quase 11 mil servidores demonstraram interesse, dos quais 180 assinaram um termo de reserva de aquisição de imóvel. Com a mudança de cronograma provocada pela transferência das instalações olímpicas, a prioridade para servidores só vai ser mantida caso seja de interesse das empreiteiras. (*UOL Notícias*, 11/2/2005 – grifos nosso)

Diferentemente do *O Globo*, o portal UOL não naturaliza a mudança de discurso da gestão urbana. Ao confrontar a fala de Paes em 2013, quando o Porto Vida Residencial era um “legado olímpico”, com o silêncio do prefeito em 2015, ressaltando que ele se recusa a comentar a paralisação das obras e pede que qualquer explicação seja cobrada ao grupo de empreiteiras, a matéria evidencia o Porto Olímpico como uma “manobra política”. Também se chama atenção para a prioridade de compra dos

⁵⁹ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/02/11/unico-projeto-residencial-do-porto-maravilha-rj-tem-obra-parada-ha-um-ano.htm> - acesso em 3/12/2015.

apartamentos dada anteriormente aos servidores públicos municipais, que agora só será mantida se for do interesse das empreiteiras.

Sobre os investimentos em construção de megaedifícios comerciais projetados para atrair grandes empresas para a zona portuária, *O Globo* publicou a reportagem “*De volta para o futuro*”, 11/10/2014. A *figura 21* reproduz a matéria analisada.

Há lugares no Rio que proporcionam verdadeiras viagens ao passado, como Santa Teresa. Mas um passeio pela zona portuária, uma das áreas mais antigas da cidade, é uma chance de ver um encontro entre passado e futuro. Andar por ali é como assistir a uma nova etapa da história do Rio ser desenhada. Sobre um terreno que abrigou trapiches e cais, pelo menos oito grandes empreendimentos privados, entre hotéis e prédios comerciais de arquitetura moderna e com predominância de vidros nas fachadas, estão com obras em andamento. [...] Apesar da velocidade dos anúncios para a região, o ritmo dos projetos ainda é lento. A culpa, afirmam empresários envolvidos com negócios da zona portuária, é da retração da economia no país. [...] Em três dias, em junho de 2013, foram vendidos os 450 quartos de um outro prédio que abrigará dois hotéis (das bandeiras Ibis e Novo Hotel) e as 330 salas de uma torre no complexo Porto Atlântico Leste [...] Somente um empreendimento residencial está saindo do papel: o Porto Vida, próximo a Rodoviária Novo Rio, que foi freado pela decisão do comitê organizador do Jogos de 2016 de tirar dali as Vilas de Mídia e de Árbitros das Olimpíadas. O projeto e o cronograma estão sendo revistos. [...] Com o metro quadrado para espaços comerciais avaliado em R\$ 15 mil (o mesmo valor de Botafogo, mas ainda abaixo dos melhores pontos do Centro, onde custa R\$ 20 mil), a zona portuária, apostam investidores, deve atrair principalmente empresas já instaladas na cidade. [...] Para Stefan Ivanov, CEO do consórcio que vai lançar as Trump Towers (ainda no papel), o Porto Maravilha ocupa um vácuo de espaços corporativos de alto padrão na cidade. (*O Globo*, 11/10/2014, p. 17 – grifos nosso)

A reportagem parece uma propaganda dos hotéis e dos prédios comerciais. O título aponta para um jogo de memória: a zona portuária deixou um passado de atraso e no presente já desfruta de um “futuro promissor”. No corpo da matéria, verificamos que a memória do atraso é apagada e ressignificada como oportunidade de negócios para empresas globalizadas que desejam atuar numa centralidade histórica da cidade.

De volta para o futuro

Quinze empreendimentos prometem mudar área do Porto, uma das mais antigas da cidade

EDIMILLA DE LIMA
edimilla.lima@globo.com.br

Há lugares no Rio que proporcionam verdadeiras viagens no passado, como Santa Teresa. Mas um passeio pela Zona Portuária, uma das áreas mais antigas da cidade, é uma chance de ver um encontro entre o passado e o futuro. Andar por ali é como assistir a uma nova etapa da história do Rio ser desenhada. Sobre um terreno que abrigou tapiches e cais, pelo menos oito grandes empreendimentos privados, entre hotéis e prédios comerciais de arquitetura moderna e com predominância de vidros nas fachadas, estão com obras em andamento. Essas intervenções fazem parte de um grupo de 15 projetos que, de acordo com o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF), já foram negociados para a região.

As mudanças na paisagem são cada vez mais claras. Porto da Rodoviária Novo Rio, numa rua nova e ainda sem nome, fica uma das obras que mais se destacam na Zona Portuária: uma torre de concreto de 32 andares que pode ser vista da Avenida Francisco Bicalho e do Viaduto do Gasômetro. Ela abrigará dois hotéis, o Holiday Inn e o Holiday Inn Express. O empreendimento da Odebrecht Realizações Imobiliárias contará com 504 quartos, que serão colocados à venda como unidades autônomas no próximo mês, numa operação que deverá envolver R\$ 300 milhões. A previsão de conclusão é 2016. Também em novembro, começará a funcionar o primeiro edifício privado do Porto Maravilha: o Port Corporate, que já está em processo de locação dos 22 andares e salas. A primeira empresa a ocupar o endereço, a partir do mês que vem, será a Tishman Speyer, responsável pelo projeto. A mesma corporação iniciou a construção, na Via Binária, de uma torre projetada pelo badalado arquiteto inglês Norman Foster, entre a cúpula de vidro do parlamento alemão. As obras estão em fase de fundação. A Tishman ainda tem um outro terreno na região, perto do Gasômetro, onde lançará mais um empreendimento.

MAIS 20 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO

Os maiores projetos da Zona Portuária são viabilizados por meio de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), arrematados em leilão pela CEF em 2011. A compra desses certificados (foram emitidos 6,4 milhões) permite a construção de prédios com maior gabarito, chegando a 150 metros de altura na Avenida Francisco Bicalho.

— Hoje, temos 15 negócios firmados para o Porto, que representam um terço de todas as Cepacs disponíveis no começo da operação. Esses projetos vão resultar na construção de 1,3 milhão de metros quadrados de área privada. E temos outros 20 empreendimentos em negociação, que vão consumir mais um terço do estoque total. O outro terço ainda está disponível — informa o gerente de fundos para o setor imobiliário da Caba, Vitor Hugo, explicando que o estoque total equivale a um potencial construtivo de 4,5 milhões de metros quadrados.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdur) mapeou 123 empreendimentos previstos, sendo 51 residenciais, 38 comerciais, oito culturais, sete hotelaria, seis institucionais e 13 de outras características. Há, nesse pacote, projetos em fase de aprovação e edifícios já em construção. Um dos maiores planos para a região, ainda em fase de aprovação, será a ocupação do terreno do Gasômetro, numa área de um milhão de metros quadrados que abrigará prédios residenciais e comerciais, shoppings e hotéis.

Apesar da velocidade dos anúncios para a região, o ritmo dos projetos ainda é lento. A culpa, afirmam empresários envolvidos com negócios na Zona Portuária, é da retração da economia do país. Presidente da Patrímóvil, Rubem Vasconcelos diz que o mercado imobiliário vendeu cerca de um ano com um total de vendas 30% menor que o registrado em 2013.



Nova torre no Porto
Hotel de 32 andares
Uma torre de concreto desponta na paisagem da Zona Portuária: na construção, funcionário dos hotéis da rede Holiday Inn, que ficaram prontos para os Jogos de 2016. Os 594 quartos serão postos à venda em novembro. À esquerda da obra, o esquiote do residencial Porto Vida



Primeiro edifício
Port Corporate

Com 22 andares e fachada em vidro, o edifício corporativo, em frente ao prédio do Porto, é a primeira obra de iniciativa privada a ficar pronta na área. O endereço abre as portas no próximo mês e a primeira empresa a ocupá-lo será a Tishman Speyer, que criou o projeto



Obras no início
Projeto com grife

Operários já trabalham nas escavações para a construção de uma das duas torres projetadas pelo arquiteto inglês Norman Foster. O edifício terá 21 andares e ficará entre a Via Binária e a Avenida Rodrigues Alves

Os investidores, ressalta ele, estão temporariamente parados, aguardando o fim do processo eleitoral. Até agora, apenas dois empreendimentos, da Odebrecht, estão comercializados. Em três dias, em junho de 2013, foram vendidos os 450 quartos de um outro prédio que abrigará dois hotéis (das bandeiras Rio e Novo Hotel) e os 330 salas de uma torre no complexo Porto Atlântico Leste, na Avenida Professor Pereira Reis. Os dois edifícios e um terceiro em construção no mesmo terreno ficaram prontos até o primeiro semestre de 2016. Daqui a dois meses, a Odebrecht começará as obras de mais três torres, que integrarão o Porto Atlântico Oeste.

Somente um empreendimento residencial está saindo do papel: o Porto Vida, próximo à Rodoviária Novo Rio, que foi freado pela decisão do comitê organizador dos Jogos de 2016 de tirar dali as vilas

de mídia e de atletas das Olimpíadas. O projeto e o cronograma estão sendo revistos. Rubem Vasconcelos afirma que o tio falado bom da Zona Portuária ocorrerá a partir de 2016, com as obras de infraestrutura e do VLT prontas. — Os projetos vão avançar a partir dos Olimpíadas. Com o palco pronto, ganhando uma velocidade maior do que a de hoje. A ocupação do Porto será um processo de dez a 15 anos. Com o metro quadrado para espaços comerciais avaliado em R\$ 15 mil (o mesmo valor de Botafogo, mas ainda abaixo dos melhores pontos do Centro, onde custa R\$ 20 mil), a Zona Portuária, apostam investidores, deve atrair principalmente empresas já instaladas na cidade. — O Porto não vai ser ocupado por novas empresas que vêm para o Rio, como se pensava lá atrás

Há uma demanda grande no Rio de empresas hoje instaladas em prédios antigos, com filas intermináveis nos elevadores, e que precisam se dividir em quatro ou cinco endereços — avalia Rodrigo Caldas, vice-presidente da construtora Concall, que iniciou o processo de aprovação de um empreendimento misto na Francisco Bicalho, com quatro torres. Para Stefan Ivanov, CEO do consórcio que vai lançar as Trump Towers (ainda no papel), o Porto Maravilha ocupa um vazio de espaços corporativos de alto padrão na cidade. — O espaço imobiliário classe AAA no Rio representa uma parte muito pequena do mercado: menos de 10%, sendo que o estoque corporativo está cada dia mais antigo e ultrapassado, com idade média de mais de 44 anos. Não há lugar mais lógico para esses novos empreendimentos do que o Porto. ■

(Figura 21)

Ao mesmo tempo em que se chama atenção para o ritmo lento dos projetos, por conta da “retração da economia do país”, ressalta-se o sucesso das vendas dos hotéis e do Porto Atlântico Leste. Com relação ao Porto Vida, informa-se que as obras estão paradas desde que o Porto deixou de ser olímpico, mas mais uma vez não se problematiza a questão do legado.

O lançamento das *Trump Towers* é tomado como uma novidade, na medida em

que não se comenta que tal lançamento foi anunciado em 2012, e que havia a promessa de duas das cinco torres serem erguidas até as Olimpíadas. Se os discursos no início da materialização do Porto Maravilha propagavam que os prédios comerciais seriam ocupados por empresas transnacionais ainda sem sedes na cidade, em 2014 a demanda passava a ser daquelas já instaladas no Rio. Segundo o jornal, são empresas que estão fragmentadas pela carência de amplos espaços, e esses espaços estão na zona portuária.

Os discursos do *O Globo* e da gestão urbana dão a ver o Porto Maravilha como uma promessa de futuro ao mesmo tempo em que agencia um passado. O movimento da memória na fala do legado, identificado de 2010 para 2014, não é da mesma natureza de um acionamento de memória; é uma reorganização da especulação imobiliária. A lógica contemporânea da cidade global, da parceria público-privada, atua com o valor especulativo, como na dinâmica de negociação da bolsa de valores. O quanto a cidade tem de riqueza interessa menos do que a expectativa simbólica que se constrói sobre a riqueza que a cidade pode gerar. Expectativa mesma que não precisa ter lastro com o real, posto que é uma promessa.

Este movimento de memória reconfigura o que é o legado e o que a zona portuária vale (ou precisa valer) para valorizar os CEPACs (“ações”) do Porto Maravilha. A reconstrução da memória nos discursos indica reordenamentos de valor, lógica do privado, e não do público. No caso do jornalismo do *O Globo*, a ressignificação da memória pela via dos silenciamentos valoriza as “ações” do projeto. Se Paes afirma que o Porto Olímpico foi um “ativismo estatal”, o jornal desponta como ator importante deste “ativismo” na medida em que reverbera o discurso oficial.

Esta nova mediação entre o público e o privado nos remete ao olhar de Muniz Sodré (2014) sobre o “certo ponto” em que se encontra atualmente o campo comunicacional. Para o autor, os signos, os discursos e os dispositivos técnicos apontam para um “um novo ecossistema existencial” (SODRÉ, 2014, p. 14). Apesar dos meios de comunicação já mostrarem sua face comercial no início século XX, o autor adverte que a ascensão do neoliberalismo após os anos de 1970, que tem entre suas principais dinâmicas o encolhimento do Estado e a desregulamentação do mercado, tornou o capitalismo financeiro e a comunicação um par indissolúvel, visto que “o capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático, as duas faces da mesma moeda chamada sociedade avançada [...]” (SODRÉ, 2014, p. 55).

Sodré afirma que “capitalismo financeiro” ou “financeirização” pode ser

entendido pela categoria de “capital fictício” em Marx. O “capital produtivo” é aquele que gera riquezas tangíveis, movimentando a cadeia produtiva e o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, enquanto o “capital financeiro” consiste na troca (não produtiva) à base de títulos de créditos, apontando para um capital de empréstimo que se amplia com uma parte do lucro obtido pela fração produtiva. Esta é a categoria de capital chamada por Marx de “fictício”, pois é uma ficção, uma imagem de um capital não realizado.

Numa modelagem lógico-econômica, Sodré explica que essa argumentação faz sentido, porque dá a ver uma “disfuncionalidade” do sistema capitalista, mas o aprofundamento desse fenômeno, no entanto, inclui outras dimensões que não somente as econômicas, revelando algo além do “fictício” que concorre para um novo modo de existência humana e um novo modo de ser da riqueza: a “financeirização”.

Ficcionalizando o virtualizando o real em função da atualidade histórica do capital, o par comunicação/informação contribui, portanto, para ‘naturalizar’ o mercado financeiro como base da aceleração do desenvolvimento econômico e como fonte da ideologia capitalista do bem-estar humano na atual etapa da penetração da lei estrutural do valor (o capital) em todos os espaços existentes dos indivíduos. E assim representa um aspecto da luta de classes em que a modernização neoliberal acarreta o desmantelamento do Estado de bem-estar social e da tradicional organização de forças produtivas em favor da precarização do trabalho, com vistas ao aumento de rendimento do capital fictício. (SODRÉ, 2014, p. 56 e 57)

Os valores de compra de salas, de andares inteiros e dos apartamentos do Porto Vida Residencial ficaram tão altos que afugentaram empresas e moradores. Mas o “fracasso” das iniciativas propostas nestes primeiros anos do Porto Maravilha é silenciado e justificado pela atual crise econômica no país e pelo argumento de que quando ficar pronta a infraestrutura de serviços – escolas, supermercados e shopping – e o sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), a zona portuária será ocupada pelas classes média e média alta.

Desta forma, silenciar não se restringe a calar, mas a fazer calar. É nessa “sociedade” entre o jornalismo, renegando seu lugar de contestador, e a política neoliberal materializada nas parcerias público-privadas, que a tônica da cidade-empresa encontra sua sustentação. O silêncio não apenas como “não-presença”, mas como um falar de determinada forma, redefinida. Silenciar é impedir pela linguagem que novas formas discursivas e percepções de mundo aflorem para disputar o sentido. Silenciar, então, não é

apenas não dizer, mas tirar a ênfase de outros aspectos.

Em Boaventura de Sousa Santos, podemos pensar essa questão da seguinte forma: “A hegemonia é uma tentativa de criar consenso baseado na ideia de que o que ela produz é bom para todos. Mas houve uma mudança nessa hegemonia, e hoje o que existe deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa” (2007, p. 55). Um silêncio que se traduz em dizer uma coisa para não dizer outra, na qual a estratégia da cidade-empresa vai ser negociada discursivamente no jornal.

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção de sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região dos sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer. (ORLANDI, 1997, p.73)

O silêncio, que atravessa as palavras ditas nas muitas matérias do recorte deste trabalho, indica que o sentido sempre pode ser outro daquele que se formula nas palavras textuais das matérias jornalísticas. Chegamos ao “ano olímpico”. As obras do Porto Vida Residencial continuam paradas, as *Trump Towers Rio* não saíram do papel. Nesse sentido, quando se trata do retorno ao Centro da cidade de uma classe social abastada e de grandes empresas, o Porto Maravilha ainda é uma promessa.

Como vimos nas reportagens analisadas até este momento, ao mesmo tempo em que a construção discursiva do Porto Maravilha aciona a memória coletiva da degradação da zona portuária para legitimar o projeto, também é recorrente neste processo de legitimação o acionamento da memória do seu passado histórico como condição de conferir valorização simbólica ao espaço, especialmente pela “recuperação” do patrimônio arquitetônico e construção de museus “espetaculares”. Esta prática discursiva visa estimular a reocupação do centro pelo “tipo certo” de moradores e corporações.

4.2 Zona portuária: lugar de memória, musealização e espetáculo cultural

A primeira fase do Porto Maravilha começou em 2010, compreendendo a área que se estende da Praça Mauá à rua Barão de Tefé, e o Morro da Conceição. Em 2011, a

revista *Porto Maravilha* publicou um editorial assinado pelo prefeito Eduardo Paes - “*Encontro de memória, história, ousadia e orgulho*”⁶⁰ – que aponta para o “resgate” do patrimônio histórico-cultural da zona portuária.

[...] Outra notícia que temos de comemorar é o início da construção do prédio do Museu do Amanhã, ícone da reurbanização [...] Além disso, ainda temos que celebrar a modelagem financeira adotada para viabilizar a construção deste museu de grandes proporções e de um tremendo impacto para a cidade. A inclusão da obra na Parceria Público-Privada (PPP) da Operação Urbana Porto Maravilha permitiu uma economia imensa para a Prefeitura do Rio. [...] O Porto tem história, a história do nascimento da cidade. Guarda a nossa memória. Ela precisa e será resgatada. Acabamos de criar o circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, [...] É na região do Porto Maravilha, uma das mais interessantes desta cidade, que história, memória, beleza, ousadia, planejamento e um tremendo orgulho se encontram. (Revista *Porto Maravilha*, dezembro, 2011, nº6, p.2 – grifos nosso)

O editorial atribui singularidade a obras e eventos na zona portuária. Entretanto, são ações replicadas por inúmeras cidades, visto que fazem parte do receituário competitivo do mercado global. Se a globalização instaurou uma acirrada competição interurbana que faz com que as cidades disputem beleza, cultura, mobilidade urbana, centros financeiros, consumo e entretenimento, a gestão urbana do Rio se insere nesta lógica para construir e “vender” uma imagem de marca da cidade. Observamos que parte importante dessa construção se imprime na valorização da parceria público-privada que, segundo Paes, deve ser “celebrada” como a “modelagem financeira” que viabiliza o “resgate” de uma região que “guarda a nossa memória”. Uma outra parte dessa estratégia fixa na memória esse lugar do Rio de Janeiro que se renova.

A história das reurbanizações do começo do século XX no Rio, que vimos no primeiro capítulo, contribui para a compreensão, por exemplo, das atuais divisões socioespaciais da cidade, uma vez que realidades mercantis determinavam a distribuição populacional, o que justificava, assim como agora, remoções como parte de um projeto “para um bem maior”⁶¹ de cidade modelo. As remoções do século passado com Pereira Passos e Carlos Sampaio se justificavam na concretização do sonho carioca de ser a “Paris dos trópicos”. São escolhas pautadas nas representações da realidade; melhor

⁶⁰ Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/b_p_6.pdf - acesso em 23/8/2015.

⁶¹ Vale destacar a edição do *O Globo* sobre o Parque Madureira em 29/10/2013. Nela, há um texto assinado pelo prefeito Eduardo Paes intitulado “Transtorno para uns, benefícios para a maioria”, no qual Paes defende as desapropriações como a única alternativa viável: “Não dá para fazer investimentos em mobilidade urbana sem desapropriações, especialmente em antigos bairros onde as ruas são estreitas e há um adensamento dos espaços”.

dizendo: em critérios não só das propriedades ditas objetivas (territoriais), mas também das ditas subjetivas (econômicas e sociais) que irão contribuir inevitavelmente para a realidade das divisões. E a realidade das divisões que terminam nos indivíduos e nas disputas deles por posições no mundo/na cidade esbarra nas posições que já ocupam nas esferas sociais e representativas.

Para Harvey (1992), a competição deveria impulsionar os governos locais à produção de espaços diferenciados que se contrapusessem à homogeneidade internacional, mas no momento em que ela permite às cidades acumular capital, o que se produz são espaços quase idênticos àqueles considerados “casos de sucesso”. Para que o quase igual se revista da aparência de diferencial do Rio, na competição por empreendedores estrangeiros, moradores e turistas, a gestão urbana se esforça “para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de lugar e de tradição que aja como atrativo tanto para o capital como para pessoas ‘do tipo certo’ (isto é, abastadas e fluentes)” (HARVEY, 1992, p.266).

O jornal *O Globo* veicula inúmeras matérias que valorizam simbolicamente o passado histórico da zona portuária. Como aponta Harvey (1992), a história e a tradição locais passam a ser capitais simbólicos que se convertem em mercadoria na medida em que se transformam em marcos de distinção de espaços “revitalizados”. Na disputa pelos sentidos de uma imagem distintiva de lugar, os discursos do Porto Maravilha, a exemplo de “cidades-modelo” abordadas anteriormente, usa a conservação patrimonial, a construção de novos museus e eventos culturais como uma das principais (senão a principal) estratégias para legitimar a “revitalização” que, por conseguinte, legitima a participação do capital privado na produção desse espaço.

4.2.1 Memórias em disputa na “descoberta” do Cais do Valongo

Em 2/3/2011, *O Globo* publicou a matéria intitulada “*Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha*”, divulgando que durante as obras de drenagem da Avenida Barão de Tefé foram “descobertos” o Cais da Imperatriz e o Cais do Valongo. A *figura 22* reproduz a matéria analisada.

Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha

Escavações de obra de drenagem da Zona Portuária encontram restos dos cais da Imperatriz e do Valongo

Rogério Daffon

• Das escavações do Projeto Porto Maravilha na Avenida Barão de Tefé, na Região Portuária, surgiu um tesouro arqueológico. Trata-se do Cais da Imperatriz e do Cais do Valongo, ambos do século XIX. A descoberta empolgou o prefeito Eduardo Paes, que, no último sábado, foi acompanhar as obras de drenagem e se deparou com a novidade.

— Fui lá no sábado vistoriar as obras e, quando vi aquilo, fiquei absolutamente chocado. Vou fazer uma praça como em Roma. Ali estão as nossas ruínas romanas.

A praça a que se refere Paes deverá ser feita entre o Hotel Barão de Tefé e o Hospital dos Servidores do Estado, ao longo e no entorno da Avenida Barão de Tefé.

O Cais da Imperatriz data da

década de 1840. Foi feito sobre o Cais do Valongo, numa grande reforma com o intuito de receber a futura imperatriz Teresa Cristina, que se casaria com Dom Pedro II. O projeto foi realizado à época pelo paisagista Grandjean de Montigny.

Ponto de chegada de escravos ao Brasil

O Cais do Valongo, também do século XIX, foi o lugar onde aportaram mais um milhão de escravos. O prefeito afirmou que, além da praça, haverá um centro de referência.

— Vou fazer um concurso público para isso. Será algo mais bonito e simbólico do que a estátua de Zumbi na Avenida Presidente Vargas — ressaltou Paes, afirmando que fará também um museu para os objetos encontrados nos dois antigos ancoradouros. O museu, informou o prefeito,

será na Casa da Guarda e no Jardim do Valongo, no Morro da Conceição, na Zona Portuária. O prefeito, contudo, terá de contar com a aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Rio, cujo superintendente, Carlos Fernando Andrade, se reunirá com Paes na próxima sexta-feira para acertar detalhes.

— Se houver mais descobertas, pode haver modificações do desenho urbano naquela área — disse Carlos Fernando, que é simpático à ideia da praça à moda Roma.

Com a empreiteira que toca a obra, arqueólogos do Museu Nacional acompanhavam cada escavação, a fim de encontrar os dois portos do século XIX.

Tanto o Cais da Imperatriz como o Cais do Valongo deram lugar ao aterro feito pelo prefeito Pereira Passos no primeira década do Século XX. ■



PISO DO antigo cais sob a Avenida Barão de Tefé: prefeitura quer construir uma praça em torno das ruínas

(Figura 22)

Das escavações do projeto Porto Maravilha na Avenida Barão de Tefé, na Região Portuária, surgiu um tesouro arqueológico. Trata-se do Cais da Imperatriz e do Cais do Valongo, ambos do século XIX. A descoberta empolgou o prefeito Eduardo Paes, que, no último sábado, foi acompanhar as obras de drenagem e se deparou com a novidade. - Fui lá no sábado vistoriar as obras e, quando vi aquilo, fiquei absolutamente chocado. Vou fazer uma praça como em Roma. Ali estão as nossas ruínas romanas. (*O Globo*, 2/3/2011, p. 22 – grifos nosso)

Da localização do Cais do Valongo emergem lutas simbólicas para a construção de novos significados sobre a região portuária, especialmente pela valorização de um legado afrodescendente apropriado por diferentes atores com interesses distintos. Para entendermos o simbolismo que evolui o Cais do Valongo e as disputas pela sua memória, estabelecidas a partir da “descoberta” pelas obras do Porto Maravilha, se faz necessário um parêntese histórico.

Antes, porém, vale uma tangente para a associação discursiva com a história da cidade. Uma relação discursiva do título “*Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha*” traz à memória o desmanche do Morro do Castelo para a construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), no começo do século XX. É como jornalista do *Correio da Manhã* que o escritor Lima Barreto mistura jornalismo e literatura na sua cobertura sobre o desmonte do morro em 1905. Foi na gestão de Pereira

Passos que o “Rio de Janeiro do futuro” traçava suas primeiras linhas. Durante as obras de construção da Avenida Central um dos operários encontrou a entrada de uma galeria no Morro do Castelo. Nascia daí o primeiro folhetim de Lima Barreto: “*Os subterrâneos do Morro do Castelo*”.

Mais uma galeria subterrânea foi descoberta ontem no morro do Castelo. Decididamente a velha mole geológica, esventrada pela picareta do operário descrente, despe o mistério que a envolvia e escancara o seu bojo oco e cobijado à pesquisa dos curiosos.

Já ninguém contesta que o morro lendário, célula matriz de Sebastianópolis, encerra nas arcas de seus poços interiores, atulhados pela ca de três séculos e meio, um alto, um elevado tesouro... bibliográfico, pelo menos.

Em toda a parte do morro, onde a picareta fere mais fundo, responde um eco grave no interior, eco que vai de galeria em galeria quebrar-se nas vastas abóbodas onde repousam os doze apóstolos de ouro.

Mais um mês, mais 8 dias, quem sabe, e o Santo Inácio de Loiola, há trezentos anos afundando na tenebrosa escuridão do cárcere calafetado, emergirá à luz dos nossos dias, todo refulgente nos doirados de sua massa fulva. Há por força dentro do morro do Castelo uma riqueza fabulosa deixada pelos discípulos de Loiola na sua precipitada fuga sob o açoite de Pombal. Tanto metal precioso em barra, em pó, em estátuas e objetos do culto, não podia passar despercebido à arguta polícia do ministro incrêdo e atilado. Na sua mudez de catacumbas seculares, os subterrâneos do Castelo bem serviriam para guardar os tesouros da Ordem mais rica do mundo e ainda os guardam certamente.

Mas agora chegou o tempo de quebrar o segredo de sua riqueza e ser espoliado de seu olímpico depósito. O homem já não se contenta em querer escalar o céu, quer também descer ao coração da terra e não poderá o morro do Castelo embaraçar-lhe a ação. Há de rasgar-se, há de mostrar o labirinto de suas acidentadas galerias e há de espirrar para fora os milhões que vêm pulverizando numa digestão secular.

Um dia destes foi num dos flancos que se abriu a boca silenciosa de um corredor escuro que os homens interrogam entre curiosos e assustados; hoje é a própria cripta do morro que se parte como a querer bradar para o céu o seu protesto contra a irreverência e avidez dos homens!

Mas os operários prosseguem cada vez mais porfiados em ver quem primeiro colhe o prazer ultra-marinho de descobrir o moderno Eldorado. Foi ontem; uma turma explorava o dorso imoto do morro; súbito a ponta da picareta de um operário bate num vazão e some-se....

A boca negra de um outro subterrâneo escancarava-se.

Pensam uns que é a entrada, artemidamente disfarçada, de uma outra galeria, opinam outros que é simples ventilador dos corredores ocultos.

Seja o que for, porém, a coisa é verdadeira, lá está a 8 metros abaixo do solo emparedada a tijolo velho. Trouxemos uma terça parte de um dos tijolos para nosso escritório onde quem quiser a pode examinar. (*Correio da Manhã*, 3/5/1905).

Retomando o parêntese histórico sobre o Cais do Valongo, segundo o historiador Cláudio de Paula Honorato (2008), até 1880 o atual bairro da Saúde, na zona portuária, era conhecido como bairro do Valongo, então localizado numa região de praias considerada periferia da cidade. A região se desenvolveu sob a necessidade de expansão das atividades portuárias. Na década de 1770, a área tornou-se o ponto central dos “escravos novos”, assim chamados os negros trazidos diretamente da África que chegavam ao Rio de Janeiro.

O comércio de escravos era feito no centro da cidade, mas foi transferido para a região do Valongo para minimizar conflitos entre agentes do tráfico, comerciantes negreiros e compradores. Outro aspecto determinante da transferência foi o controle sanitário, pois acreditava-se que os negros doentes ameaçavam a saúde dos moradores da cidade. O Cais do Valongo foi construído em 1811, passando a receber os “pretos novos” reembarcados após desembarque na Alfândega, posto em frente à atual rua da Alfândega (daí o nome atribuído à rua) para registro e pagamento dos impostos devidos.

A partir do século XVIII, o Rio de Janeiro tornou-se o maior importador de mão de obra africana das Américas e grande centro distribuidor de todo o Brasil [...] Foram mais de três séculos de escravidão que deixou profundas marcas na sociedade. Facilmente identificada na religião, nas manifestações culturais e nas relações trabalhistas. Que nos deixou como herança uma sociedade desigual, que traduz suas diferenças em práticas dissimuladas de discriminação racial e social. (HONORATO, 2008, p.17)

A transferência do comércio de escravos para o Valongo levou também à transferência do Cemitério dos Pretos Novos⁶² para essa localidade. Por ser uma região até então pouco movimentada, o mau cheiro não incomodava muito, visto que o vizinho mais próximo era o próprio mercado de escravos. Com o passar dos anos, porém, em função do ativo e rentável tráfico negreiro, a região se desenvolveu econômica e urbanisticamente, com abertura de ruas, instalação de estabelecimentos comerciais e construção de residências.

⁶² Em 1996, o casal Petrucio e Maria de La Merced Guimarães ao realizar obras de reforma em sua casa, localizada à rua Pedro Ernesto, 36 – Gamboa -, encontrou ossadas humanas. O Instituto de Arqueologia Brasileira confirmou que se tratavam de ossadas depositadas no antigo Cemitério dos Pretos Novos. Foram também recuperadas contas de vidro, louça e outros materiais relacionados ao contexto urbano do Rio de Janeiro e à escravidão. O local foi transformado em Centro Cultural. Ao participarmos de uma oficina organizada pelo Instituto Pretos Novos – *A céu aberto, caminhos da escravidão* – o historiador Cláudio Honorato nos contou que também foram encontradas ossadas de índios, o que aponta, em certa medida, a forma como o sepultamento de alguns índios era tratada, a exemplo dos escravos.

Com o aumento dos moradores na região, vieram as reclamações sobre o cemitério. Honorato chama atenção para a forma desumana como eram tratados os corpos dos escravos mortos, enterrados em grande quantidade, uns por cima dos outros, em covas rasas e na maioria das vezes sem cerimônia religiosa ou rito funerário.

Durante anos o Cemitério dos Pretos Novos foi alvo do embate entre moradores e autoridades públicas, que não resolviam a questão por conta de interesses políticos e econômicos vinculados à Igreja e aos negociantes de escravos. Muitos desses negociantes ocupavam cargos importantes no poder público. Ou seja, representavam o próprio Estado. O cemitério fechou em 4 de março de 1830 por motivos sanitários e legais, já que foi declarada ilegal o tráfico de escravos africanos. Depois do fechamento do cemitério, obras para o crescimento urbano aterraram e tentaram apagar a memória da violência física e simbólica que envolveu a vida dos negros africanos escravizados no Rio de Janeiro.

Em 1843, o Cais do Valongo foi reformado para receber a princesa Teresa Cristina das Duas Sicílias, que chegaria da Europa para se casar com o imperador D. Pedro II. O cais passou a se chamar Cais da Imperatriz, e a rua do Valongo recebeu o novo nome de rua da Imperatriz. Assim como esse gesto pretendia o apagamento de um passado da região marcado pela escravidão de negros africanos, Pereira Passos, na reforma urbana que empreendeu no início do século XX, aterrou a área e construiu a Praça Jornal do Comércio, localizada na atual avenida Barão de Tefé, num gesto de apagamento dos vestígios de uma cidade colonial.

De volta à matéria do *O Globo* “*Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha*”, de 2/3/2011, observamos que não só nela, mas nas demais matérias que abordam o assunto no jornal, os sentidos são direcionados para que a localização do Cais da Imperatriz e do Cais do Valongo seja entendida como uma “descoberta”, uma “novidade”, possível de acontecer graças ao Porto Maravilha. As matérias não problematizam o fato de que esse encontro era previsto e aguardado. A localização do cais não foi uma iniciativa da prefeitura (o projeto original do Porto Maravilha não mostrava interesse pelo passado afrodescendente da região), e sim de pesquisadores inquietos com a pouca valorização do legado africano por parte das sucessivas gestões urbanas.

Entre os pesquisadores, destacam-se o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, estudioso da escravidão urbana no Rio de Janeiro, com foco na região portuária,

e Tânia Andrade de Lima, arqueóloga do Museu Nacional/UFRJ, que em 2010 solicitou formalmente a escavação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Por falta de verba própria, o Iphan incorporou o pedido dos pesquisadores ao contexto do projeto Porto Maravilha, que previa obras na rede de esgoto e de eletricidade na área. Em 2011, atreladas a essas obras, as escavações direcionadas à localização do Cais do Valongo começaram, e alcançaram seu objetivo.

Em entrevista à revista de *História*, da Biblioteca Nacional, no dia 23/5/2011⁶³, Tânia Andrade Lima declara: “A imprensa vem noticiando meio equivocadamente que teria sido um achado fortuito. Não foi”. Ela explica que por conta da legislação atual, o Iphan exige que qualquer interferência no subsolo seja monitorada por arqueólogos. Dessa forma, a arqueóloga foi contratada pela prefeitura para acompanhar as escavações realizadas na primeira fase do Porto Maravilha. Tânia Andrade Lima pede que não seja usada a expressão “descoberta”, e ressalta que seu maior interesse, assim como dos demais pesquisadores, era no Cais do Valongo, e não no Cais da Imperatriz.

- Entendemos que existia um sítio arqueológico, o cais da Imperatriz, porque há um pilar naquela área. Mas o nosso maior interesse não era o cais da Imperatriz, mas o do Valongo, que foi vítima de apagamento deliberado, como se fosse uma chaga vergonhosa do Rio de Janeiro. Havia uma circunstância de amnésia social, e a arqueologia é contra essa prática. Entramos com um pedido para resgatar o Valongo há uns sete, oito meses, e o Iphan aprovou. (Revista *História*, 23/5/2011)

Após a localização do Cais do Valongo, a arqueóloga Tânia Andrade de Lima e o historiador Carlos Eugênio Líbano convidaram organizações do movimento negro a visitar o cais e os contêineres que guardavam os objetos encontrados na área. A partir da iniciativa da arqueóloga e do historiador, que acreditavam que somente com a efetiva inserção da “comunidade de descendentes” o processo de preservação da memória do local seria legítimo, lideranças do movimento negro reivindicaram participação nas decisões tomadas acerca do cais.

Várias reuniões foram feitas entre o então subsecretário municipal de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, Washington Farjado, e ativistas do movimento negro, que solicitaram uma série de medidas à prefeitura. Tais solicitações resultaram na promulgação do Decreto nº 34803, de novembro de 2011, que criou o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na zona portuária

⁶³ Disponível: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/descobertas-e-redescobertas-no-cais> - acesso em 23/8/2015.

e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito⁶⁴, cujas reflexões gerariam recomendações a serem incorporadas ao processo de (re)construção da memória africana e afrodescendente na região.

Podemos pensar a tensão que o Porto Maravilha criou entre prefeitura, acadêmicos e lideranças do movimento negro em Michael Pollak (1989), que propõe estudos sobre os embates entre memórias oficiais e memórias subterrâneas, estas entendidas como memórias de grupos minoritários e excluídos que tentam sobreviver às políticas dominantes. Ao problematizar a memória coletiva em Halbwachs (1990), Pollak afirma que para além de entender a articulação entre memórias coletivas e individuais como um trabalho de adesão afetiva ao grupo, o estabelecimento de fronteiras sociais e a definição de lugares pela memória coletiva podem mascarar seu caráter uniformizador e opressor.

Em momentos de crise, no entanto, as disputas em torno de uma determinada memória podem trazer à cena memórias subterrâneas que estavam esquecidas ou silenciadas, adverte Pollak. Os embates criados pelo Porto Maravilha ao tentar impor-se como política urbana dominante de transformação de espaços e, como nossa discussão revela, política dominante de memória, trouxeram à tona memórias subterrâneas da região portuária.

A reivindicação de lideranças do movimento negro pela participação na constituição da memória do Cais do Valongo, tentou garantir que o lugar não fosse tomado pela gestão urbana como mais um ponto turístico que nada acrescentasse à reflexão sobre o papel da escravidão na formação urbana e social da cidade. A prefeitura foi pressionada e acabou incluindo no Porto Maravilha algumas ações não programadas no projeto.

Toda a problemática que envolve a remoção dos moradores do Morro da Providência, discutida no terceiro capítulo, também dá a ver memórias subterrâneas de uma população pobre, em sua maioria negra, vindo à tona e entrando em combate com o Porto Maravilha, visto que é um projeto que reatualiza a ideia das intervenções urbanas como fundamentais aos processos modernizadores e civilizatórios de lugares/pessoas tomados como “empecilhos” ao ordenamento e progresso da cidade.

⁶⁴ O circuito contempla cinco pontos de visitação: Cais do Valongo, Pedra do Sal, Jardim do Valongo, Largo do Depósito e o Instituto dos Petros Novos. A descrição e objetivos do circuito, assim como os objetivos e os membros que compõem o Grupo de Trabalho Curatorial estão disponíveis em: <http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf> - acesso em 23/8/2015.

Um dos pontos cruciais da nossa perspectiva teórico-metodológica é o interdiscurso, também chamado por Orlandi de memória discursiva⁶⁵, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (1999, p.31). Nesse sentido, percorrer o contexto histórico das reformas urbanas do Rio de Janeiro como memória discursiva, como fizemos no primeiro capítulo revisitando as gestões de Pereira Passos, Carlos Sampaio, Carlos Lacerda e Cesar Maia, nos ajuda a perceber que os sentidos produzidos por um já dito em épocas outras, mesmo que distantes, afetam o modo como os discursos do Porto Maravilha significam a cidade e as favelas.

Verificamos no *O Globo* um trabalho de cristalização no intradiscurso. A ideia de “revitalização” aciona processos de intervenções urbanas passadas, e na retomada desses acontecimentos memoráveis transparece a memória discursiva operando. As reportagens trazem em si uma memória, pois são afetadas por dizeres outros sobre a zona portuária e grandes transformações urbanas do Rio que significaram em diferentes momentos políticos da cidade, e que estão em certa medida significadas ali. São gestos significados pela língua, pela história, pela memória, que deixam traços de filiação a uma rede de sentidos marcada pela ideologia e pelas disputas de poder na cidade.

Sentidos historicizados ao longo do tempo que propõem reformas urbanas como solução para demandas sociais, a favela como *locus* da pobreza, desordem e violência, e grandes eventos como argumento para mudanças na cidade até então não autorizadas. Como pontua Mendonça (2007), os significados cristalizados que transparecem no funcionamento discursivo do texto jornalístico apontam a existência de “uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória (já dada) que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos” (MENDONÇA, 2007, p.179). Isso levará o leitor a interpretar conforme sua relação com a memória.

Voltando aos estudos de Pollak, o processo complexo e conflituoso de constituição da memória envolve atores profissionalizantes que a enquadram conforme os interesses em jogo.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser sem dúvida interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas [...] Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história, das diferentes

⁶⁵ Lembramos que estamos trabalhando o acionamento da memória como um gesto de atualização do passado no presente, mas ao analisar o *como* as reportagens do *O Globo* são formuladas, se faz necessário chamar atenção para a memória discursiva, significados cristalizados que transparecem no funcionamento discursivo.

organizações de que são membros, clubes e células de reflexão. (POLLAK, 1989, p.9 e 10)

Se as memórias subterrâneas da região portuária atravessam a gestão urbana, elas são silenciadas no discurso do *O Globo*. Suas reportagens resgatam certas lembranças que evidenciam alguns aspectos em detrimento de outros. Ao darem ênfase na “descoberta” do Cais do Valongo pelas obras do Porto Maravilha, ou nas remoções do Morro da Providência como naturais ao desenvolvimento do projeto, se apoiam em dados históricos para atribuir importância ao feito. Não problematizam, no entanto, os embates socioculturais e políticos que se imprimem nesse processo. Mais ainda: tais reportagens não contribuem para o debate público sobre as consequências da escravidão e das favelas na forma preconceituosa como o negro por vezes ainda é visto e tratado pela sociedade.

O silêncio dessas questões transparece como uma tentativa de re-encobrir, pelo esquecimento, a memória subterrânea posta à luz nas disputas simbólicas que envolvem a “revitalização” da região portuária. Nesse sentido, a referência a dados históricos como ilustração do conteúdo apresentado é “mais do que uma simples metáfora ilustrativa, o que está em jogo neste ‘efeito enciclopédico’ é uma construção política de mundo e da história recente, a partir do gesto de retomar, em sua fala, acontecimentos considerados ‘memoráveis’” (MENDONÇA, 2007, p. 118).

Ao selecionar determinados fatos sobre a região portuária e relegar outros ao esquecimento, *O Globo* acaba por enquadrar a memória do Cais do Valongo e do Morro da Providência mais no sentido da visibilidade turística e menos no de reflexão sobre uma história que tem consequências graves nas relações sociais do presente. Isso corrobora a fala da gestão urbana e atende às demandas globalizantes desse projeto de cidade. Esta prática discursiva revela a mídia, como afirma Mendonça (2007), uma das principais responsáveis pelo enquadramento da memória, assim como a leva ao gesto interpretativo de constituir-se em guardião da memória oficial.

As disputas no campo discursivo entre diferentes atores políticos e culturais pelas representações do que seria a região portuária, revelam interesses com a memória e a história do lugar, assim como a (re)construção de identidades. Seja qual for a posição dos combatentes nesse jogo, a apropriação do passado é atualizada com vistas a atender demandas específicas do presente, dando a ver que lembranças e esquecimentos fazem parte de estratégias políticas dos grupos que estão na disputa.

Podemos pensar as disputas em torno da memória da região portuária e a (re)construção de identidades que se estabelecem nesse cenário como as lutas simbólicas de uma rede formada por diferentes atores, como propõe Ana Lúcia S. Enne (2004). A autora defende que a produção de memória e história, e as implicações que esta produção incide na configuração das identidades sociais, aponta para uma grande rede de relações entre agentes e agências sociais, da qual a mídia, e mais especificamente o jornalismo, ocupa um papel central. Se pensarmos em nossa análise do *O Globo*, “a memória é uma dimensão fundamental na constituição de identidades e que evolui práticas narrativas e gerenciamento do real através das práticas discursivas, a mídia é, por definição, lugar central desse processo” (ENNE, 2004, p. 112).

Na reportagem “*Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha*”, publicada pelo *O Globo* em 2/3/2011, a produção de sentidos do termo “ruínas” aponta para o Cais da Imperatriz e o Cais do Valongo como vestígios de uma “história esquecida”, “recuperada” pelo Porto Maravilha. Se neste caso “ruínas” representam um monumento memorável que ao ser “descoberto” promove o encontro da cidade com as suas origens, em “*A cidade renasce das ruínas*”, de 22/3/2010 (figura 2), anteriormente analisada no início do capítulo três, o termo é usado para desqualificar a zona portuária, que não se “encontra” pelas suas “ruínas”, mas, ao contrário, pretende delas se afastar porque representam a precariedade urbana.

Diferentes sentidos são atribuídos às “ruínas”, mas o direcionamento alude ao mesmo efeito de “evidência”: a positividade do Porto Maravilha. Dessa forma, o jornal constrói múltiplas representações da região portuária a partir de um jogo de memória, acionado ora para reforçar pontos negativos, ora para exaltar o patrimônio histórico-cultural.

Os estudos de Pierre Nora (1984) sobre os lugares de memória apontam que a valorização das “ruínas” históricas, a procura de vestígios formadores da identidade da cidade, a vontade de restaurar patrimônios, de construir museus, são consequências da necessidade de se produzir memória como contraponto à aceleração que domina a sociedade contemporânea. A valorização material e simbólica do patrimônio histórico-cultural da região portuária pela gestão urbana demonstra esse movimento. O jornal *O Globo*, por sua vez, dá visibilidade a essas estratégias com matérias cujos títulos já são fortes direcionadores de sentidos.

Apresentada sob a rubrica “*A revitalização do Porto*”, a reportagem intitulada

“Joias lapidadas” aborda a restauração da Igreja São Francisco da Prainha, do Jardim e do Cais do Valongo, do Centro Cultural José Bonifácio e dos galpões da Gamboa. Dados históricos sobre esses lugares, chamados pelo jornal de “joias da cidade”, servem para enfatizar o abandono em que se encontravam e a “recuperação” pelo Porto Maravilha: “o projeto tem devolvido o viço a joias históricas na Zona Portuária” (*O Globo*, 23/8/2012, p. 12). A *figura 23* reproduz a matéria analisada.

12 | o globo Quinta-feira 23.8.2012

Rio

A REVITALIZAÇÃO DO PORTO

Joias lapidadas

Igreja de São Francisco da Prainha, galpões da Gamboa e centro cultural são recuperados



Restauração. Um dos galpões na Gamboa que serviram a uma antiga ferrovia e hoje estão sendo recuperados para se transformar em centro cultural. Construção do século XIX tem tijolos no padrão inglês e área de 14 mil metros quadrados. Arquiteto: Nireu Cavalcanti

Isabella Bastos
isabella.bastos@globo.com.br

A previsão de gastos do Porto Maravilha com obras e serviços nos próximos 15 anos é de R\$ 8 bilhões. Mas, além de abrir novas ruas, avenidas e túneis, o projeto tem devolvido o viço a joias históricas na Zona Portuária. Foi foi, o projeto é obrigado a destinar 3% de todos os recursos para a reforma de imóveis do patrimônio histórico e cultural. No âmbito da inauguração, em julho, do Jardim e do Cais do Valongo, serão entregues, até outubro, outros equipamentos públicos, como o Centro Cultural José Bonifácio, na Rua Pedro Ernesto, e os Galpões da Gamboa, nas imediações da Cidade do Samba. Também este ano será lançado o edital de licitação para reforma da Igreja de São Francisco da Prainha, na Sacadura Cabral.

Antigos depósitos, que faziam parte da ferrovia que ligava a Zona Portuária à Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil), os galpões da Gamboa deverão ser transformados num centro sociocultural. Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (Cdrup), a ideia é que os galpões (duas áreas que somam cerca de 14 mil metros quadrados) tenham vários gestores externos. O pressuposto é que sejam ocupados por atividades que se sustentem, não necessitando com recursos municipais.

— É uma construção do século XIX, com tijolos no padrão inglês. Estamos tentando viabilizar o equipamento economicamente, para que ele possa ter autossustentação — explica o assessor da presidência da Cdrup, Alberto Silva.

GINÁSIO FOI INAUGURADO EM 1977
Já o prédio do Centro Cultural José Bonifácio foi construído originalmente para abrigar uma das primeiras escolas públicas da cidade, atendendo a um pedido do imperador Dom Pedro II. O ginásio foi inaugurado em 1877 e entrou nos anos 1970. A construção em estilo neoclassicista permaneceu desocupada até 1977, quando foi instalada a Biblioteca Popular Municipal da Gamboa e, depois, a sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira.

No ano passado, o prédio foi interdiado pela Defesa Civil, por apresentar riscos em sua estrutura. No local funcionavam instalações como a Galeria de Arte Heitor dos Prazeres, o Teatro Ruth de Souza e o espaço Cine Vídeo Grande Otelo. As obras de arte foram embalsamadas, e as atividades suspensas.

Após as obras, a intenção é que o centro cultural retome suas atividades, segundo informou a Secretária Municipal de Cultura. A programação, contudo, ainda está sendo definida.

— O autor do projeto dessa escola foi o arquiteto neoclássico Francisco Bittencourt da Silva, que, entre outras obras, projetou o Centro Cultural Banco do Brasil, o prédio da Escola Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado; e o primeiro planejamento de bairro moderno, em 1874, para Vila Isabel. Ele também fundou o Liceu de Artes e Ofícios — lembra o arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti.

No caso da Igreja de São Francisco da Prainha, uma das mais antigas do Rio, o edital de reforma será publicado, segundo a Cdrup, após aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), uma vez que a construção é tombada. Parte do telhado da fachada está despençando, e o telhado brotam arbustos que ajudam a deteriorar o conjunto. A reforma foi noticiada pela coluna Gente Rio, do G1 OBO.

A capela foi erguida em 1696, pelo padre Francisco da Motta. Muito rico, o pároco morreu em 1704, mas, antes, doou suas posses para a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. A família de Francisco Motta tinha um trapiche (espécie de depósito de mercadorias) perto da capela. A capela e o trapiche acabaram desmoronando durante a invasão francesa ao Rio, em 1711. A reconstrução aconteceu a partir de 1718, quando a igreja ganhou o estilo barroco que tem hoje. No altar-mor está a imagem de Bom Jesus dos Navegantes.

— O mar chegava ao pé da escada da igreja nessa época. As esquadras francesas queimaram tudo.”

Nireu Cavalcanti
Historiador

— O mar chegava ao pé da escada da igreja nessa época. A capela e o trapiche acabaram desmoronando durante a invasão francesa ao Rio, em 1711. A reconstrução aconteceu a partir de 1718, quando a igreja ganhou o estilo barroco que tem hoje. No altar-mor está a imagem de Bom Jesus dos Navegantes.

— O mar chegava ao pé da escada da igreja nessa época. A capela e o trapiche acabaram desmoronando durante a invasão francesa ao Rio, em 1711. A reconstrução aconteceu a partir de 1718, quando a igreja ganhou o estilo barroco que tem hoje. No altar-mor está a imagem de Bom Jesus dos Navegantes.

Marcos do tempo. A Igreja de São Francisco da Prainha, prédio foi reconstruída depois de incendiada durante a Invasão Francesa. Arquiteto: Nireu Cavalcanti

REFORÇO NA VIGILÂNCIA
REGIÃO TERÁ INSPECTORIA DA GUARDA MUNICIPAL

As 24 ruas e avenidas da Zona Portuária em fase de recuperação na primeira fase do projeto Porto Maravilha tiveram o policiamento reforçado. A área será sendo patrulhada por 40 guardas municipais, 34 a mais do que antes das obras. A medida visa a fortalecer o policiamento em áreas estratégicas, como o Cais do Jardim do Valongo e a Pedra do Sal, e fazer frente ao aumento do número de visitantes. Este é o primeiro passo para que a região receba a 1ª Inspetoria da Guarda Municipal, com 350 agentes.

Esforços terão como atribuição vigiar todo o Centro e a Zona Portuária, a 1ª Inspetoria funciona dentro do quartel-general da corporação em São Otávio. Uma sede provisória está sendo erguida para a inspetoria num terreno próximo à Cidade do Samba. A mudança deverá acontecer até outubro. Segundo o secretário especial da Ordem Pública, Alex Costa, o horário de trabalho também foi mudado. A região, que tinha vigilância apenas das 6h às 21h, agora também terá guardas durante os madrugadas.

Além de melhorar o policiamento, a transferência abre caminho para a implantação de UOPs nas áreas.

— A mudança da inspetoria faz parte de um projeto maior que estamos desenvolvendo para toda a Zona Portuária. No futuro haverá o projeto das UOPs para lá — explica Costa, sem falar das...

Ferro fundido. Detalhe do interior do Centro José Bonifácio. Arquiteto: Nireu Cavalcanti

(Figura 23)

Com a mesma tônica, a rubrica “Nossa África” apresenta a matéria “História

recuperada”, publicada em 16/7/2013. A reportagem toma a “revitalização” da zona portuária como responsável pela “recuperação” da história da cidade, especialmente a partir do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana. Um breve histórico de cada um dos lugares que compõem o circuito, chama atenção para o restauro do Centro Cultural José Bonifácio, escolhido para expor permanentemente o “tesouro do Porto”⁶⁶. A figura 24 reproduz a matéria analisada.

Rio

NOSSA ÁFRICA

História recuperada

Tesouro arqueológico encontrado na Zona Portuária ganhará novo destino até o fim do ano

FERNANDA PONTES
fpontes@globo.com.br

Pulseiras, cachimbos, miçangas, amuletos e outros milhares de objetos usados por escravos africanos que desembarcaram no Rio entre os séculos XVII e XIX — peças que compõem um dos maiores e mais ricos acervos arqueológicos da cultura negra no país — vão fazer parte de uma mostra permanente do Centro Cultural José Bonifácio, um casarão de 1877 localizado na Gamboa. Esse tesouro, descoberto durante escavações para obras do Porto Maravilha e que por quase dez meses permaneceu depositado em contêineres, poderá ser visto pelo público até o fim do ano, quando o Centro Cultural será reinaugurado, após amplo restauro. Com isso será, enfim, fechado o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana.

O Circuito, anunciado pela prefeitura em novembro do ano passado, reúne lugares simbólicos da cultura afro-brasileira no Rio, como o Cais do Valongo, os jardins do Valongo, a Pedra do Sol, o Largo do Depósito e o Instituto Pretos Novos, além do Centro Cultural José Bonifácio — o casarão inaugurado por Dom Pedro II onde funcionou o primeiro prédio do Rio a ser projetado para receber uma escola pública e que, nos anos 90, foi transformado no Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira, o maior da América do Sul.

A inauguração do Centro Cultural será o epítome desse Circuito Histórico da Herança Africana — acredita Washington Bujato, presidente do Instituto Patrimônio da Humanidade, que tem trabalhado diretamente no projeto.

So para restaurar o Centro Cultural foram gastos R\$ 3,4 milhões, recursos da venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), criados para a revitalização da Região Portuária.

— O prédio estava cheio de infiltrações, com problemas sérios no telhado. As obras estão prontas, o que falta agora são ajustes — diz Alberto Silva, presidente da Companhia de Desenvolvimento da Região do Porto do Rio.

Tudo o material recolhido durante as escavações no Porto, que inicialmente ficava armazenado de forma precária em contêineres, agora está sendo analisado sob a supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), segundo Alberto Silva.

— Precisa ser feito um trabalho de catalogação, limpeza e triagem por especialistas. Nem tudo o que foi encontrado será exposto no Centro Cultural José Bonifácio. Se tivermos 30 cachimbos, serão escolhidos os de maior representatividade e relevância histórica. Se o material mais importante for mais extenso do que se imagina, pensamos em outros espaços para abrigá-lo.

Para o historiador Niteu Cavalcanti, a exposição permanente desse material é importante porque “apresenta o cotidiano de uma população negra da qual praticamente não se tem registros”.

— Eram pessoas que chegaram aqui e perderam sua identidade, como seu nome e origem. Então não se sabia mais nada desses escravos. Muitos inclusive faleceram nessas condições. Ficamos calientes nossas origens, porque o povo que não conhece sua história é facilmente manipulado — explicou Niteu.

CENTRO TERÁ BIBLIOTECA E RESTAURANTE

Além da exposição permanente com os achados arqueológicos do Porto, o palacete da Rua Pedro Ernesto vai abrigar também mostras temporárias que tenham a ver com a cultura negra, uma biblioteca sobre o tema, centro de convenções e, possivelmente, um restaurante especializado em culinária afro-brasileira.

No mesmo rua já funciona o Instituto Pretos Novos, que foi criado após a descoberta, em 1996, de um sítio arqueológico embaixo do piso da casa de Mercedes Viagas. Na época, ela fazia obras na sua casa, uma construção do século XVIII, quando descobriu que no local já havia funcionado o Cemitério de Pretos Novos, de escravos recém-chegados da África.

— A estimativa é que 40 mil escravos tenham sido enterrados lá, mas não temos como saber ao certo porque os corpos eram queimados para ganharem mais espaço — diz Mercedes Viagas, proprietária da casa e que hoje mora num imóvel vizinho. — O Instituto vem recebendo cada vez mais visitantes, estudantes, jornalistas estrangeiros e cariocas interessados em conhecer um pouco dessa triste história.

A importância arqueológica do Porto ficou conhecida mundialmente em janeiro de 2011, quando arqueólogos encontraram o Cais do Valongo, por onde passaram mais de 500 mil negros vindos da África. A partir de então, equipes de especialistas coordenadas pela arqueóloga Tânia Andrade começaram a percorrer toda a Região Portuária, onde foram encontrados milhares de objetos, não só de escravos. Moedas, ossos de animais, fragmentos de louças, instrumentos de munição, trapiches, nove canhões. Hoje essa lista ultrapassa 80 mil itens. ■

Colaboração Catharina Weite



Visibilidade. O Centro Cultural José Bonifácio, na Gamboa, vai abrigar a exposição permanente das peças de escravos encontrados nas escavações da Zona Portuária



HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA PONTO DE DESEMBARQUE DE ESCRAVOS NO RIO

Embebida na cultura negra, a região abençoada pelo Circuito Histórico Arqueológico de Celebração da Herança Africana reúne lugares como a Pedra do Sol, o Largo do Depósito, o Instituto Pretos Novos, o Cais e Jardim do Valongo, além do Centro Cultural José Bonifácio.

— Ali era o lugar de desembarque dos escravos, um dos maiores pontos de recepção da América até 1830, quando o tráfico foi posto na ilegalidade, muito embora o comércio tenha continuado como contrabando — diz Marcos Abreu, historiador especialista em Diáspora Africana. — Por causa disso, essa região toda girava em torno dessa prática.

O Instituto Pretos Novos, por exemplo, antigo Cemitério dos Pretos Novos, era o local onde os escravos que chegavam em multidões eram enterrados em valas comuns. Já o Largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores, era onde se concentravam os armazéns das “negociantes de grosso trato” que controlavam o mercado negro.

A descoberta desses artefatos, como cachimbos e amuletos, é importante porque mostra que os africanos escravizados conseguiram refazer seus laços de sociabilidade, refazer sua cultura aqui. Os escravos estavam mantendo de forma adaptada sua cultura para um novo contexto — avalia Abreu.

Segundo o artigo “As ruas baianas tornam conto do pedágio... Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro”, da historiadora Mônica Pinheiro Velloso, a história da região não resume ao tráfico, mas se contrapõe com a própria história do samba. Na virada do século XIX para o XX, Sincle, Garibó e Santo Cristo constituíram um espaço onde negros baianos emigrados para o Rio de Janeiro resistiam e estabeleciam seus laços de sociabilidade e identidade cultural.

“Na Pedra do Sol surgiu o primeiro rancho de negros que se tem notícia: o Rancho das Semanas, formado quase exclusivamente por elementos da colônia baiana. O site se explica: a casa da tia Saldada, onde nasceu o referido rancho, era uma espécie de passagem obrigatória para grande parte dos baianos recém-chegados ao Rio. Contava-se que a casa, situada no alto do morro, oferecia uma visão panorâmica da Baía de Guanabara. De lá era possível controlar todo o tráfico marítimo. Para facilitar a chegada de novos baianos, a embarcação já trazia na proa uma bandeira branca de Ocaú. [...] Lá eles encontravam o apoio necessário para enfrentar a cidade hostil. Essa rede de solidariedade acabou criando fortes vínculos entre os contrabandistas, levando-os a desenvolverem expressões culturais próprias em relação ao restante da cidade.”

(Figura 24)

⁶⁶ As reportagens do *O Globo* se referem, recorrentemente, aos objetos encontrados durante as obras do Porto Maravilha como “tesouro”, conforme *“O tesouro do porto: peças encontradas em escavações ajudam a contar a história do Rio”*, publicada em 3/6/2012, p. 35, por exemplo.

As duas reportagens ocupam páginas inteiras do jornal e são ilustradas por grandes fotos de lugares simbólicos, depositários de memórias, que estão sendo restaurados pelo Porto Maravilha. Identificamos a zona portuária sendo tratada como um lugar de memória nos termos propostos por Nora (1984), para quem a ideia de que não há mais memória espontânea criou uma obsessão pela corporificação da memória. A volatilidade do presente, potencializada pela instantaneidade das tecnologias de comunicação, pode levar à perda das identidades. Cria-se, assim, a necessidade de “santuários de memória”. Nesse sentido, os lugares de memória são espaços físicos direcionados a “proteger zelosamente” a memória coletiva de um grupo, porque “quanto menos a memória é experimentada internamente, mais ela existe apenas através de seus arcabouços exteriores, seus signos visíveis” (NORA, 1984, p.8).

Pulseiras, cachimbos, miçangas, amuletos e outros milhares de objetos usados por escravos africanos que desembarcaram no Rio entre os séculos XVII e XIX – peças que compõem um dos mais ricos e acervos arqueológicos da cultura negra do país vão fazer parte de uma mostra permanente do Centro Cultural José Bonifácio, um casarão de 1877 localizado na Gamboa. [...] Esse tesouro, descoberto durante as escavações para obras do Porto Maravilha [...] O Circuito anunciado pela prefeitura em novembro do ano passado, reúne lugares simbólicos da cultura afro-brasileira no Rio [...]. (*O Globo*, 16/7/2013, p.8 – grifos nosso)

A noção de uma constante reconstrução do passado no presente também norteia os estudos de Nora. Por este gesto simbólico de atualização, pode-se explicar a procura de vestígios, objetos, ruínas, testemunhos, que se tornou uma obsessão num mundo que parece viver uma espécie de “era patrimonial”. Daí a importância de “âncoras memoráveis” como os lugares de memória, que para o autor podem ser museus, centro culturais, institutos históricos, cemitérios, monumentos, comemorações, entre outros.

Ao constituir uma memória acerca da região portuária, o jornal elabora uma construção de mundo em que fica explícita a “competência” do modelo de cidade adotado no Rio. Com efeito, se pensarmos o jornalismo como formador de opinião, construindo uma visão acerca do real, podemos dizer que *O Globo* não só ocupa um lugar importante na legitimação dos lugares de memória da região portuária como ele mesmo se pretende lugar de memória, a partir da produção e do armazenamento da memória contemporânea do Rio de Janeiro.

Segundo Barbosa (2007), existe uma relação intrínseca entre a produção da

memória e os discursos midiáticos. Ao possuir o estatuto de texto, o jornalismo transforma-se numa espécie de documento de época, uma vez que tem como pressuposto a veracidade atribuída aos documentos que “guardam” a memória. A autora chama atenção, no entanto, que ao selecionar alguns fatos e deixar outros caírem no esquecimento, a mídia constrói seletivamente a memória, o que aponta para o poder que ela exerce sobre a sociedade.

[...] é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação como detentores de poder: tornar-se senhor dos lugares e das agências de memória é ser senhores da memória e também do esquecimento. Eternizar um dado momento é domesticar e selecionar a memória. Ao selecionar o que deve ser lembrado e ao esquecer o que deve ficar em zonas de sombra de silêncio, os meios de comunicação tornam-se também senhores da memória. (BARBOSA, 2007, p.51)

Ao construir seletivamente a memória da região portuária, *O Globo* relega a “zonas de sombra de silêncio” embates políticos e sociais que emergem das memórias subterrâneas da “Pequena África”. Observamos um duplo movimento de constituição da memória. Se por um lado, o jornal atualiza a memória coletiva sobre a zona portuária como um lugar de relevância histórica degradado para legitimar a “recuperação” dos patrimônios material e imaterial pelo Porto Maravilha, também silencia conflitos sociais que se imprimem nesse processo.

A prática discursiva do *O Globo* o revela ator central na construção de uma “nova” imagem do Rio. A valorização simbólica da zona portuária transparece na importância atribuída às obras de restauração patrimonial, a “descoberta” do Cais do Valongo e à construção de novos museus, reforçando lugares de memória. Imagem que se constrói na ênfase sobre a região como signo cultural. Podemos pensar esta dinâmica como um processo de musealização da cidade.

Huyssen adverte que os anos de 1980 revelaram “a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSSSEN, 2000, p.9)⁶⁷, fenômeno que contrastou com a ênfase dada ao futuro no início da modernidade do século XX. O foco deslocava-se, dessa forma, dos “futuros presentes” para os “passados presentes”, especialmente nos Estados Unidos e na Europa

⁶⁷ Transportando a observação de Huyssen para pensar o Rio de Janeiro, em 1984 foi regulamentado o projeto “Corredor Cultural”, que abrangia Lapa, Passeio Público, Cinelândia, Carioca, Praça Tiradentes, Largo São Francisco, SAARA e Praça XV. A época foi marcada pela criação de vários centros culturais e tombamentos, indicando uma política de memória voltada para o centro da cidade. A Lapa sofreu uma mudança mais acentuada no final da década de 90, numa tentativa de recuperação da memória boêmia do bairro.

a partir do debate sobre o Holocausto, debate mesmo fortemente impulsionado pela mídia.

Além das discussões sobre o Holocausto, Huyssen destaca que a narrativa da memória também foi construída pela moda, literatura, artes visuais, restauração de centros históricos e mídia.

A restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museu e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura dos museus (que não mostra sinais de esgotamento), [...] a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva automusealização [...] Não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis neste processo. (HUYSSSEN, 2000, p.14 e 15)

A crescente obsessão pelo passado revela uma “cultura da memória” disseminada geograficamente e apropriada para diferentes fins políticos. Segundo Huyssen, a musealização do mundo tenta ser um antídoto contra o perigo do esquecimento. A mídia, por sua vez, ocupa um lugar estratégico na dialética memória-esquecimento, pois promove uma profusão de informações que faz a memória ficar mais disponível. O autor trabalha com a hipótese de que o aumento explosivo da memória poder vir acompanhado de um aumento explosivo de esquecimento, visto que grande parte das memórias comercializadas em massa são “memórias imaginadas”, mais facilmente esquecidas do que as memórias vividas.

Nesse sentido, Huyssen propõe um olhar crítico sobre a musealização das cidades como um movimento compensatório de memórias e identidades destruídas pela modernização do mundo. Para o autor, trata-se de uma concepção extremamente simplista e ideológica que mascara o reconhecimento de que o senso seguro do passado é desestabilizado pela mídia: “a própria musealização é sugada neste cada vez mais veloz redemoinho de imagens, espetáculos e eventos e, portanto, está sempre em perigo de perder a sua capacidade de garantir a estabilidade cultural ao longo do tempo” (HUYSSSEN, 2000, p.30).

Os estudos de Huyssen contribuem importantemente para este trabalho porque nossa análise do *O Globo* dá ver a musealização da cidade como operador discursivo da legitimação do Porto Maravilha, na medida em que o toma como política urbana capaz de “resgatar” memórias e identidades. Como aponta Huyssen (2000), a construção de museus com arquitetura arrojada, cujos projetos são assinados por arquitetos de fama

internacional, é emblemática no processo de musealização e espetacularização das cidades, indicando que o uso da memória pela mídia também pode ser estrategicamente organizado para subsidiar interesses governamentais.

4.2.2 Museu do Amanhã: memória, cultura e cidade como espetáculos

A construção de museus, apresentados como “obras de arte” projetadas por arquitetos de fama internacional, não só se imprime no processo de musealização das cidades globalizadas, como também é peça essencial à “revitalização” de espaços urbanos. Esta lógica transparece nos discursos do *O Globo* pela visibilidade dada à construção do Museu de Arte do Rio (MAR) e, especialmente, o do Museu do Amanhã. Não à toa isso acontece, visto que os dois museus são iniciativas da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Fundação Roberto Marinho, uma parceria pública-privada entre a gestão urbana e o Grupo Globo.

O MAR, tratado pelos discursos como “primeiro ícone da revitalização da zona portuária”, foi inaugurado em 1 de março de 2013, data de aniversário da cidade, na Praça Mauá. Próximo a ele encontramos o Museu do Amanhã, inaugurado em 19/12/2015. Erguido no Píer da Praça Mauá, o projeto arquitetônico é do arquiteto espanhol Santiago Calatrava, conhecido internacionalmente por assinar projetos como a Torre de Montjuic, em Barcelona, a Cidade das Artes e das Ciências, em Valência, e a Gare do Oriente, em Lisboa. As obras foram executadas pelo consórcio Porto Novo e custeadas pela venda dos CEPACs. O patrocinador Máster foi o banco Santander, e teve apoio dos governos estadual e federal.

Desde 2010, a maioria das reportagens do *O Globo* sobre o Porto Maravilha chama atenção para o Museu do Amanhã, apontado como principal símbolo da “revitalização” da zona portuária. Em 2/11/2011, “*Museu do Amanhã, candidato a cartão-postal*” intitula a matéria que cobre o lançamento da obra do museu, incluída pela prefeitura nas intervenções realizadas pelo consórcio Porto Novo. A *figura 25* reproduz a matéria analisada.

Museu do Amanhã, candidato a cartão-postal

Obra no Porto tem início e deve ficar pronta em 2014. Iniciativa privada assumirá custo de R\$ 215 milhões

Isabelle Bastos
isabelle@folha.com.br

• O Museu do Amanhã, que começou a ser construído ontem no Pier Mauá, na Zona Portuária, não será mais construído com recursos públicos. Orçado em R\$ 215 milhões, a obra foi incluída pela prefeitura no plano de intervenções que terá que ser realizado pelo consórcio Porto Novo, dentro do projeto Porto Maravilha. Proposto pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava e com conceito desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, o museu deverá ficar pronto nos primeiros meses de 2014. Dedicado à ciência, à ética e à tecnologia, ele terá o patrocínio do Banco Santander, que investirá R\$ 65 milhões na implantação e na manutenção da instituição por dez anos.

Na cerimônia de lançamento da obra, o prefeito Eduardo Paes disse que espera que o museu se transforme num novo marco arquitetônico do Rio. Paes comparou a estrutura ao Cristo Redentor, aos Arcos da Lapa e ao Sambódromo.

— O museu é a joia da coroa do projeto de revitalização do Porto. É um ícone que se constrói para o Rio e certamente entrará para o imaginário da cidade, como o Sambódromo, os Arcos da Lapa e o Cristo.

Perfil terá sistema para aproveitar energia do sol
Com lâminas amovíveis em aço e vidro, que lembram um assinal numérico adiantado, o prédio terá 15 mil metros quadrados e ficará ancorado sobre um espelho d'água, alinhado com a linha da Baía de Guanabara. A



PAES ENTRE JOSÉ ROBERTO MARINHO, DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (À ESQUERDA), E MARCEL PORTA, DO SANTANDER



PROJEÇÃO FEITA EM COMPUTADOR MOSTRA O MUSEU DE FORMAS AMOVÍVEIS

Água do mar será usada na refrigeração do prédio. Sustentabilidade pelas suas obras inovadoras, como a Gare do Oriente, em Lisboa, e a Cidade das Artes e da Ciência, em Valência, o arquiteto Calatrava propôs um prédio cujo telhado se movimentará — como se fosse as escamas de

um grande peixe — e será formado de placas de captação de radiação solar, para reduzir os gastos com energia elétrica. O planejamento do terreno — que, com 20 mil metros quadrados, inclui espaços de lazer e trilhas — será desenvolvido pelo escritório Bulli Marx. O

responsabilidade na construção do edifício e o tipo de vida que os seus filhos e netos terão no futuro. Essas questões foram que se foram agoras. Projeções da ONU apontam que já existem sete bilhões no planeta, que têm que consumir, se alimentar e viver sem devastar o meio ambiente — afirmou o presidente da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, que participou da cerimônia.

Títulos públicos custeiam obras de infraestrutura

A obra será custeada com os recursos da venda no mercado financeiro dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), títulos criados pela prefeitura que permitem a empreendedores seguir projetos de até 50 andares na Zona Portuária, dependendo do terreno. Geridos pela Caixa Econômica Federal, que criou um banco imobiliário para negociar os títulos, os Cepacs custeiam um leque de obras urbanísticas e de infraestrutura na Zona Portuária orçados em R\$ 8 bilhões em 15 anos.

Entre as obras previstas estão a derrubada de parte do Elevado da Perimetral, a abertura de túneis e avenidas, e a implantação de redes de água, luz, gás, fibra óptica e televisão, numa área de cinco milhões de metros quadrados, além da recuperação do patrimônio histórico e cultural. ■

O ACORDO NA INTERNET
Um acordo assinado entre o município e o Banco de Investimento em Infraestrutura

PPP vai garantir projeto

• A estimativa inicial de custos da obra do Museu do Amanhã era de R\$ 130 milhões, sendo R\$ 25 milhões no desenvolvimento do construído e R\$ 55 milhões na construção, custo inferior à prefeitura há um ano. Mas, segundo o secretário municipal de Obras, Alexandre Pinto, os valores iniciais tinham sido calculados a partir do projeto básico. Com o desenvolvimento do projeto executivo do edifício, que terá dois andares, chegaram ao valor final de R\$ 215 milhões.

Os gastos serão financiados inicialmente pela prefeitura, que já desembolsou cerca de R\$ 24 milhões na implantação das fundações do museu. A instalação das obras do prédio no contrato de intervenções na região foi negociada pela Companhia de Desenvolvimento do Porto (CDP). Segundo o presidente da CDP, Jorge Arnes, o contrato com o consórcio Porto Novo permite o reassentamento de obras. ■

(Figura 25)

Detalha-se o projeto arquitetônico, desenvolvido sob o conceito de sustentabilidade, e ressalta-se a singularidade que o diferencia de instituições tradicionais: “experiências interativas que propõem ao visitante pensar a vida do homem nos próximos cinquenta anos e o futuro do planeta”.

Na cerimônia de lançamento da obra, o prefeito Eduardo Paes disse que espera que o museu se transforme num novo marco arquitetônico do Rio. Paes comparou a estrutura ao Cristo Redentor, aos Arcos da Lapa e ao Sambódromo:

- O museu é a joia da coroa do projeto de revitalização do Porto. É um ícone que se constrói para o Rio e certamente entrará para o imaginário da cidade, como o Sambódromo, os Arcos da Lapa e o Cristo. (O Globo, 2/11/2011, p. 14 – grifos nosso)

O Museu do Amanhã aparece como uma obra monumental, uma “obra de arte”, que simboliza o que já é o “futuro grandioso” da cidade. Estamos diante de mais uma característica das cidades que seguem uma padronização espacial global: a construção de museus “espetaculares”.

Passeando pela Praça Mauá e seus arredores, atualmente transfigurados pelo Porto Maravilha, moradores da cidade e turistas se deparam com as mesmas “âncoras” arquitetônicas de outros centros históricos “revitalizados” mundo afora. Patrimônios

arquitetônicos restaurados, centros culturais, aquário marinho e museus. Tal observação nos remete à “clonagem das cidades” em Jeudy (2005), que faz uma analogia da reprodução de Veneza em cidades turísticas internacionais com a padronização estética promovida por uma política urbana global.

As visitas do autor a Veneza o faz percebê-la como uma cidade cuja “restauração jamais cometeu qualquer traição, ela permaneceu discreta, consistindo em manter em estado razoável o que está lá, mesmo corroído pelas águas do mar” (JEUDY, 2005, p. 150). Descrever Veneza, a delicadeza do patrimônio que revela o passar do tempo, alguns moradores e suas relações com a cidade, leva Jeudy a confrontar tais singularidades com a reprodução de Veneza em Las Vegas, um cenário belo e asséptico montado para turistas. E lamenta: “Veneza da China, Veneza da Bélgica, Veneza de Poitou...” (JEUDY, 2005, p. 151).

Ao fazer uma análise da patrimonialização e estetização urbanas promovidas por uma gestão urbana global neoliberalista, Jeudy (2005) questiona a representação simbólica das cidades contemporâneas. Num primeiro momento, o autor mostra as diferentes possibilidades de leitura das cidades, as diferentes apropriações artísticas, que se desdobram na percepção crítica da transformação das cidades em museu de si mesmas, especialmente por um modelo homogeneizador que visa prioritariamente investimentos e turistas internacionais, e não o habitante local. Um processo de museificação constante tributário à “revitalização” de zonas portuárias e centros históricos degradados.

O que antes parecia espontâneo da vida nas cidades, suas invenções criativas, é capturado pela lógica do capitalismo para reordenar o espaço urbano. A cidade não sai incólume da equivalência espacial, visto que causa sério prejuízo as singularidades locais. Para Jeudy, uma característica da representação simbólica das cidades é a supervalorização de signos urbanos visíveis. Mas o encanto de uma cidade não se revela somente naquilo que lhe traz visibilidade. O que não se vê pode ser igualmente encantador.

A reportagem do *O Globo* enquadra simbolicamente o museu como cartão-postal. Tal enquadramento, no entanto, tende a apagar tudo aquilo que lhe soa estranho, como vimos quando o jornal criticou meninos pobres, moradores da zona portuária, que mergulhavam na Baía de Guanabara. A foto do mergulho traz ao fundo o Museu do Amanhã, e o título “*Desordem no novo cartão-postal*” (28/10/2015, p.1 – figura 10), dá

a ver o direcionamento de sentidos: os meninos são representados como uma “mancha” no cartão-postal. Há uma negação das práticas espaciais daqueles que efetivamente ocupam a zona portuária.

Todos os signos urbanos, quer sejam visíveis ou não participam de uma potencialidade disponível [...] Querer definir o que está em potência na configuração territorial implica negar que um espaço urbano seja também expressão de uma ‘aliança de contrários’, pois a coerência não é o único fruto da resolução das contradições próprias às metamorfoses da cidade. (JEUDY, 2005, p. 103)

Retomando a reportagem “*Museu do Amanhã, candidato a cartão-postal*”, de 2/11/2011, o museu é discursivamente transformado em obra arquitetônica, artística. Os discursos do Porto Maravilha potencializam o Museu do Amanhã como signo visual urbano, assim como são potencializados a restauração de prédios/galpões e o Cais do Valongo, tomados como patrimônios arquitetônico e cultural locais. Nesse sentido, a representação da zona portuária “revitalizada” se cristaliza em torno da imagem de lugares e equipamentos culturais, espaços estéticos que atraem turistas e impulsionam a especulação imobiliária.

Na reportagem do *O Globo*, a utilização de metáforas pelo prefeito Eduardo Paes - “marco arquitetônico do Rio”, “joia da coroa do projeto de revitalização do Porto” - supervaloriza a imagem do Museu do Amanhã, indicando que a consagração da “revitalização” é marcada por uma obra grandiosa e espetacular. Segundo Jeudy, a consagração de museus como obras de arte arquitetônicas evidencia uma personificação das cidades. No entanto, para o autor, essa estratégia torna a cidade um produto valorizado pelos discursos governamentais e midiáticos.

A crítica de Jeudy tem por base o Museu Guggenheim, em Bilbao, concebido como espetáculo artístico que pretendia trazer de volta a autoestima da cidade e atrair investimentos e turistas. O sistema de franquias Guggenheim tornou-se paradigmático da lógica da competitividade interurbana, redefinindo o papel dos museus na disputa pelo capital simbólico que a arte seria capaz de “agregar” às cidades. Na década de 2000, o então prefeito Cesar Maia tentara construir o Guggenheim-Rio, no Píer Mauá, com a intenção de impulsionar a “revitalização” da zona portuária, mas o projeto não saiu do papel.

A franquia Guggenheim introduziu a moda de museus projetados por “estrelas” da arquitetura, prática que se mostra essencial à legitimação do modelo neoliberal de

cidade. As reportagens que tratam do Museu do Amanhã ressaltam a assinatura do projeto pelo arquiteto Santiago Calatrava, “estrela” da arquitetura. Sob a rubrica “*O Porto do Futuro*”, a matéria “*Como será o amanhã*”, de 5/10/2014, aborda a construção do museu, imprimindo sua importância para se pensar o futuro da humanidade. A *figura 26* reproduz a matéria analisada.

Os contornos da construção sustentável e de arquitetura arrojada do Museu do Amanhã, uma das âncoras culturais do projeto Porto Maravilha, já começam a aparecer quando se lança o olhar por trás das grades que cercam o canteiro de obras no Pôr da Praça Mauá. [...] Vizinho de beldades históricas e arquitetônicas, como o Morro da Conceição, o Mosteiro de São Bento e o Museu de Arte do Rio (MAR), e com vista privilegiada da Baía de Guanabara, o museu branco neve leva a assinatura do arquiteto Santiago Calatrava [...] O Museu do Amanhã não será apenas um espaço de exposição. Por meio de audiovisuais, instalações interativas e jogos, o visitante poderá examinar o passado, entender as tendências da atualidade e simular futuros possíveis para a humanidade nos próximos 50 anos. (*O Globo*, 5/10/2014, p. 42 – grifos nosso)

O PORTO DO FUTURO

Como será o Amanhã

Com 70% das obras prontas, museu deve ser entregue a tempo do aniversário da cidade



Na Baía, a ilustração de como ficará o Museu do Amanhã; projeto assinado pelo arquiteto Santiago Calatrava

SILMA SCHMIDT
selmag@job.com.br

Os contornos da construção sustentável e de arquitetura arrojada do Museu do Amanhã, uma das âncoras culturais do projeto Porto Maravilha, já começam a aparecer quando se lança o olhar por trás das grades que cercam o canteiro de obras do Pier Mauá. Mas um passeio pelo interior do futuro espaço dedicado às ciências, com 15 mil metros quadrados de área construída, revela ainda que o ritmo das obras é acelerado, 24 horas por dia. São mil funcionários — entre operários, engenheiros, segurantes e pessoal administrativo — encarregados de cuidar de cada detalhe, para que o museu seja inaugurado no primeiro semestre de 2015. O prefeito Eduardo Paes quer incluir entre os presentes que a cidade vai receber pelos 400 anos de fundação:

— O meu desejo é entregar o museu no dia 1º de março. Pedi que persigam essa meta. Quería cantar o parabéns para você para o Rio ali.

Depois de vários desafios vencidos, José Renato Ponte, presidente da concessionária Porto Novo, responsável pela obra, dá a boa notícia de que 70% dos serviços estão concluídos:

— Esse prédio é uma obra de arte. Os desafios começam ainda na fundação. Imaginávamos usar mil estacas, mas foram necessárias 2.500 para suportar o peso. Só a cobertura metálica pesa 3.800 toneladas. De concreto, são 55 mil toneladas, para fazer a estrutura do prédio e o piso externo do museu. Um edifício comum usa de 50 a cem quilos de aço por metro cúbico de concreto. Para construir o Museu do Amanhã, utilizamos 250 quilos. Além disso, as paredes da edificação têm angulações específicas, o que nos levou a ter que confeccionar formas especiais de concreto. E a cobertura é como um lego (dividida em muitas peças).

VIZINHANÇA HISTÓRICA E BELA

Vizinho de beladões históricos e arquitetônicos — como o Morro da Conceição, o Mosteiro de São Bento e o Museu de Arte do Rio (MAR) — e com vista privilegiada da Baía de Guanabara, o museu branco neve leva a assinatura do arquiteto espanhol Santiago Calatrava. Com 120 metros de comprimento e 23 metros de altura, está sendo erguido num terreno de 35,8 mil metros quadrados, em meio a jardins, espelho d'água e área de lazer. A previsão é de que o museu receba de 350 mil a 400 mil visitantes em seu primeiro ano de vida.

O Museu do Amanhã é uma iniciativa da prefeitura da Fundação Roberto Marinho, tendo o Banco Santander como patrocinador máster, além do apoio dos governos estadual e federal. O projeto, de R\$ 215 milhões, é custeado pela venda dos espaços (Certificados de Potencial Adicional de Construção). O Santander destinou mais R\$ 65 milhões ao museu, R\$ 35 milhões para a implementação da exposição permanente e R\$ 30 milhões para a operação e a manutenção do espaço por dez anos.

PEGANDO NO PESADO

Do banco para o canteiro

Karina é uma das 3 mulheres entre 900 operários que erguem o espaço da ciência

A jovem Karina Silva e Silva, de 27 anos, já trabalhou em consultório médico e banco. Há quatro meses, porém, depois de um curso técnico, mudou radicalmente de profissão. Num universo masculino, ela é uma das três mulheres que trabalham como operárias no canteiro de obras do Museu do Amanhã, em meio a cerca de 900 homens. Auxiliar de eletricitista, passa os dias no subsolo da construção. Karina tira de letra peso no pesado e deixa claro: não tem nem que ser privilegiada.

Carregue e monte dutos, furo paredes, faça o que os homens fazem. Temos deveres e direitos iguais — resume Karina, colega da também auxiliar de eletricitista Priscila Kelly, de 24 anos, e da ar-



Em serviço. A operária Karina: "Temos direitos e deveres iguais"

madora Joella Silva dos Santos, de 41. Moradora de Botafogo, Karina começa o expediente às 7h30m e segue no batente até as 17h30m. Sem problema, o uso do uniforme — macacão, luvas, capacete e botas — foi incorporado à rotina. A preocupação da operária é só com a poeira no cabelo, o que resolve com uma touca. Ela também não abre mão de uma bolsa térmica, onde coloca celular, necessaire, garrafa de água para manter o corpo hidratado e peças molhadas como porcas e arruelas, sempre úteis no serviço.

E cantadas de colegas? Karina conta que até relata algumas brincadeiras no serviço. Mas ela vai logo dizendo que tem namorado firme, há um ano.

Diante do mundo novo de trabalho, a operária se mostra orgulhosa de estar ajudando a construir o Museu do Amanhã. — É gratificante saber que haverá um pedacinho meu nesse museu, que será uma atração turística — diz Karina. ■

O formato alongado, mostrado em perspectiva de Calatrava — para alguns, de broméida; para outros, de animal marinho e até de navio e mariposa —, ainda não se consegue visualizar. Porém, os números de cada estágio das obras mostram os avanços. No subsolo, por exemplo, 90% das instalações dos sistemas de infraestrutura que atenderão ao museu estão prontas.

A estrutura de concreto atingiu a marca de 95% executadas, segundo Alberto Silva, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurj), gestora da prefeitura no Porto Maravilha. Da cobertura, 18% foram instalados. As peças vieram desmontadas de Portugal, foram para um galpão em Cascais e são trazidas, gradativamente, para a montagem.

Dentro da construção, o auditório de 400 lugares

em forma de elipse, a galeria para exposições temporárias, com 600 metros quadrados, e as galerias laterais entram em fase de acabamento. Ainda se veem muitas escoras, que garantem a segurança até que a cobertura metálica esteja totalmente instalada. Fundamentais para o acabamento do teto, andaluzes também se espalham pelos ambientes.

— É um trabalho complexo, que dependendo do trecho, está numa fase diferente. Montamos e instalamos a cobertura, ao mesmo tempo em que colocamos pisos e pintamos paredes — explica Silva.

Na cobertura, os destaques são as 48 peças que se assemelham a asas, que se movimentarão ao longo do dia, conforme a posição do sol, e onde serão instaladas placas fotovoltaicas. Essas placas vão captar a luz solar e transformá-la em energia elétrica, para uso do museu.

— E não adianta ficar aqui a galeria de exposição permanente (atualizada periodicamente), belvedere e restaurante. O físico e doutor em cosmologia Luiz Alberto Oliveira, curador do museu, conta que, nessa galeria, o visitante encontrará cinco etapas de uma jornada para reflexão:

— Ele poderá explorar perguntas que a humanidade sempre fez: onde vivemos? quem somos? onde estamos? para onde vamos? como queremos ir? A medida que ações forem compreendidas hoje, certas configurações poderão ser favorecidas. O hoje é o lugar da ação, e o amanhã, o da consequência dessa ação. ■

NA WEB
GALERIA DE FOTOS E VÍDEO
globo.com/rio
Mais imagens das obras do Museu do Amanhã, que está em construção no Porto



Do alto, Placas de aço da cobertura que terá 3.800 toneladas se destacam na construção, ao longo do Pier Mauá

(Figura 26)

A ênfase na singularidade arquitetônica e na possibilidade, segundo o discurso que a sustenta, que o museu traz de revisitar o passado para entender o presente e simular futuros possíveis, estimula a cidade a reconhecê-lo como um “marco” da

“revitalização”, a chegada de um “novo tempo”. Para Huyssen, a noção de cidade como signo e imagem serve à valorização simbólica de espaços estéticos para o consumo cultural. Mas o lado negativo dessa “política de imagem” se revela na concepção da cidade como um signo fechado. A construção de uma nova imagem para cidades transformadas em museu, se sustenta em muita medida no apagamento da memória desses espaços como “paraísos” de malandros, prostitutas e drogados.

Sob o mesmo viés, Jeudy afirma que os discursos que enaltecem uma “obra arquitetônica majestosa” em espaços degradados produzem “efeitos de esquecimento” da pobreza, da precariedade local. O Museu do Amanhã se apresenta nos discursos do Porto Maravilha como obra suntuosa e futurista que impõe o esquecimento da zona portuária como espaço degradado e de pessoas “indesejadas”, o que aponta para uma concepção discursiva da cidade como signo fechado.

O museu é chamado na reportagem de “âncora cultural” da cidade, juntamente com o Morro da Conceição, o Mosteiro de São Bento e o Museu de Arte do Rio (MAR). Vimos em reportagens analisadas anteriormente que o Cais do Valongo e prédios/galpões restaurados e transformados em centros culturais também se destacam como “âncoras” do Porto Maravilha. A cultura, dessa forma, se estabelece como operador discursivo na construção da imagem de marca da cidade, dando a ver o que Otília Arantes (2012) chama de “culturalismo de mercado”.

Tratando-se de Porto Maravilha, observamos que tal movimento se inicia com a patrimonialização da zona portuária e a produção de eventos culturais, encontrando seu ápice na inauguração do MAR e, sobretudo, no do Museu do Amanhã. Arantes (2012) ressalta que a cultura, que nos primórdios da Era Industrial se cristalizou como esfera autônoma de valores antimercado, sob a égide neoliberal torna-se imagem, representação que se impõe como “âncora identitária de uma nova urbanística” que tudo transforma em animação cultural. Para a autora, é mais uma faceta da cidade-mercadoria, “vendida” por um processo de marketing urbano que captura restaurações e equipamentos culturais como “iscas culturais” do capitalismo.

Arantes (2012) lembra que Guy Debord (1995) anunciara que a cultura seria a “mercadoria vedete” da nova rodada do capitalismo, assim como o foram, em ciclos anteriores, a estrada de ferro e o automóvel. As reportagens do *O Globo* que dão a ver a musealização da cidade materializam, discursivamente, não só a cultura, mas também a cidade como mercadoria, que tem seu “preço” inflacionado por políticas discursiva-

culturais que transformam simbolicamente a zona portuária em museu urbano, uma “isca cultural” para reativar a economia da cidade, e assim tornar consensual a eficácia do Porto Maravilha.

Podemos pensar o jornalismo ocupando um papel importante na construção da imagem de marca da cidade, na medida em que observamos na maioria das matérias do *O Globo* sobre o Porto Maravilha, o atravessamento de um discurso publicitário que corrobora a gestão urbana. O tratamento dado ao Museu do Amanhã é emblemático dessa lógica, fazendo do jornal um dos principais atores do processo de *branding* urbano, que espetaculariza a memória, a cultura e o próprio espaço zona portuária para “vender” a cidade ao consumo global.

Segundo Jaguaribe (2011), a eleição do Rio como sede de megaeventos esportivos possibilitou a implementação de um projeto de cidade que visa transformá-lo em competitivo globalmente. Tornam-se cruciais estratégias de visibilidade e de identificação no imaginário global por meio de investimentos publicitários conhecidos como *branding*. Para a autora, na atual economia capitalista, o *branding* se desenvolve pela ação conjunta entre autoridades administrativas e políticas, empresários do setor privado, arquitetos, urbanistas e agências de publicidade. Mas como nossa análise do *O Globo* aponta, podemos incluir nessa ação conjunta o jornalismo.

[...] O *branding* urbano é uma invenção deliberada que faz uso de uma variedade de repertórios e representações para maximizar lucros e recursos. As estratégias de *branding* são autoconscientes, instrumentais e pragmáticas porque a dimensão criativa está a serviço do incremento lucrativo. Embora o *branding* exitoso possa criar cenários urbanos a priori que são diretamente inscritos e programados para fins específicos tais como é o caso da invenção das “*fantasy cities*” como Las Vegas, Orlando, entre outras, o *branding* também pode reciclar repertórios culturais prévios domesticando-os como locais pitorescos [...]. (JAGUARIBE, 2011, p. 330)

O Museu do Amanhã desponta como um elemento discursivo que agrega valor à marca Rio de Janeiro, que se reconstrói sob novas mediações entre o público e o privado, visto que as reportagens do *O Globo* apontam para a materialização discursiva de mais uma parceria pública-privada: a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho. Como vimos no segundo capítulo, a política urbana neoliberal levou gestores urbanos a atuarem como empresários, tornando as cidades o principal produto.

Dessa forma, as cidades passaram a ser “vendidas” sob estratégias publicitárias e de marketing.

Naomi Klein (2009) adverte que os anos de 1990 marcam um trabalho de *branding*, processo de gerenciar imagens, percepções e associações pelas quais os consumidores se relacionam com um produto ou uma empresa, liderado por empresas que se sentem “agentes de significado” e não fabricantes de produtos. A marca passa a ser o “verdadeiro” produto, ou melhor, conceitos que remetem a valores, experiências e estilos de vida.

Essas associações deixam o campo das representações e transformam-se em realidade de vida. Para Klein, o *branding* usa a cultura que o hospeda para fazer da marca a estrela do consumo. Não é patrocínio da cultura e sim a própria cultura: “E porque não deveria ser assim? Se as marcas não são produtos, mas conceitos, atitudes, valores e experiências, por que também não podem ser cultura? Os limites entre os patrocinadores corporativos e a cultura patrocinada desapareceram completamente” (KLEIN, 2009, p.32). Nesse sentido, a exemplo do mundo empresarial, essa prática é apropriada por gestores urbanos neoliberais em escala global e, orientada por essa lógica, a gestão urbana do Rio pensa a cidade como uma marca que se consagra e se transforma em ícone de consumo.

As contribuições de Isleide Arruda Fontenelle (2002) são propícias para pensarmos o poder simbólico da marca Rio de Janeiro na construção discursiva do “Rio cidade global”. A autora afirma que marca publicitária é um sintoma de uma cultura que ao longo do século XX se volta para a produção de imagens e que, portanto, pode ser chamada de “cultura da imagem”, expressão de uma estetização de valores imposta pelos meios de comunicação e pelo ritmo acelerado de uma sociedade capitalista. As imagens são produzidas e consumidas na arena das grandes cidades e da mídia, que pelo entretenimento cria hábitos que distraem um olhar mais atento a padrões estabelecidos.

Para Fontenelle (2002), a marca reflete o espírito de nossa época, uma sociedade atravessada, diria atormentada, por imagens, com uma importante capacidade de forjar sentidos. E é no bojo desse raciocínio que a autora constrói sua hipótese: a marca publicitária é uma “ilusão de forma”, processo capitalista em que as coisas perdem sua forma e o poder simbólico da cultura é ultrajado pela força do capital. A marca, dessa forma, é percebida como fetiche.

Os estudos de Klein (2009) e de Fontenelle (2002) estruturam nosso entendimento sobre o *branding* urbano pelo qual passa o Rio de Janeiro como um processo de fetichização mercadológico da memória, da cultura, do espaço zona portuária e para além disso, da cidade. O próprio nome Porto Maravilha, assim como a exaustiva alcunha de Cidade Maravilha, que ainda se faz mote das campanhas publicitárias, produz sentidos de maravilhamento, de assombro.

Inquietante é comprovar que o jornalismo do *O Globo* potencializa o trabalho da comunicação institucional do Porto Maravilha, o que não surpreende quando se trata de Museu do Amanhã, visto que a Fundação Roberto Marinho é parceira da prefeitura na concepção do museu, mas tal conduta é altamente questionável quando pensado à luz do fazer jornalístico, que deveria problematizar o projeto de cidade, e não atuar como mais um veículo de propaganda da prefeitura. Ao fazer isso, o jornal promove o apagamento das relações sociais, percebidas, via consumo, como mercadorias mágicas.

Pensar a cidade implica entender as reconfigurações sociais e políticas que envolvem a retórica das relações que permeiam determinados tempos, espaços, ações dos sujeitos, em todas as suas plurais dimensões. Afinal, são por meio destas relações que são definidos os lugares, as hierarquias e as funções dos atores sociais envolvidos nestas transformações das estruturas simbólicas, que acabam por naturalizar determinados paradigmas que compõem a concepção de cidade.

O conceito de fetiche para Marx (1867) elucida esse artifício técnico ou retórico que envolve um objeto, ocultando as relações humanas implicadas em sua produção. Para o autor, fetichismo é uma alienação capitalista, na qual os produtos adquirem vida própria e, para além dos homens, as mercadorias se tornam sujeitos. Com efeito, os espaços das cidades, por esta lógica, transformaram-se em produtos sociais e políticos construídos retoricamente e não fruto de um processo histórico que tem os cidadãos como sujeitos. O Porto Maravilha silencia as relações dos sujeitos que compõem a história da zona portuária, adquirindo vida própria, sem ramificações que possam obstruir o “magnânimo” simbolismo de desenvolvimento e progresso.

Na perspectiva de Marx (1867), os objetos revelam-se como elementos encantados, frutos de um processo humano de ilusão, emantados por uma áurea mágica que enfumaça e encobre quaisquer percepções reais sobre sua verdadeira constituição. Com isso, a sociedade não se percebe como principal dispositivo para o desenvolvimento e o progresso das cidades, apenas assiste inerte o lançamento de produtos pré-fabricados e projetos que parecem ter vida própria. Esta forma mercantil de se pensar a cidade joga para um segundo

plano a existência dos homens. São os espaços que se travestem de sujeitos, ocorrendo o mascaramento e a diluição do trabalho humano frente à supervalorização do teor mágico do objeto. Este processo de fetichismo da mercadoria e da coisificação das relações humanas revelam uma troca de posições entre sujeitos e objetos.

O consumo está no centro desses debates, na medida em que o Museu do Amanhã é capturado como um bem, e para além dele a cidade, a ser “vendido” para investidores, turistas e moradores consumidores. Mary Douglas e Baron Isherwood (2007) afirmam que os bens são neutros, mas o mesmo não se aplica aos usos, que são sociais, e nos jogos de poder pela hegemonia um dos lados ganha na imposição sobre o outro. Os espaços urbanos são as arenas e a materialidade em que tais embates ocorrem.

As obras de “recuperação” da região portuária, assim como as consequentes divisões simbólicas da cidade, se dão na/pela sociedade agindo sobre o objeto como realidade social, isto é: objetos sociais já valorizados aos quais oferece ou impõe novos valores. Quando atua sobre o espaço, a sociedade não age a partir de sua realidade física. Ao contrário, atua sobre sua realidade simbólica na qual o consumo está atrelado à mediação, à sociedade e, conseqüentemente, ao discurso, já que mediado pela linguagem. Nessa perspectiva, a arena do consumo é lugar de apropriações, jogos manipulatórios, disputas e negociações.

As reportagens sobre o Museu do Amanhã apontam para a espetacularização da memória e da cultura, elementos discursivos que relacionados à “revitalização” da zona Portuária, se alinham à construção da imagem do Rio como cidade-espetáculo. O clássico conceito de “sociedade do espetáculo” desenvolvido por Guy Debord (1997), revela os meandros de uma sociedade impactada pela mídia e pelo consumo, que se organiza segundo a produção e o consumo de imagens, mercadorias e eventos culturais. Para o autor, a vida cotidiana é mediada pelos espetáculos midiáticos e de consumo, espetáculos mesmos que se convertem em ferramentas de sujeição do homem às desventuras do capitalismo.

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato. (DEBORD, 1997, p.18)

As imagens produzidas pelos meios de comunicação de massa e pelos rituais

político, religioso e de consumo, potencializam a sociedade capitalista, que se fortifica diante da pacificação dos sujeitos sociais. Dessa forma, há um apagamento das relações sociais que, transformadas em imagens e espetáculos, afastam o homem da realidade perversa imposta pelo capitalismo, uma vez que cria a ilusão de que se vive uma vida sonhada e idealizada. Apoiada em Debord, Sánchez (2010) afirma que a cidade-espetáculo emerge estrategicamente do constante acionamento de imagens urbanas que legitimam o poder e a vida social como aparência. Os governos das cidades espetacularizadas exercem o controle sobre a memória coletiva e projetos futuros. Os meios de comunicação, por sua vez, são centrais nessas cidades, pois reafirmam a ideologia de um projeto urbano dominante.

A espetacularização da cidade do Rio se revela numa rede de produção de significados, constituída por interesses governamentais, privados e midiáticos, que constrói uma imagem da cidade com vistas a “vendê-la” para consumidores solventes. Nossa análise mostra que a orquestração de vozes, sentidos, silêncios e memória desenvolvida pelo jornal *O Globo* o torna ator central dessa rede de mercantilização da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Onde será que isso começa
A correnteza sem paragem
O viajar de uma viagem
A outra viagem que não cessa*

*Ceguei ao nome da cidade
Não à cidade mesma, espessa
Rio que não é rio: imagens
Essa cidade me atravessa*

Ôôôôôôôô ê boi! ê bus!

*Será que tudo me interessa?
Cada coisa é demais e tantas
Quais eram minhas
esperanças?
O que é ameaça e o que é
promessa?*

*Ruas voando sobre ruas
Letras demais, tudo mentindo
O Redentor, que horror! Que
lindo!
Meninos maus, mulheres nuas*

Ôôôôôôôô ê boi! ê bus!

*A gente chega sem chegar
Não há meada, é só o fio
Será que pra meu próprio rio
Este rio é mais mar que o mar?*

*Ôôôôôôôô ê boi! ê bus!
Sertão é mar*

(Caetano Veloso)

Iniciamos esta tese com a música “Praça Mauá”, de Billy Blanco, e concluímos com a música “O nome da cidade”, de Caetano Veloso. Duas canções, dois lamentos, uma proposta: ir além dos sentidos hegemônicos construídos sobre o Rio de Janeiro. Ao narrar a Praça Mauá dos anos 50, Billy Blanco lamentava a imagem que se perpetuou do lugar como uma espécie de submundo da prostituição e das drogas, “lugar comum do distúrbio nos trinta dias do mês”. Na contramão dessa imagem, o autor propunha uma “uma praça da saudade, do adeus, da emoção”, uma praça de sensações, de sentidos livres.

A Praça Mauá volta à visibilidade urbana e midiática com o Porto Maravilha. De

lugar “mal falado”, estigmatizado, passa a lugar símbolo da “revitalização” da zona portuária. A construção discursiva dessa simbologia, no entanto, se estrutura numa concepção de cidade como signo fechado. Ao analisar a cobertura do jornal *O Globo* sobre o Porto Maravilha, constatamos uma cidade sendo construída discursivamente como asséptica, ideal, global, pronta para ser consumida por potenciais “compradores”.

Um ar melancólico também envolve o olhar de Caetano Veloso sobre o Rio, ou melhor, o compositor dá voz às inquietações de Macabéa - personagem-protagonista do livro *A hora da estrela*, de Clarice Lispector (1998) - com a cidade. Macabéa é uma nordestina pobre, ingênua, do interior de Alagoas, que se muda para o Rio por razões que ela mesma desconhece. A frágil personagem sofre as desventuras da cidade grande até sua morte, atropelada por um luxuoso Mercedes Benz amarelo. Ao ser porta-voz das impressões de Macabéa, Caetano expõe as próprias inquietações, visto que também é um nordestino que chegou ao Rio em busca de seus sonhos.

Assim como em nossa introdução tomamos emprestado o lamento de Billy Blanco para apresentar o incômodo que originou nossa pesquisa: o papel do jornalismo na construção de consenso de um projeto de cidade que “promete” transformar o Rio em cidade global, da mesma forma nos apropriamos da comovente e instigante “O nome da cidade” para apresentar os resultados. A constatação de Macabéa/Caetano se afina com o ponto de chegada desta tese: “Rio que não é Rio: imagens”.

A canção de Caetano dá ver um Rio indefinível - “Ruas voando sobre ruas/Letras demais, tudo mentindo/O Redentor que horror! Que lindo!/Meninos maus, mulheres nuas” -, cidade cartão postal que pode ser bela ou assustadora, dependendo de quem a experiencia. Esta pesquisa foi o “viajar de uma viagem” complexa, pois a cobertura do Porto Maravilha desenvolvida pelo jornal *O Globo* revelou o apagamento da polissemia e polifonia da cidade, das relações sociais, como estratégia de construção da legitimação do projeto.

Com efeito, *O Globo* chega ao “nome da cidade”: “Rio cidade olímpica”, “Rio cidade global” problematizando “Não à cidade mesma, espessa”, porque pela orquestração de vozes, sentidos, silêncios e memória, concluímos que tal jornalismo se alinha aos interesses de um projeto ideológico neoliberal de cidade elitista e autoritário, no qual não cabem os contrastes da cidade real.

Como Caetano, perguntamos “Onde será que isso começa/A correnteza sem paragem”? Vimos que *O Globo* e a gestão urbana responderam que tudo começou no

dia 2 de outubro de 2009, quando a cidade foi anunciada sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Tal anúncio desencadeou uma série de intervenções urbanas sob a justificativa de preparação da cidade para o megaevento esportivo internacional. O Porto Maravilha foi tomado como o protagonista, o símbolo da “nova” cidade, que se tornou possível pela condição de “cidade olímpica”.

Ao problematizar a materialização discursiva da parceria público-privada, perguntamos: “O que é ameaça e o que é promessa?”. Nesse sentido, no primeiro capítulo fomos em busca do contexto amplo discursivo do Porto Maravilha, revistando as grandes reformas urbanas que redesenharam a cidade com vistas a torna-la moderna e global. Nosso objetivo foi encontrar dizeres que significaram e que de alguma maneira significam nos discursos da “revitalização” da zona portuária. Levamos em conta o homem na sua história, relacionando a linguagem à sua exterioridade. Consideramos “os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 1999, p. 16).

Com isso, vimos na historicidade das grandes intervenções urbanas que a prioridade da “plástica” estética se estabelece, visando o reconhecimento internacional, em detrimento dos problemas reais que a cidade enfrenta, como o da habitação para a população pobre, por exemplo. Em cada reforma urbana/imagem construída e reconstruída, a população pobre, notadamente os moradores de favelas, é considerada uma “mancha” na cidade cartão-postal, o que reforça o imaginário da favela como *locus* da pobreza e da marginalidade. E observamos a cristalização desses significados nos dizeres do Porto Maravilha

O Porto Maravilha foi concebido sob uma política urbana neoliberal que sobrepõe o urbano às demandas sociais, por mais que os discursos daqueles que defendem tal política digam o contrário. Um receituário de estratégias que as cidades devem seguir para se tornarem competitivas globalmente foi difundido mundialmente, e entre essas estratégias espacial-discursivas sobressaem a preparação das cidades para megaeventos esportivos e “revitalizações” de zonas portuárias e centros históricos degradados. Diante disso, no segundo capítulo explicamos que consideramos, em nossa análise, os megaeventos esportivos e o Porto Maravilha estratégias discursivas do “Rio cidade olímpica e global”, estruturando nossa proposta no conceito de acontecimento discursivo nos moldes oferecidos por Orlandi (2002) e Mendonça (2007).

Para entendermos os motivos pelos quais o Rio de Janeiro vem sendo redimensionado por uma política urbana neoliberal há mais de 20 anos, recorreremos a um debate teórico sobre a ascensão do neoliberalismo e a difusão do “pensamento único” como paradigma mundial. Como desdobramento dessa política, notadamente a urbana, surgiram as chamadas “cidades globais”, cidades estratégicas capazes de estabelecer as conexões necessárias aos fluxos globais do capital. Além disso, introduzimos os megaeventos esportivos e o Porto Maravilha como estratégias discursivas, ilustradas pela análise da cobertura do *O Globo* sobre a eleição do Rio como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016, em 2 de outubro de 2009, e pela apresentação do projeto Porto Maravilha, discutindo as contradições que envolvem as parcerias público-privadas.

Percorrer a historicidade das grandes reformas urbanas, entender o paradigma do “pensamento único” e a importância das “cidades globais” para a consolidação da política urbana neoliberal, nos deram suporte para no terceiro capítulo analisarmos a construção discursiva da “inevitabilidade” do Porto Maravilha. Nossa análise mostra que a construção discursiva do consenso se fundou na instauração de um “sentimento” de crise urbana, em que o imaginário da zona portuária como área degradada e perigosa foi reforçado, produzindo “efeitos de verdade” sobre o Porto Maravilha como o “caminho único” para a resolução dos problemas urbanos e sociais da região.

O jornal retomou recorrentemente exemplos de outras cidades internacionais que se “reinventaram” a partir do modelo neoliberal de cidade. Isto foi posto para dar credibilidade e “garantias” de que o projeto também seria bem-sucedido no Rio de Janeiro. Os resultados positivos das parcerias público-privadas que permitiram tais “reinvenções”, foram exaltados. Nesse rearranjo espacial e discursivo, transparece a necessidade de remover tudo o que “atrapalha” a transformação do Rio em “cidade olímpica e global”. As remoções de favelas apareceram como solução para o reordenamento urbano.

No Morro da Providência, pessoas foram removidas para dar lugar a um teleférico, idealizado menos para facilitar a mobilidade dos moradores e mais para incrementar o turismo, visto que a ideia era transformar o lugar em “museu a céu aberto”. Começavam lutas de resistência dos moradores, apoiados por diferentes segmentos da sociedade. Vídeos, testemunhos e críticas, veiculados especialmente pela internet, denunciavam o autoritarismo com que essas remoções eram conduzidas. As

desapropriações e remoções na zona portuária são indicativos de um processo de gentrificação, consequência que se repete em áreas “revitalizadas” mundo afora.

Esses embates foram silenciados pelo *O Globo*. Ao não relativizar as significações que envolvem o projeto de cidade, o jornal se vincula a um corpo de representações que visa construir um consenso sobre a parceria público-privada como “salvadora” da cidade, dando a ver a unificação de forças políticas e sociais constitutiva de uma ideologia particular que se quer universal.

No processo de legitimação do Porto Maravilha, constatamos o gesto do jornal *O Globo* em constituir-se numa espécie particular de “guardião da memória oficial” da zona portuária. Dessa forma, no quarto capítulo trabalhamos com dois diferentes conceitos de memória na elaboração do texto jornalístico: o acionamento da memória como um gesto de atualização do passado no presente, e a memória discursiva, significados cristalizados que transparecem no funcionamento discursivo. A complexidade que envolveu as disputas simbólicas pela memória da zona portuária apontou a articulação de lembranças e esquecimentos do consciente e do inconsciente.

O jornal *O Globo* dedicou espaços expressivos à valorização simbólica da zona portuária, a partir da restauração do que foi concebido como patrimônio arquitetônico, histórico e cultural, a “descoberta” do Cais do Valongo, a construção do Museu de Arte do Rio (MAR) e, principalmente, do Museu do Amanhã. Isto aponta para um processo de musealização da cidade, que se repete nas cidades submetidas à política urbana neoliberal. As reportagens sobre o “resgate” histórico e cultural “possível” pelo Porto Maravilha, assim como a exaltação à monumentabilidade do Museu do Amanhã e sua importância para a cidade, parecem propagandas do projeto de cidade, o que torna o jornal alinhado às estratégias do *branding* urbano que trabalha a imagem do Rio como marca, num amplo processo de espetacularização da cidade que favorece a especulação imobiliária.

O desejo de “vender” a imagem do Rio no mercado simbólico leva a gestão urbana a operar como uma empresa, aproveitando as oportunidades geradas pelos megaeventos esportivos. O Porto Maravilha se imprime como a principal oportunidade, um grande negócio viabilizado por uma nebulosa parceria público-privada. *O Globo*, por sua vez, apesar de se afirmar como jornalismo que veicula objetivamente a verdade, se mostra cada vez mais atravessado por uma estratégia institucional público-privada. A produção de efeitos de sentido para a legitimação do Porto Maravilha se impõe pelo

silenciamento dos conflitos e dos revides. E quando os conflitos não são visíveis, as vozes dissonantes podem ser domesticadas nos discursos do jornal.

Ressaltamos, no entanto, que não percebemos a população do Rio passiva e despolitizada, haja vista as manifestações de 2013, em que as ruas da cidade foram tomadas por manifestantes que, entre muitas agendas, questionavam a verba pública destinada à preparação da cidade para os megaeventos esportivos. As lutas de resistência dos moradores de diferentes favelas removidas e/ou em processo de remoção também são exemplos dos revides que não cessam, assim como os inúmeros trabalhos acadêmicos e debates promovidos por universidades e organizações sociais que denunciam a arbitrariedade e o autoritarismo que conduzem o projeto de cidade, extremamente excludente. Também não podemos deixar de registrar a ocupação das escolas estaduais pelos estudantes, que no “ano olímpico” reivindicam melhorias nas escolas e na educação.

Retomando Caetano e sua canção “O nome da cidade”, o viajar dessa viagem, no entanto, não termina diante da finalização desta tese. Queremos “A outra viagem que não cessa”, pesquisas futuras sobre o Porto Maravilha, até porque ele não foi concluído. O tão esperado, pela gestão urbana, retorno ao Centro da cidade de moradores de classe média e média alta não aconteceu, assim como a centralidade econômica prevista para a zona portuária a partir da instalação de grandes empresas nacionais/transnacionais e infraestrutura de serviços ainda é uma promessa. Como os discursos jornalísticos tratarão tais questões pós-olimpíadas?

Outro desdobramento futuro desta pesquisa seria a investigação do discurso do legado. O que foi alçado à categoria de legado olímpico na cidade será consolidado como tal? Vimos que os “legados” dos Jogos Pan-americanos de 2007 foram uma falácia. Os equipamentos esportivos, que depois do evento serviriam ao treinamento de atletas e a projetos sociais, foram praticamente abandonados, o “Engenhão” ficou dois anos interditado por problemas de estrutura, e os moradores do condomínio que à época abrigou os atletas (Vila do Pan) também sofrem pelos problemas estruturais.

A tragédia da Ciclovia Tim Maia aponta para a pertinência do desdobramento analítico proposto. No dia 21 de abril de 2016, um trecho da ciclovia que liga a zona sul a São Conrado desabou, matando duas pessoas. A inauguração foi três meses antes do desabamento. A obra foi realizada pelo consórcio Contemat/Concrejato e custou R\$ 45 milhões aos cofres públicos. Especialistas afirmam que falhas estruturais fizeram com

que parte da ciclovia desabasse diante de uma forte ressaca. A ciclovia foi tratada pelos discursos como mais um legado. Ironicamente, no dia do desabamento o prefeito Eduardo Paes estava na Grécia participando do evento em que a tocha olímpica foi acesa. A imprensa estrangeira questionou a credibilidade da cidade para receber as Olimpíadas⁶⁸.

Se o projeto de cidade foi legitimado pelo discurso de crise urbana, verificamos que a crise continua presente no Rio de Janeiro. Na instância estadual, hospitais funcionam irregularmente. Alguns fecharam. Falta de material, condições adequadas de atendimento e salários atrasados dos servidores públicos, levaram o governador Luiz Fernando Pezão a decretar estado de emergência na saúde em dezembro de 2015. O atraso nos salários dos servidores públicos fez com que professores entrassem em greve por tempo indeterminado.

Na instância municipal, em abril de 2016, a Justiça do Rio de Janeiro determinou que a Câmara dos Vereadores instalasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar todos os equipamentos esportivos construídos pelas empreiteiras listadas na Operação Lava Jato⁶⁹. Sobre o Parque Olímpico, a prefeitura teria mudado o projeto original para beneficiar a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Carvalho Hosken, as três construtoras responsáveis pela obra. As alterações abriram espaços para projetos imobiliários das construtoras em terrenos próximos à lagoa, os quais tendem a ser mais valorizados pela sua localização privilegiada⁷⁰.

Em dezembro de 2015, a Procuradoria Geral da República (PGR) apontou suspeitas de corrupção relacionadas ao Porto Maravilha. No pedido de afastamento do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da Câmara Federal, a PGR informou ao Supremo Tribunal Federal que Cunha havia recebido pagamentos de empreiteiros para que atuasse para liberação de verbas de um fundo de investimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para as obras⁷¹. Como vemos, os “benefícios” das parcerias público-privadas para a cidade se materializam apenas nos discursos, pois concretamente revelam-se em um “ótimo negócio” para políticos e empreiteiras.

⁶⁸ Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2016/04/21/queda-de-ciclovia-faz-imprensa-estrangeira-questionar-rj-como-sede-olimpica.htm> - acesso em 23/4/2016.

⁶⁹ Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2016/04/12/justica-do-rio-obriga-camara-dos-vereadores-a-instalar-cpi-das-olimpiadas.htm> - acesso em 12/4/2016.

⁷⁰ Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2016/03/22/lava-jato-aponta-propina-em-2-obra-mais-cara-da-olimpiada-de-2016.htm> - acesso em 29/4/2016.

⁷¹ Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2016/03/22/lava-jato-aponta-propina-em-2-obra-mais-cara-da-olimpiada-de-2016.htm> - acesso em 22/3/2016.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ANDREATTA, Verena. *Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: 2012.

ARGULLON, Rafael. *A Cidade Turbilhão*. In: *Revista do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional*, n. 23, Cidade, Iphan, 1994.

AZEVEDO, André Nunes. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 39-79, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P. 261-306.

BARBOSA, Marialva. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2007.

BAUMAN, Zigmunt. *O Mal estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
_____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

BORGES, Wilson Couto. *Narrativas jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade*. Tese de Doutorado em Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense, 2009.

BORJA, Jordi, CASTELLS, Manoel. *Local y Global. Lá gestión de las ciudades em la era da información*. Madri: United Nations for Human Sttlements/Taurus/Pensamiento, 1997.

_____. *As cidades como atores políticos*. Novos estudos CEBRAP, n.45, julho de 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CLAVER, Nuria. A Ciutat Vella de Barcelona. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo (SP): Imprensa São Paulo/ ANPUR/ UNESP, 2004.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. RJ: Rocco, 2003.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. RJ: Rocco, 1997.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. RJ: Contraponto Editora, 1997.

DOUGLAS, M. O uso dos bens. In: DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009.

ENNE, Ana Lúcia. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. In: Revista *Fronteira*. (UNISINOS), v.VI, n.2, p. 101-116, julho/dezembro 2004.

_____. *Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa*. In: II Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *São Paulo: o mito da cidade-global*. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, João Sette Whitaker, MARICATO, Ermínia. Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, Letícia Marques (org.). *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as Cidades Brasileiras*. Porto Alegre/São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro Edições Graal, 2008.

FREITAS, Ricardo Ferreira. *Rio de Janeiro, lugar de eventos: das exposições universais do século XX aos megaeventos contemporâneos*. Compos, 2011.

FREITAS, Ricardo Ferreira; FERREIRA, Francisco Romão; CARVALHO, Maria Claudia da Veiga Soares; PRADO, Shirley Donizete. *Corpo e consumo nas cidades*. Curitiba, PR: CRV, 2014.

FREITAS, Ricardo Ferreira; Oliveira, Janete da Silva (orgs.). *Olhares urbanos: estudos sobre a metrópole comunicacional*. São Paulo: Summus, 2011.

FREITAS RIBEIRO, Viviane de Moraes. *A (des)construção do espaço carioca na `Era Cesar Maia` (1993-2008): reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominado `Pentágono do Milênio*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

FONTENELLE, Isleide Arruda. *O nome da marca: Mc Donald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Ed. Rocco. Rio de Janeiro, 1994.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder do jornalismo*. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

GUATTARI, Felix. “Restauração da Cidade Subjetiva”. In: *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1992.

HARBERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1989.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma gentrificação? In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera. *Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. RJ: Cia. das Letras, 2015.

HONORATO, Cláudio de P. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JAGUARIBE, Beatriz. *Imaginando a Cidade Maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos*. Porto Alegre: Revista Famecos, v.18, nº2, p. 327-347, 2011.

_____. *O choque do real: estética, mídia e cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

_____. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis – uma reflexão de autoestima*. Record, Rio de Janeiro. 2001.

LEVY, Ruth. *A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010.

_____. *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da exposição nacional de 1908*. Rio de Janeiro, EBA/UFRJ, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Felicidade Paradoxal*. São Paulo. Cia das Letras, 2007.

LISPECTOR, Clarisse. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAIA, João; HELAL, Carla (orgs.) *Comunicação, arte e cultura na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

MARICATO, Ermínia. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: 2012.

MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Coleção Os Economistas.

MELLO, Juliana Oakin Bandeira de. *“Urbanização sim, remoção não” : a atuação da federação das associações de favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, 2014.

MENDONÇA, Kleber. Entre o mito da retomada do território e a política de silêncio: uma análise do discurso do RJTV sobre a “Pacificação” da Rocinha. *Comunicação & Inovação* (online), v.16, p. 43-58, 2015.

_____. *O Rio contra o crime: relatos de uma guerra televisionada*. Compós, 2011.

_____. *Ruínas discursivas: a ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade*. Tese de Doutorado em Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense, 2007.

_____. *A punição pela audiência: um estudo do linha direta*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2002.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. Os “outros” da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013. In: Revista *Comunicação, mídia e consumo*. ESPM/SP, ano 11, v. 11, nº 30, p. 37-55, jan/abr 2014.

MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Martins Fontes, 2004.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: Revista *Projeto História*, nº 10, São Paulo: PUC/SP, 1993.

ORLANDI, Eni. *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Língua e acontecimento linguístico: para uma história das ideias do Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, p.52.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *As formas do silêncio*. Campinas: Editorada UNICAMP, 1997.

PEREZ, Maurício Dominguez. *Estado da Guanabara: gestão e estrutura administrativa do governo Carlos Lacerda*. Tese (Doutorado) – UFRJ / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. Editora Hucitec: São Paulo, 1997.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos* 2(3). Rio de Janeiro, 1989.

RAMONET, Ignácio. *O pensamento único e os novos senhores do mundo*. In: *Le Monde Diplomatique*. Maio, 1995.

Versão traduzida disponível em

http://www.culturabrasil.org/pensamentounico_ramonet.htm

RESENDE, Fernando. Cidades, culturas e narrativas: espaços de negociação e produção de sentidos. In: MAIA, João; HELAL, Carla (orgs.) *Comunicação, arte e cultura na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

_____. *A narratividade do discurso jornalístico: a questão do Outro*. Rumores (USP), v. 03, p. 01-12, 2009.

- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- _____. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.
- SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado global*. Chapecó, SC: Argos, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: USP, 2012.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- SLATER, Don. *Cultura do consumo e modernidade*. Nobel, 2002.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.
- SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- _____. SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobarbárie. In: Moraes, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro. Record, 2005.
- SOUSA. Mônica Christina Pereira de. *Pode o subúrbio falar? A dislexia discursiva como estratégia de silenciamento e enquadramento das vozes*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, 2015.
- TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. *Comunicação empresarial/comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estruturas, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.
- _____. *Estratégias de comunicação nas empresas modernas*. In: III Congresso de Comunicação Empresarial. São Paulo: Aberj, 1985. Mimeo.
- _____. *Jornalismo empresarial: teoria e prática*. São Paulo: Summus, 1984.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são*. Vol 1. Florianópolis: Insular, 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: 2012.

_____. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: 2012.

_____. *Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan/jun 2015. (<http://horizontes.revues.org/915>).